

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – UNIGRANRIO / AFYA
“PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, CULTURAS E ARTES
CURSO DE DOUTORADO EM HUMANIDADES, CULTURAS E ARTES

JOÃO LANZELLOTTI NETO

**No sertão da(s) Maré(s), um estudo interdisciplinar: Lugar, Memória e
Identidades, no Bairro da Maré**

Duque de Caxias

2021

JOÃO LANZELLOTTI NETO

**No sertão da(s) Maré(s), um estudo interdisciplinar: Lugar, Memória e
Identidades, no Bairro da Maré**

Tese apresentada à Universidade do Grande Rio – Unigranrio – “Prof. José de Souza Herdy”, como parte integrante dos requisitos parciais para a obtenção do grau de Doutor em Humanidades, Culturas e Artes.

Orientador: Prof. Dr. Idemburgo Pereira
Frazão Félix

Duque de Caxias

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

L297n

Lanzellotti Neto, João.

No sertão da(s) Maré(s), um estudo interdisciplinar: lugar, memória e identidades, no bairro da Maré / João Lanzellotti Neto. – Duque de Caxias, 2021.
332 f. : il. ; 31 cm.

Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2021.

“Orientador: Prof. Dr. Idemburgo Pereira Frazão Félix”.

Referências: f. 308-319.

1. Educação. 2. Meio ambiente. 3. Maré (Rio de Janeiro, RJ). 4. Memória social. 5. Cunha, Euclides da, 1866-1909. Os Sertões. I. Félix, Idemburgo Pereira Frazão. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 370

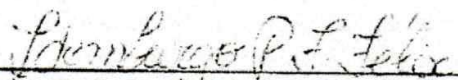
JOÃO LANZELLOTTI NETO

No sertão da(s) Maré(s), um estudo interdisciplinar: Lugar, Memória e Identidades, no Bairro da Maré

Tese apresentada à Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Doutor em Humanidades, Culturas e Artes.

Exemplar apresentado para avaliação da banca examinadora em 22/12/2021

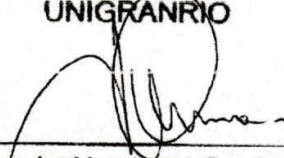
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Idemburgo Pereira Frazão Félix
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO



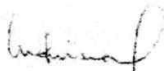
Profa. Dra. Anna Paula Soares Lemos
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO



Prof. Dr. Joaquim Humberto Coelho de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO



Profa. Dra Ana Maria Pires Novaes
CEFET-RJ



Profa. Dra. Maria Geralda de Miranda
UNISUAM

Dedico este trabalho a todos e a todas que, neste momento, travam intensa batalha na luta contra o câncer. Que o bom Deus, lhes conceda saúde, coragem e perseverança.

AGRADECIMENTOS

A Deus, princípio e fonte de sabedoria, por ter me concedido a vida e, principalmente, ter-me permitido saúde necessária em participar com entusiasmo de mais uma etapa de minha formação.

À minha esposa Terezinha de Jesus e aos meus filhos André, Anne, William, Rodrigo e Carol, aos quais dedico, também, esta obra, cuja colaboração, apoio e compreensão me permitiram o incentivo necessário em mais um investimento profissional, além dos vários e preciosos momentos cedidos quando os privei de minha companhia, na expectativa de buscar constantemente aprimorar-me em causas tão nobres como a Educação e a Formação Continuada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Idemburgo Pereira Frazão Felix, por sua dedicação e empenho, sempre entusiasmando-me, até nas horas mais difíceis...

Às minhas, muito mais que, amigas e eternas orientadoras Prof.^a Dra. Ana Maria Pires Novaes e Prof.^a Dra. Maria Geralda de Miranda, por seu incentivo e carinho.

Aos meus professores: Profa. Dra. Anna Paula Soares Lemos e ao Prof. Dr. Joaquim pela generosidade no aceite em participar de minha banca. E, aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes, sempre, encorajando-me.

Às Professoras Maria Aparecida dos Santos Siqueira (carinhosamente: Tida) e Cristina Alves Christiano pelo incentivo e carinhoso apreço, obrigado pelas mensagens de carinho e companheirismo.

Aos docentes do CIEP-326 Professor César Pernetta, onde atuo como Diretor Geral, pela confiança depositada em minha gestão e finalmente, não em último lugar, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esta pesquisa pudesse ser realizada e/ou que participaram deste estudo, sem esses, a história da Maré não teria sentido e existência.

RESUMO

Abordagem principal deste estudo, de caráter interdisciplinar, é estabelecer uma conexão identitária entre *Os Sertões*, a diáspora nordestina e, neste contexto, a origem e a existência do lugar estabelecido como bairro da Maré, a partir das memórias, histórias e relatos de seus moradores. Para isso, o mote adotado foi inspirado em *Os Sertões* de Euclides da Cunha, de forma que a subdivisão temática: a Terra (a Maré), o Homem (mareenses) e a Luta (resistência e resiliência), tal qual está na obra de Euclides, será apresentada no corpo desta Tese. A linha de pesquisa está voltada para a área de Diversidades Culturais, Espaciais e Temporalidade. Nesta perspectiva, as temáticas que perpassam por este estudo são: espaço e lugar – memória e identidade; o surgimento de um bairro; os enlaces provocados a partir da diáspora nordestina; a perspectiva a partir da experiência do corpo, atitudes e valores voltados para o cuidado com o Meio ambiente; os sentimentos manifestados através da Topofilia e/ou Topofobia; a Toponímia e a Toponegligência. O protocolo adotado foi estabelecer a existência dos sentimentos de topofilia/topofobia a partir da análise dos relatos dos moradores sobre suas impressões a respeito do lugar e das ilustrações que foram publicados no jornal comunitário intitulado “Maré de Notícias” de agosto de 2017 a agosto de 2021, perfazendo o total de 52 publicações, sendo 25 destes aleatoriamente escolhidos para amostra. Além da pesquisa realizada sobre os relatos dos moradores, foi necessária uma pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental, também, baseou-se nos dados coletados a partir do Censo de Empreendedorismo da Maré, promovido pela ONG “Redes de Desenvolvimento da Maré” em parceria com o “Observatório de Favelas”. Já, a pesquisa bibliográfica na qual baseia-se este estudo, mostra que além dos fascículos publicados pelo “Maré de Notícias”, foram necessários, para fins de estatísticos, coletar os dados, pertinentes ao bairro da Maré, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao Censo Demográfico do ano de 2010; e atualizados pelos dados gerados pelo Censo Maré 2012 promovidos pela ONG Redes da Maré, sob a chancelaria da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Como conclusão é possível afirmar que a topofilia é uma marca decisiva no território da Maré e que seus moradores a identificam como um lugar, uma extensão do seu lar propriamente dito, conforme previsto na hipótese. Além disso, a identidade tão imbuída da presença nordestina está sempre presente na memória de cada morador.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Espaço e lugar. 2. Bairro da Maré. 3. Memória. 4. Interdisciplinaridade. 5. Meio ambiente.

ABSTRACT

The main approach of this interdisciplinary study is to establish an identity connection between Os Sertões, the northeastern diaspora and, in this context, the origin and existence of the established place as a neighborhood in Maré, based on the memories, stories and reports of its residents. . For this, the motto adopted was inspired by Os Sertões by Euclides da Cunha, so that the thematic subdivision: the Earth (the Maré), the Man (Maréenses) and the Struggle (resistance and resilience), as it is in the work of Euclides, will be presented in the body of this Thesis. The line of research is focused on the area of Cultural, Spatial and Temporality Diversity. In this perspective, the themes that permeate this study are: space and place – memory and identity; the emergence of a neighborhood; the links created from the northeastern diaspora; the perspective from the experience of the body, attitudes and values aimed at caring for the environment; the feelings expressed through Topophilia and/or Topophobia; Toponymy and Toponegligence. The protocol adopted was to establish the existence of topophilia/topophobia feelings from the analysis of residents' reports about their impressions of the place and the illustrations that were published in the community newspaper entitled "Maré de Notícias" from August 2017 to August 2017. 2021, making a total of 52 publications, 25 of which were randomly chosen for the sample. In addition to the research carried out on the reports of the residents, a documentary and bibliographic research was necessary. The documentary research was also based on data collected from the Census of Entrepreneurship in Maré, promoted by the NGO "Redes de Desenvolvimento da Maré" in partnership with the "Favelas Observatory". Already, the bibliographic research on which this study is based, shows that in addition to the fascicles published by "Maré de Notícias", it was necessary, for statistical purposes, to collect data, pertinent to the Maré neighborhood, published by the Brazilian Institute of Geography. and Statistics – IBGE, referring to the 2010 Demographic Census; and updated by data generated by the 2012 Census Maré promoted by the NGO Redes da Maré, under the chancellery of the City Hall of the City of Rio de Janeiro. As a conclusion, it is possible to affirm that topophilia is a decisive mark in the territory of Maré and that its residents identify it as a place, an extension of their home itself, as predicted in the hypothesis. In addition, the identity so imbued with the Northeastern presence is always present in the memory of each resident.

KEYWORDS: 1. Space and place. 2. Neighborhood of Maré. 3. Memory. 4. Interdisciplinarity. 5. Environment.

ABSTRACTO

El principal enfoque de este estudio interdisciplinario es establecer una conexión identitaria entre Os Sertões, la diáspora del noreste y, en este contexto, el origen y la existencia del lugar establecido como barrio en Maré, a partir de las memorias, historias y relatos de sus residentes. Para eso, el lema adoptado se inspiró en Os Sertões de Euclides da Cunha, de modo que la subdivisión temática: la Tierra (la Maré), el Hombre (Maréenses) y la Lucha (resistencia y resiliencia), como es en la obra de Euclides, serán presentados en el cuerpo de esta Tesis. La línea de investigación se centra en el área de la Diversidad Cultural, Espacial y de Temporalidad. En esta perspectiva, los temas que permean este estudio son: espacio y lugar – memoria e identidad; el surgimiento de un barrio; los vínculos creados desde la diáspora nororiental; la perspectiva desde la experiencia del cuerpo, actitudes y valores encaminados al cuidado del medio ambiente; los sentimientos expresados a través de Topofilia y/o Topofobia; Toponimia y Toponegligencia. El protocolo adoptado fue establecer la existencia de sentimientos de topofilia/topofobia a partir del análisis de los relatos de los residentes sobre sus impresiones del lugar y las ilustraciones que fueron publicadas en el periódico comunitario titulado “Maré de Notícias” de agosto de 2017 a agosto de 2017. 2021, haciendo un total de 52 publicaciones, 25 de las cuales fueron elegidas aleatoriamente para la muestra. Además de la investigación realizada sobre los informes de los residentes, fue necesaria una investigación documental y bibliográfica. La investigación documental también se basó en datos recopilados del Censo de Emprendimiento en Maré, promovido por la ONG “Redes de Desenvolvimento da Maré” en colaboración con el “Observatorio de las Favelas”. Ya, la investigación bibliográfica en la que se basa este estudio, muestra que además de los fascículos publicados por “Maré de Notícias”, fue necesario, con fines estadísticos, recopilar datos, pertinentes al barrio Maré, publicados por el Instituto Brasileño. de Geografía y Estadística – IBGE, con referencia al Censo Demográfico de 2010; y actualizado por los datos generados por el Censo Maré 2012 promovido por la ONG Redes da Maré, dependiente de la cancillería de la Alcaldía de la Ciudad de Río de Janeiro. Como conclusión, es posible afirmar que la topofilia es una marca decisiva en el territorio de la Maré y que sus habitantes la identifican como un lugar, una extensión de su propia casa, tal y como predice la hipótesis. Además, la identidad tan imbuida de la presencia nororiental está siempre presente en la memoria de cada habitante.

PALABRAS CLAVE: 1. Espacio y lugar. 2. Barrio de la Maré. 3. Memoria. 4. Interdisciplinariedad. 5. Medio ambiente.

Sertanejo é forte
Supera miséria sem fim
Sertanejo homem forte
Dizia o Poeta assim¹

¹ Os Sertões – Samba-enredo – Carnaval de 1976 – Em Cima da Hora – Compositor: Edeor de Paula.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Prof. Dr. Yi-Fu Tuan, Geografo Humanista.	46
Figura 2 – Jornalista e escritor Euclides Rodrigues da Cunha.	67
Figura 3 – Área portuária, contraste entre a arquitetura dos prédios.....	81
Figura 4 – A Praia de Botafogo à frente e a Comunidade Tavares Bastos ao fundo	82
Figura 5 – Primeiros registros da Praia extinta do Apicu, década de 1940.....	102
Figura 6 – Primeiros registros da Praia extinta do Apicu, década de 1940.....	103
Figura 7– A partir da década de 1990 – Complexo da Maré.....	104
Figura 8 – Pão fresquinho, consumo garantido.	115
Figura 9 – A Vila dos Pinheiros, o Parque Ecológico e o Canal do Cunha.	122
Figura 10 – Vista aérea da pequena MacLaren	128
Figura 11– Passagem sob o Viaduto da Linha Amarela.....	129
Figura 12 – A rua Tiradentes, no Parque União antes da década de 1970	137
Figura 13 – A rua Tiradentes, no mesmo local, após a década de 1990.....	138
Figura 14 – Piscinão de Ramos: local de lazer, comércio e circulação.....	139
Figura 15 – Seu Irineu e Dona Creuza	162
Figura 16 – Dona Severina Martins e seu neto.....	163
Figura 17 – Dona Raimunda Simplício	164
Figura 18– Dona Irene: uma sobrevivente dos tempos da seca.....	167
Figura 19 – As passarelas nas palafitas, cuidado para não cair, na maré!	167
Figura 20 – Familhão.....	168
Figura 21 –Mapa de Canudos.....	171
Figura 22 – Mapa do Complexo da Maré.....	172
Figura 23– Atividade feita por aluno da escola pública	189
Figura 24 – Vista do helicóptero sobrevoando a região da Maré.....	190
Figura 25– Carro arrombado: depredação de patrimônio pessoal e violação de direitos.....	191
Figura 26– Operações Policiais durante a madrugada.....	193
Figura 27 – Operações durante o dia, receio e medo.....	194
Figura 28 – Sr Aluízio: primeiro presidente na Maré.....	207
Figura 29– Dona Elcyr Paixão: esperança sempre viva na memória	209
Figura 30 – Dona Durvaliana: contação de histórias.....	211
Figura 31 – Pessoas puxando o “rola” ainda vazio d’água.....	212

Figura 32 – Dona Aidê: memória ativa	214
Figura 33 – Lindenberg Cícero – o Bhega e suas estórias.....	215
Figura 34– Edição 127: Maré vacinada.....	220
Figura 35– Voluntários no Programa Maré Vacinada.....	221
Figura 36 – Trabalho Solidário, obras e voluntários: colaboração livre.	223
Figura 37 – Baile Charme marca presença na Maré.....	232
Figura 38 – Organizadores do baile e apreciadores.....	232
Figura 39– Primeiros desfiles do bloco, 1965	233
Figura 40 – Casal de Mestre-sala e Porta-bandeira da escola, no desfile de 2015.....	234
Figura 41 – Bandeira Oficial do Gato de Bonsucesso.....	235
Figura 42 – Desfiles de Blocos na Nova Holanda parceria com o Gato de Bonsucesso.....	235
Figura 43 – Apresentação: Casa das Mulheres da Maré	236
Figura 44 – Reunião em Pauta na Casa de Mulheres da Maré	237
Figura 45 – Centro de Artes da Maré: palco de apresentações	237
Figura 46– Palco de apresentações – balé artístico	238
Figura 47 – Apresentações no CAM, 2017	238
Figura 48– O Cidadão, edição nº0 – 1999.....	240
Figura 49 – O Cidadão, edição nº1 – 1999.....	240
Figura 50 – O Prédio do CIEP 326 Professo César Pernetta.....	241
Figura 51 – Evento Escolar com a equipe de professores e a direção.....	242
Figura 52 – O Complexo da Maré e o prédio do Ciep 326, no detalhe em destaque.	243
Figura 53 – Comemoração dos 25 anos de fundação do CIEP Prof. César Pernetta	244
Figura 54 – Um evento memorável com a participação de alunos e professores.....	244
Figura 55 – Loja típica de produtos nordestinos	250
Figura 56 – Barracas da Feira, artigos nordestinos	250
Figura 57 – Artigos Nordestinos esculpidos em Madeira	252
Figura 58 – Palco na Praça do Parque União	253
Figura 59 – Forró do Parque União.....	253
Figura 60 – Lona Cultural Municipal Herbert Vianna na Maré.....	254
Figura 61 – Placa comemorativa do 10º aniversário produzido por crianças em azulejo	255
Figura 62 – Placa indicativa do Museu da Maré	255
Figura 63– Fachada da Instituição.....	256
Figura 64 – O barraco azul e visitantes	257

Figura 65 – A Maré dividida em tempos	258
Figura 66 – Museu da Maré – entrada das exposições	258
Figura 67 – Fachada e equipe: Academia Luta Pela Paz.....	259
Figura 68 – Equipe do Luta Pela Paz e seu discipulado	261
Figura 69– Felipe Gomes, atletismo.....	261
Figura 70 – Prédio sede da Associação Redes da Maré	262
Figura 71 – Orquestra Sinfônica Maré do Amanhã	264
Figura 72– Ensaio com cordas – Maré do Amanhã.....	264
Figura 73– Maestro Carlos Eduardo Prazeres	265
Figura 74 – Orquestra Itinerante da Maré – Apresentação Teatro Municipal RJ.....	266
Figura 75 – A área verde: sede da Vila Olímpica da Maré	266
Figura 76 – Associação Especiais da Maré com sede na VOM	267
Figura 77 – Projeto Ambiental na VOM	268
Figura 78 – Fórum itinerante da Maré.....	280
Figura 79 – Desassoreamento dos Canais a céu aberto na Maré	280
Figura 80 – Coleta seletiva e Coleta de Lixo diariamente.....	281
Figura 81 – Canal a céu aberto – falta de limpeza e assoreamento	281
Figura 82 – Vila do João, Pinheiros e Esperança unidas em uma praça pública.....	282
Figura 83 – Pintura dos muros e canteiros, conservação das ruas.....	284
Figura 84 – Áreas verdes e vendedoras em casas de plantas – empreendedorismo verde	284
Figura 85 – Iniciativa escolar: jardim comunitário	284
Figura 86 – Composteira no espaço da Comlurb	285
Figura 87– Seu João: técnicas de agricultura para cultivar os jardins da Maré.....	285
Figura 88 – A Toponímia estampada em jornal local	286
Figura 89 – A Rua Doutor Teixeira Ribeiro na Comunidade de Nova Holanda.....	292
Figura 90 – O Conjunto Esperança.....	292
Figura 91 – Terreno baldio – proliferação de vetores e mosquitos na Maré	293
Figura 92 – Rio assoreado – vegetação crescendo às margens ciliares da encosta	294
Figura 93 – Moradores de rua vivendo embaixo da Linha Amarela.	294
Figura 94 – Morador de rua vivendo embaixo da linha Vermelha.....	295
Figura 95 – Após as chuvas, os grandes alagamentos nas principais ruas da Maré.	295
Figura 96 – Grandes chuvas, antigos problemas na Maré.....	296
Figura 97 – A Praça Pública e Parquinho Infantil abandonados	296

Figura 98 – Parquinho Infantil sucateado e abandonado.....	297
Figura 99 – Canal do Cunha, lixo e lançamento de esgoto a céu aberto	297
Figura 100 – Após as grandes chuvas, objetos são utilizados para sinalização de buracos. ..	298
Figura 101 – Um quintal de esgoto, um descaso produzido pelo próprio morador	298
Figura 102 – Sistema de abastecimento de água e saneamento básico	299
Figura 103 – Rua Flávia Farnese, uma nova comunidade se formando.....	299
Figura 104 – Rua Tatajuba: poluição visual e sinalização de perigo	300

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ilustração por Operações com uso de Helicóptero	192
Gráfico 2– Dados relativos às Operações Policiais na Maré	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de habitantes e de domicílios instalados no bairro da Maré por comunidade ano base 2010.	111
Tabela 2: Painéis referentes à Covid-19	220

LISTA DE SIGLAS

ADL	- Agência de Desenvolvimento Local
AM / OC	- Amplitude Modulation / Ondas Curtas
AMBENAP	- Implicações do Ambiente no Processo Ensino Aprendizagem: estudos sobre escolas públicas do Complexo do Alemão
AMPU	- Associação dos Moradores do Parque União
BDSPM	- Boletim de Segurança Pública na Maré
BEM	- Membro do Império Britânico
BENATO	- Trata-se de uma extinta fábrica de doces enlatados e doces em conserva denominada de BENATO. Nome próprio de um dos donos deste empreendimento
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BOPE	- Batalhão de Operações Especiais
BNH	- Banco Nacional de Habitação
BIB	- Batalhão de Infantaria Blindado
BRIC	- Brasil, Rússia, Índia e China
CAM	- Centro de Artes da Maré
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEASA	- Companhia Estadual de Abastecimento e Sociedade Anônima
CEASM	- Centro de Ações Solidárias da Maré
CEDAE	- Companhia Estadual de Distribuição de Água e Esgoto
CEHAB	- Companhia Estadual de Habitação
CEP	- Código de Endereçamento Postal
CF/88	- Constituição Federativa do Brasil de 1988
CHP	- Centro Habitacional Provisório
CICV	- Centro Internacional da Cruz Vermelha
CID	- Companhia Industrial de Disco
CIEP	- Centro Integrado de Educação Pública
COBAL	- Companhia Brasileira de Alimentos
COHAB	- Companhia Habitacional
CORE	- Coordenadoria de Operações com Recursos Especiais
COMLURB	- Companhia Municipal de Limpeza Urbana
COPPE/UFRJ	- Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia

COVID-19	- (CO)rona (VI)rus (D)isease. Tradução: Doença pelo Corona Vírus nº 19
CV	- Comando Vermelho
DOERJ	- Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
DOU	- Diário Oficial da União
ECO92	- Foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992.
E/CRE	- E/Coordenadoria Regional de Ensino
Ex-FAEP	- Ex- Fundação de Apoio à Escola Pública
FAETEC	- Fundação de Apoio à Escola Técnica
FENAME	- Fundação Nacional do Material Escolar
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FioCruz	- Instituto/Fundação Oswaldo Cruz
GRESGB	- Grêmio Recreativo e Escola de Samba Gato de Bonsucesso
IBGE	- Instituto Brasileiro de Pesquisas Estatísticas
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
JUCERJ	- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
LP	- Long Playing Record, em português: disco de longa duração, ou Long Play.
LPP	- Luta pela Paz
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MERS	- Síndrome Respiratória do Oriente Médio
MP	- Ministério Público
NEC	- Núcleo de Educação e Controle
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OBEDUC	- Observatório da Educação
OBMEP	- Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas
OMA	- Orquestra Maré do Amanhã
ONG	- Organização Não-Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
ORCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSC	- Organização da Sociedade Civil
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio

PPP	- Projeto Político Pedagógico
PSD	- Partido Social Democrático
PUC-Rio	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio+20	- A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência ECO92 e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. A Agenda 21 é uma delas.
SARS	- Síndrome Respiratória Aguda Grave
SEEDUC	- Secretaria de Educação
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TC	- Terceiro Comando
TCP	- Terceiro Comando Puro
TCE	- Tribunal de Contas do Estado
UERJ	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEVOM	- União Esportiva da Vila Olímpica da Maré
UFE	- União Fabril Exportação
UFF	- Universidade Federal Fluminense
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCat	- Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UNIMAR	- União das Associações de Moradores da Maré
UNIRIO	- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISUAM	- Centro Universitário Augusto Motta
UPA	- Unidade de Pronto Atendimento
UPP	- Unidade de Polícia Pacificadora
VOM	- Vila Olímpica da Maré

SUMÁRIO

Introdução	22
1 Capítulo I	44
1.1 Prolegômenos	44
1.2 Yi-Fu Tuan: Breve biografia – aprendendo com a Geografia Humana.....	45
1.3 Espaço e lugar: o <i>Não-lugar</i> e as <i>Paisagens do medo</i>	54
1.4 Euclides da Cunha no sertão dos lugares: o lugar de “Os sertões”	66
1.5 Canudos, um lugar de campanha	72
2 Capítulo II.....	77
2.1 Prolegômenos	77
2.2 Uma breve história sobre possíveis as origens das favelas cariocas	78
2.3 A terra: Maré, “terra ignota”, o Projeto Rio – a favela, possibilidades e desafios	99
2.3.1 Panorâmica dos Habitantes / Domicílios do Complexo da Maré	111
2.3.2 As Comunidades que compõem o bairro da Maré	116
2.3.2.1 O Conjunto Esperança.....	117
2.3.2.2 O Conjunto da Vila do João	118
2.3.2.3 O Conjunto Pinheiros	119
2.3.2.4 A Comunidade da Vila do Pinheiro	120
2.3.2.5 A Comunidade Salsa e Merengue	122
2.3.2.6 O Conjunto Bento Ribeiro Dantas	123
2.3.2.7 A Comunidade do Morro do Timbau.....	123
2.3.2.8 A Comunidade da Baixa do Sapateiro	125
2.3.2.9 A Favela MacLaren.....	127
2.3.2.10 O Conjunto Nova Maré	130
2.3.2.11 A Comunidade do Parque Maré.....	130
2.3.2.12 A Comunidade de Nova Holanda	132
2.3.2.13 A Comunidade do Parque Rubens Vaz	135
2.3.2.14 A Comunidade do Parque União	136
2.3.2.15 A Comunidade de Roquete Pinto.....	138
2.3.2.16 A Comunidade da Praia de Ramos	139
2.3.2.17 A Comunidade de Marcílio Dias	140
2.4 O homem: o Mareense – conquistas e dados socioeconômicos	141
2.4.1 Relato 1 e 2: Sr. Irineu e Dona Creuza – resistência, resiliência e moradia:.....	160
2.4.2 Relato 3: Dona Maria Ferreira e seu neto Marcos Martins	162
2.4.3 Relato 4: Dona Raimunda Simplício, 53 anos	164
2.4.4 Relato 5: Dona Irene da Cruz Gomes, 83 anos	165
2.5 A luta: resistência e resiliência	168

2.5.1	Relato 6 – Sr. Luiz Gonzaga	174
2.5.2	Luta e resistência face às condições de segurança e intervenção policial	187
2.5.3	Luta e resiliência: as marcas para poder fincar os pés no local	195
2.5.4	Relato 7: Sra. Aline Oliveira, 36 anos	202
2.5.5	Relato 8: Sr. Emílio Souza, 50 anos	203
2.5.6	Relato 9: Sr. Vilmar Gomes, 58 anos	203
2.5.7	Relato 10: Dra. Jaqueline Muniz, 48 anos	204
2.6	Moradores: figuras emblemáticas, no processo de luta e resistência	207
2.6.1	Relato 11: Sr. Aluizio: primeiro presidente da Associação de Moradores da Maré	207
2.6.2	Relato 12: Dona Elcyr: esperança e resistência	209
2.6.3	Relato 13: Dona Durvalina: o importante papel dos Griot's	210
2.6.4	Relato 14: Dona Aidê: resistência e contação de história	213
2.6.5	Relato 15: Lindenberg Cícero – o Bhega: um ator social	215
2.6.6	Resistência e a luta, face às complicações promovidas pela Covid-19 na Maré	218
3	Capítulo III	224
3.1	Prolegômenos	224
3.2	Espaços Culturais: desenvolvimento local e de promoção da vida	226
3.2.1	O Baile Charme no “Pontilhão”	231
3.2.2	Do Bloco “Mataram Meu Gato” à Escola de Samba Gato de Bonsucesso	233
3.2.3	A Casa de Mulheres da Maré na Nova Holanda	236
3.2.4	O Centro de Artes da Maré na Nova Holanda	237
3.2.5	O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM	239
3.2.6	O Ciep Brizolão 326 Professor Cesar Pernetta no Parque União	241
3.2.7	A Feira dos Artigos Nordestinos: artigos, iguarias e danças	248
3.2.8	O Forró do Parque União	251
3.2.9	A Lona Cultural da Maré Herbert Vianna	254
3.2.10	O Museu da Maré	255
3.2.11	A ONG Luta pela Paz	259
3.2.12	A ONG Redes da Maré	262
3.2.13	A Orquestra da Maré do Amanhã	263
3.2.14	A Vila Olímpica da Maré	266
3.3	Maré e Meio ambiente: um binômio nas áreas protegidas e sua biodiversidade	268
3.3.1	Consciência Ecológica necessária à comunidade: escapismo e soluções	278
3.3.2	Maré e Meio ambiente: o canal do Cunha e o Programa Favela-bairro	281
3.4	Toponímia e a Maré	286
3.4.1	A antiga Ilha dos Macacos:	288
3.4.2	A atual Praça do 18 (dezoito):	289
3.4.3	A antiga Parada C-4:	290
3.4.4	O antigo aviário “Pavão Dourado”:	290

3.4.5	Exemplos de toponímia:	292
3.5	Toponegligência e a Maré.....	293
	Considerações finais	301
	Referências	307
	Referências de Yi-Fu Tuan:	320
	Apêndice	323
	Anexo:	332

INTRODUÇÃO

Iniciar este trabalho, não foi fácil, nada na vida é fácil, depende de sua meta e trajetória. Praticá-lo e vivenciá-lo todos os dias tornou-se uma das maiores metas a ser alcançada em minha vida, e uma espécie de lenitivo e arma para o enfrentamento de possíveis desânimos, principalmente, depois da descoberta do adenocarcinoma que se desenvolveu em meu corpo, com metástase óssea. Uma experiência extremamente dolorosa, desgastante e limitadora. Nesse momento, provocado pela orientação da Tese, busquei tratar de algo que se relacionasse efetiva e intimamente com as minhas identidades pessoal e profissional e que me desse prazer relembrar e aprofundar estudos de uma Tese de Doutorado em um programa de Pós-Graduação interdisciplinar, como o Programa de Pós-Graduação em Humanidades Culturas e artes.

Sou o filho mais velho de uma família de 8 irmãos, cujos pais são provenientes da classe operária. Sou casado, tenho dois filhos e um neto. Nasci no bairro de Pilares, na Cidade do Rio de Janeiro. Por motivos habitacionais e financeiros, meus pais foram morar no bairro até então denominado Bonsucesso. Conclui o ensino básico na rede pública de ensino, na década de 1980. Em 1984, graduado em Ciências Naturais e Matemática pela Faculdade Castelo Branco, já lecionava no grupo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – RJ do Rio de Janeiro. A partir daí, conclui diversas especializações na área de Matemática: Estatística e Matemática Financeira e, na área de Pedagogia: Psicopedagogia, Administração e Supervisão Escolar. Já na área de Ciências ambientais e sociais: História, Geografia e Sustentabilidade e Meio ambiente. Com certa dificuldade pude concluir o Mestrado em 2015, com enfoque Interdisciplinar e Ciências Ambientais, graças a uma bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e pelos olhares atentos de minhas eternas orientadoras: Profa. Dra. Ana Maria Pires Novaes, Profa. Maria Geralda de Miranda e Profa. Dra. Katia Eliane Santos Avelar. Aprovado em concurso público, trabalhei pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro durante 22 anos no bairro da Maré, lecionando Matemática na Educação Básica. Em 1994, ingressei como docente no CIEP 326 Professor César Pernetta pertencente à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro –

SEEDUC, no qual lecionei Matemática, Desenho Geométrico e Física até o ano de 2013. No ano de 1997, fui convidado a exercer a função de Diretor Adjunto na qual permaneci até o ano de 1999. No final do ano de 1.999, fui eleito Diretor Geral pelo colegiado constituído pela comunidade escolar do Parque União para este fim, função que exerci até o ano de 2019, atualmente licenciado por questões de saúde e tratamento. Além de trabalhar e estudar por longas horas ao dia, dedico-me também, como lazer, às artes: faço pintura em imagens sacras e restauração. Além disso, um dos meus *hobbies* é o origami.

Ao longo de minha formação e carreira fui percebendo que em Bonsucesso - como era denominada a parte do antigo bairro de Bonsucesso, onde passei a morar, passou a ser chamado de favela da Maré a partir da década de 1980, ora Complexo da Maré, a partir da década de 1990, ora bairro da Maré, a partir de 1994, e atualmente habita o imaginário da população carioca, uma sensível paisagem que impõe medo, fazendo com que esse local passasse a ter referência, ora de “espaço”, ora de “lugar”. O Geógrafo Tuan entende, grosso modo, que espaço é um lugar sem significados, sem relação afetiva, psicológica com seus moradores. Já, “lugar” é um espaço que mantém com seus moradores afinidades afetivas, íntimas, psicológicas, rica plenamente de significados, lembranças, recorde da vida.

Muitas vezes por questão de insegurança, represálias e/ou por receio do preconceito, era reconhecido, por mim, embora, inconscientemente, como um “não-lugar”. Aqui, a expressão “não lugar” é trabalhada a partir da visão de Marc Augé (2012, p.7), para o qual “não lugar” são espaços de passagem, de transição, que não têm uma relação efetiva com o indivíduo. Talvez, as pressões sofridas na infância ou adolescência em relação a estar em um local e ser considerado que está em outro, certamente, provocou e provoca muita confusão na mente e na vida de muitas pessoas, inclusive, adentrar à favela, à época, era impossível, por represálias de meus pais. Sair de casa, só se fosse no sentido contrário à comunidade e sempre em direção à Avenida Brasil.

Logo nos primeiros contatos com o orientador, veio-me à memória, minha enorme relação com as ciências, com o Meio ambiente e com o meu lugar, Bonsucesso (Maré), compreendendo aqui, a palavra lugar como a entende o Geógrafo humanista Yi-Fu Tuan, como lar de um indivíduo, por manter com este uma relação, não somente social, mas psicológica e afetiva.

Como morador, professor e diretor, por décadas, de escolas das redes Municipal e Estadual da região, tive a oportunidade de conviver com diversos grupos de moradores e lideranças comunitárias, conhecer seus problemas, presenciar suas alegrias e vivenciar o cotidiano do lugar, que era e se tornou, mais ainda “meu lugar”, lembrando, aqui, a letra de um samba conhecido da autoria de Arlindo Cruz e Mauro Diniz: “O meu lugar / Tem seus mitos e seres de luz (...) / É sorriso, é paz e prazer (...) / Ai, meu lugar / A saudade me faz lembrar / Os amores que eu tive por lá / É difícil esquecer (...)”. Em relação a essa canção é possível afirmar que a repetição do verso inicial “o meu lugar”, nas quatro primeiras estrofes tem por finalidade enfatizar a experiência de pertencimento do eu lírico.

E, é através do título “Meu lugar” que o eu lírico, dessa canção, fornece uma série de elementos para se pensar sobre o lugar que está sendo cantado, isto é, esse título carrega consigo uma explícita relação de pertencimento entre o compositor e o lugar retratado. Apesar de essa música estar relacionada diretamente com o bairro de Madureira e tudo o mais que o interliga, o sentimento que aflora a partir de sua letra me aproxima dos mesmos sentimentos que sinto pela Maré, pois retrata uma série de elementos que o enquadram geográfica, politicossocial, religioso, psicológico e culturalmente, com os seus bairros vizinhos, dentre outras características que remontam à sua identidade suburbana, tais como os jogos populares que lá existem e são praticados; além de outras indicações sobre os significados que ligam o lugar a aspectos de religiosidade afro-brasileira; do pertencimento ao lugar; das lutas cotidianas de sobrevivência, uma vez que nesta canção há uma crítica social: “O meu lugar / é cercado de luta e suor / esperança num mundo melhor”.

Nesta perspectiva, há um trecho que na canção onde o eu lírico remonta a um sentimento de memorialismo, saudade e pertencimento a um lugar, assim como eu me sinto por este bairro: “Ah que lugar / a saudade me faz lembrar / os amores que eu tive por lá / é difícil esquecer”, “Doce lugar / que é eterno no meu coração”.

Ao analisar os trechos da canção mencionada acima, percebe-se que ela indica um tipo de interação entre o indivíduo e o lugar. Esta interação explícita expressa um processo de apego e pertencimento ao lugar. Neste sentido, segundo a geografia física, (CARLOS, 2007, p.57), “por meio do conceito de paisagem, o imaginário social transforma culturalmente a

natureza, ao mesmo tempo que os sistemas técnicos agregam ao território as formas – conteúdo da paisagem constituídas por representações sociais”. Assim, considerando os aspectos relativos ao conceito de paisagem na geografia física, tal qual tratado no excerto acima, é correto afirmar que a paisagem de um bairro possui um caráter dinâmico, podendo ser modificada e construída social e culturalmente.

Ao organizar a presente Tese, pensei em uma hipótese que parte exatamente de minha vivência, de meus trabalhos e estudos sobre a Maré, essa Região que muitos entendem como uma espécie de sertão inabitável, por ser, na visão apressada deles, inóspita, perigosa, insalubre. Entende-se, aqui, que isso se dá por não a conhecerem mais de perto ou, mais intimamente, como eu a conheço. Quando se conhece bem um lugar, o que parceria, em um olhar apressado e, geralmente, preconceituoso, um sertão inóspito, um espaço de ninguém, é, em realidade, mais um sertão do mundo, como diria João Guimarães Rosa, pois o mundo é um sertão. Então, sertão não é, necessariamente, um lugar inóspito, mas um espaço rico de nuances vitais e salutareis que, muitas vezes, não é facilmente perceptível.

Nas primeiras reuniões de orientação, com um orientador com grande incursão no campo interdisciplinar e oriundo da área da Literatura, entusiasmei-me com a oportunidade ímpar a de produzir uma Tese em que eu, realmente, pudesse utilizar conhecimentos pessoais e profissionais que tenho acumulado em minha eclética trajetória no campo das ciências: no Campo das Ciências Naturais e da Matemática: as Ciências físicas e biológicas e no Campo das Ciências Sociais: a filosofia, a sociologia a história das civilizações e a Geografia Humana. Lembrei-me de uma das obras brasileiras mais híbridas (ou, em linguagem de hoje, interdisciplinares). Influenciado por uma grande afeição que tenho pela obra de Euclides da Cunha, *os Sertões*, decidi estudar, pelo viés do lugar, da memória e das identidades, esse sertão da Maré, lugar pouco conhecido em suas intimidades (seus problemas graves, suas alegrias mais tênues e peculiares). Afirmo, então, que ter um espaço seu para morar, com seus amigos e parentes, para muitos, que nada têm é o mesmo que possuir um tesouro. Nessa intenção indireta de mostrar, como o fez Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, que o mareense é antes de tudo um forte, essa Tese tem *Os Sertões* como inspiração, o que muito me auxilia a manter, também, aqui, em meu mais importante trabalho acadêmico, minha costumeira e pessoal maneira de aproximar Ciências Exatas e Ciências Humanas. Quando reflito, trabalho e vivo, aproprio-me dos conhecimentos (interdisciplinares) que, Graças a Deus, armazenei durante a

vida, advindos de diversas áreas do Saber. Daí esse estudo interdisciplinar conter divisões como a Terra, a luta e do Homem e da Mulher mareenses.

Os maiores mediadores, nessa viagem reflexiva, rumo ao “sertão” da Maré, são os estudos do Geógrafo humanista sino-americano Yi-Fu Tuan, principalmente os contidos em: “Espaço e Lugar a perspectiva da experiência” e “Topofilia”, que tratam do amor, do afeto a um lugar e os apontamentos do jornalista Euclides da Cunha.

A pergunta central que essa Tese busca responder parte da seguinte questão: “A Maré se constitui, efetivamente, como um mero espaço, ou pode ser entendida como um lugar, um lar, como o estuda Tuan? Para responder a essa pergunta, serão estudados, em termos interdisciplinares, aspectos geográficos, matemáticos, culturais, dentre outros sob a inspiração da obra já citada, de Euclides da Cunha, de questões que vão da violência, à culinária mareense, passando por sua memória, seus costumes, colorido, danças, gestos, enfim, por alguns dos seus aspectos identitários mais marcantes: a interdisciplinaridade e os relatos advindos por meio das entrevistas publicadas e, que aglutinam-se este trabalho.

Uma primeira questão, a que a tese alude e que, em realidade a norteia, é a da interdisciplinaridade, por razões que para mim, parecem óbvias, concordando com o pensamento de Hilton Japiassu (1976). Ainda que seus apontamentos tenham sido estabelecidos há cinco décadas, isso não os configura como ultrapassados, mesmo por quê, segundo ele, quanto ao termo interdisciplinar, a academia deve reconhecer que não possui um sentido epistemológico único e estável. Trata-se, pois, de um neologismo cuja significação nem sempre é a mesma coisa a qual se formou a nova palavra por aglutinação ou justaposição a partir daquelas que lhe deram origem, cujo papel tampouco é compreendido da mesma forma. De certo modo, ao concordar com Japiassu (1976, p.74), reafirmo que “a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa”. Para isso, o uso de diferentes linguagens e/ou instrumentos é útil, podendo promover essa conexão. O caráter interdisciplinar da Geografia Humana, em consonância com as demais áreas do conhecimento, também, se materializa no uso de obras de literatura, da musicalidade, dos eventos da história, dos axiomas sociológicos que compõem as Ciências Sociais, nos tópicos que constituem os fenômenos provocados pelas Ciências Naturais, que muitas vezes são justificados pelo raciocínio lógico,

isto é, como é o caso da lógica Matemática da qual muitas áreas do conhecimento se apropriaram a partir do raciocínio lógico.

Nas últimas décadas, a interdisciplinaridade vem sendo discutida por diversos autores e encaixada em processos que envolvem a reflexão dos profissionais, principalmente, os da educação. Sobre essa metodologia, entende-se que a interdisciplinaridade é uma alternativa à abordagem disciplinar já normalizadora, há décadas, dos diversos objetos de estudo, que começa a ser utilizada em sala de aula quando os professores percebem que os alunos não conseguem fazer uma interrelação entre as temáticas estudadas e os demais ramos do conhecimento. Nesse sentido, a interdisciplinaridade faz com que os olhares se tornem mais dinâmicos e com conexões e assuntos ligados ao cotidiano, sendo essencial que o professor tente fazer uma relação entre as ciências e os conteúdos das outras disciplinas para conseguir que sua aplicação envolva toda a turma (THIESEN, 2008). Para Fazenda (2017, p.103), “interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação”. E é o que se intenta realizar nesta Tese.

O fundamental na relação interdisciplinar é o conhecimento. Citando Hermes², de acordo com Schuré (1986), o conhecimento é, ao mesmo tempo, um fenômeno multidimensional, antes de tudo, é como riqueza, destinado ao uso. A sua posse, ou a posse do conhecimento sem ser acompanhada de uma manifestação ou da expressão “em ação”, seria como um amontoado de metais preciosos, uma coisa vã e tola.

No entender desta Tese, a Maré, como outros espaços subalternizados, de acordo com Bauman (2005 a; 2005 b) carrega a marca de nossas maiores contradições como sociedade. Mas, se de um lado carrega em si a maior expressão de nossas desigualdades, por outro, abre enormes possibilidades de mudanças, caso se desvelem seus aspectos identitários mais evidentes e mais ocultados pela massificação da informação. E, até mesmo os sentimentos provocados nas remoções de moradores de forma mais injusta e arbitrária, onde o outro é visto como um algo a menos que o “descarte – o resíduo – o que sobra – o lixo” (BAUMAN, 2005a, p.81). É necessário, efetivamente, conhecer a Maré em suas nuances salutaras e suas enormes potencialidades, em amplo sentido. Esta Tese utiliza a ideia de sertão, termo já mencionado

² Hermes é o título do livro que no caso é também a referência do nome do Deus Grego.

anteriormente, como algo a ser conhecido de perto, com estudos aprofundados, de certa maneira, como o fizeram Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, João Guimarães Rosa, cada um, à sua maneira. Se para Euclides da Cunha, o sertanejo é antes de tudo um forte, para Rosa, o sertão é o mundo e o mundo é o sertão.

Em um mundo sistêmico e altamente globalizado, questiona-se, então: o que deve ser a sua identidade? Bauman enfatiza que, na atualidade, a busca pela identidade é um ato de liberação dos costumes tradicionais, um evento das rotinas preestabelecidas e das verdades inquestionáveis. Neste sentido, a identidade nacional é questionável.

Zygmunt Bauman, um dos maiores teóricos da atualidade, mostra como a identidade se tornou um conceito-chave para o entendimento da vida social na era da “modernidade líquida”, face a velocidade em que liquidez é produzida na temporalidade. Identidade volta-se a uma questão central para o pensamento desse autor em alguns de seus livros: no mundo de hoje, qual é o espaço do eu e do outro?

A respeito do conceito de Identidade, Bauman não desconhece as divergências sobre o conceito de identidade pelo contrário. Cada conceito é permeado por valores similares, indispensáveis para uma existência. Isso significa dizer que a essência da identidade humana não poderia ser modificada, nascia pronta e assim permanecia até o fim da vida do indivíduo. Havia uma crença numa identidade plena, imutável. Hoje, para se compreender o conceito de identidade em Bauman (2005b) faz-se necessário primeiramente considerar o contexto histórico-social em que vivemos, denominado por ele de “modernidade líquida”. Neste sentido, a Identidade volta a uma questão central do pensamento deste autor, e supostamente a esta tese, como também em alguns de seus livros: no mundo de hoje, qual é o espaço do eu e do outro?

A Maré é um lugar, um lar, para aqueles que nela habitam e carregam cotidianamente o orgulho de ali residir e, não somente isso, por lidar e/ou trabalhar nele e/ou por ele, como estabelecido na visão de Joel Rufino dos Santos, que conceitua o pobre a partir de conceitos matemáticos da sociedade. Em *Épuras do Social*, uma obra não-ficcional, onde Joel dos Santos (2004) aborda uma questão inquietante, proposta no subtítulo do livro: "Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres". Trata-se não menos que um questionamento, mas antes de tudo uma afirmação. Já que podem e por quê? O interessante é que esse autor

utiliza um conceito da Matemática – *épura* – um ente da Geometria Descritiva utilizado no Desenho Geométrico, para ressignificar uma possibilidade de mudança, reconstrução, movimento, uma conversão antes planejada. A proposição, aparentemente simples, envolve na realidade uma série complexa de coordenadas sociais, humanas, políticas, relacionadas com a história, a crítica literária, a filosofia, a teoria da comunicação e as práticas do direito. Não basta querer, “arregaçar as mangas”, isto é, duplicar o esforço pessoal e fazer acontecer. Para chegar aí, como numa cansativa corrida de obstáculos, é preciso disposição, superação, mas também uma nova atitude diante do problema. Trabalhar para os pobres é antes de tudo dar a estes a oportunidade de lhes conhecer sua dignidade e suas capacidades que todo o ser humano as possui.

Descrente dos intelectuais, acreditando como Brecht na sua "ruindade de coração", Joel Rufino dos Santos (2004) nutre, porém, uma secreta dúvida de que talvez esteja equivocado. Afinal, sendo homens como quaisquer outros, por que os intelectuais não podem auxiliar os pobres? Mas o que são pobres? Ou, mais ainda: quem são os pobres?

Para definir o problema com precisão, sem "nada de vago filosofismo, de afirmativas sem lastro histórico-social", Joel Rufino dos Santos (*Op. Cit.*) baseia o seu raciocínio em uma longa análise de clássicos da literatura realista brasileira e da sociologia acadêmica, para em seguida, responder a outra pergunta não menos imprecisa: Ou quem são intelectuais? Aqui o diálogo se estende a figuras tão dessemelhantes como Roland Barthes e Adoniran Barbosa, Raul Pompéia e Carolina Maria de Jesus.

Na análise da mutação histórica da cultura que serve para fundamentar o capítulo que esclarece a razão do título de seu livro, *Épuras do Social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*, o autor estuda o pensamento de Braudel, Marcuse, Fernando Henrique Cardoso, para terminar com uma conclusão provocativa: os intelectuais que trabalham para os pobres, apenas o fazem para que os pobres continuem trabalhando para eles. É contra essa situação que Rufino se volta, propondo uma nova forma de ação sistemática dos intelectuais a favor dos pobres. O desafio para esta corrida está lançado. O porquê não se pode trabalhar em prol dos pobres da Maré? E/ou por que este território, com alma e costume

identitário nordestino não pode ser bom, ou se encontrar algo de bom? É possível, todavia, tudo tem seu preço.

Mas, para a opinião pública, não pode haver algo de bom nessa localidade. Esse é o eixo das reflexões desta Tese, sua mola propulsora, pois quem aprofunda o olhar e os estudos sobre o bairro da Maré percebe que não há apenas uma Maré, mas várias. Imersa em um imenso preconceito que desfoca o olhar de incautos, que só veem o que já está cristalizado: a violência, as drogas, as armas, e a quebra de direitos que são de propriedade efetiva dos mareenses, tampouco violência, drogas e armas existem apenas no Bairro da Maré. A presente Tese parte da ideia de diversidade para desvelar nesse sertão da Maré, como também, o ser tão do lugar dentre outras marés pouco ou nada conhecidas da sociedade brasileira.

A Tese se baseia, portanto, na hipótese de que, mais que um mero espaço, a maré é um lugar bom de se viver, com suas memórias e suas identidades, sempre relacionada com seus aspectos geossociais, ligados a características inerentes ao Meio ambiente, e que não existe apenas uma Maré, a Maré da violência; do preconceito e da subalternidade, mas de outras Marés: a da cultura, da solidariedade, da arte, da educação e, de muitas outras. A Tese comprovará, a partir do trato de narrativas, relatos contidos em jornais cariocas/loais e nos periódicos como boletins informativos da região, e não a partir de entrevistas físicas, realizadas com um entrevistado e um entrevistador, com seus moradores; nos quais comprovarão que existem Marés ainda desconhecidas, peçadas de afeto e de qualidade de vida. Não se trata de esquecer os problemas, de achar que tudo na Maré é, ou está, ótimo e funciona às mil maravilhas, mas de iluminar também suas virtudes, utilizando para isso, como já se disse, o campo interdisciplinar de estudos. O sertão inóspito, criado na mente das pessoas, talvez, pela ignorância, somado à avidez pelas matérias sangrentas da grande mídia e da contrainformação generalizada, oculta variações, mudanças sociais permanentes, como ocorre, no caso dos mares, com as marés.

O fenômeno geo-biofísico produzido pelas marés marcou o atual bairro da Maré, com suas palafitas do passado. E esta Tese utiliza a mesma denominação, em sua polifonia como base da estratégia de trazer para a discussão elementos identitários do bairro homônimo, ao considerar as reflexões do texto de Bauman (2005b, p.26), entendendo que a ideia de “identidade” “nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido

de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e, erguer a sua realidade aos padrões já estabelecidos pela ideia”. Intenta-se ir ao encontro das Marés, das outras Marés, ao sabor das Marés, ou seja, de acordo com suas nuances. Como se sabe e se pode confirmar em site popular, como o Wikipédia Brasil (acesso 26/09/21), costuma-se denominar Marés “às alterações cíclicas do nível das águas do mar causadas pelos efeitos combinados da rotação da Terra com as forças gravitacionais exercidas pela Lua e pelo Sol sobre o campo gravítico da Terra”. De acordo com as Marés, no caso aqui em questão, com os estudos sobre as várias faces do Bairro da Maré, a Tese trará para o conhecimento público nuances pouco conhecidas, mostrando que a Maré não é um espaço qualquer, mas um lugar único para quem com ele mantém enorme intimidade.

O segundo aspecto é o ser tão da Maré: Ou seja, o pertencimento ao lugar – um empreendimento de si mesmo ao lugar. Outro aspecto, muito forte, cuja temática a ser tratada aqui será a respeito de reflexões que se estabelecem sobre o Meio ambiente e, a partir deste, os sentimentos que são gerados, principalmente de memórias, representações, saudades, de pertencimento, de fixação à terra, à localidade, ao espaço, de desprezo ou de repulsa. Ao estudar os textos de Yi-Fu Tuan, principalmente, *Espaço e lugar: perspectiva da experiência* (2013); *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio ambiente* (2012) e *Paisagens do Medo* (2005); percebi que o **locus** do bairro da Maré seria ideal para observar e verificar, se na prática, os apontamentos desse autor contribuíram ou contribuem na formação, e a formação da identidade, desta localidade. Além disso, ao apresentar dois novos conceitos, que considero importantes, a partir dos dois primeiros, Espaço e Lugar, pois estes dois últimos são gerados desses dois, Topofilia ou Topofobia, pois também são explorados e verificados no local sob a perspectiva de Tuan, como são os exemplos de Topofilia em Toponímia e de Topofobia em Toponegligência.

Espaço e Lugar estão intimamente relacionados a identidade de um indivíduo, a memória também é uma forte fonte de ligação entre esses aspectos. Ao longo da vida transformamos algumas experiências em memórias. As memórias dos doces da vovó, dos lugares por onde passamos ou visitamos, das brincadeiras infantis, do cafezinho no final da tarde em uma viagem, do tipo de aula e do professor em determinado curso que nos cativou, do grupo de amigos e dos trabalhos realizados sob a forma de cooperação ficam registrados como fatos ímpares em nossa vida. E Tuan (1963) classifica essas memórias que tomamos de nossa própria vida, em dois grupos: aquelas que se relacionam com o bem-estar do nosso corpo e

aquelas que alimentam a nossa alma em relação ao local em que vivemos ou vivíamos. Muito embora, de pessoa para pessoa, possam essas memórias, que influenciam em nossos sentimentos em relação ao local ou em relação ao outro, ser diferentes nos detalhes: na época vivida, nas especificidades ou nas circunstâncias em que foram vivenciadas ou experimentadas, as memórias não se diferem na sua essência uma vez que se relacionam com as necessidades básicas do corpo que se faz “acolhedor, carinhoso e privado” (TUAN, 1963, p.18).

Concordando com Alberti (2004, p.15), “[...] quando isso acontece é porque nela encontramos a *vivacidade* do passado, a possibilidade de revivê-lo pela experiência do entrevistado. Não é à toa que a isso muitos dão o nome de história (ou memória) *viva*”. A memória é a presença do passado (ROUSSO, 1996, p.94 *apud* ALBERTI, 2004, p.15). Assim, uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento. Neste sentido, Alberti (2004) reforça esta ideia de que “quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, mesmo que o pesquisador somente recolha os apontamentos contidos nos depoimentos dos entrevistados, tanto escritos como publicados, porque fascina com a experiência do outro. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas”.

Neste estudo, verificaremos a percepção que os mareenses têm sobre a Maré, por meio de seus relatos publicados, em relação ao lugar e com os sentimentos de *topofilia/topofobia*. E ao final da explanação deste estudo, apontar mais dois sentimentos existentes em relação ao lugar e o Meio ambiente que são a *toponímia* e a *toponegligência*.

Neste contexto, o presente estudo tem por objetivo principal apresentar o olhar humanista, de cunho documental e bibliográfico reflexivo sobre um determinado território conhecido, midiaticamente, como Complexo da Maré, que antes da década de 1990 era denominado de favela da Maré. A partir do ano de 1994, tornou-se um bairro, por decreto municipal, localizado na zona norte da Cidade do Rio de Janeiro, possuindo cerca de 140 mil habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, distribuídos em, pelo menos, 43.000 domicílios. A relevância deste estudo encontra-se na releitura das características configuradas na memória do cotidiano deste, ocupante do imaginário da sociedade externa, e situado como não-lugar. Para isso, a estrutura adotada foi inspirada na obra intitulada *Os Sertões*, um clássico

da literatura brasileira do jornalista, engenheiro, matemático, geógrafo, sociólogo e escritor brasileiro Euclides da Cunha, publicado no início do século XX, 1902, e que no ano de 2022 comemorar-se-á os seus 120 anos da publicação de sua 1ª. edição e em agosto os 113 anos da morte de seu autor.

Do muito que já se falou e se escreveu sobre o bairro da Maré, cabe recordar alguns dos principais estudos realizados sobre essa localidade, a começar por Silva (2016) com sua Dissertação de Mestrado intitulada: “A Maré e seus complexos: desvelando o microterritório da Favela MacLaren com destaque para as condições de vida e saúde de seus moradores”. Trata-se de uma interessante realidade de uma pequeníssima comunidade e sua situação de existência e sobrevivência em um bairro que, muitas vezes, não o é reconhecido nem pelo governo.

Brum, em 2014, por meio de sua Comunicação Oral: *A Urbanização de Favelas como Política de Estado e seus Impactos no Movimento Comunitário das Favelas Cariocas entre 1980 a 1990*, na 15ª. edição do Simpósio sobre urbanização, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, enfatizou sobre as políticas de desenvolvimento adotado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em relação à urbanização de favelas como políticas de Estado e seus impactos no movimento comunitário das favelas cariocas entre os anos de 1980 a 1990. É nesse contexto que se demonstra porque o Complexo da Maré passou a ser denominado bairro.

Em seguida, salienta-se a produção de Nascimento; Brito e Gadelha (2014), no I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, em São Bernardo do Campo, São Paulo. No artigo, os autores citam a complexidade de temas que envolvem a Maré, cujo modelo de estruturação, assemelha-se a uma nova comunidade recém-concebida, a Nova-Maré no Rio de Janeiro. Seu enfoque principal trata sobre a inserção de crianças e jovens da comunidade Nova Maré em diferentes projetos do bairro e como a resiliência destes afeta seu sucesso e permanência nesses projetos.

Siqueira, em 2013, com sua família ainda residindo no bairro, apresentou à banca de Mestrado a dissertação intitulada: *Letramentos formal e não formal: ferramentas de inclusão social na interação família, escola e aluno*. Seu trabalho, junto aos protagonistas moradores da Maré, as mães e seus filhos, alunos matriculados na rede pública localizada na comunidade de Marcilio Dias, no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, visa desenvolver atividades que ampliem

seus níveis de letramento, envolvendo suas respectivas famílias. Busca-se, com isso, o aperfeiçoamento da leitura e da escrita para o progresso social e individual por meio da interação entre escola-aluno-família.

Outro trabalho também importante é o de Silva (2009), ex-moradora da Maré e presidente da ONG Redes da Maré, que aborda, em sua Tese de Doutorado, as práticas policiais na favela da Maré, onde a autora propõe a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas. Jailson Souza e Silva *et. al.* (2009), ex-morador da Maré e professor de Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, também apresenta um novo enfoque sobre a Maré, intitulado: *O que é a favela afinal*, em uma coprodução pelo Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

Em 2008, Vieira, uma importante liderança na Maré, defendeu sua pesquisa de Mestrado em Memória Social pela UniRio. Antônio Carlos Pinto Vieira, graduado em Direito e advogado, tendo experiência no campo da memória social, com ênfase em estudos sobre a Cidade do Rio de Janeiro, em especial sobre as favelas e em Museologia Social, principalmente no estudo dos museus comunitários e de temática social, aborda em sua dissertação a memória e a história desse lugar recebendo por título: *Do engenho à favela, do mar ao chão, memórias da construção do espaço da Maré*.

Um outro trabalho, nessa mesma linha, defendido por uma outra ex-moradora da Maré e professora de História, Silva (2006a), ressalta em sua Dissertação de Mestrado, a importância dos estudos sobre memória histórica em relação à criação do bairro da Maré e sua conjuntura politicossocial desde sua criação.

Jailson Souza e Silva (2003), em sua Tese de Doutorado, *Por que uns, outros não?*, também aborda a temática da Maré com enfoque na educação de jovens que ingressam nas Universidades, ou seja, seus apontamentos estão centrados na descrição e análise da trajetória escolar de um determinado grupo de jovens estudantes da Maré, maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro. Por fim, nesta perspectiva, convém também recordar o intenso trabalho de Valla (1986), que, em suas considerações, aborda as políticas públicas de Educação planejadas para as favelas do Rio de Janeiro, incluindo em seu texto, o Complexo da Maré, antes de ser decretado um bairro.

Tendo como referência a Revisão de Literatura apresentada acima, salienta-se que dos trabalhos publicados sobre a Maré entre Seminários, Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado e/ou Monografias, do ano de 2003 ao ano de 2016, dez pertencem a autores cuja origem está na Maré. São ex-moradores e/ou professores que trabalharam ou ainda atuam nesta região. Entende-se que há um *looping* de 17 anos onde não há menção a publicações de trabalhos acadêmicos sobre a Maré; onde Valla (1986) foi o primeiro pesquisador a relatar uma temática sobre Educação na Maré e, retornando após um longo intervalo de tempo com Souza e Silva (2003), com seu trabalho de doutoramento, cuja temática, também em Educação, está voltado à Maré.

Para fins de ilustração, apenas dois trabalhos há uma mínima referência sobre Meio ambiente (o construído e o conquistado), os demais falam sobre aspectos ligados a escolarização, moradia, gênero e a violência urbana. Em relação ao método de pesquisa utilizado, a natureza da pesquisa é caracterizada por uma revisão bibliográfica, exploratória e descritiva de abordagem qualitativa. A base para o desenvolvimento teórico na Revisão de Literatura, conforme dito anteriormente, foram trabalhos acadêmicos encontrados na plataforma digital. Assim, o levantamento dos dados, para esta revisão, foi realizado por meio de pesquisas exploratória na plataforma digital: Google Acadêmico e SciElo, onde as palavras chaves utilizadas foram: “Maré”. “Complexo da Maré”. “Bairro Maré”; “Meio ambiente”, simultaneamente. Foram encontrados 186 trabalhos, desses apenas 10 foram utilizados, conforme relatados acima.

Meu parecer é que ao considerar as colocações dos mestres e doutores acima referendados, admito, também, que em tais obras acima referenciadas, ambas de rara beleza e inovadoras, reafirmo que cada uma delas, ao seu tempo, retratam sobre a Maré em contextos diversos nos quais seus moradores estão envolvidos. Todas são importantes e propiciam contribuições importantes tanto para a melhoria da localidade, vista como bairro, quanto para a Universidade, pois se trata de um território e de moradores em condições ímpares, um lugar profícuo à pesquisa. Porém, saliento que o presente estudo, ousadamente, aborda a Maré como Bairro, na perspectiva de como Tuan defende sua tese a respeito dos sentimentos topológicos, temática esta, ainda não abordada sob esse aspecto por qualquer pesquisador no território da

Maré, tampouco sob a luz da problemática do lugar e o Meio ambiente, ou do ponto de vista sob o olhar de Euclides da Cunha sobre *Os Sertões*.

De certa forma, a denúncia que é feita na obra de Euclides da Cunha, acerca de lugares pouco conhecidos, os sertões, continua extremamente atual e necessária para se entender, também, o fenômeno urbano, os desafios e as conquistas dessa localidade denominada de Maré. Analogamente, assim como no Brasil, “terra das desigualdades”, a Maré, ainda luta pela erradicação da miséria, da ignorância e das violências estruturais, psicológicas, simbólicas ou não, provocadas pela falta de oportunidades, legitimação, ética, justiça social, políticas públicas adequadas e condizentes com o meio e sua população, dentre outras observações atreladas às questões socioambientais que são encontradas nesse lugar.

Será a partir de reflexões sobre a Terra, o Homem e sua Luta, roteiro adaptado e inspirado na obra de Euclides da Cunha que a panorâmica e o debate propostos darão subsídios a esta pesquisa a fim de responder, além da questão de ser a Maré um lugar, na concepção de Tuan, um questionamento que se desdobra em outros dois: É possível, onde e/ou quando, identificar nas falas dos moradores do bairro da Maré, em seu lugar de fala, ou nas ilustrações publicadas, sentimentos topológicos de topofilia e/ou topofobia? Para responder as questões socioambientais encontradas no bairro da Maré, é possível verificar, onde e/ou quando, caso existam, outros dois sentimentos topológicos: toponímia e toponegligência? Desta forma, o mote adotado na inspiração proveniente de *Os Sertões* é dada como um caminho percebido na maneira como o seu autor, Euclides da Cunha, de formação positivista, na Escola Politécnica, já se aproximava, em sua escrita, como também, no intertexto das ciências exatas às ciências humanas. Na equação crua de Francis Bacon: saber é poder. A propósito, a obra que será utilizada como guia para esta Tese, trata-se da publicação de 2009, edição especial, que marcou os 120 anos com relação a 1ª. publicação do texto original.

Euclides demonstrou, descobrir, um caminho interdisciplinar, que pode ser apreciado no relato de sua obra e, mais ainda, superou esse obscurantismo que a ausência de interdisciplinaridade causava e continua causando no cotidiano de alguns olhares acadêmicos. Por este lado, Yi-Fu Tuan, nascido na Geografia Física, deixa ser conduzido pelo olhar da Geografia Humana, verificando que a relação Homem e Meio ambiente se encontram numa reciprocidade de sentimentos subjetivos e em sua percepção do espaço e do lugar. Por certo, este trabalho também evoca a veia interdisciplinar, refletindo sobre sua existência no decorrer

deste estudo, mesmo que de forma sutil. Com essa perspectiva, foi necessário apresentar neste estudo as biografias de Euclides da Cunha e de Yi-Fu Tuan, para que o leitor verificasse que na formação de ambos há um viés dos estudos interdisciplinares, que neles foram incorporados como ação, que aí estavam presentes, e essa presença marcante, no olhar em estudar o ambiente, os fez o que são um tanto raras para as ciências exatas, como para as humanas.

A superação de Euclides está salientada em suas memoráveis frases: “o sertão é um paraíso” e em “o sertanejo é antes de tudo um forte”. Mesmo sendo, Euclides da Cunha, de formação em Engenharia Civil e lógico-Matemática, onde a exatidão, a formalidade e o rigor do cálculo, sustentavam sua tese de vida como um todo, eram a sua base identitária, se não superasse as barreiras das disciplinas bloqueadas, não teria atingido essa façanha. E sua meta foi alcançada, ao observar e perceber que, além do que a escola acadêmica o havia preparado, o Meio ambiente ensina e é aí que as ciências exatas se humanizam, exatamente quando Euclides deixa a natureza falar. Assim, apresentar o bairro da Maré, nos aspectos de sua Terra, quer seja o Nordeste brasileiro ou o sertão da Maré; do Homem e da Mulher mareenses, a partir de suas características que lhes são próprias e de sua luta, por novas legitimidades, sua resistência e resiliência a fim de superar suas tribulações na tentativa de medir e superar seus conflitos.

Ao afirmar que “o sertanejo era acima de tudo um forte”, Euclides torna-se, além de um engenheiro e matemático, um cientista mais humano, e não menos engenheiro, quem sabe até, menos calculista. A partir destas comparações: Euclides da Cunha e Yi-Fu Tuan; Canudos e Maré; Sertanejos e Mareenses é possível observar no Meio ambiente físico-natural, conquistado e construído que os sentimentos de pertencimento e acima de tudo os de topofilia e topofobia são exemplificados no local. Mais ainda, se há mais topofilia do que topofobia nessa localidade assim como em “o sertão é um paraíso” a fala interna e consciente do homem se deixa embalar pelo sentimento de pertencimento ou do não pertencimento. Desta forma, será também verificado, a partir dos sentimentos de topofilia e/ou topofobia, os conceitos de toponímia e toponegligência, de acordo com o citado anteriormente.

Euclides tornou-se de fato um escritor-jornalista, não somente com os olhares academicistas inclinado às letras. Com o seu temperamento explosivo, explodia também, em sua época, as bases de um determinismo cego, solitário, separado e distanciado dos demais olhares, abrindo assim o caminho para estudos mais humanos, mais interdisciplinares. Reitera-

se que se “o sertanejo é antes de tudo um forte”, o mareense também o é. E, por conseguinte, todos os que participaram da diáspora nordestina, também o serão. Na medida em que ao olhar para dentro da periferia, a sociedade de um modo geral, não consegue perceber muita vivacidade, muito além das calamidades de um local de extremada vulnerabilidade social e dos desajustes em uma região conflagrada e, que certamente, serão levados nas asas invisíveis da ciência acadêmica, como promissor campo de pesquisa, no século XXI. Euclides da Cunha saiu de sua experiência acadêmica para uma escrita profunda, sob a forma de testemunha ocular, convicto de que a terra, o homem e sua luta estão verdadeiramente contidos em todas as boas obras relacionadas à superação, sobrevivência e a melhoria na qualidade de vida do ser humano. Um verdadeiro estudo de caso, não somente para a geografia física, como também, para a sociologia.

Em sua trajetória jornalística-Matemática, Euclides da Cunha, autor do livro “número 1” do Brasil, uma referência nos estudos de Literatura Brasileira e de Geografia física, assim também o é Euclides o astrônomo, considerado o Pai da Geometria, que viveu por volta do ano 300 a.C., é o autor do livro “número 1” da Matemática, *Os Números*, que até os dias de hoje tem grande referência no mundo acadêmico, particularmente para as Ciências Exatas, como por exemplo, às Engenharias que precisaram ser reconectadas do Meio ambiente.

Todavia, Tuan, ao observar o lugar, coloca-o na forma de sentimento subjetivo, dando um grande passo na condução das Ciências Humanas, pois as ciências “desumanas”, continuam convictas de suas ignorâncias, políticas da demagogia. Agindo assim, Tuan se desconecta da Geografia Física a fim de abraçar uma Geografia Humana, ainda por ser descoberta antes de *Os Sertões* pelos dois Euclides. Ambos, Euclides da Cunha, Euclides, o astrônomo e Tuan, conseguiram desvencilhar-se dessa teia disciplinar, desse conteúdo bloqueado e por partes, que infelizmente parece ter voltado aos desgovernos de nosso tempo.

Nessa perspectiva, a Metodologia utilizada para este estudo foi estabelecer os parâmetros necessários que dão lugar de fala aos estudos topológicos expressados pelos sentimentos na forma de topofilia e topofobia, a partir análise dos relatos dos moradores e das ilustrações que foram publicados no jornal comunitário intitulado “Maré de Notícias” de agosto de 2017 a agosto de 2021, perfazendo o total de 52 publicações. A pesquisa documental e bibliográfica na qual se baseia este estudo, mostra que além destes fascículos, foi necessário

para fins de estatística, coletar os dados, pertinentes ao bairro da Maré, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao Censo Demográfico do ano de 2010; dos dados gerados pelo Censo Maré do ano de 2012; dos dados gerados a partir da prévia do Censo Demográfico de 2020, com a prévia de 2019, produzido pela Redes Maré, ONG instalada no campus Maré, no ano de 2019 com este propósito, sob a chancelaria da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Essa pesquisa também se serviu dos dados apresentados no Censo de Empreendedorismo da Maré, produzido pela ONG “Redes de Desenvolvimento da Maré, no ano de 2014 e atualizado em 2019. Esses resultados fazem parte do escopo que estão ao longo do texto, em particular, na apresentação dos capítulos 2 e 3. Mesmo porque, de acordo com Halbwachs (2003, p.31), “para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, ter os indivíduos presentes sob a forma material e sensível”. Para Halbwachs (2003) quando se recorre a testemunhos é para reforçar ou enfraquecer, além disso complementar o que já se sabe sobre um determinado evento, acrescentando-lhe alguma informação a fim de revelar aquilo que ainda nos parece estar na obscuridade. De acordo com Gil (2010), as pesquisas exploratórias, do estilo deste estudo, “proporcionam familiaridade com o problema tornando-o explícito, permite-se o aprimoramento de ideias, além do alcance das considerações dos mais variados aspectos relativos aos fatos estudados”.

Além dos objetivos específicos planejados para cada um dos três capítulos, este estudo se propõe: a construir um histórico da chegada e instalação de moradores e de suas famílias no Complexo da Maré; Descrever o perfil sociodemográfico dos moradores instalados nas comunidades que compõem o antigo “Complexo da Maré” transformado em bairro; Demonstrar que o termo favela da maré caiu em desuso e a configuração denominada “Complexo da Maré” não está de acordo com as normas do IBGE, tampouco com o Decreto Municipal que o estabeleceu como bairro a partir de 1994; Apontar as condições de vida, resistência e resiliência dos moradores e de suas famílias assentadas nas localidades que compõem este lugar, o bairro da Maré, devido a sua densidade demográfica e estado populacional, pautado em aspectos tais como: a infraestrutura local, o acesso aos serviços essenciais, como por exemplo, o saneamento básico, a água encanada, a energia elétrica, a presença de escolas, a existência de unidades de saúde, e no tocante a geração de emprego e renda que movimentam a economia local. No mais, estabelecer uma conexão de identidade

entre a Campanha de Canudos, relatada em *Os Sertões*, a diáspora nordestina e a existência do bairro da Maré nesse contexto.

Tomando por inspiração a visada reflexiva de *Os Sertões*, produzido no início do século XX; entendendo-se que a denúncia feita acerca dos sertanejos, nessa obra continua extremamente atual e necessária para se entendê-la, assim como os lugares desconhecidos, além de fazê-los “*ser tão da Maré*”, cujo desconhecimento permite a geração de medo por parte de vários setores da sociedade, gerando fortes preconceitos. A maré é apenas um exemplo de espaços que não se tornam lugares (como já se reiterou, entendendo o termo lugar como o estudou Yi-fu-Tuan) e se transformam em uma espécie de espaço fantasma ou fantasmagórico, por gerarem medo. Longe das *Paisagens do Medo*, o bairro da Maré se edifica a partir de suas práticas de sobrevivência, resiliência e por que não dizer também culturalmente.

A partir das reflexões propostas sobre a terra e o Meio ambiente, o homem e sua luta, apresentam-se os conceitos de espaço, lugar e tempo e em consequência disto, demonstrar, segundo os fatos, narrativas e ilustrações dos moradores, os conceitos de topofilia, topofobia, toponímia e toponegligência estreitando a aproximação entre o ser humano, suas impressões e o Meio ambiente do local: o natural, o construído e o conquistado. Ao referir o ambiente natural, apresentarei a região dada pela natureza, sem a interferência do ser humano e o pós intervenção humana; refletir sobre o ambiente construído, refletirei sobre as necessidades que levaram os moradores a habitarem essa localidade e sua intervenção no ambiente na construção de moradias e, finalmente ao descrever as condições do espaço conquistado, vou refletir sobre as lutas diárias que são travadas para se ter um ambiente digno de moradia e reconhecimento social, a partir dos conceitos apresentados por Yi-Fu Tuan.

De certa forma, para as reflexões sobre o Meio ambiente vinculadas às preocupações atuais sobre o cuidado com o Planeta Terra, de acordo com o que afirma Leonardo Boff (1999) in: *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*, em sua 10ª.edição, onde esse autor discute a crise generalizada e estabelecida que afeta a humanidade se revela pelo descuido e pela falta de cuidado com que se tratam realidades importantes da vida: a natureza, milhões e milhões de crianças trabalhando ainda como adultos e a lógica inversa das remoções e assentamentos em localidades protegidas ambientalmente. Este assunto ficou tão evidente e sério que a própria Igreja Católica promulgou uma Carta Encíclica: *Laudato si* (FRANCISCO, 2015) que nos traz a atenção sobre o cuidado com a “Casa Comum” – o Planeta

Terra, não só numa esfera tão distante, como também mais próxima como em nossas comunidades e condomínios. Essas duas obras que aqui trago a fim de refletir sobre as questões que envolvem o Meio ambiente comunitário e sua relação com o ser humano, em particular os moradores do bairro da Maré e o local em que vivem e convivem. Será nesta seção que os apontamentos sobre toponímia, o carinho por ser denominar os locais, praças, ruas... e, a toponegligência, o descuido com o local, a utilização do espaço que é negligenciado, temáticas latentes na localidade.

Neste contexto, o presente trabalho apresenta-se dividido em três capítulos, que se subdividem, com a finalidade de melhor apresentar os temas que se entrelaçam. Dessa forma, o **Capítulo I** traz a temática: Aprendendo o que é a Topofilia e a Topofobia e está subdividido em quatro subseções, a saber: os prolegômenos do capítulo e o objetivo específico traçado para esse capítulo. Em seguida, vêm as três subseções: na primeira, Tuan sua biografia e a reflexões sobre a Geografia Humana; na segunda, estudos sobre espaço e lugar, o não-lugar, com referência às paisagens do medo. Na terceira seção: Comenta-se sobre o escritor Euclides da Cunha sua biografia e referências sobre *Os Sertões* e na última seção apresenta-se uma síntese sobre a *Campanha de Canudos*.

Assim sendo, este capítulo objetiva apresentar ao leitor uma visão sucinta sobre o Geógrafo humanista Yi-Fu Tuan, as características que fizeram com que os estudos de Geografia física motivassem, no decurso da história da humanidade, o surgimento e as base da Geografia humanista a fim de fundamentar o grande tema apresentado por Tuan, que também será explorado neste trabalho, a Topofilia. Além do tema proposto para este estudo, também são considerados os temas Espaço, Lugar, o Não-lugar e as Paisagens do medo, também aprofundadas por Tuan. Como o paralelo com a apresentação do ser tão da Maré, acolhe-se também uma pequena biografia de Euclides de Cunha.

O **Capítulo II** intitulado: O bairro da Maré: a terra, o homem e a luta, igualmente ao capítulo anterior, também traz os prolegômenos como preâmbulo e o seu objetivo específico, a seguir, vem a seção 1 apontando com brevidade possibilidades para o surgimento das favelas cariocas, às seções 2, 3, 4 e 5 têm como objetivo específico detalhar o bairro da Maré, sob três aspectos: a Terra, o Homem e a mulher e a Luta, de acordo com o levantamento feito a partir da pesquisa documental.

Neste capítulo, a seção 6 se dá a apresentação da mostra dos relatos dos seus moradores face as complicações da violência urbana e as questões relacionadas a sua origem e condições de moradia, do antes ao depois do bairro criado. O intuito dessa pesquisa foi trazer à luz, a partir de alguns recortes, seguidos dos relatos de moradores – quem são estes moradores e quais são suas qualidades, pessoais e de vida? O que esses sentem e contabilizam pelas marés dos tempos? Por que ser – tão da Maré? Outro aspecto que aqui é tratado está nos apontamentos direcionados à cultura de paz, a resiliência e a resistência, onde as temáticas em relação à violência urbana são geradas e por que são geradas nesta localidade e como vivem seus habitantes.

Finalmente, o **Capítulo III** tem a finalidade de apresentar em uma breve apresentação das 17 (dezessete) comunidades que fazem parte do Complexo da Maré, a partir de sua criação e suas especificidades locais. Nos prolegômenos, têm-se a intensão de expor questões sobre a cultura e a natureza e sua biodiversidade, para além disso, apresentar uma estreita relação entre a palavra *cultura* e o Meio ambiente local. Neste sentido, apontar questões relacionadas ao Meio ambiente, de forma que venham à tona as questões ligadas à toponímia e a toponegligência de como a cultura local vem tratando-o. De tal forma, este capítulo foi intitulado de Meio ambiente – Maré: espaços e lugares culturais – saberes e sabores das marés.

Como nos capítulos anteriores, apresentam-se breves prolegômenos seguido do objetivo específico para este capítulo, a seguir, tem-se quatro seções, a saber: na primeira seção, tem-se uma exposição de 15 (quinze) espaços comunitários que identificam e desenvolvem a cultura local e seus atores; o que faz a cultura e a economia local se moverem e se identificarem na localidade. Na sequência aponta-se o bairro da Maré e sua estreita relação com o Meio ambiente e uma pequena reflexão sobre a conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Após estas colocações, apresentam-se as temáticas sobre toponímia seguida da explicação de alguns nomes curiosos de localidades, expostas nesse trabalho: a denominação “a ilha dos macacos”, a denominação “o antigo aviário: Pavão Dourado”, a denominação “a Parada C-4” e a famosa denominação local “Praça do 18”, todas relacionada a números. Ao final, demonstra-se a existência da toponegligência na localidade a partir de recortes e ilustrações locais e o que os moradores têm realizado para minimização e otimização desse local, utilizando-se os apontamentos de Tuan tal como *Escapismo* e soluções de onde é possível afirmar uma estreita

relação do homem com o Meio ambiente construído e desenhado no bairro da Maré, por meio de seus sentimentos que são defendidos neste estudo. Como questionamentos a partir do que é explicitado: Como se conviver com as escolas fechadas e o silêncio na comunidade, fruto da presença da força policial e o movimento do tráfico após intenso tiroteio? Como escapar com o objetivo de obter soluções para se conviver com a paz mesmo sabendo que uma semana inteira sem o tal tiroteio ou do som do helicóptero sobrevoando na madrugada as comunidades não será sinal para que na semana seguinte reine a paz qualquer que seja o horário de se ir à escola e trabalhar ou de se voltar para casa, tudo uma dúvida, uma incerteza.

Ao final da exposição destes capítulos têm-se uma seção destinada a um apêndice: uma tabela contendo o levantamento apresentado nos capítulos da pesquisa documental publicada pelo jornal local MARE DE NOTÍCIAS das edições de nº 80 ao nº 120, catalogadas por assunto e temática sobre os estudos segundo Tuan que foram observados e constatados nestes relatos e recortes.

Finalmente, este aglomerado de temas, na visão do Tuan reflete bem a complexidade da Topologia. As temáticas de aproximação entre o Meio ambiente e as topologias, versam sobre os elementos do Meio ambiente e de como esses elementos permeiam o conteúdo da topofilia/topofobia em suas consequências. Para este autor, é importante, relembrar que, muitas vezes, estes temas são inseparáveis, mesmo que “a separação de topofilia e Meio ambiente tem um propósito se isso facilitar a exposição” (TUAN, 2012, p.135).

1 CAPÍTULO I

Na Maré da Topofilia e da Topofobia

*“Os homens transformam ambientes em palavras,
a natureza em residências”*

(TUAN, 1985a)

1.1 Prolegômenos³

Um dos principais objetivos deste capítulo é apresentar ao leitor uma visão sucinta sobre o Geógrafo humanista Yi-Fu Tuan, as características que fizeram com que os estudos de Geografia física motivassem no decurso da história da humanidade o surgimento e as bases da Geografia humanista que ora é apresentada a fim de fundamentar o grande tema apresentado por Tuan, que também será explorado neste trabalho, a Topofilia. Além do tema proposto para este estudo, também são considerados os temas Espaço, Lugar, Não-lugar e as Paisagens do medo, também aprofundadas por Tuan.

Segundo Pádua (2013b), no início de sua carreira como geógrafo-escritor, Yi Fu Tuan, em 1961, publica seu artigo *Topophilia or, sudden encounter with the landscape*. Em seu texto, Tuan ressalta que topofilia seja definida como “amor pela natureza”. Mais tarde, em 1980, *Topophilia: um Estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*, na sua primeira edição este termo passa a ser definido como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p.5) e assim ficou consagrado (PÁDUA, 2013b, p.121). Entretanto, de acordo com Pádua (2013b), a noção de topofilia esteja associada à humano-geografia de Tuan, é imprescindível que o próprio sentimento de lugar e, muito mais especialmente, o de lar, incorporem de certa forma a afetividade que é o fundamento da *topophilia*.

Para fins de apresentar o bairro da Maré e a esta temática, paralelamente, escolheu-se estudá-la, apresentando-a sob o prisma de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Assim entendeu-se por bem ser necessário apresentar a biografia também desse autor a fim de compreender os

³ A escolha lexical se justifica pelo que, imagina-se, teria sido a escolha de Euclides da Cunha. Uma espécie homenagem que complexifica e poetiza um sentido que é mais amplo que prólogo ou prefácio.

motivos que o levam a escrever essa obra e porque ela se postula dentre os estudos interdisciplinares. Euclides da Cunha de formação interdisciplinar é um percussor da literatura interdisciplinar, no Brasil.

Certamente, ao apresentar, brevemente, a biografia de Euclides da Cunha, é mister ressaltar que a obra tem grande importância para o mundo acadêmico e para que isso seja pleno, optou-se por um resumo de *Os Sertões* atrelado à biografia de seu autor. E, em outra sessão, apresenta-se a *Campanha de Canudos* de modo que o leitor possa entender o fascínio interdisciplinar de como esta etapa da história se coloca ainda atual, particularmente se colocarmos o bairro da Maré em suas características singulares.

1.2 Yi-Fu Tuan: Breve biografia – aprendendo com a Geografia Humana

Yi-Fu Tuan⁴ nasceu em Tianjin, China, no dia 5 de dezembro do ano de 1930, atualmente com 91 anos de idade. É um geógrafo sino-americano, isto é, estadunidense de origem chinesa. Filho de um diplomata de classe média, teve acesso a uma boa educação. Coursou a educação básica em escolas Chinesas, Filipinas e Australianas. Foi docente nas universidades de Novo México, Toronto, Minnesota e Wisconsin. Sua graduação em Geografia foi obtida na Universidade de Oxford. Os graus de bacharel e de mestre foram obtidos em 1951 e 1955, respectivamente. A continuidade de seus estudos deu-se na Califórnia, em 1957, na Universidade da Califórnia, Berkeley, onde recebeu o título de doutor. Por suas publicações visionárias recebeu alguns prêmios, sendo um deles a Bolsa Guggenheim para Ciências Sociais, Estados Unidos e Canadá.

⁴ Disponível em <https://www.biografiasyvidas.com> > acesso em 18.01.2021.

Figura 1 – Prof. Dr. Yi-Fu Tuan, Geógrafo Humanista.



Fonte: pixabay.com

Tuan, considerado o percussor da Geografia Humanista de acordo com a Prof^a. Dra. Livia Oliveira, (2012, p.3), para quem suas reflexões sobre Geografia como sendo “o estudo da Terra como o lar das pessoas” (TUAN, 2012), possui uma linha de pensamento também no contexto da Geografia Humanista, Livia descobre na obra de Yi Fu Tuan um marco referencial, sendo responsável por disseminar, através de traduções, suas principais obras: Topofilia (TUAN, 2012) e Espaço e Lugar (TUAN, 1983), introduzindo e incorporando a Geografia Humanística no país. Tuan é declarado e reconhecidamente um humanista.

Ainda no início de sua carreira, o geógrafo dedicou-se a compreender as diversas visões acerca da natureza humana. Ele é sobretudo um humanista, conforme já afirmado. Uma vez que a concepção de homem e da natureza humana é a temática central em suas obras. Toda a geografia em Tuan é concebida a partir do homem. Esse autor está sempre em busca daquilo que se tem em comum, da essência, do que os definem como seres humanos. Nesta direção, o espaço, o lugar, o tempo, o mundo, o entorno, a experiência, a percepção, os sentidos, a sexualidade, a cultura, a paisagem, o progresso, o desenvolvimento, o crescimento, as cidades, a região, a religião e o poder, todas essas são temáticas da preocupação de Tuan, sempre consideradas a partir do homem como centro de sua atenção.

A partir de 1974, publica um dos mais importantes livros para a expansão da Geografia Humanista, intitulado Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio ambiente, a última reimpressão foi dada em 2002. O objetivo principal dessa obra é estudar os sentimentos de apego das pessoas ao ambiente natural ou construído, pois “*topus*” é um termo grego que significa “lugar, vizinhança”, enquanto “*filia*” do termo grego *φιλία* /*philia*/ que significa amor, amizade, sentimento de afinidade, de identificação, de aproximação.

Em primeiro lugar, é importante recordar o vasto campo semântico da palavra “amor”. Fala-se de amor à Patria, amor à profissão, amor ao trabalho, amor aos estudos, amor aos pais, amor entre casais, amor aos filhos, amor entre irmãos e irmãs, aos familiares, entre amigos, amor ao próximo, amor a Deus, amor à vida, amor à Terra/terra, e por que não amor ao lugar, ao espaço que é habitado? Com toda essa gama de significados, desde a seres animados, como a seres inanimados, aos concretos e aos imaginados, encontra-se, nos vocábulos dos termos gregos três formas de se expressar o amor, que não nasce da inteligência ou da imposição, mas de certa forma pela vontade que se impõe ao ser humano pela referência ao gosto e/ou não-gosto, pela adaptabilidade. A Grécia antiga deu o nome de eros, do termo grego έρως, /éros/ relativo ao amor sentimento carinho, intimidade, daí de eros vem erotismo; ou seja, o amor entre casais. Há também o vocábulo ágape, do termo grego αγάπη /agápe/ que significa doação total, entrega, sacrifício em lugar do outro, companheirismo. É o mesmo que o vocábulo encontrado para este termo amor, só que para os Romanos: *caritas*, do latim, /*charitas*/ doação, consumação, entrega de si mesmo. E finalmente, conforme já fora apresentado acima, também fazia parte do repertório do povo grego o termo filia, do grego φιλία /*philia*/ para algumas circunstâncias. Ambos os significados dizem uma maneira, uma forma diferente de amor, de amar, cada qual à sua razão, cada qual ao seu tempo, estágio, situação.

Em sua Teoria Humanista, TUAN (2012) adota o termo filia para expressar apreço, amor, afeto, sendo útil e pessoal quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo os laços afetivos dos seres humanos com o Meio ambiente material, mesmo que se diferenciem em intensidade, sutileza e do modo de expressão, para umas pessoas mais, para outras menos. Entretanto, o termo fobia, tem seu significado oposto.

Para Pádua (2013a), o sentido que Tuan coloca o conceito de ambiente está tradicionalmente interligado às ciências consideradas “duras”, frequentemente colocado sob a égide darwinista e seu viés determinista. Assim, para Pádua (2013a, 67) “a concepção de ambiente, neste momento, está intimamente vinculada à própria noção de natureza”, tal qual Tuan (1965, p.7) afirma: “a vida dos animais é determinada pelo seu ambiente e por seu mundo parcial. A vida humana também é determinada deste modo”.

Outrossim, em *Environment and World*, traduzindo, “Meio ambiente e Mundo”, Tuan (1965) o citado meio - ambiente foi definido e considerado como conceito, junto ao seu binário: o mundo. O meio aqui, não deve ser entendido como metade, mas sim inteiro, o todo. Entendendo-se aqui, não como partes de um conjunto, por menor que seja, mas no seu todo em pleno conjunto Universo. Tuan, então, insiste ao afirmar que a origem do termo à palavra francesa *environnement* que remete ao que circunda, ou seja, o que está ao seu entorno. Para o inglês, *environment*, tanto acompanha e compartilha o sentido francês, o quanto é possível significar: “[...] as condições sob as quais qualquer pessoa ou coisa vive ou se desenvolve; a soma total de influências que modificam e determinam o desenvolvimento da vida ou caráter”.

Nesse sentido, conquistas necessárias à sobrevivência do ser humano no espaço conquistado é que dá à Topofilia, é o que o torna lugar, além do espaço, em oposição à Topofobia (TUAN, 2012), uma explicação de que a Geografia Humana do lugar oferece esperança, pois a terra, é o espaço que foi conquistado, é o lar das pessoas, um relicário de lembranças dos seres humanos e de suas especificidades. E é esta visão, vontade e desejo que devem animar todo o ser humano, uma melhoria na qualidade de vida que está intimamente ligada a base do conhecimento associado às demais ciências, tais como a Sociologia, a Economia, além da Geografia propriamente dita.

No sentido aqui mencionado, de acordo com os estudos de Elias José (2012, p.11), ‘o ser humano é um animal situado. Tudo acontece onde’. Um homem depende de outros homens, como depende do lugar em que vive. O espaço permite-lhe buscar saídas para a sobrevivência. Ele constrói cultura, transformando o mundo da natureza. Assim é marcada pelo espaço, mas também a marca com sua criatividade, com o seu imaginário, ligado à sua inteligência e sensibilidade em superar desafios que o fazem resistente e resiliente. Assim são fincadas as marcas das tribos, das raças, de cada um de todos os povos, da estrutura da sociedade. O sentido da memória cultural está nesse poder de criar, repensar, recriar, modificar e atualizar os espaços na vida humana, logo, também nas memórias. Os lugares são centros aos quais se atribui valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso, procriação e de interrelações.

O ser humano também é um animal datado, de acordo com Elias José (2012, p.12). Tudo acontece quando. O tempo está presente junto com o espaço em todas as histórias do

homem. Os fatos seguintes de nosso tempo de vida linear, nossa cronologia, que é marcada por relógios, calendários e agendas: anteontem, ontem, hoje, amanhã, depois de amanhã, infância, adolescência, maturidade, ... vão passando. Tanto o é, segundo Alfredo Bosi (1992), que um dos significados mais antigos da palavra número, em latim *numerus* é precisamente este: parte de um todo, elemento de uma série ordenada. Assim também é a data para a visão retrospectiva e programada de um narrador. Os fatos se passam uns depois dos outros, às vezes são concomitantes, para contá-los, isto é, narrá-los, é preciso também contá-los, isto é, enumerá-los.

Nesta mesma linha de raciocínio, Alberti (2004) associada ao pensamento de Lima (1989) diz que como em toda narrativa de cunho autobiográfico, o principal trabalho de uma entrevista de história de vida é a construção de uma identidade para si e para os outros. É como em todo relato de uma história, aqui também são imprescindíveis as repetições para que seja possível continuar. Não obstante, Luiz Costa Lima lembra que, em muitas línguas, “contar” significa tanto narrar quanto “operar com números” e que em ambas as acepções, o “contar” implica poder repetir para poder continuar (LIMA, 1989, p.349).

Contar é narrar e contar é numerar quer seja de aspecto positivo ou negativo. Assim, contar o que aconteceu, ou está acontecendo ou que acontecerá, exige que se tenha a percepção de presente – passado – futuro, do antes – do agora – ou depois que se diga quando: o ano, o mês, o dia, a hora, em que o fato se deu. O fato de narrar, ou seja, de enumerar, paga-se tributo ao deus *Chronos*.

Segundo Ecléa Bosi (2003, p.23) “existe, dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo”. Para esta autora, isto aparece com máxima clareza nas biografias, os relatos, nos episódios da história, assim como nas paisagens, sempre há marcas no espaço onde os valores são mais densos e ricos de significados, onde tudo fala: o teto, o fogo, a lua, o sol, as esculturas, as pinturas. De certo, todas essas coisas têm nome e ricas em significado: os tecidos bordados, as rendas geométricas, as cores das casas, as paredes decoradas.

Bosi (2003, p.53) por sua vez vai dizer: “a memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. Segundo esta autora,

o tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Vai daí que cada classe vive diferentemente assim como cada pessoa. E, Ecléa Bosi (*Op Cit.*) cita como exemplos: “existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador fatigado, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido”.

Nesta certeza, narrar o que aconteceu e não somente o local onde aconteceu, acontece ou acontecerá, significa também aceitar a ideia de que o comportamento humano pode ser motivado pela satisfação afetiva de suas necessidades, ao longo do tempo, assim como toda motivação humana pode ser explicada em termos de privação e de necessidades. Para a historiadora Verena Alberti (2004), “A história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis, isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato” (ALBERTI, 2004, p.12). Quando um entrevistado nos deixa entrever representações de sua geração, sua formação, de sua comunidade, elas devem se tornadas como fatos, e não como “construções” sem relação com a realidade”. Mas, para isso, como nos mostra Verena Alberti, antes de tudo é preciso saber: “ouvir contar”. Não foi exatamente o que este estudo se propôs, o de “ouvir contar”. Todavia, uma vez publicado um relato ou testemunho de certo morador ou moradora, recolhi sua fala, pois reconheço que ali haveria sua impressão, o sentimento e o conhecimento mais profundos sobre a história da Maré e de sua condição de vida, particularmente.

De acordo com Tuan (1983, p. 9) o ser humano tem necessidade de se estabelecer tanto no espaço como no local, assim como no tempo e a partir daí, reviver, relatando suas histórias e desvelando suas memórias. Necessidades de ordem superior, como as necessidades de realização, de reconhecimento e estéticas, também são básicas ou primárias, mas apenas se manifestam depois que as necessidades de ordem inferior forem satisfeitas. A exemplo disso, quando há alimento, o homem vive apenas pelo alimento, mas o que acontece quando o homem consegue satisfazer sua necessidade de alimento? Imediatamente, surgem outras necessidades, cuja satisfação provoca o aparecimento de outras e, assim, sucessivamente.

Nessa perspectiva, quando o homem da Pré-história, ao ver um relâmpago, ao presenciar os períodos das grandes chuvas ou das derradeiras secas, o período de estiagem do solo, o período favorável à caça, à pesca, ao plantio; começa a desenhar embora no formato de garatuja, esquemas, calendários, tabelas, não passam histórico e artisticamente de desenhos

rupestres. Ao que denominamos atualmente de desenhos rupestres, muito provavelmente, o homem primitivo estava tentando dar uma explicação para o fenômeno físico-químico e biológico da vida, o qual era observado. Deste modo surgiu a Ciência que anos mais tarde foi se adaptando e evoluindo.

A ciência é uma tentativa permanente de o homem compreender o mundo que o rodeia, claro que auxiliado por outros canais de estudo, tal qual a geografia. Pois bem, o homem necessitava transformar e explorar a natureza para sobreviver, obter conforto, descobrir novas oportunidades e alçar novas ideias e, para isso, criou suas ferramentas, suas técnicas. Por outro lado, o próprio ser humano é curioso, ele procurou compreender essa mesma natureza. E, desses dois fatores, a necessidade e a curiosidade, nasceram as demais ciências e o relacionamento entre elas. E, uma dessas ciências que o homem desenvolveu ao longo dos anos foi a Geografia Humana (BOAVENTURA SANTOS, 2008).

Para atender essa necessidade de explicações do Universo natural, argumentações e indagações referentes a natureza, pesquisas e investigações espaciais, as paisagens, as catástrofes ambientais, o fluxo das marés, as pressões atmosféricas, os ciclos solar e lunar, o movimento dos planetas, dentre outros, foi colocado em termos geográficos. TUAN (2012) explica que a Geografia, para ele, oferece esperança, pois a terra é o lar das pessoas dos seres humanos e ao buscar aproximar a ciência da religião, a arte e a filosofia, particularmente, sob o prisma do existencialismo, expressado por Heidegger e Sartre, sob a óptica de um novo olhar para o homem no mundo, um homem novo. Neste sentido, a *topofilia*, defendida pelo autor, é nada mais do que “esperança e um sentido global para pensar o ambiente na forma como é percebido e vivido pelas pessoas, respeitando-se suas tradições e valores culturais”. Topofilia carrega consigo, “o poder emancipador de suas palavras”, defendido por Freire (2013), com suas definições e práticas, visto que “uma nova vertente da geografia em constituição, a Geografia Humanista”, passou a ser uma ideologia de referência a partir dos estudos deste autor, uma vez que

ajudou consolidar e a difundir uma geografia que se voltava para o ser humano, em sua condição própria, e buscava compreender as experiências geográficas em relação à sua dimensão existencial, psicológica, cultural e geográfica ao mesmo tempo (TUAN, 2012, p.9).

Esse autor se propôs a encontrar os elementos universais das percepções e valores sobre o ambiente por vários caminhos, como identificar as respostas psicológicas comuns a

todas as pessoas que são derivadas da evolução biológica e da estrutura básica do cérebro, depois de constatado, mostrar que os mesmos tipos de respostas se manifestam na cultura dos povos, de acordo com o que apresenta Diniz Filho (2009). Verifica-se isso quando ele afirma que “a mente humana parece estar adaptada para organizar os fenômenos [...] em pares de opostos” (TUAN, 2012) e, mais adiante, comenta que todas as culturas pensam os fenômenos por oposições binárias entre gosto e desgosto, amor e desamor, terra e céu, montanha e mar, etc.

Nesse contexto, a Geografia, expressão dos termos gregos *Geo* = Terra e *Logos* = descrição, estudo. no sentido etimológico, significa descrição da Terra. E, com um consenso, da Terra, quer dizer: com tudo o que contém e do que é inseparável, de tudo o que vive na superfície e a alma, da humanidade que a transforma e enriquece com traços novos. Pensando nesta última, os gregos falavam do ecúmeno. Enquanto a Geografia Física estuda os elementos inertes e a Geografia Biológica se ocupa dos seres vivos, já a Geografia Humana é a parte da Geografia Geral que trata dos homens e suas obras, seus relacionamentos, seus sentimentos em relação à Terra, desde o ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre até o sentimento de pertencimento ao local onde mora. É a perfeita descrição do ecúmeno.

Segundo Moreira (1978) pode-se concluir que o objeto material da Geografia é a Terra, ou melhor ainda, a superfície terrestre; e seu objeto formal seriam as relações espaciais que neste local se processam, num sistema múltiplo e complexo de fatores naturais, socioambientais e humanos. Tais fatores estão relacionados ao todo, os quais se acham relacionados entre si. Para esse geógrafo, a Geografia é, portanto, uma ciência que tem caráter corológico, ou seja, do termo grego *choros* = lugar e *logos* = estudo, muito bem definidas e apreciadas por TUAN (2012), pois para ele, a Geografia é “o estudo da distribuição na superfície da Terra dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, a causa desta distribuição e as relações locais destes fenômenos”, o que certamente provoca a topofilia ou o seu inverso a topofobia. Portanto, é no espaço natural que o homem se inscreve, desenvolvendo aí suas atividades, suas potencialidades, desenvolvendo suas habilidades e sentimentos. E é daí que resulta sua humanização, isto é, a partir da sua capacidade humana de ajustar o espaço natural às suas necessidades. Nesse contexto, é que se constitui o objeto da Geografia Humana.

Para Tuan (2012, p.135) ao descrever o Meio ambiente, em relação ao ser humano, coloca-o na qualidade e em um sentido mais amplo como parte do Universo, muito mais do que

uma morada, como pertencimento ao local, por isso, nos capítulos que narra as características do cuidado como Meio ambiente em sua obra intitulada *Topofilia* restringiu-se ao enfoque das “manifestações específicas do amor humano por um lugar”, ou seja, pelo sentimento de topofilia. Passando a ser uma ideologia de referência, no Brasil, a partir dos estudos desse autor, desta forma, “[...] ajudou consolidar e a difundir uma geografia que se voltava para o ser humano, em sua condição própria, e buscava compreender as experiências geográficas em relação à sua dimensão existencial, psicológica, cultural e geográfica ao mesmo tempo” (TUAN, 2012).

Assim, os meios pelos quais os seres humanos se correspondem com o Meio ambiente e que podem variar, desde a apreciação visual e estética até o contato corporal, assim como as relações de saúde, familiaridade e conhecimento do passado faz com a topofilia traga em seu bojo uma aproximação do local, migrações, êxodo e estabelecimento pleno. Outro enfoque dado pelo autor em *Topofilia* e Meio ambiente, é o impacto que a urbanização tem na aproximação da vida no campo em detrimento a do selvagem, isto é “a selva de pedra” patrocinada pelos altos edifícios, condomínios fechados, tráfico de veículos, poluição. E este aglomerado de temas, na visão do autor, reflete bem a complexidade da *Topofilia*. Já para a temática estabelecida entre Meio ambiente e *Topofilia*, versa sobre os elementos do Meio ambiente e de como esses elementos permeiam o conteúdo da topofilia.

Assim sendo, a *Topofilia* é conceituada como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. O termo topofilia na verdade, é um neologismo, sendo útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo os laços afetivos dos seres humanos com o Meio ambiente material, mesmo que se diferenciem em intensidade, sutileza e modo de expressão. Já a Topofobia, inversamente ao primeiro, decorre do sentimento de não pertencimento ao lugar, da ideia de “paisagem do medo” e aversão a ele. (TUAN, 2012).

Como ressalta Tuan (1985b), os sujeitos percebem a realidade objetiva e/ou subjetiva a partir de seus sentidos que são influenciados pela cultura, podendo modificar e construir uma visão de mundo e atitudes a partir de sua relação com o ambiente. Ainda segundo este autor, “o Meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas oferece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais” (TUAN,

2012, p.161). Isto quer dizer que, a geografia traça, comenta e compara mapas. Em segundo lugar, o homem da Geografia é o homem das conexões, sentimentos e de seus pares.

Poter e Lukermann (1976, p.197) assim descrevem a pessoa de Tuan:

muitas pessoas acreditam que Yi-Fu Tuan veio originalmente da China. Nós estamos convencidos de que, na realidade, ele vem da Natureza e é o representante da Natureza na Terra. Suas tarefas são observar e registrar as visões e as respostas dos homens sobre o ambiente e a natureza e informar à ela.

1.3 Espaço e lugar: o *Não-lugar* e as *Paisagens do medo*

A partir dos anos de 1990, o conceito de lugar se estabeleceu na Geografia Crítica, assim, esse deixa de ser visto apenas como o espaço vivido, de tendência fenomenológica, e tende a ser considerado uma construção social. Carlos (1996, 2001, 2007); Harvey (1992); Santos (1994, 2005); Holzer (1999); Lefebvre (1999) e Sennett (2000) são alguns dos expoentes que abordam a temática sobre *o lugar* sob o ponto de vista materialístico histórico e dialético. Nas palavras de Arroyo (1996) o lugar permite a coparticipação, a copresença, a convivência, a contiguidade, a vizinhança, a interação, o estar juntos. Assim sendo, o lugar é o espaço banal da Geografia, criador da solidariedade.

Não obstante, sucinta, mas não menos precisa, foi a definição de Hettner (1859 – 1941), citado por Moreira (1978, p.10), quando afirma que a “Geografia é o estudo da diversidade regional à superfície terrestre e sua explicação”⁵. De modo mais simplificado, pode-se dizer que a Geografia é o estudo explicativo das diferenciações espaciais na superfície terrestre. No entanto, a Geografia Humana não pode prescindir da Geografia física, nem dos subsídios de outras ciências contemporâneas, tal como a Economia e a Sociologia. Conta também com vários ramos especializados tais como a Geografia da População; a Geografia Agrária; a Geografia Urbana e a Geografia Industrial. Isso não vem desviá-la do seu campo de atuação, visto que a Geografia Humana é o estudo explicativo do espaço elaborado pelo homem,

⁵ HETTNER, Alfred. Citado por Richard Hartshorne in: Questões sobre a Natureza da Geografia, 1969, p. 17.

mesmo que sua óptica procure estudar a paisagem modelada pela ação humana, ela também se detém nos sentimentos que a envolve sob esta mesma óptica.

Por seu turno, Santos (2005, p. 161) afirma que “hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar”. Lefebvre (1999, p.31) também ressalta o mesmo. Já Moreira e Hespanhol (2007), apontam que aprender sobre o lugar significa contextualizá-lo em suas acepções teóricas. Nesse sentido, o lugar segundo as autoras, era associado, sob o ponto de vista da Geografia física, à ideia e região e de localização geográfica, sendo os conceitos de território e paisagem mais usados e referenciados segundo uma abordagem alemã e isso se deve à preocupação de sua institucionalização como Ciência e às questões políticas que se apresentavam antes de 1950. Assim, para Holzer (1999), segundo essa corrente tradicionalista, “a Geografia é a Ciência dos lugares e não dos homens”, uma célebre expressão de Vidal de La Blanche.

Historicamente, lá pelos anos de 1950, surgiu outra corrente geográfica denominada geografia quantitativa que nas palavras de Ferreira (1996, p. 44) “o conceito de lugar é abandonado em detrimento do de espaço, considerado como um simples meio de análise”. Consequentemente, na década de 1970, revisitando Holzer (1997), a Geografia Humanística aliada à sua coirmã, a Geografia Crítica, surgem como opositoras ao positivismo, com posturas metodológicas, filosóficas e epistemológicas diferentes, mas com um ponto em comum: a compreensão do mundo e a busca de explicações sobre a relação sociedade – natureza e os elementos intrínsecos nessa relação. E mais ainda, para Ferreira (1996, p. 47), a localização, a paisagem e o envolvimento pessoal são pontos centrais da concepção de lugar, neste contexto, “o lugar seria, então, o centro profundo da existência humana, cuja essência estaria na intencionalidade grandemente não-autoconsciente”.

Pádua (2013a), também recorda que a célebre frase inicial da introdução de *Espaço e Lugar* (TUAN, 1983, p.3) “o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro” já é possível ver enunciada a filiação do lugar à experiência direta, à identidade e a associação do espaço à sensação e à imaginação, por este ser mais abstrato do que o lugar. Esta ideia foi também reapresentada outras vezes, como em:

o lugar tem conotação de segurança, cuidado, e estabelece significados, assim como um sentido um tanto negativo de hábitos aceitos, rotina, e manutenção do *status quo*. Espaço significa o desconhecido e o futuro, liberdade e

vulnerabilidade. Todos valorizamos a liberdade, e as possibilidades do futuro, e ainda ser aberto é ser exposto, não apenas às influências novas e bem-vindas, mas também às ameaças e ao perigo.

Para o Professor Tuan (1983), o lugar é marcado por três palavras-chave: percepção, experiência e valores. Os lugares guardam e são núcleos de valores e de memórias, por isso eles podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações intimistas, próprias (*insider*) e relações externas (*outsider*). Conforme apontado por ele, espaço e lugar distinguem-se como: enquanto o espaço pode transformar-se em lugar, na medida em que se atribui a ele valor e significação; o lugar não pode ser compreendido sem ser “experienciado”.

Ainda sob o ponto de vista crítico, Lefebvre (2000) *apud* Carlos (1996) afirma que “os lugares tanto se opõem como se completam ou se reúnem, o que introduz uma classificação por *topias* (isotopias; heterotopias; utopias), quer dizer lugares contrastantes, mas também e, sobretudo, uma oposição altamente pertinente entre os espaços dominados e apropriados”. Tanto o é que “o Estado produz o espaço regulador e ordenador que tende a estabelecer no seio mundial, pois transforma as condições históricas, engendrando novas relações que se articulam nos planos de totalidade mais vasta. [...] afirma-se em todos os lugares produzindo uma hierarquia espacial através de uma nova relação entre produção e o saber” (CARLOS, 1996, p.50).

Na óptica de Tuan, é a partir do lugar que se compreende a relação com o espaço:

a partir da segurança e estabilidade do lugar, estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar (TUAN, 1983 a, p.6).

Desta forma, a perspectiva humanista analisa o espaço a partir do estudo das sensações e ideias espaciais baseadas nas experiências individuais que envolvem força, fraqueza, oportunidades e ameaças. O espaço é entendido como abstração, uma extensão do espírito liberto dos homens, muito embora para Tuan argumente que para o matemático o espaço é muito mais abstrato do que para os geógrafos, porém todos se convergem a um único ponto, um único local, da qual o sujeito é o centro. O espaço é, portanto, compreendido por meio do corpo, que traz a satisfação ou não.

O corpo precisa de espaço, ele se organiza e se orienta por ele extrapolando para o espaço as referências que o corpo pode oferecer: à frente, à traz, à direita, à esquerda, para cima, para baixo. Foi o corpo que forneceu as primeiras medidas de espaço, algumas ainda amplamente utilizadas como medida de comprimento, inglesa e norte-americana, tais como as polegadas das telas de televisores e celulares, cujo símbolo usual é [”]; há também a jarda inglesa (*yard*), cujo símbolo é o [yd], foi definida como sendo a distância da ponta do nariz do rei Henrique I até a ponta do seu polegar, dado com o braço esticado. A jarda inglesa atende as necessidades de medida linear marítima. Como os reis não são eternos e cada indivíduo possui algumas alterações em sua constituição fisiológica, embora todos tenham certa equivalência, mas não exatidão, a ciência passou-se a convencionar que uma jarda seria o equivalente a 91,44 cm ou três pés.

Como vistos, anteriormente, esses dois exemplos durante muito tempo os padrões variam de lugar e da necessidade de povo para povo. Dada a grande confusão que as mais diversas unidades para medir comprimento traziam, os franceses, em plena Revolução Francesa, por volta de 1790, escolheram uma comissão de cinco matemáticos para elaborar uma padronização das diversas unidades de medidas usadas até então (Boyer, 1985). De acordo com Giovanni e Castrucci (1985, p.166), essa comissão decidiu que “o padrão da unidade de comprimento passaria a se chamar *metro*. Segundo esses autores, o metro, foi definido como a décima milionésima parte da distância entre o polo norte e o equador, tendo-se como referência o Meridiano terrestre que passa sobre a cidade de Paris, ganhando como protótipo uma barra de platina de secção retangular, com duas marcas, cuja distância entre elas define o metro linear. No entanto, tomou-se o cuidado de conservar esse artefato a uma temperatura de zero grau Celsius – 0°C – para se evitar a influência da variação de temperatura, cujo protótipo encontra-se guardado “às sete chaves” na Universidade Sorbonne, Paris, França.

Em outubro de 1960, a Comissão Internacional de Pesos e Medidas deu uma nova definição ao metro, agora está baseado no comprimento da onda da radiação emitida por um gás raro, o criptônio. De certo, atualmente, na Inglaterra, apenas o velho Big-Bem continua marcando o tempo em horas, minutos e segundos. As outras unidades mudaram.

Boyer (1985) remonta com celebridade esta fase da história, recordando que não foi fácil para um país apegado as suas tradições, mas impelida pelos ventos unificadores da

Europa em torno do Mercado Comum Europeu, a Grã-Bretanha, em outubro de 1996, teve que abandonar definitivamente o seu antigo sistema de pesos e medidas, para adotar o Sistema Internacional de Unidades, o SI(u). A ideia não era nova. Foi sugerida pelo Parlamento Britânico, anos atrás, mas o fleumático povo inglês continuou fiel ao seu tradicional sistema nas operações cotidianas. Agora, passava a ser lei. Quem a infringi-la estaria sujeito a uma multa que variava de acordo com o país. Os norte-americanos, herdeiros das unidades inglesas, viveram situação parecida quando os Estados Unidos aderiram ao SI(u) em 1959. A resistência ao novo sistema foi grande e, ainda hoje, persiste em certas regiões.

Apesar dessa uniformização, dada pela Matemática, ainda há até hoje, unidades puramente locais como por exemplo: no Brasil, um alqueire mineiro vale 48.400 m² enquanto o alqueire paulista mede 24.200 m². Outra medida que apresenta distorção é o galão, 20 L, usado nos Estados Unidos que é diferente do galão (18,5 L) usado na Inglaterra. Já no Brasil, um galão mede 18 Litros.

Agora é o quilograma que passa por uma revisão. Desde que o protótipo foi criado, em 1879, realizaram-se apenas três comparações entre ele e as cópias dos quilogramas dos vários países. Verificou-se, da última vez, que todas apresentaram variação de massa. Agora, pesquisa-se uma nova definição do quilograma, o que deverá ocorrer dentro de uns dez a vinte anos.

O sentido de espaço é dado, então, a partir da percepção visual, tato, movimento, ritual e pensamento. Sobre o pensamento Tuan salienta que “o pensamento realmente aprimora nossa capacidade de reconhecer e estruturar objetos persistentes em meio à riqueza de impressões fugazes. O reconhecimento de objetos implica o reconhecimento de intervalos e relações de distância entre os objetos e, portanto, do espaço” (TUAN, 1974, p.125).

A exemplo disso, na visão crítica das autoras Moreira e Hespanhol (2007) toma-se como local, o bairro, como nível da prática socioespacial que se revela no plano vivido (envolvendo a categoria habitante), que mostra a condição de vida material, ganha sentido na vida cotidiana, expressando as condições da reprodução espacial no mundo moderno. [...] nessa dimensão concreta, ocorre a coprodução de laços de solidariedade e união dos habitantes.

Assim sendo, cabe destacar que para Tuan (1983), o significado de “espaço” é mais abstrato do que “lugar”. Desta forma, as relações de espaço e lugar se dão da seguinte forma: o que começa como espaço, transforma-se em lugar à medida que em que se conhece melhor e atribui-se valor.

Retomando-se por base os apontamentos Tuan (1983), as ideias de “espaço” e de “lugar”, não podem ser definidas uma, sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar devemos estar cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa. Além disso, se pensamos o espaço como algo que permite movimento, então lugar é paragem, e, em cada paragem desse movimento torna a possibilidade que a localização se transforme em um lugar. Segundo esse autor, espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Nesse sentido, reforçando e recordando Tuan (1985a) o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Tal como por exemplo, o lugar pode ser desde a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. O espaço é, pois, onde se pisa, se relaciona, é o ponto de partida de onde pretende se conquistar. Comparando-se os animais irracionais também têm um sentido, bem apurado, de território e lugar. Os espaços são demarcados e defendidos contra invasores.

Em outras palavras, o espaço é tudo que não é lugar. Ele é seu oposto, todavia é também seu complemento, em uma relação dialética da experiência e da percepção. Tuan (2011) comenta que o lugar é um espaço estruturado, é um local, onde uma pessoa ou um grupo deposita significados e sentimentos, mas o autor salienta que espaço, tempo e lugar estão intrinsecamente conectados na experiência. Assim sendo, não é com facilidade que se pode apreender a noção de espaço em Tuan, porque “o espaço, desde que adquirida familiaridade e propósito, é muito distinto de lugar” (TUAN, 2011, p.16). Fato é que o homem precisa dele, assim como precisa do lugar como referência.

A relevância para os apontamentos deste estudo está na caracterização dos termos *espaço e lugar* conforme destacados por Tuan (1983), além disso, tipificar os sentimentos topológicos que são encontrados no bairro Maré/RJ e que são característica próprias do espaço conquistado e do lugar ocupado. Características próprias desse lugar tal como a resistência e a resiliência que contribuíram e continuam a ocupar o imaginário da sociedade e certamente fizeram dessa população condições ideais para sua sobrevivência na sociedade. Trata-se, pois,

de uma temática extremamente atual e necessária para se entender os desafios e as conquistas desta localidade.

Dessa forma, destacam-se os conceitos de Espaço e Lugar, como uma construção social, conforme apontados por Tuan (1983), Milton Santos (1994) e Moreira & Hespanhol (2007) estabelecendo-se uma correlação entre os conceitos de Topofilia e Topofobia.

Revisitando Moreira & Hespanhol (2007, p.58) “o lugar é tido como a base da vida cotidiana e da solidariedade entre as pessoas”. É estreitamente o sentimento de pertencimento ao lugar, que está relacionado ao convívio, moradia, ao trabalho, ao estudo, às formas de cooperação, às atividades lúdico-religiosas, às relações de parentesco e vizinhança e até à perspectiva dos filhos em continuar na propriedade para além dos conflitos que ali se opõem. Nesta perspectiva, é pois, o espaço do *oikos* (da casa), ou seja, o lugar que abarca tanto a moradia como a identidade da família – ou habitantes em relação à habitação, ao lazer, ao trabalho, às memórias, às ocupações, às experiências, à cultura, à herança, à educação e à autorrealização.

Que belo neologismo, construído por Tuan, para expressar e compreender uma palavra, que se entrelaçam entre Meio ambiente e visão de mundo. Nos (entre)laços e nos (entre)meios, os sentimentos *topofílicos* se revelam de maneira profundamente diferente em intensidade, sutileza e modo de expressão individual. Do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, harmonia, prazer, igualmente fugaz, mas muito mais intensa às sensações de deleite ao sentir o ar, a água, a terra no contato físico. Assim sendo, permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus*, parte do ser, local de vida, de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. Em qualquer lugar onde haja seres humanos, haverá o lar de alguém, como o significado afetivo da palavra.

Assim como o ser humano se identifica com o espaço e a partir deste, a conquista o lugar, há também o considerado não-lugar. De acordo com o que Tuan apregoa sobre lugar “o lugar tem conotação de segurança, cuidado e estabelece significados [...]”, onde e de qualquer forma, “todos valorizamos a liberdade” (TUAN, 1983, p.3), estar em um local onde se sente a falta de segurança, a falta de cuidado, onde se sente aprisionado, em oposição aos aspectos apresentados por Tuan, é o não-lugar. Um lugar de passagem: ponto de ônibus, banco

da rodoviária, o leito de um hospital, dentre outros. Em contrapartida, o não-lugar também estabelece uma rede de significados: o banco de uma igreja, a passagem de ônibus ou de avião, o banco da escola, ou da praça.

Já Marc Augé (2012, p.11) define o lugar, como um *lugar antropológico*, isto é, um espaço identitário, racional e histórico e o *não-lugar* seria o seu oposto: espaços não-identitários; não-relacionais e não-históricos. As duas noções analisadas por Marc Augé em sua obra, lugar antropológico e não-lugar, de acordo com Sá (2014, p.209), permitem tomar consciência dessas transformações, que surgem de uma forma aparentemente “natural” e vão substituindo a cidade antiga pela emergência de uma “nova cidade”, que muitas vezes existindo na realidade, porém sendo desprezada na consciência, sob a forma de negatização, protesto ou até mesmo de segurança. Alvo circunstanciado, Marc, descreve os não-lugares como sendo:

um mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam, em modalidades luxuosas ou desumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias, tais como as cadeias de hotéis e os terrenos invadidos, os clubes de férias e os acampamentos de refugiados, as favelas destinadas aos desempregados ou à perenidade que apodrece (AUGÉ, 2012, p. 74)

Na visão do antropólogo, segundo Augé, ao contrário, a antropologia só se satisfaz ao decifrar pela organização do lugar, ou seja, onde há “a fronteira sempre postula e demarcada entre natureza selvagem e natureza cultivada, a divisão permanente ou provisória da terra de cultura ou das águas priscas, o traçado das aldeias, a disposição do habitat e as regras de residência”, em suma, para o autor, trata-se da “geografia econômica, social, política e religiosa do grupo”, isto é, uma ordem muito mais restritiva, e seja como for, evidente, porque sua transcrição no espaço lhe dá a aparência de uma segunda natureza. (AUGÉ, 2012, p.43-44). E, ainda, ressalta o autor:

reservamos o termo “lugar antropológico” àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja (AUGÉ, 2012, p.51).

Todavia, para Marc Augé, se um lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese apresentada pelo autor é a de

que a “supermodernidade baudelairianas”⁶, não integram os lugares antigos, àqueles que foram classificados e promovidos a “lugares da memória”, pois ocupam aí um lugar circunscrito e específico, cujos não-lugares foram colocados à margem.

Nessa perspectiva, o lugar e o não lugar são, antes, “polaridades fugidias”, comenta Marc, onde o primeiro nunca é completamente apagado, é fixo, é vivo, pode não ser definitivo, mas é real, já o segundo, ou nunca se realiza totalmente, ou se trata de um lugar transitório, onde não se objetiva estar ali, permanecer ali, palimpsestos⁷ em que se reinscreve, sem sessar o tal jogo embotado da identidade e da relação, embora que transitória e efêmera. É nessa direção que o autor afirma:

[...] os não-lugares, contudo, são a medida da época; medida qualificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões entre superfície, volume e distância, as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e os domicílios móveis considerados “meios de transporte: aviões, trens, ônibus, os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e, as grandes superfícies da distribuição, meada complexa, enfim, redes a cabo ou sem fio, que mobilizam o espaço extraterrestre para uma comunicação tão estranha que muitas vezes só põe o indivíduo em contato com uma outra imagem de si mesmo (AUGÉ, 2012, p.74-75).

Citando ainda Augé (2006), lembra-se que esse autor aponta, também, que de certa forma, “as coisas se complicam, porque é impossível esquematizar de forma simples a realidade social, uma vez que um não-lugar como espaço empírico pode ser sob o ponto de vista social simultaneamente um lugar antropológico” e, vice-versa, assim:

[...] se definirmos o não-lugar como um espaço empiricamente identificável – um aeroporto, um hipermercado ou um monitor de televisão – mas como o espaço criado pelo olhar que o toma como objeto, podemos admitir que o não-lugar de uns – por exemplo, os passageiros em trânsito num aeroporto – seja o lugar de outros – por exemplo, os que trabalham nesse aeroporto (AUGÉ, 2006, p.116)

Outro aspecto porque o lugar passa a ser considerado como não-lugar está na proximidade com o sentimento do medo; medo pelos que os olhos veem; medo por aquilo que

⁶ Fazendo-se referência a Charles-Pierre Baudelaire: um poeta boêmio e teórico da arte francesa. É considerado um dos precursores do simbolismo e reconhecido internacionalmente como o fundador da tradição moderna em poesia, juntamente com Walt Whitman, embora tenha se relacionado com diversas escolas artísticas. Sua obra teórica também influenciou profundamente as artes plásticas do século XIX.

⁷ Palimpsesto (do grego antigo παλίμψηστος; "palímpsêstos", "aquilo que se raspa para escrever de novo": πάλιν, "de novo" e ψάω, "arranhar, raspar") designa um pergaminho ou papiro cujo texto foi eliminado para permitir a reutilização.

se ouve falar; pelo que se lê, quando o indivíduo passa a ter um sutil ideia do que pode estar acontecendo ou seja aquele local. Ao que Tuan (2005, p.9) considera importante ressaltar: “em todos os estudos sobre o indivíduo e sobre a sociedade humana, o medo é um tema, seja implícito, como nas histórias de coragem e sucesso, ou explícito, como nos trabalhos sobre fobias e conflitos humanos”. Daí, o medo de ser exposto ou o medo de que sua vulnerabilidade seja o limite para sua autopreservação. O não-lugar, que se identifica e ocupa o imaginário da sazonal da paisagem do medo, tem consciência de um espaço muito maior que representa tanto tentações como ameaças.

Mesmo que o não-lugar seja considerado transitório ou que seja simultaneamente um lugar antropológico, o não-lugar relaciona-se, de certo modo, como quem saiu de algum lugar por receio ou à procura de proteção. Diz-se daquele que se desprende de um grupo específico, necessariamente precisa estar temporariamente separado do grupo original. Ou, muitas vezes precisa estar oculto, temporariamente, por circunstâncias atreladas ao medo. A esse respeito, Tuan, em 1979, publica *Paisagens do Medo*, original na língua inglesa, ainda em fase de tradução pela Professora Livia de Oleira da UNESP. Nessa obra, Yi-Fu Tuan aponta algumas das características do medo, aborda suas origens e coloca uma série de exemplificações, tais como: o medo ligado as grandes calamidades naturais e da fome, o medo no mundo medieval, o medo de doença, a violência e o medo no campo, o medo da humilhação pública e da execução, o exílio e a reclusão e o medo da cidade. Dentre outras, estes são para este trabalho, alguns dos exemplos de paisagens do medo que permeiam juntamente com os não-lugares, as temáticas de espaço e lugar. A partir de então, Tuan (2005, p.7) introduz sua reflexão a respeito de *Paisagens do Medo* por meio da seguinte sentença:

[...] Paisagens do Medo? Se pararmos para refletir quais são elas, certamente inúmeras imagens acudirão a nossa mente: medo do escuro e a sensação de abandono quando criança; ansiedade em lugares desconhecidos ou em reuniões sociais; pavor dos mortos ou do sobrenatural; medo das doenças, guerras e catástrofes naturais; desconforto ao ver hospitais e prisões; medo de assalto e de assaltantes em ruas desertas e em certos bairros.

Sobre essa temática, esse autor aborda o sentimento do medo, em suas referências como imagens, a quem ele denominou de paisagens, salientando que os medos são experimentados por todos os indivíduos, seja lá de que forma for, e, neste sentido, são subjetivos. Tuan ressalta também que os medos sendo subjetivos, alguns, no entanto, são, sem dúvida, produzidos por um Meio ambiente ameaçador, já outros não. Estes habitam no passado,

tais como aqueles que perseguem as crianças até formarem-se em adultos, outros aparecem em plena adolescência, outras já em plena maturidade. Alguns medos, destaca Tuan, “chegam até a oprimir povos primitivos que vivem em ambientes hostis, outros se configuram nas complexas sociedades tecnológicas que dispõem de amplos poderes sobre a natureza” (TUAN, 2005, p.8).

Na concepção de Tuan (2005), a cidade representa a maior aspiração da humanidade organizada em relação a uma ordem perfeita e harmônica, tanto em sua estrutura arquitetônica como nos laços sociais que nela se encontram inseridos. Em todo o lugar em que o urbanismo surgiu de forma independente, descobriu-se que suas raízes se fundamentavam em um “centro cerimonial prestigioso”, conforme descrito por Tuan, ao invés de um simples lugarejo. Assim, para o autor, uma das funções, em primeiro lugar, e a mais essencial da cidade foi a de ser um símbolo vivo da ordem expressamente cósmica, por isso seu padrão geométrico era simples, com muralhas e ruas frequentemente orientadas pelos pontos cardeais, o mesmo acontecendo com seus imponentes monumentos, sempre posicionados aos primeiros raios do sol da luz dourada, para que fossem iluminados ao serem avistados pelos transeuntes como nos seus mais altos dias de glória. Certamente com esses desejos de perfeição física estava o anseio por uma sociedade estável e harmoniosa.

Nos escritos de Juvenal (1958), o historiador aponta que, na antiguidade, as pessoas discerniam uma estabilidade e previsibilidade nos céus que não conseguiam encontrar na Terra. Conforme seu relato, os gregos, por exemplo, distinguiam explicitamente entre uma natureza ordenada acima da órbita da Lua e uma natureza desordenada abaixo dela, conforme adotada até os dias atuais no esoterismo, distinção esta que foi mantida por pensadores europeus da Idade Média.

Uma paisagem do medo foi criada a partir da configuração da pirâmide de poder, de acordo com o que expressa Tuan (2005, p.232) “aos olhos de reis e governantes, a ordem social que mais se ajustava à cidade cósmica era a hierarquia”. Então o desenho formado ficaria assim: “no topo, estavam o governante paternal e sua coorte de sacerdotes e altos funcionários”. “na base, jazia o populacho leal e trabalhador, ocupado principalmente na agricultura [...] denominada de atividade principal”. Nesse contexto, por mais que a cidade tenha mudado com o decorrer do tempo, esse padrão de pirâmide manteve seu formato original, não podendo evitar o conflito de uma ordem social e mesmo assim, o conflito persistiu entre o desejo por uma

ordem socioestética imposta e a realidade das massas vivendo em um mundo dinâmico, ainda mais confuso.

Trata-se, pois, de uma profunda ironia que frequentemente a cidade possa parecer um lugar organizado e não-assustador, um segundo modelo de Paisagem do medo, cujo projeto foi edificado para corrigir a aparente confusão e o caos impostos pela natureza humana e que, portanto, Tuan sinaliza que a cidade em si mesma se transforma em um meio físico desorientador, no qual os prédios de apartamentos desabam sobre seus habitantes, ocorrem incêndios, onde o trânsito criado para facilitar a vida moderna, ameaça a vida e mutila pessoas. Apesar do que, cada rua ou avenida e cada casa ou prédio, “são na verdade todos os seus tijolos e blocos de pedra”, outrossim, são sem dúvida os produtos de planejamento e reflexões, o resultado final pode ser um imenso labirinto desordenado (TUAN, 2005, p.234).

Uma terceira possibilidade de paisagem do medo, circunstanciada à cidade, isto é, ao lugar que foi criada pela memória, remonta há tempos históricos. Com efeito, Tuan orienta que uma cidade pode até ter lindos edifícios e praças ordenadas e, no entanto, a impressão geral é de profunda desordem. A exemplo disso, a partir dos escritos de Flávio Josefo, um historiador romano da antiguidade, que viveu por volta de 37 – 100 d.C., Tuan comenta que na Roma antiga, nos tempos de César Augusto e de Trajano, tinha-se os espaços ordenados e dignos, mas justaposta a eles havia uma confusão selvagem de frágeis construções e ruelas lúgubres e estreitas que ziguezagueavam subindo e descendo abruptamente as Sete Colinas, provavelmente, fez-se referência às primeiras favelas de outrora. E, que nas noites sem luar, as ruas ficavam submersas em uma constante escuridão impenetrável, além de um constante e densa névoa que caía na cidade. Então, os cidadãos precavidos ficavam em casa. Os que iam ao deleite das festas e regressavam tarde, meio embriagados, arriscavam-se a se perder, mesmo quando escapavam dos ladrões e assaltantes, que espreitavam na calada da escuridão, como breu.

De certo, este episódio descrito por Tuan referindo-se ao planejamento da cidade de Roma com seus prédios em palácios e as humildes construções faz-se uma comparação às cidades modernas e as lúgubres favelas que crescem ao seu entorno. Certamente, a mais remota paisagem do medo está na cena exemplificada acima, que perdura até os dias atuais. As favelas ainda impõem medo. Medo, aos olhares dos que passam externamente próximos a elas, medo

àqueles que ouvem falar dela, ou das imagens gastas apresentadas pela mídia, sem portanto, nunca terem entrado em uma.

1.4 Euclides da Cunha no sertão dos lugares: o lugar de “Os sertões

A vida de Euclides da Cunha⁸ se inicia em 1866, numa fazenda de café no Vale do Paraíba da então província do Rio de Janeiro, como primeiro filho de uma família de pequeno capital econômico – social (BOURDIEU, 2010).

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha⁹, nasceu no bairro de Cantagalo, município de Niterói-RJ em 20 de janeiro de 1866. Filho do Senhor Manuel Rodrigues da Cunha Pimenta e Dona Eudóxia Alves Moreira da Cunha. Segundo Arruda (1973, p.159), ficou órfão de mãe desde os 3 anos, passa a viver, temporariamente, em casas de parentes instalando-se ora no município de Teresópolis, ora no município de São Fidélis, até definitivamente estabelece-se no Rio de Janeiro. De acordo com a cronologia publicada em Cunha (2009a), foi em 1879, que completou seus estudos primários, atual Ensino Fundamental, no Colégio Caldeira, iniciando logo em seguida seu curso secundário, atual Ensino Médio, por conta de várias mudanças de endereço frequentou os Colégios Anglo-Americano, Vitório da Costa e Meneses Dória, ambos de ordem particular.

Aos 18 anos, em 1883, já matriculado no Colégio Aquino, presta exames de Geografia, Francês, Retórica e História. É em 1884, ainda matriculado no Colégio Aquino, que passa a publicar seus primeiros artigos no jornal “O Democrata”, fundado por ele e seus colegas de estudo, com o incentivo de seu professor Benjamin Constant. Tendo ingressado no Colégio Aquino, onde foi tutelado por seu professor, que muito o influenciou em sua formação introduzindo-o no estudo da filosofia positivista. Já no ano de 1885, ingressa na Escola Politécnica para cursar Engenharia Civil, mas, infelizmente, é obrigado a desistir por motivo financeiros e, no ano seguinte, aos 21 anos, assenta praça na Escola Militar da Praia Vermelha,

⁸ «[Euclides da Cunha - Cronologia](#)». ABL - Euclides da Cunha. Consultado em 15 de agosto de 2020.

⁹ Na ortografia original: *Euclides* e sem o antenome *Pimenta*, o qual não consta dos documentos assinados pelo escritor.

onde reencontra o professor Benjamin Constant, em conformidade com o relato de Rabelo (1966), podendo dar prosseguimento nos estudos de Engenharia, não deixando no entanto de contribuir com seus escritos.

Figura 2 – Jornalista e escritor Euclides Rodrigues da Cunha.



Fonte: netdoctor.cdnds.net

Conforme Cunha (2009a), Euclides passa a colaborar, em 1887, com a edição da “Revista da Família Acadêmica”. Entretanto, em 1988, o imperador tranca a sua matrícula na Escola Militar da Praia Vermelha por seu ato de protesto durante uma visita do Ministro Tomás Coelho às instalações da Escola Militar, último gabinete conservador da monarquia. O que fez Euclides da Cunha a colaborar na edição do jornal “A Província de São Paulo” com a publicação da série “A Pátria e a Dinastia”. Em dezembro de 1889, retorna à Escola Militar da Praia Vermelha, graças à Proclamação da República e ao seu sogro, General Sólon Ribeiro.

A Cronologia acima referenciada com relação a formação de Euclides da Cunha, traz em seu bojo, reflexões interessantes sobre a temática da interdisciplinaridade e a formação do indivíduo. Nesse contexto, Petraglia (2011) defende em suas alegações que a interdisciplinaridade se constitui numa resposta a uma demanda da sociedade, em que o número de especialistas para resolver problemas de ordem social, política, econômica, dentre outras é ilimitado. Não é possível apresentar soluções e subsídios na individualidade e na solidão. Ressalta que há necessidade de uma construção coletiva de um conhecimento cada vez mais extenso relativo a um domínio cada vez mais restrito. Dessa forma, Petraglia (2011, p.64), citando Morin, salienta que:

[...] Morin nos coloca a necessidade de pensarmos sobre a complexidade da realidade física, biológica e humana, visto que os conceitos de ordem, desordem e organização estão presentes no universo e na sua formação; na

vida, em sua evolução biológica; como também na história humana, em todas as suas vertentes.

Nesta mesma direção, Morin (1998, p.74) constata que “a organização não reduz à ordem, embora a compreenda”. Pelo contrário, ressalta esse autor: “aceita e trabalha com o binômio ordem-desordem”. Assim, segundo o autor, “a organização mantém o “todo” irreduzível, apresenta e mantém suas qualidades emergentes”. Sommermam (2008, p. 35) vai dizer: “a complexidade do mundo e da cultura atual reforçaram, por outro lado, a busca da unificação ou da reunificação do saber e, apoiadas nas novas teorias pedagógicas” que o digam Claparède, Dewey, Decroly, Montessori, Piaget, Vigotsky, até mesmo Freire.

Deste modo, Bandoni (2015, p.55) apresenta o seguinte questionamento: “qual deve ser o limite da interdisciplinaridade?”, à sua indagação, parece ser saudável, apostar na seguinte solução: “embora tenham grande potencial, propostas interdisciplinares requerem uma cuidadosa coordenação de equipe [...]e por definição, devem trazer aprendizagens que transcendam as disciplinas”. É nesse sentido que Pires (1998, p.177) recorda que “a interdisciplinaridade apareceu, então, para promover a superação da superespecialização e da desarticulação teoria e prática, como alternativa à disciplinaridade”.

Lück (2003, p.67) reafirma que a “interdisciplinaridade é um processo de circularidade entre as disciplinas” e não consiste numa desvalorização das disciplinas de formação do conhecimento humano produzidas por elas e, ao concordar com Morin (1985, p.33) estabelece que “o problema não está em que cada uma perca a sua competência. Está em que a desenvolva o suficiente para articular com as outras competências (disciplinas e conhecimentos) que, ligadas em cadeia, formariam o anel completo e dinâmico, o anel do conhecimento do conhecimento”. E Euclides soube bem aproveitar as oportunidades que se estabeleciam em sua vida, uma vez que, o conhecimento é, ao mesmo tempo, um fenômeno multidimensional e inacabado, sendo impossível sua completude e abrangência total, de modo que a cada etapa da visão globalizadora, novas questões e novos desdobramentos surgem. Dessa forma é possível afirmar que o interdisciplinar consiste num tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado ou obter àquelas respostas que a limitação de uma delas não consegue vislumbrar.

E foi, exatamente, nesse caminhar que Euclides da Cunha foi forjado: era engenheiro militar, escritor e jornalista brasileiro, e por que não, um observador atento da natureza, do Meio ambiente, e das tendências e dos discursos a sua volta. Sua formação o levou a ser um importante escritor pré-modernista brasileiro, uma figura multifacetada, poder-se-ia dizer que foi um precursor da interdisciplinaridade, no Brasil na virada do século XIX/XX, pois atuou também como professor, filósofo, ensaísta, historiador e sociólogo. Tendo estudado nas escolas Politécnica do Rio de Janeiro e na Militar da Praia Vermelha, tornou-se um militar de carreira. Sua formação o levou a ingressar no jornal “A Província de São Paulo”, atualmente, “O Estado de São Paulo”, recebendo posteriormente o título de bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais e o de Primeiro-tenente.

Os Sertões, dentre tantas outras obras de Euclides da Cunha continuam relevantes no âmbito nacional e sendo ainda estudadas no mundo acadêmico. Cidades fortemente ligadas a sua vida comemoram a Semana Euclidiana, em razão de *Os Sertões*. Essa obra é reconhecida por seu regionalismo e neologismos criados, típicos do período pré-modernista que certamente influenciaram as origens do modernismo que coincidem com o início dos ditames do período republicano. Ao celebrar o centenário de sua morte, em 2009, foi realizado em sua cidade natal uma série de festejos, entre estes, várias exposições pertencentes ao “*Projeto 100 Anos Sem Euclides*”, financiados pelo Governo Federal em parceria com as Secretarias Municipais de Cultura e a Casa França Brasil no Rio de Janeiro.

Cunha (2009a) e Abreu (1998) registram que Euclides deixou Canudos quatro dias antes do fim da Guerra, não chegando a presenciar o desfecho daquela cruel empreitada. Mas conseguiu reunir material para, durante cinco anos, elaborar sua obra mais primorosa “*Os Sertões: campanha de Canudos*, publicando-o em 1902. Ressalta-se que *Os Sertões* foi produzido “nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante”¹⁰, visto que o engenheiro Euclides se encontrava sobre o Rio Pardo, no município de São José do Rio Pardo, interior de São Paulo, liderando a construção de uma ponte metálica, atualmente famosa, como edificação paisagística para o local.

¹⁰ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**, nota preliminar.

Com sua obra, Euclides da Cunha pretendia não apenas contar o que presenciara no sertão, mas munido das teorias científicas vigentes em relação ao determinismo, ao positivismo e os conhecimentos de sociologia, geografia natural e humana, o jovem escritor pretendia também compreender e explicar o fenômeno cientificamente. A obra constitui uma narrativa com estilo literário, de fundo histórico e de rigor científico. Além disso, pertence ao escopo da primeira fase da implantação da Sociologia, como ciência, no Brasil. Euclides da Cunha, de acordo Ianni (*apud* ARRUDA, 1975) faz parte do grupo de autores. É mister recordar que a Sociologia no Brasil, foi dividida em acontecimentos de implantação, cuja primeira geração dos estudos sociológicos seria composta por aqueles autores que se preocuparam em fazer estudos históricos sobre a realidade brasileira, sobre um caráter mais voltado à Literatura do que propriamente à Sociologia. É desta geração de autores que se destaca Euclides da Cunha, que na função de correspondente jornalístico, enviado para o sertão da Bahia, ao cobrir a Guerra de Canudos, produziu a maior contribuição à Sociologia brasileira: *Os Sertões*.

Se analisada esta obra pelo enfoque literário, pode-se perceber que Cunha faz, usando seus conhecimentos de Geografia Física e Humana, Engenharia e Ciências e Físicas Naturais, relatos sobre como era terra, ou seja, a região e a paisagem de Canudos. Também faz descrição dos homens que ali viviam, os jagunços, isto é, os sertanejos vaquejantes, nos quais se percebe que ao contrário do que se pensava antes de conhecê-los, “eram fortes e valentes, ainda que a aparência dos mesmos não demonstrasse isso” (CUNHA, 2009b, p. 146).

Por fim, Cunha descreve a guerra, isto é, a luta e a resistência dos posseiros contra o governo republicano da época, que conseguiu acabar com o que considerava ser uma revolução que reivindicava a volta do sistema monárquico ao Brasil, no qual o rei seria figura máxima no topo da pirâmide da região. Na verdade, seu resistente idealizador, fanático, Antônio Conselheiro, o líder religioso da revolução de Canudos, e seus seguidores apenas defendiam seus lares, seus lotes de terra em sua agropecuária, sua sobrevivência.

Na verdade, olhando-se pelo viés sociológico, é possível perceber que o autor de *Os Sertões* estava fazendo revelações quanto à organização da República que estava sendo consolidada, mas sem o ouvir dos ideais da democracia precisava ser considerada desde seu início. Canudos era o retrato de uma sociedade republicana brasileira que não conseguia suprir as necessidades básicas de seu povo, tais como melhorias nas condições de moradia,

fornecimento de água encanada e rede de esgoto adequado, isto é, planejamento no sistema habitacional e no que se refere ao saneamento básico. Assunto que o velho Antônio Conselheiro, com sua maneira missionária de ser, acreditava e lutava para acontecer, pois “[...] abria aos desventurados os celeiros fartos pelas esmolas e produtos do trabalho comum. Compreendia de certo modo que aquela massa, na aparência inútil, era o cerne vigoroso do arraial”. Assim, formavam-se os eleitos, felizes por terem “aos ombros os frangalhos imundos, esfiapados sambenitos de uma penitenciária que lhes fora a própria vida; bem-aventurados porque o passo trôpego, remorado pelas muletas e pelas anquiloses, lhes era a celeridade máxima, o avanço para a felicidade eterna” (CUNHA, 2009a, p.132).

A história seguiu seu curso e os sertanejos também. Após duas tentativas sem lograr sucesso de “tomar o Arraial de Canudos”, já que os sertanejos, ainda que não possuíssem táticas de guerra, eram conhecedores da localidade e da rudeza das condições da caatinga sertaneja, plenamente adaptados a toda situação, o que tornava cada vez mais difícil a vida dos soldados. Não era comum se atrincheirar em pleno ao sertão semiárido, de clima extremamente quente, em meio aos mandacarus (*Cereus jaramacara*) com cerca de 25 espécies de plantas existentes na região tropical e os xiquexiques (*Cactus peruvianus*) típica vegetação do nordeste, com caule esférico e espinhento, cuja flor rósea, semelhante a laranja no formato de uma rosa, conhecida como pitáia, atualmente, é um dos esforços econômicos da região nordestina. Além disso, os soldados teriam que dividir os espaços com calangos, queixadas, iguanas, andirás, carcarás e sericóias (Cunha, 2009a, p. 54 – 55).

Retornando a situação da intervenção dos soldados, ainda tomados de temor e amedrontados com as notícias que chegavam do local, fez, então, que o governo federal republicano deixasse de subestimar a força e a expertise daqueles “pobres cangaceiros” que se uniram a Conselheiro. Convocando para uma terceira expedição de batalhões armados de vários estados brasileiros, promovendo uma grande guerra e a matança, naquela região, em prol da República. Assim recorda, tristemente, Cunha (2009b, p.597), ao relatar o vil esmagamento, escrutinado palmo a palmo: “caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir, despachando-lhe as casas que ainda teimavam em pé, exatamente 5.200, cuidadosamente contadas”.

Arreigada de historicidade e de ciência, as observações de Euclides da Cunha e as revelações que faz com sua escrita quanto à sociedade brasileira em *Os Sertões*, transforma essa obra em um dos referenciais do início do pensamento sociológico no Brasil.

Ainda em vida, conforme comenta Duarte (1998), Euclides da Cunha viu sua obra *Os Sertões* ser transformada em um sucesso de crítica e de público sem precedentes na historiografia intelectual brasileira. Certamente, um marco no início da literatura brasileira, conforme aponta, a socióloga, Regina Abreu (1998). Desta forma, o trabalho de Euclides começa com uma reconstituição das características políticas e sociais do período histórico que antecede o ano de 1902, data de lançamento de sua publicação, ao retratar em sua obra: três aspectos fundamentais tanto para a história como para a constituição sociopolítica: da Terra, do Homem e de sua Luta.

Teixeira (1903, p.18), um jornalista à época da publicação de *Os Sertões* vai preconizar: “O livro de Euclides da Cunha [...] é uma obra histórica, uma obra científica e uma obra de arte”. Assim como o elogio se repete por José Veríssimo: “O livro [...] do sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem d ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo, de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, de um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, [...]” (LIMA, 1997, p.16). Mas adiante, Luiz Costa Lima, via afirmar: “*Os Sertões*, a meu ver, o livro mais forte de toda a nossa literatura. É um verdadeiro poema à nossa terra e à bravura indômita do nosso sertanejo” (LIMA, 1997, p.20).

1.5 Canudos, um lugar de campanha

Resumidamente, o livro trata da Campanha de Canudos, ocorrido no nordeste da Bahia em 1897. Nessa obra, seu autor rompe por completo com suas ideias anteriores e pré-concebidas, segundo as quais o movimento de Canudos seria uma tentativa de restauração da Monarquia, comandada à distância pelos monarquistas, ainda instalados no Brasil. Percebe-se que se trata de uma sociedade completamente diferente da litorânea. De certa forma, Euclides da Cunha descobre o verdadeiro interior do Brasil, que mostrou ser muito diferente da representação usual que dele se tinha, inclusive daquilo que se ouvia falar ou do que era divulgado à época.

Conhecida como a Campanha de Canudos ou Rebelião de Canudos¹¹, conforme retratado histórica e jornalisticamente por seu autor foi um movimento popular de caráter sociopolítico e religioso que ocorreu no Arraial de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, ao nordeste do Estado da Bahia. O conhecido Sertão de Canudos, de acordo com o IBGE 2010, é constituído de onze municípios, a saber: Cansanção, Canudos, Euclides da Cunha, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Tucano e Uauá.

Etimologicamente, conforme Euclides da Cunha aponta em sua obra (2009, p.160), o local era em 1876 uma fazenda às margens do rio Vaza-Baris “ocupada por população suspeita, ociosa e armada que fumava cachimbos de barro “*de metro de extensão*”, a partir de tubos de caniços extraídos da vegetação, *canudos-de-pito*, existente nas margens do rio”, isto é, o tal “Canudo-de-pito” (*Mabea angustifolia*), que dá nome aquela região, é uma planta de ramos fistulosos, com muitos nós e bem distanciados, adequados na confecção de canudos de cachimbo.

A propósito, denomina-se sertão, de acordo com o dicionário Houaiss Conciso de 2011, página 210, a região agreste afastada dos centros de povoação e das terras cultivadas. Pode ser entendido, neste contexto, como um local pouco povoado e afastado da costa, ou seja, o interior de uma determinada localidade, quer seja, de um distrito, município, estado ou país. Em nível de Brasil, de acordo com o que se lê nas enciclopédias, trata-se da zona fisiográfica brasileira, e uma microrregião, correspondente ao domínio do clima semiárido e da caatinga, com temperaturas sempre e muitíssimas elevadas. Assim, o sertão corresponde, a grosso modo, ao desenho do Polígono das Secas, que se estende pelo interior dos Estados Nordestinos, à exceção do Maranhão, que se situa na área de transição para a Amazônia. Desta forma, o clima semiárido com índices pluviométricos reduzidos, cerca de 280 mm anuais, conforme registrado no município de Cabaceiras, na Paraíba, no ano de 2000.

Não distante disso, do início das instalações da antiga favela da Maré até o início dos anos 1990, a região ainda penava com a falta d’água. O abastecimento somente chega à região até a Avenida Brasil, fazendo com que os moradores da Maré, criativamente, fossem

¹¹ Em CUNHA, Euclides (2009b), registra também conjuração baiana.

apanhar litros de água para sua sobrevivência. Isto recorda um pouco a situação do povo nordestino similarmente, a situação do povo mareense, embora com menos agravantes como a geração da caatinga, após inúmeros períodos de estiagem e seca profunda, que o território da Maré não as conheceu, mas, a respeito da seca que assola o sertão nordestino e suas consequências, o poeta cearense, Patativa do Assaré (1909 – 2002), canta em seu poema o seu lugar de fala: “Na seca inclemente do nosso Nordeste, / o sol é mais quente / e o céu é mais azul / e o povo se achando sem pão e sem veste / viaja à procura de terras no Sul” (ASSARÉ, 2001, p.28). Com esses versos é possível perceber um dos indícios para a migração nordestina para a região sul, a procura de melhores condições de vida.

Porém, na Maré, assim como canta o poeta nordestino, no período de chuvas, por mais simples e caudalosas que fossem, os moradores com suas engenhosidades fabricavam o suporte necessário a coleta de águas de chuva para as suas necessidades básicas e principalmente para que a vida e o Meio ambiente ainda nativo sobrevivessem, tal qual o poema de Assaré (2001): “(...) Porém, quando chove, tudo é riso e festa / o campo e a floresta prometem fartura / escutam-se as notas agudas e graves / do canto das aves louvando a natura” (ASSARÉ, *Op. Cit.*)

Retomando a situação da Comunidade de Canudos, com o rápido crescimento desordenado geograficamente do arraial, que em seu auge reunira aproximadamente, 25 mil indivíduos fugidos dos latifúndios circunvizinhos, organizando-se em uma comunidade autônoma e autossuficiente, provocou o temor dos grandes senhores de terras, que viam escapar-lhes os trabalhadores baratos. E não somente estes donos de terras, como também os representantes dos governos federal e estadual, que após encontrado um pretexto, enviaram em 1896, um contingente policial comandado pelo Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira a fim de moralizar e servir como base de controle. Foi aí que se iniciou a saga, os sertanejos os desbarataram, bem como as tropas do Major Febrônio de Brito, ainda no mesmo ano.

O Governo Federal então, no mês de março do ano seguinte, recrutou forças armadas, bem mais numerosas do que a primeira intervenção, desta vez sob o comando do Coronel do Exército Antônio Moreira César. Tacitamente, nova vitória dos sertanejos rebelados e a morte do comandante da coluna tiveram grande repercussão, traduzida no Rio de Janeiro, Capital da República, em manifestações de rua, nas quais os monarquistas eram apontados

como instigadores desse movimento. Com isso, escritórios de jornais monarquistas foram depredados e mais ainda, culminaram com o assassinato dos gerentes responsáveis de dois deles, sendo um o Coronel Gentil José de Castro, conforme registrado pela história, através do documento de 1897, “O Assassinato do Coronel Gentil José de Castro: subsídios para a história do regimento republicano no Brasil”, fez deste um mártir.

Pois bem, Frota (1983) ressalta que o cadáver de Antônio Conselheiro, que morrera poucas horas antes, foi então exumado, e a sua cabeça decepada. De certo, esse episódio de Canudos e a chacina executada, oficialmente, sob a anuência da sociedade urbana, contra os rudes camponeses sendo utilizadas, inclusive, modernas armas de artilharia, recém importadas da Europa, como cita Euclides (2009a), que revelam o abismo existente entre àquela e a sociedade rural brasileira, representada por aquele vilarejo, massacrada pela ignorância e de certo por sua condição de miserabilidade.

Na verdade, a situação do homem nordestino e a campanha militar que foram narradas por Euclides da Cunha em sua máxima de *Os Sertões*, onde descreve dramaticamente a oposição referida, dando origem ao maior êxodo rural contado pela história, pois muitos dos que viviam lá, se não foram a óbito com a guerra, refugiaram-se nas cidades circunvizinhas, antes da terceira intervenção. O desfecho dessa guerra em Canudos, encontrou apenas quatro sobreviventes, conforme retratado por Euclides da Cunha (2009a, p.532):

[...] Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palma, na precisão integral do termo, caiu dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram apenas quatro: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

A propósito, Canudos caiu, tendo em vista sua situação sócio-histórica e a falta de estratégias de planejamento junto ao governo federal em suas incursões armadas em sua ruides e preconceito em relação ao que estava acontecendo no interior daquele local e que poderia vir dar uma impressão negativa. Seus moradores, ainda que de boa vontade, seguiam a um único guia – líder comunitário que se negava à abertura e ao diálogo com sua mentalidade arbitrária e severa contra as ações governamentais. Canudos caiu devido à ausência de política públicas de qualidade e de acompanhamento. Porém, em uma óptica oposta, o bairro da Maré subsiste, é resiliente, mesmo que com a ausência de política públicas adequadas ao local, vê-se que há

nesta localidade lideranças que avançam em seus planejamentos e na busca do diálogo constante com as autoridades governamentais. É claro que a luta armada existe na localidade e vez ou outra é vivida e noticiada pela mídia, porém conscientes de seus direitos e deveres seus próprios moradores se colocam de forma resiliente e resistente pelo compromisso com a qualidade de vida, para além do respeito ao local em que residem.

2 CAPÍTULO II

O sertão da Maré: a Terra, o Homem e a Luta

“As nossas melhores cartas enfeixando informes escassos, lá têm um claro expressivo, um hiato, *Terra ignota*, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras”.

(CUNHA, 2009a, p.27)

2.1 Prolegômenos

Inspirado em *Os Sertões*, este segundo capítulo apresenta reflexões sobre o bairro da Maré, sendo subdividido em quatro seções, a saber: uma breve reflexão sobre a formação históricas das favelas cariocas, atualmente denominada de comunidades, a Terra – apresentando um retrato da Maré nos dias atuais, o Homem – uma reflexão sobre os principais aspectos da constituição humana e como se apresenta o homem mareense e a Luta – nesta seção é apresentada de forma sucinta as questões que levantam a temática da resiliência e resistência da população mareense diante das questões de urbanização e de formação do ser humano.

O objetivo deste capítulo é apresentar a Maré, sob três aspectos: a Terra, o Homem e a Luta, de acordo com o levantamento por meio de pesquisa documental extraída dos dados do Censo Demográfico de 2010, promovido pelo IBGE, do Censo Maré 2012, atualizados na prévia de 2019, para fins do Censo Maré 2020 e o Censo de Empreendedorismo da Maré ano 2014, atualizado na prévia de 2019. Além destas três fontes documentais, foi necessário coletar e classificar das noticiais de jornal local “Maré de Notícias”, de circulação mensal, do período de agosto de 2017 a agosto de 2021, perfazendo o total de 52 meses de publicações, dos quais, foram selecionados apenas 25 fascículos, aleatoriamente, sendo um fascículo por mês, não se admitindo repetições de matérias publicadas, representando, para este trabalho, uma mostra acima de 52% do total de meses noticiados sobre a Maré. Desses fascículos, foram retiradas as falas, as vivências, as memórias contadas dos moradores e as ilustrações sobre a Maré, além de outros atores que por ali circulam, tais como trabalhadores ou prestadores de serviços.

O intuito dessa pesquisa foi trazer à luz, a partir desses recortes, os sentimentos topológicos estabelecidos por Yi-Fu Tuan que em relação ao espaço, ao lugar e ao tempo,

sobressaem a topofilia e a topofobia. Nesta perspectiva, para dar início a este capítulo, onde é descrita a Maré com relação ao território (à terra); o/a mareense (o homem) e sua resistência e resiliência (à luta), porém, faz-se necessário antes desta explanação, apresentar os possíveis aspectos sobre a origem e a formação das favelas cariocas. Nesta seção faz-se uma reflexão sobre o crescimento populacional, as questões imobiliárias e as remoções que se fizeram necessárias à época e alguns apontamentos históricos da Cidade do Rio de Janeiro que levaram tantos indivíduos a se estabelecerem nas favelas cariocas.

A marca maior do presente capítulo é sedimentar a comprovação da hipótese que será confirmada no capítulo seguinte, de que, mais que um espaço de passagem, um espaço em que o morador não deseja permanecer, por ser totalmente inóspito e insalubre, o bairro da Maré é um sertão a ser conhecido e por que não é (re)conhecido, que por sua vez, é “o” lugar do mareense, pois este é antes de tudo um forte, como inúmeros outros trabalhadores pobres, um ser humano que merece respeito da sociedade, como inúmeros outros lugares denominados pejorativamente “comunidades”, “favelas”. Comunidades e favelas, quando oferecem condições efetivas de vida, podem tornar-se lugares. Ficando latente a pergunta: Por que não? O que lembra uma composição musical bastante conhecida “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela em que eu nasci, e poder me orgulhar. / E poder me orgulhar. / E ter a consciência que o pobre tem seu lugar.../”. (Rap Brasil: “Eu só quero é ser feliz” – Furacão 2000 – Composição: Julinho Rastia / Kátia).

2.2 Uma breve história sobre possíveis as origens das favelas cariocas

As possíveis origens e o desenvolvimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro, estão certamente ligadas à história da cidade, tal qual a sua evolução econômica, social, cultural, política e administrativa. Ainda hoje, as favelas denominadas pejorativamente de comunidades, são encaradas como um grande problema, incrustado, para a cidade carioca, como ressalta Silva (2016, p.21) reafirmando o que Rocha, Pessoa e Machado (2011) já haviam preconizado.

A esse movimento, atribui-se o processo de favelização no Brasil. A favela, tão presente atualmente nas cidades brasileiras, tem sua história antiga, conforme sustentam Hermida (1966b) e Aquino *et al* (2000). De acordo com estes autores, em 1897, um grupo de

combatentes que lutaram na Guerra de Canudos, na Bahia, retornou para a Cidade do Rio de Janeiro, capital da república, com a promessa de ganharem casas na então capital federal. Como o governo não cumpriu a promessa aos ex-combatentes, estes, então, se viram em má-situação de moradia, então ergueram uma comunidade no antigo Morro da Favela, localizada atualmente, onde se situa o Morro do Telégrafo e o bairro de Santo Cristo.

Segundo os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010) define-se favela da seguinte forma:

[...] é o setor especial de aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

De acordo com o documento (IBGE, 2010), a identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) por ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos) e b) por possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes – refletidos por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos, além da precariedade de serviços públicos essenciais. Esses aglomerados subnormais podem ser enquadrados, observando-se os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: a) invasão; b) loteamento irregular ou clandestino; e c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.

De acordo com a definição acima, “a favela fica registrada pelo que não se tem” (DAVIS, 2006, p.31). Sendo assim, sua identidade e a visão sobre esta, serão sempre negativas, na maioria das vezes. E este tratamento já é um sentimento topofóbico, ou seja, a topofobia (TUAN, 2002), também está presente na região da Maré. Este termo foi criado na década de 1950 e até hoje serve de base para fundamentar alguns discursos. Mas a sociedade não deve esquecer de que nas favelas residem, habitam, trabalham ou trafegam cidadãos que precisam de políticas públicas, assim como na área urbana. O dia 4 de novembro ficou definido como o dia Nacional das Favelas, visto que pela primeira vez o termo favela foi registrado em um

documento policial no ano de 1900. Outro fato que se deve ressaltar é que a primeira favela carioca a ser criada foi a do Morro da Providência.

É importante destacar que as políticas públicas, a sociedade civil e as ações do mercado, quando agem sobre as favelas, são pautadas por esse conceito arcaico. Necessita-se que esses setores a avaliem não com um olhar de ausência, mas que criem políticas para transformá-la e melhorá-la, favorecendo condições de vida para esses moradores e aos trabalhadores que ali atuam. Atualmente o termo utilizado – comunidade – em lugar de favela, na verdade, não passa de um eufemismo e revela que a antiga visão ainda prevalece.

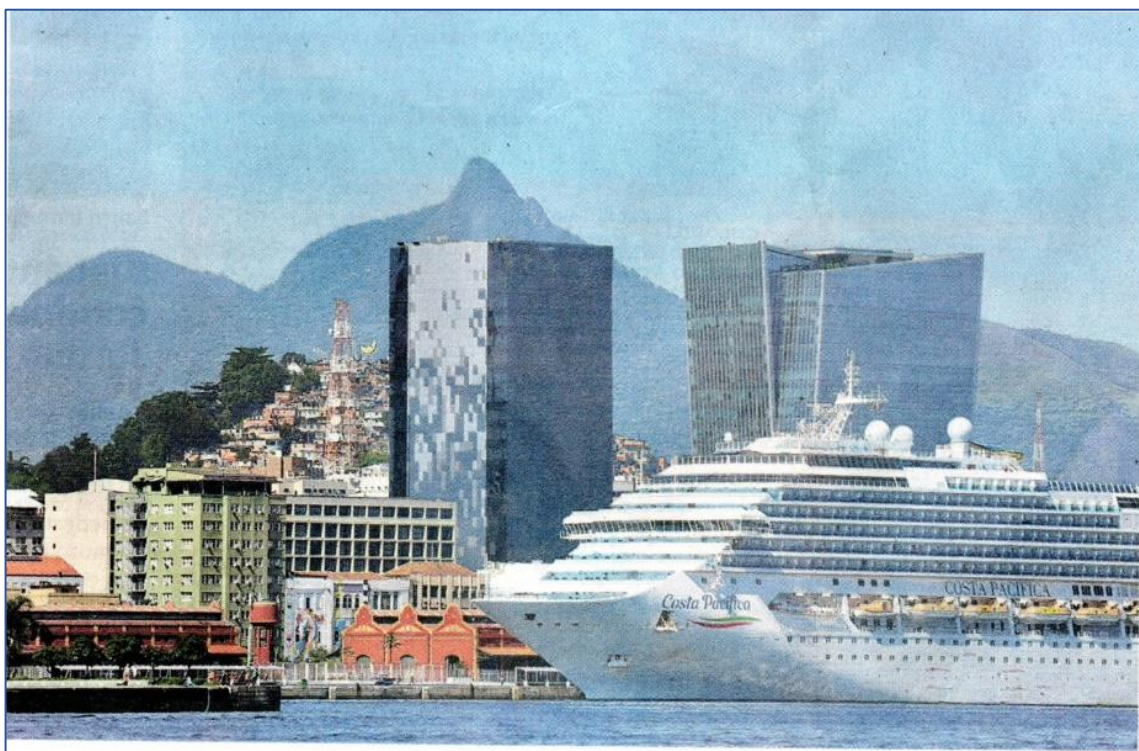
A propósito, a nível de ilustração, no Rio de Janeiro, verifica-se que as ocupações mais antigas se situam na área central e nos bairros da zona sul, já as comunidades a norte são mais recentes e mais próximas ao Centro da Cidade, pois nesses locais se concentra a maior oferta de trabalho, maiores disposições da malha viária urbana e densa mobilidade de acesso ao trabalho e aos demais serviços fundamentais. Na verdade, a cidade também acontece quando o morador das periferias sai de suas residências, localizadas nas “favelas” e se dirige ao ponto de ônibus ao servir-se dos meios de transporte que melhor que convém a fim de se deslocar para seu local de trabalho, onde o político, social e econômico se fazem presentes. Sem tais políticas públicas acontecendo no fora/dentro das “favelas” quer sejam de transporte, estradas de rolagem ou de serviços essenciais, o morador e/ou trabalhador, raramente se dirigiria do dentro /fora para uma realização de vida no totalmente fora das comunidades. A cidade acontece por que o favelado, embora que velado e/ou ocultamente, se faz presente, mesmo estando às margens da sociedade.

A exemplo disso, pode-se citar favelas que cresceram em paralelo com áreas dos bairros como: Rocinha (entre São Conrado e Gávea), Vidigal (Leblon), Pavão Pavãozinho (entre Ipanema e Copacabana); Morro da Babilônia (Leme); Morro Dona Marta (Botafogo). Todas são conglomeradas subnormais de grande porte, ocupando encostas, deixadas de lado pela urbanização formal, e possuem elevada densidade domiciliar e acessibilidade precária, através de vielas e becos (BARROS, 2007).

Eis que alguns cenários tomam conta do olhar de fora para dentro na Cidade do Rio de Janeiro. Construções históricas e o morro da Providência ao fundo convivem as linhas retas

da moderna arquitetura faraônica e de alta-tecnologia, à frente, ganhando força na zona portuária da cidade, tal como apresentado na Figura 3, tem-se a Área portuária, contraste entre a arquitetura dos prédios à frente com o Morro da Providência, ao fundo, com azul dos morros de limitação da Cidade do Rio de Janeiro.

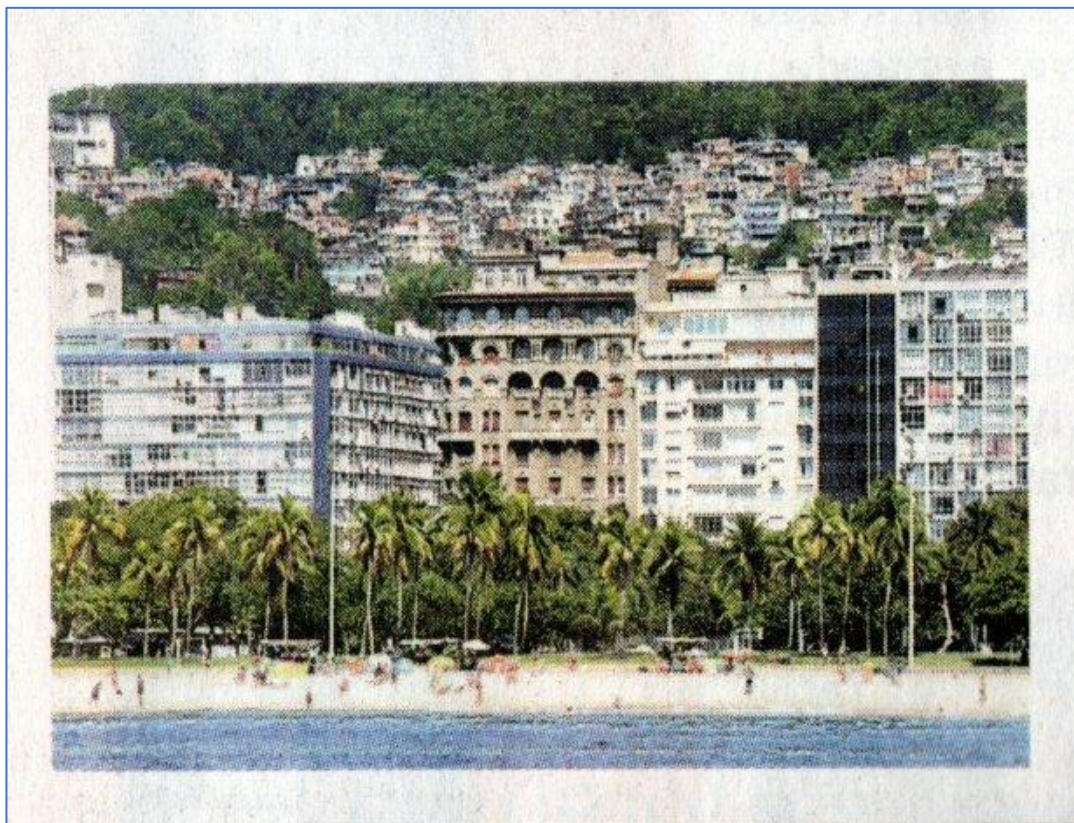
Figura 3 – Área portuária, contraste entre a arquitetura dos prédios.



Fonte: Jornal Extra, CADERNO CIDADE, 19.JAN.2020, p.6

Já na Figura 4 a seguir, tem-se outra paisagem do crescimento desordenado geograficamente na Cidade do Rio de Janeiro. A paisagística Praia de Botafogo: mar, areia, palmeiras, prédios históricos, à frente, e a crescente comunidade Tavares Bastos avançando a serra do mar, ao fundo. Um verdadeiro contraste entre as linhas retas dos prédios projetados geometricamente e decorados ao balanço das palmeiras à frente. Acima desta visão arquitetônica tem-se o desengonçar dos alinhamentos dos humildes casebres erguidos na subida da serra do mar, contrastando as duas arquiteturas nas duas temporalidades.

Figura 4 – A Praia de Botafogo à frente e a Comunidade Tavares Bastos ao fundo



Fonte: Jornal Extra, CADERNO CIDADE, 19.JAN. 2020, p.6.

E, não são somente estas acima mencionadas, pois no eixo das linhas férreas e da Avenida Brasil, em direção à Baixada Fluminense, há, ainda, grandes aglomerados, além da Maré: como o Jacarezinho, o Morro do Alemão, o Morro do Urubu, o Complexo da Penha, dentre outros. Na zona oeste da cidade, as ocupações são mais recentes e de menor porte, salpicadas no tecido urbano formal. De acordo com os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2010, é possível :

[...] 28% da população da cidade do Rio de Janeiro vive em favelas, o que corresponde a 2,3 milhão de pessoas. Esse dado aponta para um crescimento de 27,5% da população das favelas, enquanto o restante da cidade cresceu 3,5%, o que equivale a uma diferença de nove vezes entre um crescimento e outro.

A propósito, vale lembrar que em 1763, devido ao declínio da lavoura canavieira e à exploração do ouro e diamantes em Minas Gerais, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal e então secretário geral, do rei Dom José I, responsável pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, decidiu por transferir a Capital da Colônia Portuguesa na América de Salvador para o Rio de Janeiro, tornando-o definitivamente Capital da Colônia. A

localização do Rio de Janeiro facilitava o tráfico de produtos a fim de que a Capital ficasse mais próxima aos portos, como visão e missão estratégica. Esta transferência da Capital de Salvador para o Rio teve por objetivo evitar o contrabando de ouro e pedras preciosas, fonte inestimável de prejuízos à Coroa Portuguesa (RIO DE JANEIRO, 2015).

De acordo com os relatos de Ryff (2001, p.CI-2), Corrêa (2002, p.20) e Spinelli (2006, p. C-6), esta comunidade recebeu esse nome porque se encontrava localizada em uma área coberta por um tipo de arbusto grande e comum no sertão baiano de onde brotava um tipo de vagem, conhecida como fava, encaracolada em forma de elos¹², com o passar dos anos a comunidade foi batizada de favela, como reminiscências ao passado histórico e resiliente. A Botânica explica que esse tipo de árvore ou arbusto da família das euforbiáceas, do gênero *Jatropha phyllacantha* cujos ramos, folhas brancas e sementes oleaginosas produzem uma variedade de farinha muito proteica; conhecida também como mandioca-brava, que junto com as sementes produzia certo unguento anestésico e cicatrizante para ferimentos. O que foi muito providencial aos abastados recém-chegados, após longa viagem ao Rio de Janeiro, sem condições subsistência. Segundo o Guia de História Natural da Cidade do Rio de Janeiro, maio 2012, atualmente, o local é conhecido como Morro da Providência (SERRA & SERRA, 2012, p.32).

A partir de então, este termo, passou a ser utilizado para designar aglomerações desordenadas de moradias, construídas por seus próprios moradores, tais como os materiais de baixo custo ou dispensados nas lixeiras pela cidade, tais como madeira e papelão, algumas de alvenaria ou barro de pau-a-pique, frequentemente sem acabamento, principalmente erguidas em áreas abandonadas e posteriormente invadidas, às vezes terrenos públicos ou particulares, muitas vezes às margens de rios e córregos ou nas encostas de morros, embaixo de viadutos e pontes, em áreas urbanas centrais ou periféricas, sobretudo, um pouco afastadas das grandes e médias cidades brasileiras. Este é um retrato vindo da memória de constituição do bairro da Maré.

De modo geral, a favela pode ser caracterizada por uma aglomeração de habitações, com características variadas, mas na sua grande maioria construídas precariamente.

¹² Disponível em www.dicio.com.br/favelas - acesso em 22/04/2021.

Inicialmente, eram construídas em mutirão em longos casebres de madeiras, denominados de barracos. As favelas, espaço conquistado, infelizmente tornaram-se um lugar, onde há carência de uma série de serviços básicos como rede de esgoto, de água, de energia elétrica e de telefonia, de arruamento, de calçamento e asfaltamento em suas principais vias, ausência de postos, prédios escolares e de destacamentos de polícia e ordem pública.

Aluísio Azevedo (1857 – 1913), em seu romance realista-naturalista “O Cortiço”, um clássico da literatura brasileira, retrata muito bem esse tipo de formatação habitacional. Ao longo de seu texto, discute as questões do sistema escravista, os atos de alforria e como estes escravos se colocavam ou eram colocados na sociedade, e a exploração de sua mão de obra não qualificada e barata, e de forma muito sutil, as questões voltadas para distribuição de renda, índice de moradias com saneamento básico, a renda familiar da população, as questões de extrema pobreza a que o indivíduo é submetido e sujeitado a exploração, a além traz reflexões sobre o caráter identitário de seus moradores. Trata-se de um breve recorte, que possivelmente deu início a favelização no Brasil pós-colonial tal que: “[...] sem domingo nem dia santo, João Romão comprou boa parte da pedreira e pôs lá seis homens a quebrar pedra e seis a fazer paralelepípedos, e arrematou em leilão todo o espaço entre ela e sua casinhas, onde logo começaria a construir o cortiço” (AZEVEDO, 2007, p.5).

Para fins de informação, cortiço era uma habitação coletiva, apontada por Caldeira (2009) um empreendimento que se configurava do final do século XVIII e do início do século XIX. Os cortiços eram compostos de várias casinhas pequenas, muito mal-acabadas, de vez em quando divididas por dentro. Cada peça ou compartimento era alugado para uma pessoa ou para uma família, em geral gente muito simples, muito pobres, ou de pouquíssimas poses. A maioria desses empreendimentos pertencia a um único dono. Os cortiços, geralmente possuíam apenas quartos para os mais humildes e, para outros mais “abastados”, quarto e uma pequena antessala. Um longo corredor servia de acesso as outras dependências. Todos comungavam de apenas um sanitário coletivo com um único lavabo para suas abluções e de área coletiva que serviria como “lavanderia”. Na maioria das vezes, os cortiços possuíam, para fins de gabarito, um único pavimento. Mas, também há registros históricos que outros cortiços apresentavam até dois pavimentos (SERRA & SERRA, 2012). Eis um outro exemplo, bem semelhante ao exemplo anterior, extraído de “O Cortiço”, versão adaptada:

Aquelas três casinhas foram o começo do grande cortiço de São Romão. O vendeiro foi comprando, aos poucos, todo o terreno que ficava nos fundos da venda. A cada compra, aumentavam os quartos e o número de moradores. [...] João Romão afinal conseguiu comprar uma boa parte da bela pedreira que ficava nos fundos do terreno. Colocou lá seis homens quebrando pedra e outros seis, bem fortes, fazendo lajes e paralelepípedos. Começou então a ganhar mais, muito mais. Ganhou tanto que, depois de um ano e meio, já tinha comprado todo o grande espaço entre as casinhas e a pedreira. (AZEVEDO, 2009, p.10-11)

Desse modo, o surgimento das favelas não ocorreu de forma planejada, pelo contrário, se deu de forma desorganizada e desenfreada e o seu nascimento, não contou com os olhares atentos de políticas públicas adequadas tampouco da urbanização. Sua origem é um fenômeno complexo que se deu em grande parte pelo crescimento muito rápido da população de baixa renda e em parte pelo descaso dos governantes frente à população desprovida de recursos, solitária e “emudecida”.

Há casos como os das favelas da Rocinha e do Vidigal, que se tornaram comunidades, instaladas nas escarpas dos morros na Cidade do Rio de Janeiro, que se expandiram juntamente com o surgimento e o crescimento dos bairros circunvizinhos, em que a mobilização de seus moradores proporcionou melhorias, tais como serviços básicos, regularização da posse dos terrenos, com direito a títulos de propriedade. Estes são alguns dos exemplos no qual a atuação do poder público pode tornar possível a prática da urbanização nas favelas cariocas. Apesar disso, como relatam Ryff (2001); Corrêa (2002); Spinelli (2007), muitos moradores ainda não têm condições de pagar as taxas e impostos que acabam sendo cobrados com a implantação dessas melhorias, tais como água, energia elétrica e telefonia.

Assim sendo, o processo de favelização no Brasil é uma consequência do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, que concentrou riquezas (renda e propriedades), durante muitos anos, nas mãos de poucos, excluindo uma grande parcela da população de seus benefícios que contribuiu para o aumento do índice de desemprego e com a perda do poder de compra de boa parte dos trabalhadores, na faixa economicamente ativa. Apesar disso, faltou aos governos implantar uma política habitacional popular, negligenciada durante séculos, desde a abolição da escravidão, que contribuísse de forma efetiva, para aumentar a oferta de moradias a baixo custo. O IBGE, em 2007, reavaliou o critério para determinar o número de moradores de favelas brasileiras. Com esse novo critério, o total chega a 43,600 milhões de pessoas vivendo em condições precárias, ou 11,200 milhões de domicílios.

Trata-se, pois, de um grande desafio, estabelecer marcos para a constituição das favelas cariocas, uma vez que cada uma delas teve seu próprio nascimento, sua própria história e circunstâncias quase que únicas, na qual, busca-se aqui, estabelecer uma apresentação a fim de propiciar uma análise de acontecimentos históricos, políticos e sociais que a seu tempo contribuíram para o seu surgimento. Para isso, faz-se necessário um recorte cronológico, tal qual apresentado anteriormente, em Yi-Fu Tuan e em Euclides da Cunha, a partir da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) que será tomado como marco inicial, indo até a primeira década do século XX, ou seja, levando-se em conta, a crise do sistema escravagista, a falta de planejamento para a inclusão dos libertos na sociedade, conforme observa Conrad (1975), perpassando pela oferta de moradias moradores desistentes de Monte Santo, aos combatentes regressos da Campanha de Canudos e a todos àqueles imigrantes nordestinos que se permitiram deixar sua terra em busca de melhores condições e qualidade de vida.

Torna-se importante mencionar, aqui, as famosas reformas: a Reforma Pereira Passos e a Revolta da Vacina. Tais eventos, são fundamentais já que são resultados de políticas públicas voltadas para a questão da urbanização da cidade e da higienização da população. Estas questões tornam-se extremamente relevantes para este estudo, uma vez que, tratam de questões que hoje estão relacionadas com os moradores do Complexo da Maré, tais como o acesso a determinados serviços públicos, transporte e condições insalubres, por exemplo, pois são problemas constantes para àquelas pessoas que habitam locais pobres e com pouca estrutura. A partir deste ponto, segue um desenrolar cronológico entre estes dois marcos apontados para entender melhor o processo de formação das favelas do Rio de Janeiro, ou seja, mais uma vez a questão do tempo, interagindo sobre as questões locais, tanto da conquista do espaço, como da construção politicossocial do lugar.

A partir da década de 1870, marca-se o início da imigração de europeus vindo para o Brasil, justa feito, a quantidade de imigrantes oriundos das regiões que hoje formam a Alemanha e a Itália foi bastante significativa visto que em ambos os países estavam vivenciando momentos muito turbulentos, de guerras, conflitos armados, motivados por disputas políticas, que culminaram na unificação dos reinos que formaram os estados nacionais como são conhecidos atualmente: a Itália em 1870 e a Alemanha em 1871. Cabe ressaltar que essa imigração em massa, que abruptamente, fazia parte de um “projeto de embranquecimento” da

população, baseado em estudos da Ciência chamada Eugenia, que foi desenvolvida para fins de justificativa da superioridade da raça branca em relação as demais (SCHWARCZ, 1993).

Nessa perspectiva, a migração em massa de europeus acabou dificultando a vida dos libertos, marginalizando-os ainda mais, visto que, muitos dos europeus brancos que aqui chegaram a fim de trabalhar em lavouras, passaram a enxergar um negócio menos rentoso para com a mão de obra livre. Desta feita, de acordo com os relatos de Schwarcz (1993), nas cidades, a oferta de empregos não era muita e acabavam por fazer serviços simples como entregadores de encomendas ou carregadores de cargas no cais e àqueles que se destinavam a limpeza das ruas ou a beira do cais do porto, que eram os serviços de pior remuneração, além e outros que se empregavam na construção civil, cuja remuneração apresentavam melhores aspectos, dependendo do vulto da empreitada.

A partir daí, deflagra-se um cenário de busca de inserção social pelos negros libertos através da alforria dada no pós-guerra do Paraguai e em consideração as novas leis abolicionistas. Estas pessoas passaram a precisar de local para morar, um espaço onde pudessem se fixar e de trabalho para sobreviver. Até a vinda da Família Real Portuguesa, que se deu em 1808, a cidade do Rio de Janeiro se concentrava em um cinturão entre os morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição. Já para os anos de 1870, os limites eram os bairros da atual Zona Portuária, o bairro de São Cristóvão, a região do Campo de Santana, a Lapa, parte dos arredores de Santa Teresa até o atual Largo da Carioca. Contudo o crescimento da cidade não acompanhou o crescimento de seus habitantes, gerando um déficit habitacional a partir da segunda metade da década citada (ABREU, 2006).

Quatro anos mais tarde, 1874, surge a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, que existiu até meados de 1876. Engenheiro do Império e membro da Comissão de Melhoramentos, Sr. Francisco Pereira Passos, que se formou na França, vindo a se tornar Prefeito do Distrito Federal, idealizando e participando do novo modelo de cidade que estava sendo adotada, muito baseada na modernidade e higienização europeia. A exemplo disso, novas normas para os gabaritos das construções de casas e prédios que serviam à prefeitura foram feitas por essa comissão, visando o arejamento interno das habitações e consequentemente, acabar com a proliferação de doenças devido às condições de precariedade (PASSOS *et al*, 1876).

De acordo com Oliveira (2002, p.42), ruas largas já começaram a ser planejadas, assim como o sistema de esgoto mais eficazes. Tal objetivo era manter certo conforto para os membros da corte e de seu alto escalão. Tal preocupação com o esgoto evidencia a crise do modelo escravocrata, já que até então, os escravos denominados de *tigres* eram usados para carregar os dejetos e despejá-los em canais, lagoas e até no mar.

Em 1875, chama a atenção o fato de a Comissão de Melhoramentos ter apresentado relatório de mudanças substanciais, propondo melhorias em regiões mais distantes da área central da cidade, tais como o Engenho Velho, Engenho Novo, parte do Engenho de Dentro, costão da Tijuca, Andaraí, São Cristóvão, Catete e Botafogo. Em resposta às críticas pelas escolhas da comissão, o então prefeito da Cidade, Pereira Passos, publica uma carta no Jornal do Comércio, dizendo que tais locais foram escolhidos pela impossibilidade de as obras começarem de imediato, e posteriormente, famílias da região central poderiam se mudar para lá na certeza de melhores condições de vida (PASSOS *et al*, 1876).

Tornou-se possível verificar, o alargamento de ruas, construção de praças públicas “forte célula de sociabilidade para os moradores de qualquer região” e de um sistema de escoamento de esgoto subterrâneo, que contou com a colaboração de geógrafos e engenheiros. Estas foram as reformas propostas em áreas como Botafogo e Catete (PASSOS *et al*, 1876a). O atual palácio do Catete, construído entre os anos de 1858 e 1876, que foi residência do Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, primeiro morador com sua família, é um exemplo de residência de membros da elite carioca. Ele era cafeicultor, um dos que foram beneficiados pelos projetos da Comissão. A título de informação ligado às artes, a porta principal deste monumental casarão, é feita em ferro fundido, e os arabescos que ornamentam a entrada possuem, ramos de café, frutos e flores, além de palmas com sustentando folhas de acanto no alto do portão. As folhas de acanto encrustados no mais alto lado de uma parede, porta ou portão indicam que a história de construção deste edifício foi muito trabalhosa, construída com dificuldade, demorada e empreendeu grande soma em dinheiro para sua edificação (SERRA & SERRA, 2012).

Vislumbra-se aqui, de acordo com Abreu (2006), um planejamento de um modelo de cidade que visava combater a insalubridade associada à pobreza, visto que os grandes alvos

dessas reformas eram os cortiços, edificações de vários cômodos e com pouca ventilação ou quase que nenhuma, que viriam abaixo, para dar lugar à modernidade, onde habitavam as pessoas de baixa renda, na maioria das vezes, libertos. Outro ponto importante que cabe destacar, em relação aos rumos tomados por essa comissão, conforme destacado por Silva (2016, p.24), era a ampliação do espaço urbano da cidade.

O crescimento e o investimento na área urbana também se deram pelas necessidades de atender as demandas de escoamento e exportação da produção agrícola. No entanto, o surgimento de ferrovias fez aumentar a ligação entre o campo e a cidade, e conseqüentemente, houve uma migração de mão de obra. Estar perto do trabalho era importante, por isso, os cortiços da área central eram tão procurados e bem baratos.

Assim, com a derrubada dos cortiços em prol da modernização visual da cidade, muitas famílias acabaram sendo coercitivamente removidas do local onde moravam, tal qual aconteceu há alguns anos, como por exemplo a favela do Esqueleto, que deu lugar ao estádio Mario Filho, o Maracanã. E, a favela de Macedo Sobrinho, no morro do Humaitá, que foi extinta na década de 60, para dar lugar ao embelezamento com arborização uma praça pública, sendo grande parte de seus moradores removidas para as novas instalações que deu origem à comunidade de Nova Holanda, no Complexo da Maré.

Para Carvalho (2002), a Lei Áurea não determinava nenhum plano de inserção do contingente de libertos na sociedade, visto que a Abolição da Escravidão, a 1888, veio acentuar ainda mais esta questão, como já havia acontecido com as leis escravagistas anteriores. Assim, como fariam os libertos para sobreviverem, já que o Estado, não lhes assegurava apoio às transformações que ocorreram ao longo do tempo? A queda da Monarquia no ano seguinte, em 1889, trouxe a curto prazo uma situação de promessa de moradia similar à estabelecida na Guerra do Paraguai e que teve como consequência o surgimento do Morro da Providência, a primeira favela reconhecida com esse nome, na Cidade Rio de Janeiro.

Recordando, também, nesse contexto, após regressarem da Campanha de Canudos, que se estendeu de 1896 a 1897, o governo federal, havia prometido aos combatentes, local para residirem após a guerra, porém não veio a cumprir sua promessa. Sem terem para onde ir, acabaram por construir casas próprias num morro do centro da cidade, já que mais fácil a locomoção, além de fugirem da especulação imobiliária da época. O local ocupado, conforme já foi mencionado, foi o Morro da Providência. Esse acontecimento põe em evidência a solução, rápida, mais adequada, adotada por muitos libertos citadinos que precisavam ocupar regiões

próximas de seus empregos e de água potável: a ocupação de morros (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2020)

Outra consequência muito grave do não planejamento de inserção dos libertos na sociedade foi o trabalho infantil. Muitas crianças também ficaram libertas à égide da legislação, mas continuaram trabalhando. Essa problemática foi abordada por Soares (2011, p.364):

[...] A preocupação com a infância e o uso da mão de obra desses “pequenos” trabalhadores estavam em pauta na discussão do Estado. No período da passagem do século XIX para o século XX, obtiveram papel fundamental alguns agentes sociais, principalmente, aqueles ligados ao movimento operário ou até mesmo casos isolados de crianças que reagiam aos maus-tratos e procuravam mecanismos legais de proteção. Esses agentes questionaram não só a falta de atuação das instituições políticas, mas também a estrutura social e econômica que se deram como bases do capitalismo industrial nesse período. Cada caso com suas particularidades específicas, mas em comum o desejo de mudança, proteção e contestação.

Silva (2016) aponta que os empregos como caixeiros e entregadores eram destinados a esses “pequenos trabalhadores”, ou seja, aos meninos enquanto os afazeres domésticos eram para as meninas. Era comum ler nos jornais da época anúncios que buscavam crianças de cor de pele preta para determinadas funções, o que servia para o enrijecimento do preconceito e da segregação na sociedade, tal qual acontece atualmente, entre menino e menina, homem e mulher, branco e negro, dentre outros:

[...] Precisa-se de um pequeno de 10 a 12 anos, prefere-se de cor, para fazer serviços leves; estar na rua da Carioca, nº 20, às 8 horas” (Jornal do Commercio, 04/05/1890);

[...] Precisa-se de um menino, de olhos claros, para caixeiro de vendas, que dê conhecimento de sua conduta; apresentar-se à rua da Prainha, nº 107” (Jornal do Commercio, 07/05/1893);

[...] Precisa-se de menina moça, prendada, de preferência de clara, para serviços do lar; apear à rua Direita, nº 34” (Jornal Gazeta de Notícias, 22/09/1894);

[...] Precisa-se de rapaz dentre 12 e 14 anos, de cor, boa aparência, para serviços de entrega e limpeza leve, [...], avenida Central, nº 88” (Jornal Gazeta de Notícias, 11/04/1902).

Ao se considerar essas publicações, não há como deixar de se pensar sobre o processo de urbanização ocorrido na Cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX e o começo do século XX, como alega Lojkin (1981), como alheio às questões como a divisão

social e territorial do trabalho. Soma-se a isso o fato de que a intervenção pública no espaço urbano já estar atrelada a interesses privados naquela época.

Nesse sentido, Silva (1992) comenta sobre as contínuas negociações entre o poder público e os consórcios de empresas de bonde que definiam sobre a formação da espacialidade a ser executada na Cidade do Rio de Janeiro, devido ao seu crescimento populacional e à modernização. É certo que o crescimento de áreas como Vila Isabel e Copacabana foi impulsionado por interesses privados de componentes ligados ao comércio, dada à expansão do centro do Rio para bairros ainda não inaugurados, onde tais componentes possuíam terras e lucraram bastante com a especulação habitacional, promovida pelo atendimento do bonde elétrico, recentemente instalado. No entanto, como já citado acima, os trabalhadores lotados nessas construções buscavam estar mais perto de seu local de trabalho, logo tinham a necessidade de permanecer por perto, o que incentivou a ocupação das ladeiras, e encostas dos morros, configurando-se um crescimento habitacional de proporções irregulares e até mesmo insalubres.

De certa forma, estas ocupações irregulares, não eram assistidas pelo poder público. Não lhes era fornecido nenhum serviço, muito pelo contrário, quando o serviço público intervinha era o de fazer remoções a fim de incentivar o processo paisagístico da cidade ou a criação de algum viaduto que deveria passar naquele local. Assim, como acontece hoje, os moradores são removidos ou para locais mais distantes de seu trabalho ou acomodados em outro ponto da cidade, ocultos à vista da cidade, em um possível ou considerado não-lugar. O desenvolvimento desse projeto se intensifica quando o engenheiro Pereira Passos, então prefeito da capital em 1902, deu início ao conjunto de transformações, ditas melhorias, na cidade, que ficou conhecido como Reforma Pereira Passos, e popularmente como, “*bota-abaixo*” (ABREU, 2006).

A mesma intenção foi salientada pelo músico saudosista, Adoniram Barbosa, que já era um nome nacionalmente conhecido, quando em 1951, servindo-se de seus programas transmitidos para todo o Brasil em AM e Ondas Curtas, compôs a música “Saudosa Maloca”, interpretada pelo grupo “Demônios da Garoa”. Esta música é considerada a porta de entrada desse autor e intérprete musical na fama de compositores brasileiros. Em sua composição musical, demonstrando irreverência e imaginação, contando com a participação de dois de seus

personagens fictícios, Matogrosso e Joca, retratando em sua musicalidade, de forma simples e convincente, o cotidiano da cidade e suas relações.

Este famoso samba, do início da década de 1950, envolveu além de um personagem, um fato real. O escritor André Diniz, em seu livro “Almanaque do Samba”, publicado pela editora Zahar (1998), conta que, em certo dia, Adoniram Barbosa saía de casa para passear com seu cachorro, quando encontrou no caminho, sentado à sarjeta, “Matogrosso”. Seu amigo estava desolado e transtornado: contou que o prédio que morava seria demolido. Ao retornar para casa, condoído, com a situação do amigo, compôs “Saudosa Maloca”, um dos maiores clássicos, tipo chorinho, da música brasileira, cantada por dez entre dez sambistas do Brasil. Desta forma, convém, recordar de sua letra, sublinhando os aspectos relatados nesse episódio, muito embora, tenham acontecido em São Paulo, retrata as intervenções do governo, com os típicos “bota-abaixo” cariocas:

Se o senhor não está lembrado / Da licença de contar / Que aqui onde agora está / Esse edifício alto / Era uma casa velha um palacete assobradado / Foi aqui seu moço / Que eu, Matogrosso e o Joca / Construímos nossa maloca. / Mais um dia nem quero me lembrar / Veio os homens com as ferramentas / O dono mando derruba / Peguemo' toda' nossas coisas / E fumos pro meio da rua / Apreciar a demolição / Que tristeza que eu sentia / Cada táuba que caía / Doía no coração / Matogrosso quis gritar / Mas em cima eu falei / Os homens está 'cá razão / Nós arranja outro lugar / Só se conformemos quando o Joca falou / "Deus dá o frio conforme o cobertor" / E hoje nós pega a paia nas grama do jardim / E pra esquecer nós cantemos assim / Saudosa maloca, maloca querida... / Que din donde nós passemos dias feliz de nossa vida / Saudosa maloca, maloca querida... / Que din donde nós passemos dias feliz de nossa vida / Saudosa maloca, maloca querida ... / Que din donde nós passemos dias feliz de nossa vida / Saudosa maloca, maloca querida...(ALMANAQUE DO SAMBA, 1998); os grifos são do autor .

Ferreira (2009) afirma que o Prefeito Pereira Passos, por meio do Decreto nº 39 de 10 de outubro de 1903, criou uma série de normas para as construções, dentre as quais gabaritos para os arruamentos, fachadas dos edifícios, soleiras para os novos casarões de até dois andares, o que dificultava ainda mais as construções de habitações populares nos subúrbios, pois a maioria dos materiais a ser empregados deveriam ser importados da Europa, tais como mármore, ferro fundido e madeiras de lei, pois os materiais achados no Brasil ainda não tinham créditos de durabilidade e qualidade, além dos preços não terem valor de mercado, o que depreciava a obra. A esse respeito, a tentativa de organização espacial acabou por contribuir com o processo de favelização por toda a cidade, inclusive naquelas regiões mais periféricas, tal como Gamboa e Santo Cristo, que teoricamente, seriam destinados aos mais pobres.

Incentivando ainda, por via de decreto, a promoção de loteamentos irregulares na Baixada Fluminense, ou seja, para além do território do Distrito Federal, que estava instalado no bairro do Catete.

É nessa conjuntura de transformações socioespaciais da Cidade do Rio de Janeiro que se definiram e constituíram os subúrbios ferroviários como o lugar do proletariado. Aliás, o proletariado, não era apenas os mais pobres. Tratava-se de uma camada social formada de indivíduos que se caracterizam por sua qualidade permanente de assalariados e por seus modos de vida. Para além da condição de pobreza esse dileto grupo de trabalhadores possuía uma família numerosa, com mais de quatro a oito filhos por casal, as vezes com dez, doze ou quinze filhos. Muitas vezes a constelação familiar era constituída de pai, mãe, uma avó ou avó, uma tia (certamente solteira) e mais quatro filhos, todos de nascimento em anos sequenciais, no dizer popular: “*em escadinha*”. É essa a visão dos grandes empregadores da época, dar trabalho àqueles que tinham e sustentavam uma prole, ou seja, filhos; daí o nome proletariado (PRADO JR, 2004).

Desta forma, conforme Silva (2016), foi construída a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, que liga a Praça Mauá, conhecida também à época como a Praça do Rádio, até terminar na Praça Marechal Floriano, conhecida como Cinelândia, uma praça com cinco ou seis salas de rua construídas para projeção de filmes, onde os mais abastados chefes de família vinham às tardes de sábado ou domingo passear ou assistir alguma seção de cinema. A Avenida Rio Branco, foi criada sob os ares franceses, uma longa e larga via com arbustos em todo o seu perímetro, visando o arejamento do espaço urbano. Cabe destacar, que antes da construção do Aterro do Flamengo, o mar estendia-se até a Cinelândia, ou seja, ligava o mar ao mar, isto é, o mar (que vinha de um trecho da plataforma continental do Oceano Atlântico) se unia ao mar (uma estreita passagem à Baía de Guanabara). Mais uma vez, a ação do homem interagindo com o espaço, na busca de melhorias e condições de vida, intervém na paisagem e, consequentemente, modifica a natureza, objeto da Geografia Humana, que objetiva estudar a paisagem modelada pela ação do homem.

No entanto, para a construção de tal via, foi necessário demolir vários casarios e edifícios, entre eles muitos cortiços, que sendo superpopulosos e por apresentarem precaríssimas condições higiênicas, eram mais baratos. Acreditava-se que esses locais.

Contribuíam para a disseminação de doenças tais como a febre amarela e a cólera, dadas as altas taxas epidemiológicas no início do século XX, devido às suas condições insalubres, além de promiscuidade e violência (CARDOSO, 2008).

Consideravelmente, conforme relata Silva (2016), com a tristeza provocada pelo “*bota-abaixo*” desses lugares, muitas famílias que foram despejadas não tendo para onde ir, logicamente, não tinham onde se fixar, residir ou morar, apesar de continuarem trabalhando no Centro do Rio de Janeiro. Muitos foram realojados em outras áreas da cidade e os que ficaram por ali tiveram que ocupar as encostas dos morros da região. Antes das demolições, os que iam sendo removidos para áreas do subúrbio, que acompanhavam a linha do trem, fossem estes da Central ou da Leopoldina, dando origem aos bairros de Triagem, Rocha, Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, dentre outros mais próximos da Central do Brasil. O subúrbio remanejado, no entanto, surgiu para absorver a mão de obra trabalhadora enquanto a zona sul absorvia as elites (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2020).

A esse respeito, Abreu (2006) sustenta que a modernização urbana, conforme tratada anteriormente, foi uma modernização, porém com características excludentes, visto que os novos espaços sociais que foram projetados eram destinados às classes mais abastadas, enquanto para as classes mais desfavorecidas, não havia nenhuma sorte de mudança, até mesmo não se vislumbrava um futuro planejamento de um projeto habitacional sólido para eles. Outro fator que diz respeito, conforme citado anteriormente, pois está relacionado com o projeto de modernização do Centro do Rio, eram as construções insalubres dos locais, feitas de moradias, como decorrência do forte crescimento desordenado geograficamente.

Oliveira (2002) observa que de 1902 a 1906, em pleno advento do século XX, trouxe consigo grandes transformações, no governo de Rodrigues Alves, principalmente a capital da cidade do Rio de Janeiro, vai ser modernizada. Uma das medidas adotadas foi a colocação, nas valas e nos bueiros das ruas da cidade, de inseticida denominada *creolina*, produzida pela antiga e ex-fábrica da União Fabril Exportação – UFE, localizada na Avenida Brasil. Creolina, é o nome comercial de um líquido desinfetante, composto de óleo de alcatrão mineral ou creosoto a que se acrescentam sabão de resina, fenol e outras substâncias de propriedades antissépticas e germicidas.

É verdade que a cidade se modernizou, crescendo em obras, às custas de desmoronamentos, mnemônicos *bota-abaixo*, com suas desapropriações e famosos *bota-fogo*, “inocentes incêndios”, quase que criminosos, com suas suaves remoções para outras localidades, dando origem a outras favelas. Outra medida adotada, foi a criação dos fumacês, que despejavam no ar uma espécie de fumaça, produzida com inseticida, em aerossóis, a base de frutos da goiaba e cascas de laranja da terra, para diminuir o odor do tal remédio que pulverizado tanto no centro da cidade como nas encostas dos morros (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2003).

De acordo com Caldeira (2009), Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848 – 1919) foi um advogado, político brasileiro, conselheiro do Império, presidente da província de São Paulo, presidente do estado de São Paulo, ministro da fazenda e quinto presidente do Brasil, foi em seu governo, que combateu, exaustivamente, a febre amarela, graças ao trabalho do médico sanitaria Oswaldo Cruz. Nesta época, a Ciência havia descoberto um determinado mosquito como transmissor. Como protocolo sanitário, era preciso acabar com os focos geradores do mosquito. Foi nessa época que também se intensificou a vacinação contra a varíola.

É certo que a infraestrutura não acompanhou o crescimento desordenado da cidade e intervenções públicas tiveram que ser feitas para conter problemáticas e a tais demandas a esse respeito. Contudo, comenta Silva (2006b), somente alguns pouquíssimos espaços eram atendidos pelo aparelho público, o que veio a gerar uma desigualdade na ocupação do espaço urbano da cidade carioca. Infelizmente, onde o Estado não entra com seu aparelhamento que traz educação, saúde, segurança, moradia e mobilidade urbana, entra então a polícia para conter os ânimos nos enfrentamentos. Para se ter uma ideia, o jornal Gazeta de notícias trazia o seguinte trecho no dia 14 de novembro de 1904:

[...] tiros, brigas, engarrafamentos de trânsito, vidros estilhaçados, pedras para todos os lados, comércio fechado, transporte público assaltado e queimado, lampiões quebrados às pedradas, postes de ferro ao chão, destruição de fachadas dos edifícios públicos e privados, árvores derrubadas: o povo do Rio de Janeiro se revolta contra o projeto de vacinação obrigatório proposto pelo sanitaria Oswaldo Cruz (Gazeta de Notícias, 14/11/1904).

O excerto acima retrata muito bem a seriedade dos acontecimentos na noite anterior a implementação do projeto, na capital da República. Atos de vandalismo, revolta, quebra-quebra, é a população querendo mostrar ao governo que ainda tinha voz e vez, tudo isso se deu devido à aprovação da Lei da Vacina Obrigatória, em 31 de outubro de 1904. Graças a ela

colocou-se em prática a feliz ideia do Sanitarista Oswaldo Cruz para o controle da varíola. Todavia, como a população à época, não sabia sobre a vacina, acabou por se rebelar devido ao autoritarismo da lei, que permitia aos agentes de saúde entrarem à força nas casas das pessoas, mesmo que tivessem que usar a força policial. Desse episódio, muitas pessoas foram presas e deportadas para o Acre a fim de trabalharem em seringais, em consequência da Revolta (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2003).

Em suma o surgimento das favelas, ditas popularmente, como comunidades, ou tragicamente, como uma “paisagem do medo” denominada de complexo, não ocorreu de forma planejada, pelo contrário, se deu e se dá de forma desorganizada e desenfreada. A origem das favelas é um fenômeno urbano complexo de acordo com Otavio Velho (1976, p.30) quando diz: “a organização da cidade, o caráter do meio urbano e da disciplina imposta por ele são em última análise determinados pelo tamanho da população, sua concentração e distribuição dentro da área citadina”. E, mais ainda: “através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes”. Certamente, a origem das favelas, é fruto muito em decorrência do crescimento muito rápido da população de baixa renda e do descaso das autoridades públicas frente àquelas populações desprovidas de recursos.

Assim o processo de urbanização das favelas, historicamente, tem sido realizado numa concepção de controle, contenção e de uma solução de moradia, dissociada da inclusão social, que por vezes, caracterizada pela remoção dos moradores para novas unidades habitacionais construídas em conjuntos de padrão “popular”, de arquitetura de baixa qualidade, sem infraestrutura sanitária e urbana mínima em um ambiente saudável (CASTRO; MORAES & COSTA, 2014).

A esse respeito, Bauman (2005a, p.11), em seu livro, afirma que “Nosso planeta está cheio”. Em sua declaração, o autor apresenta a seguinte análise: não somente do ponto de vista físico-geográfico, mas social e político. Atualmente, são postos em movimento enormes contingentes de seres humanos destituídos de meios de sobrevivência em seus locais de origem, um êxodo desumanizante e aniquilador. Segundo esse autor, já não há mais espaço social para as párias da modernidade, os inadaptados, expulsos, marginalizados, lixo humano produzido pela sociedade capitalista. Também, não há mais espaço para onde fugir, nem para pensar no futuro, pois estas pessoas não terão futuro, de acordo com sua análise estruturalizante. O grande

problema dos Estados é que destino dar a esse “lixo-humano”, que não pode mais ser enviado para as antigas fronteiras móveis do capitalismo colonial. Nesse sentido, conforme Bauman (2005a, p.81), “essa população fora da lei jamais será incorporada ao sistema produtivo tampouco manterá qualquer tipo e relação estável”.

Esta é em linhas gerais o que seu autor apresenta em “Vidas Desperdiçadas”, “ilumina com suas reflexões esse cenário sombrio em que se encontra o planeta” Bauman (2005a, p.22). Preocupado com o ambiente em que vivemos, sua análise aguda e aprofundada se lança em busca de recuperar uma perspectiva humanista do social.

Conforme Bauman (2005a, p.92), só agora é que os recém-chegados à companhia dos modernos vivenciam aquela separação entre o lar e o negócio que os primeiros da modernidade experimentaram centenas e anos atrás, com todas as sublevações sociais e a miséria humana correspondentes, mas também com o luxo de soluções globais para problemas produzidos localmente – a abundância de terras “vazias” e “de ninguém” que podiam ser facilmente usadas para depositar os excedentes populacionais não mais absorvidos por uma economia emancipada das restrições familiares e comunais: um luxo não mais disponível ao retardatários.

Desse modo entender a favela como um espaço onde o Estado não se faz presente parece um equívoco, tendo em vista que a própria história demonstra que sempre ocorreram intervenções. Todavia, vale refletir sobre a maneira excludente como tais ações governamentais foram realizadas, pois essas demonstram como o “problema” é visto pelo Estado e que vai ao encontro da sociedade que a tem como “uma paisagem do medo”, pois não tem nada de atrativo para se olhar nela, pelo contrário, os olhos da sociedade é a empresa midiática é quem a faz. É importante e salutar o debate a respeito das histórias únicas, conforme proposto por Chimamanda Adichie, visto que, esta autora nigeriana debate sobre “o perigo da história única”, que pode levar à desumanização do outro e impossibilita a alteridade. Observando a análise apresentada por Alves e Oliveira (2014) acerca do que ela denomina sobre histórias únicas, discutindo tais ideias que vão ao encontro de conceitos já explorados por outros autores, tais como Mikhail Bakhtin e Stuart Hall.

Em seu artigo discute a relação entre as temáticas que se vinculam a esta pesquisa, a linguagem, a alteridade e o território. Adichie aborda questões sobre a função social, considerando os processos ideológicos implícitos na representatividade sobre o outro e na construção de identidades frente aos processos de construção de estereótipos sobre pessoas e/ou lugares, muito articuladas com o contexto da Maré. A autora, traduz estes sentimentos quando declara: “percebo como é fácil dar conselhos para os outros criarem seus filhos, sem enfrentar na pele essa realidade tremendamente complexa” E, conclui: “ainda assim, penso que é moralmente urgente termos “conversas honestas” sobre outras maneiras de criar nossos filhos, na tentativa de preparar um mundo mais justo para mulheres e homens” (ADICHIE, 2017, p.8).

De certa forma, tomando por este exemplo, a educação e a criação de crianças, adolescentes e jovens moradores da Maré, Adichie (2017, p.76) apresenta algumas sugestões sobre a criação e educação dos filhos, nas mais diversas situações, dentre elas:

[...] ensine-lhe sobre a diferença. Torne a diferença normal. E, isso não é para ser justa ou boazinha, mas simplesmente para ser humana e prática. Porque a diferença é a realidade de nosso mundo. E, ao lhe ensinar sobre a diferença, você a prepara para sobreviver num mundo diversificado.

O perigo da história única que é divulgado, pela imprensa midiática, em relação ao bairro da Maré e de seus moradores. Não é verdade que a Maré é conhecida unicamente como uma favela ou comunidade extremamente perigosa e de que seus moradores, são todos, considerados traficantes ou envolvidos de alguma forma com o tráfico de drogas e armas. A bem da verdade, a Maré é um bairro, conforme já foi destacado, e a grande maioria de seus moradores são trabalhadores e suas famílias não estão ligadas ao poder paralelo, outra razão aqui também destacada é que nesse local, há também alunos universitários e outros já graduados. No bairro da Maré há conflitos iguais aos que ocorrem em outros locais. A grande problemática é que onde o Estado não entra com seus aparelhamentos e serviços, entra a polícia com ações truculentas ao invés de proporcionar a devida mediação junto ao tráfico. E, juntamente com o serviço de inteligência da polícia e a coordenação do Batalhão de Operações Especiais – BOPE, uma espécie de tropa de elite, com inteligência e equipes de atiradores de elite, entra a imprensa noticiando os grandes conflitos armados, gerados a partir da resistência por parte dos elementos ligados ao tráfico e as incursões policiais que geralmente não são transparentes e muitas vezes são inapropriadas e súbitas. Em outras palavras, a Maré é um lugar rico de extremada cultura, fruto de vivências, histórias e de suas memórias, onde a resistência e sua resiliência se fazem fortes e transparentes.

2.3 A terra: Maré, “terra ignota”, o Projeto Rio – a favela, possibilidades e desafios

Em relação à questão da terra, na obra *Os sertões*, Luiz Costa Lima criou uma obra lapidar: *Terra ignota: a construção de Os Sertões*, uma obra de não-ficção”. Tal obra foi publicada pela editora Civilização Brasileira em 1997. Seria possível, mais uma vez, em meio à saturação dos eventos sobre os cem anos de Canudos, voltar às páginas de *Os Sertões*, maior monumento da cultura letrada no Brasil, e ler algo verdadeiramente novo?, reflete Luiz Costa Lima, no prefácio da obra citada. O próprio professor e crítico literário responde que sim e, mais ainda, salienta porque esta obra é tão festejada e estudada por literatos, na modernidade. Ele entende que a obra-prima de Euclides da Cunha permanece, em parte, ela também, uma *terra ignota* na história literária e intelectual do país, espécie de magma que tanto tem servido ao conservadorismo mais autoritário, quanto às ideologias da modernização nos trópicos mais avessas a qualquer desafio teórico.

Destaca-se, aqui, uma segunda obra importante no que tange à terra: “Diáspora Nordestina: A Literatura de Cordel como Marca Identitária”, lançado pela editora Autografia, em 2018. Seu autor, José Severino da Silva, (SILVA, 2018), conduz-nos para uma busca das identidades diaspóricas dos nordestinos. Apresenta, por meio da análise da poesia popular de Mestre Azulão, aspectos inerentes à forte influência da cultura nordestina no Município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. De acordo com Silva, Azulão representa, nos seus cordéis, o mundo em que vive e a si mesmo. Assim, a obra artística de Mestre Azulão possibilita reflexões acerca das trajetórias dos migrantes inseridos no ambiente cultural urbano, mas que preservam as tradições locais e regionais, a partir de suas vivências em espaços como a feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e a feira de Duque de Caxias. José Severino trabalha, também, com outro cordelista, o multiartista Barboza Leite, outro poeta que, a partir de suas produções, nos traz o cotidiano de homens e mulheres expulsos de sua terra, em busca de uma “terra prometida”. Ambos os cordelistas, conhecedores da importância do cordel para a identidade dos nordestinos, criaram vários folhetos que reconstroem as trajetórias vividas por estes sujeitos, no passado e constroem uma nova história nos lócus que escolheram para viver. Assim também ocorre no contexto do território da Maré. Várias semelhanças podem ser dadas para confirmar essa afirmativa sobre a “diáspora nordestina”, na Maré, dentre elas: a) o tradicional Forró do Parque União, aos finais de semana, que além da dança e movimento típico também

conta com as comidas típicas da região nordestina. E, b) a Feira dos Nordestinos, que ocorre semanalmente, na Rua Teixeira Ribeiro, uma rua principal de acesso e ponto de encontro na região. As cores, os saberes, a música, a dança o colorido tanto dos temperos como das comidas típicas faz parte do repertório cultural da região. Segundo, José Severino, “todas as práticas contribuíram para que a Feira de Duque de Caxias se tornasse um celeiro da cultura”. As duas atrações aqui citadas, que compõem o escopo cultural, localizado no território da Maré, podem ser consideradas marcas da forte presença da diáspora nordestina na região.

Por sua vez, Silva, Frazão e Lima (2013, p.183), em suas reflexões sobre a relação entre memória e cultura, permitem que se remeta a certas considerações de Halbwachs (2003). O trio de autores citado afirma que os nordestinos buscam, no Sudeste, uma oportunidade de mostrar seus talentos e suas habilidades. Muitos desses artistas tratam de manifestações identitárias de sua gente, seus hábitos alimentícios, suas vestimentas, suas músicas e danças. Os estudiosos citados trabalham também com a obra de Mestre Vitalino, com suas peças geniais, em madeira e barro – que permitem que sejam reconstruídas suas “memórias individuais e coletivas” (HALBWACHS, 2003).

Sabe-se que, diáspora pode significar a dispersão de qualquer povo pelo mundo. Entretanto o termo foi criado para designar o que hoje nós chamamos de migração, o que segundo etnólogos, não estaria correto dizer que esse movimento que é realizado pelos nordestinos é uma migração pura e simplesmente, mas uma diáspora localizada. Assim, “a diáspora não pode ser analisada fora de contextos sociais ou históricos definidos. Seja no Império Romano, seja no mundo grego, no mundo judeu e/ou no período pós-guerra, a diáspora assume contornos e organizações diferentes de acordo com suas complexidades e dimensões locais e globais” (SILVA, FRAZÃO, LIMA, 2013, p.184). A esse respeito, os autores, há pouco mencionados, reforçam a ideia de que

a região Sudeste, foi a que mais recebeu migrantes nordestinos nas últimas décadas, esse deslocamento foi possível devido ao crescimento urbano, à modernização da cidade do Rio de Janeiro e o avanço industrial. Grande parte destes migrantes alocou-se nas periferias, contribuindo para o crescimento populacional e econômico dessa região.

O nome do bairro tem em sua origem a memória no termo maré. A maré é um fenômeno natural que afligia os moradores das palafitas que ocuparam a região a partir da década de 1940. Antes disso, toda a região, controlada pela Marinha do Brasil, era ocupada por pântanos e manguezais junto à orla da Baía de Guanabara e abrangia vários acidentes geográficos, falhas geomorfológicas e depressões que desapareceram com os sucessivos aterros, dentre eles, alguns tem-se alguns exemplos: o Saco do Viegas, a Praia de Inhaúma, a Praia do Apicu, a Praia de Maria Angu e a Ilha dos Macacos.

A Maré se destaca tanto simbolicamente quanto estrategicamente, em razão de sua localização geográfica, da proximidade com grandes vias de rolamento (Avenida Brasil, Avenida Brigadeiro Trompowsky, Linha Amarela e Vermelha) e com o aeroporto internacional do Rio de Janeiro. É uma comunidade que, como outras, desperta a atenção com relação às questões relacionadas à segurança pública. Desde 30 de julho de 2013, a comunidade convive com o único batalhão de polícia militar constituído dentro de uma favela, às costas da comunidade de Nova Holanda, com uma única entrada e saída para a Linha Vermelha. Além disso, encontra-se grande diversidade geográfica e geológica no que diz respeito a favelas: morros, aterros, conjuntos habitacionais, construções de alvenaria e outras mais precárias. Ao longo do Complexo, ao lado oposto da Avenida Brasil, depara-se com longínquos manguezais, de vegetação típica do mangue e plantações pestaneiras. Nesta região, entre as comunidades de Nova Holanda, Parque União e Marcílio Dias, depara-se claramente com os criadouros de caranguejos e os chiqueiros na criação de suínos (porcos e leitões de corte). De acordo com o portal Geo-Rio, “a Maré era ocupada por pântanos e manguezais junto à orla da Baía de Guanabara, junto ao Canal do Cunha, e abrangia vários acidentes geográficos que desapareceram com os sucessivos aterros”. Esta localidade foi ocupada por palafitas a partir da década de 1940. No início da década de 1980 esta estrutura geomorfológica cedeu lugar a um bairro habitacional, o urbano chegou à favela.

Além disso, encontra-se grande diversidade de fauna, principalmente aves silvestres e campestres, além da diversidade de sua flora, com variedades de vegetação pestaneiras, típicas de manguezais, árvores frutíferas e uma rica e variada vegetação de ervas medicinais. Já no que diz respeito à localidade: geologicamente, encontram-se morros, aterros, conjuntos habitacionais, construções de alvenaria, dentre outras mais precárias. De acordo com o portal

Geo Rio, “a Maré era ocupada por pântanos e manguezais junto à orla da Baía de Guanabara e abrangia vários acidentes geográficos que desapareceram com os sucessivos aterros”.

Esta localidade foi ocupada por palafitas a partir de 1940, conforme ilustrado nas Figura 5 e Figura 6 que seguem. Trata-se de registros interessantes, memórias do tempo em que aves, e não tiros, povoavam o céu da Baía de Guanabara desde a sua mais tenra origem e que revelam a natureza física como parte da vida de uma das comunidades mais complexas e pobres da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 5 - Primeiros registros da Praia extinta do Apicu, década de 1940.



Fonte: Acervo Museu da Maré.

Figura 6– Primeiros registros da Praia extinta do Apicu, década de 1940.



Fonte: Acervo Museu da Maré.

A região, sobre a plataforma marítima, sobre a qual geravam as ondas da maré, baixa e alta, era compreendida ente as Praias de Maria Angu (em Manguinhos) e do Apicu (em Ramos). Em 1982, com a implementação do Projeto Rio, uma grande intervenção pública para reassentar os moradores das palafitas em conjuntos habitacionais. Tais conjuntos foram erguidos sobre os aterros dos manguezais do antigo Saco de Viegas, a grande parte do trecho da Praia de Inhaúma e a Ilha dos Macacos, conhecida também como Ilha dos Pinheiros que passou a ser um imenso habitat natural, transformada em um Parque Ecológico, como mostra a Figura 7 a seguir:

Figura 7– A partir da década de 1990 – Complexo da Maré



Fonte: Acervo Museu da Maré

É importante ressaltar que na época do desmembramento do bairro de Bonsucesso estabelecendo a nova denominação desta região, quando da implantação do Projeto Rio, não havendo consulta prévia aos seus moradores em relação à futura denominação que deveria ser estabelecida e homologada pelo governo. A região da Maré, era assim também chamada, pelos moradores ribeirinhos cujas moradias sobre palafitas estavam localizadas na área alagada do Canal do Cunha e ao fundo da Baía de Guanabara. Trata-se de habitantes das colônias de pescadores, em sua grande maioria, imigrantes nordestinos que atuavam e viviam da pesca ou criadouros de caranguejos ou porcos, nesta localidade, um local propício ao embarque e desembarque de carga e ancoradouro de suas humildes barcas.

Ao recordar os povos que sofreram por conta das grandes migrações, podemos lembrar de uma passagem de Stuart Hall (2013), que, embora, obviamente não trate do bairro da Maré, permite que entendamos melhor alguns aspectos a ela referentes:

[...] onde começam e onde terminam suas fronteiras, quando regionalmente cada uma é cultural e historicamente tão próxima de seus vizinhos e tantos

vivem a milhares de quilômetros de “casa”? Como imaginar sua relação com a terra de origem, a natureza de seu “pertencimento”? E de que forma devemos pensar sobre a identidade nacional e o seu “pertencimento” à luz dessas experiências de diáspora?

Cabe destacar que a questão da diáspora nordestina, vivida em vários espaços da Maré, e as questões que proporcionaram esta imigração é impermeável a algo “mundano”, pois diversos povos já sofreram e se colocaram neste sistema longe de sua origem, desde os povos que existiram antes de Cristo, como aos atuais. “Isto é tão secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência, tal qual aponta Hall (2013, p.30). Visto que a pobreza, o subdesenvolvimento, a peste, a fome, a guerra, a falta de oportunidades, podem e o fazem forçar as pessoas e suas famílias a migrar, o que causa o espalhamento, em suma a dispersão de suas culturas. Todavia, cada uma destas dispersões carrega consigo a saudosa promessa de um futuro retorno redentor.

Milton Santos (2008) em suas contribuições sobre a temática que trata da constituição e popularização do território, afirma que a pobreza não seria apenas criada por questões econômicas, no entanto, também, por causas geográficas e que o valor de cada um é ditado pelo lugar onde se encontra. Ao aprofundar essa concepção, pode-se pensar no estudo das desigualdades existentes dentro dos próprios territórios “dos excluídos”, uma vez que, mesmo em espaços já segregados, devido à vulnerabilidade em que se encontram, pode haver uma intensificação desse processo por meio do surgimento de “subcomunidades” que seriam marginalizadas por elas próprias. A exemplo disso, verifica-se no território da Maré, as comunidades denominadas Uga-uga, MacLaren, Sem Terra, excluídas dos mapas da Maré.

Harvey (2006), por seu turno, defende a ideia de que é necessário criar e inserir uma teoria espacial para essas discussões. Para ele, é imprescindível “elaborar uma teoria das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico atrelado ao capitalismo que permita explicar a evolução e as funções do Estado, do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo e a urbanização” (HARVEY apud COSTA, 2014, p.72).

Segundo o Museu da Maré (2008), por conta de tamanha migração, a origem do bairro se deu e por causa da viabilidade de transporte, pois um fator fundamental para a

consolidação da ocupação foi a construção da antiga “Variante Rio-Petrópolis”, atual Avenida Brasil. Foi a partir de 1940 que essa rodovia começa a ser construída paralela à área onde começam a se formar as primeiras comunidades da Maré. Esta via ligaria o Centro da Cidade aos distantes subúrbios, cuja principal intenção era a de alargar a malha industrial da cidade já espremida no Centro.

Assim sendo, a construção da Avenida Brasil, confunde-se com o surgimento da Maré, e foi de suma importância para os novos moradores que chegavam à Rodoviária Novo Rio, recém-inaugurada ao final da década de 1940. A tal “Variante” oferecia oportunidade de trabalho direto, sobretudo para a mão de obra não qualificada que seria aproveitada principalmente na construção civil de prédios, hospitais, escolas e no alargamento de ruas e rodovias, além de atrair efetivamente várias indústrias para a região, que vieram a ser instaladas ao longo da via expressa.

A exemplo disso, foi a construção da Refinaria de Mangueiras que consolidou a área como polo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de empregos e oportunidades econômicas. Cabe destacar, ainda, o estabelecimento anterior a própria Avenida Brasil, do Instituto Oswaldo Cruz que conferia destaque à região, principalmente, quando necessitava utilizar a Ilha dos Macacos como laboratório de algumas de suas experiências.

E não somente isso, a partir da década de 1950, a instalação do parque gráfico da rede de livrarias Curió. As livrarias Curió, também denominada Ediouro Publicações, antigas Edições de Ouro e Editora Tecnoprint, é atualmente uma editora brasileira, que foi proprietária da rede de livrarias Curió. Funciona como grupo editorial denominada “Empresas Ediouro Publicações” teve seu primeiro galpão instalado na Rua Nova Jerusalém e o seu parque gráfico na Rua da Proclamação, quando a região ainda era conhecida como bairro de Bonsucesso. Estas instalações ofereceram aos moradores da Maré um leque de empregos, desde os pedreiros, carpinteiros e serralheiros para as obras até as mais diversas funções, tais como copeiras, motoristas, gráficos, manobristas, operadores de chapa, operadores de gráfica, dentre outros.

Também é digna de nota a construção, na mesma época da Cidade Universitária que abrigaria a Universidade do Brasil, atual UFRJ, além disso, na década de 1960, a implantação do prédio que abrigaria o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho,

popularmente conhecido como o hospital do fundão, que originalmente era voltado para o acompanhamento dos pacientes de doenças raras na década de 1960, além do Instituto de Puericultura, feito pelos estagiários da Faculdade de Medicina, instalada no mesmo prédio. Muitos dos operários que participaram dessas obras vieram Morar na Maré durante e depois das obras concluídas.

É interessante observar que as precárias condições e os conflitos travados da e na região nordeste, muito contribuíram para a chegada de um imenso contingente de pessoas sem qualificação profissional que se sujeitaram a uma nova construção em suas histórias de vida, cujo destino, primeiramente, seria voltado à construção civil e depois à construção de uma História de uma localidade denominada de Maré.

Assim, a Maré está situada entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, sendo transpassada por três rios importantes da região, o rio Faria Timbó que atravessa os bairros da Maré – Bonsucesso a Higienópolis; o rio Jacaré que atravessa os bairros de Maré – Manguinhos a Jacarezinho e o rio do Canal, que fora totalmente assoreado, transformando-se em um canal a céu aberto, que atravessa da Baía de Guanabara, à Maré até o bairro de Ramos.

O bairro da Maré está localizado, na cabeceira da lateral direita da Avenida Brasil, sentido de quem sai do Centro da Cidade em direção ao bairro de Campo Grande, tendo como marcos compreendido entre os setores, ora estabelecido pela Rosa dos Ventos: à norte o bairro de Olaria, à sul o bairro de Manguinhos, à leste o Canal do Cunha, à oeste a BR-101, à nordeste a Ilha do Fundão, à sudeste a Baía de Guanabara, à sudoeste Bonsucesso e à noroeste o bairro de Ramos.

A Maré é um bairro, desde 1994, localizado no Complexo da Maré, situado no município do Rio de Janeiro, zona norte da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – RJ. Localidade compreendida entre o setor sul da Avenida Brasil e o conglomerado de pequenas ilhas que formaram a Ilha do Fundão. Ressalta-se que grande parte do bairro está limitado à direita da via Presidente João Goulart – Linha Vermelha, estabelecida a margem do Canal do Cunha. O bairro da Maré está localizado, também, à direita do aeroporto Tom Jobim; situado na entrada da Ilha do Governador, pela antiga ponte no Galeão, que torna o cenário desconcertante, mantendo um poluição visual de grandes proporcionalidades no sentido de que

em uma direção a visão se detém impressionada com muitos casebres de baixa renda em um amontoado de prédios sem acabamentos com a ausência de áreas verdes e no sentido oposto, detém-se sobre construções faraônicas e organizadas, tais como prédios e viadutos e com a presença de várias áreas verdes, plantadas entre a ponte aérea, como rota de aviões, isto é: do outro lado da baía, depara-se com construções irregulares, assimétricas e de crescimento geograficamente desordenado. É neste cenário que vive uma sensível população, área conflagrada e de grande vulnerabilidade social. De acordo com Bauman (2001, p.133)

[...] a cidade, como outras cidades, tem muitos habitantes, cada um com um mapa da cidade em sua cabeça. Cada mapa tem seus espaços vazios, ainda que em mapas diferentes eles se localizem em lugares diferentes, é o que os veem de fora o local e aqueles que moram ou transitam dentro, as vezes sentem ou não.

Ressalta-se sua situação sociogeográfica e sociodemograficamente, conforme mencionado anteriormente, a Maré, como é conhecida, pode ser também vista, como localizada entre a Avenida Brasil – Rodovia BR-101, a Linha Vermelha – Via Expressa Presidente João Goulart e a linha Amarela – Via Expressa Governador Carlos Lacerda. Este complexo ocupa significativamente o imaginário do carioca. Sua paisagem, no entorno da Baía de Guanabara, foi, durante muito tempo, dominada por palafitas – habitações precárias suspensas sobre a lama e a água, que de forma paradoxal mantém proximidade com o Aeroporto Internacional Tom Jobim e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se como bem diz o termo complexo, por ser um aglomerado de dezessete comunidades que se estende do pontal do bairro da Penha (com a comunidade de Marcílio Dias) à ponta do bairro do Caju (com a comunidade do Uguanga).

A mais antiga das comunidades que compõem o chamado “Complexo da Maré”¹³ localiza-se no Morro do Timbau, cuja ocupação se inicia em 1940, muito embora já existissem núcleos de pescadores desde o final do século XIX, às margens das praias de Apicú e de Maria Angú, quando os seus primeiros moradores oriundos do nordeste brasileiro, se estabeleceram no que é conhecido hoje como Morro do Timbau, único local seco da Maré, já que toda a área do entorno a subida do morro e entre as praias de Ramos, do Apicu e de Maria Angu, eram um imenso manguezal. Estes primeiros moradores foram atraídos principalmente pela possibilidade de afixarem-se a terra, construindo neste local suas moradias o que os aliviaria do

¹³ O nome complexo é designado, porque se trata de uma reunião de muitas favelas em um mesmo espaço, como um aglomerado acima de 51 comunidades.

fardo de pagar aluguel em outro bairro. Era um lugar privilegiado, onde trabalhadores que se voluntariavam às obras que se erguiam no centro da cidade e de alguns fuzileiros navais e marinheiros que precisavam morar próximo ao seu local de serviço, sendo os mais próximos à Praça Mauá (centro do Rio) ou à Pedra da Onça (na Ilha do Governador). A expansão do Morro do Timbau surgiu sobre palafitas no manguezal contínuo ao morro na localidade conhecida como Baixa do Sapateiro.

Na década de 1990, com as construções das vias expressas da Linha Vermelha e da Linha Amarela, apresentaram-se mais problemas para alguns moradores de algumas comunidades do antigo “Complexo da Maré”. Como ambas têm conexão com a Ilha do Fundão, novos aterros precisariam ser feitos para tais edificações rodoviárias, o que significou estreitar ainda mais o canal do Cunha que passava entre o Complexo e a Ilha do Fundão. Ainda sobre a Linha Amarela, o alargamento da Avenida Bento Ribeiro Dantas, teve como resultado mais remoções de famílias, como também o extermínio de outras, de dentro da própria área desse Complexo, o que traduz no que era a prioridade política para o governo da Cidade do Rio de Janeiro, do então Prefeito Luiz Paulo Conde.

A saber, a favela ou comunidade Mac Laren, que era compreendida dentro da área de três outras comunidades do Complexo: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Vila do Pinheiro, todas localizadas próximo ao canal, exatamente na rota da Linha Amarela, deixou de existir. Tal região destacou-se pelo comércio marítimo desde o período colonial, vindo pelas Praias de Maria Angu e de Inhaúma, que por sua vez, não existem mais, pois pertenciam a uma grande fazenda na região da freguesia de Inhaúma, tendo sido soterradas.

Coincidência ou não, o nome da comunidade Mac Laren parece fazer alusão a um dos maiores estaleiros do Brasil, na década de 1970, época em que o setor viveu seu auge, o estaleiro Mac Laren. Em nota, cabe destacar que, essa empresa brasileira fundada em 1938, ainda é atuante e fornece serviços de logística naval especializada.

De acordo com o Guia de Ruas Maré (2012), publicado pela ONG – local Redes de Desenvolvimento da Maré, as dezessete comunidades que compõem o “Complexo da Maré”, atualmente, bairro da Maré são: o Morro do Timbau, de 1940; a Baixa do Sapateiro, de 1947; a Comunidade de Marcílio Dias, de 1948; o Parque Maré, de 1953; o Parque Roquete Pinto, de

1955; o Parque Rubens Vaz, de 1961; o Parque União, de 1961; o Parque Nova Holanda, de 1962; a Comunidade da Praia de Ramos, de 1965; a Vila do João, de 1982; o Conjunto Esperança, de 1982; a Vila dos Pinheiros, conhecida como Parque Ecológico, instalada sobre a antiga Ilha dos Macacos, 1987; o Conjunto do Pinheiro, de 1989; o Conjunto Bento Ribeiro Dantas, de 1992; a Comunidade Salsa e Merengue, 1994; a Vila do Pinheiro, antiga comunidade Uga-uga, de 1994 e o Conjunto Nova Maré (conhecido como Sem Terra), de 1996.

As ruas do sentido do bairro de Bonsucesso ao bairro de Ramos que oferecem entrada ao bairro da Maré, seguindo pelo fluxo da Avenida Brasil, a partir de 1940 são: Rua Guilherme Maxsuell, Rua Capitão Carlos, Rua Luiz Ferreira, Rua Guilherme Frota, Rua Nova Jerusalém, Rua da Proclamação, Rua 17 de Fevereiro, Rua 29 de julho, Rua Doutor Teixeira Ribeiro, Rua Sargento Silva Nunes, Rua Bittencourt Sampaio, Rua do Canal (uma extensão com entrada pelo do Canal do Cunha), Rua João Araújo, Rua Darci Vargas, Rua Roberto da Silveira, Rua Ari Leão. A partir de 1990: Rua São Pedro, Rua Sebastião Machado, Rua Maria de Lourdes Martins, Rua Manuel Pereira da Silva e Rua 18 de abril. Cabe destacar que as ruas denominadas com nomes próprios masculinos, foram os operários e líderes comunitários que se sensibilizaram com as dificuldades dos moradores. Muitas vezes, foram os mestres de obra ou presidentes das associações de moradores da localidade.

A título de informação legislativa, o bairro Maré, criado, delimitado e codificado pela Lei nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994, sob alterações nos limites dos bairros da antiga zona da Leopoldina, alinhadas na Avenida Brasil: Manguinhos, Bonsucesso, Ramos e Olaria, a fim de desmembrar, institucionalizando, o bairro da Maré.

Seguindo o itinerário Centro – Campo Grande, pela BR – 101, a ordem em que aparecem as comunidades que compõem o “Complexo da Maré”, atual bairro da Maré é: Conjunto Esperança, Vila do João, Conjunto Pinheiro, Vila dos Pinheiros, Vila do Pinheiro (Parque Ecológico), Salsa e Merengue, Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz, Parque União, Nova Maré, Roquete Pinto, Praia de Ramos e Marcílio Dias.

2.3.1 Panorâmica dos Habitantes / Domicílios do Complexo da Maré

Elencadas as dezessete comunidades, a tabela, a seguir, mostra o quantitativo de habitantes e o número de domicílios localizados neste conjunto de “favelas” por comunidade, segundo o Censo Demográfico de 2010, atualizado na prévia de 2019, de acordo com a ONG Redes de Desenvolvimento da Maré. Outra informação que cabe aqui ser destacada é no fato de que os dados sobre a memória a respeito do lugar, foram reunidas por meio de consulta as edições dos jornais locais o “Jornal o Cidadão”, publicados pela ONG CEASM e pelo “Maré de Notícias” publicados pela ONG Redes da Maré, além de outros dados reunidos pelo autor em sua trajetória de vida que acompanhou desde sua infância a transformação do lugar, a partir da década de 1970.

Tabela 1 Número de habitantes e de domicílios instalados no bairro da Maré por comunidade ano base 2010.

Habitantes por Domicílios instalados no bairro da Maré por comunidade ano base 2010, com atualização em 2019 pela ONG REDES da Maré

	Comunidades	Habitantes	Domicílios
1	Parque União	19.662	6.621
2	Conjunto Pinheiros	15.492	4.974
3	Comunidade de Nova Holanda	15.450	4.729
4	Conjunto da Vila do João	13.301	4.545
5	Parque Maré	12.322	3.999
6	Comunidade da Baixa do Sapateiro	7.757	2.590
7	Roquete Pinto	7.448	2.382
8	Comunidade de Salsa e Merengue	7.258	2.130
9	Comunidade de Marcílio Dias	6.759	1.768
10	Comunidade do Morro do Timbau	6.359	2.109
11	Conjunto Esperança	5.530	1.870
12	Parque Rubens Vaz	5.154	1.710
13	Parque Ecológico da Vila dos Pinheiros	4.115	1.337
14	Conjunto Bento Ribeiro Dantas	3.580	953
15	Conjunto Nova Maré (“Casinhas”)	3.174	850
16	Comunidade da Praia de Ramos	3.073	932
17	Favela da MacLaren (a ser removida)	245	51
	Total:	136.719	43.550

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010
(atualizado, na prévia de 2019 pelo Censo Maré)

A partir da década de 1910, o engenheiro Guilherme Maxsuell, urbanizou e loteou enormes terrenos do antigo Engenho da Pedra, criando um novo bairro: a “Cidade dos Aliados” em homenagem aos países aliados contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Esta homenagem fez surgir a Praça das Nações, no centro do bairro, e a partir dela, as grandes avenidas Paris, Londres, Bruxelas, Roma e Nova York, cidades importantes localizadas nos países aliados: França, Inglaterra, Bélgica, Itália e Estados Unidos. O marco mais importante e mais expressivo instalado, no centro da Praça das Nações, de onde partem as avenidas citadas, é um Chafariz denominado Monumento aos Expedicionários da Segunda Guerra Mundial.

A denominação, delimitação e codificação do Bairro foram estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 3.153, de 23 de julho de 1981 com alterações dadas pelo Decreto nº 5.280, de 23 de agosto de 1985 e pela Lei nº 2.055, de 9 de dezembro de 1993, que delimitou a Região Administrativa da Zona Norte, desmembrado da antiga X RA, uma nova agência com seus logradouros, incluindo a nova RA, que se denominou XXX RA no mapa da Cidade do Rio de Janeiro. Foi através do Decreto nº 7.980, de 12 de agosto de 1998, que a Prefeitura do Rio desmembrou dos bairros de Ramos e Bonsucesso, criando-se um novo bairro: o bairro do Complexo do Alemão e mais tarde, o bairro da Maré, por meio da Lei nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994, conforme citada acima.

Salienta-se que, no bairro da Maré, os seus sub-bairros, apresentam-se com casas e conjuntos habitacionais, habitados com cerca de mais de cento e quarenta mil pessoas, segundo o censo demográfico de 2010, exatamente, 136.719 pessoas, sendo esta população distribuída por um pouco mais de 43 mil domicílios. Estes se espalham por 800 mil m² às margens da Baía de Guanabara, literalmente posicionadas no Canal do Cunha, por uma extensão de terra linear entorno de 6 Km, ao longo da Avenida Brasil, no sentido Centro – Campo Grande.

De acordo com o IBGE (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Bairro, que tem por objetivo avaliar as condições gerais de vida na cidade e leva em conta a esperança de vida ao nascer (em anos), a taxa de alfabetização de adultos, a taxa bruta de frequência escolar, a renda per capita em reais (2000), o Índice de Longevidade (IDH-L), o Índice de Educação (IDH-E), o Índice de Renda (IDH-R) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Complexo da Maré, no ano 2000, era de 0,722.

Este índice tornou-o o centésimo vigésimo terceiro colocado da cidade do Rio de Janeiro, melhor apenas do que o de Acari, Parque Colúmbia, Costa Barros e Complexo do Alemão, complexos da Cidade do Rio de Janeiro.

A Maré se destaca tanto simbolicamente quanto estrategicamente, em razão de sua localização geográfica, da proximidade com grandes vias e com o aeroporto internacional. É uma comunidade que, como outras, desperta a atenção com relação às questões relacionadas à segurança pública. Desde 30 de julho de 2013, a comunidade convive com o único batalhão de polícia militar constituído dentro de uma favela, com uma única saída para a Linha Vermelha.

Segundo o Censo de Empreendimentos – Maré, uma publicação em parceria da ONG Redes de Desenvolvimento da Maré com o Observatório de Favelas, 2014, www.redesdamare.org.br, para além do 22º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e as duas escolas públicas, o lugar conta também com grande rede comercial, geradora de economia, emprego e renda à população, tais como: em alimentação e variedades: 108 minimercados, 5 supermercados, 115 padarias, 122 açougues, 201 peixarias, 158 farmácias, 210 drogarias. Para uso em geral: 112 sapatarias, 352 lojas de roupas, 230 lojas de perfumaria, 348 lojas de artigos regionais nordestinos, 138 lojas de ervas e artigos de umbanda e candomblé, 809 salões de cabeleireiros, 215 barbearias, 636 bares, 815 restaurantes, 968 lanchonetes, 1389 loja de flores, 13 indústrias de sorvete, 18 fábricas de alimentos congelados, 145 escritórios de contabilidade, 186 consultórios dentários, 5 garagens – Cotramo, Tanscopas, Copertáxi, Viação Rio-Ônibus, Viação Real (www.redesdamare.org.br, acesso em 26 de março de 2021).

Dentre estas acima citadas, há também as de grande variedade em prestação de serviços, tais como as três ONGs que se encontram no local, e mais, 102 papelarias, 35 armarinhos, 112 loja de calçados, 156 lojas de variedades do lar, 230 lojas de utensílios domésticos, 245 lojas de artigos infantis e brinquedos, 598 lojas de materiais de construção, 138 caixas eletrônicos, 126 carpintarias, 234 marcenarias, 124 serralherias, 201 estofadores, 5 postos de correios, 12 ferro-velho e sucatas, 304 lojas de instalação e conserto de ar-condicionado, 506 lojas de conserto e enrolamento de motores, 183 lojas de consertos de

eletroeletrônicos, 216 lojas de Pets Shop, 176 consertos de geladeira e máquinas de lavar roupas¹⁴ (*Op. Cit.*).

Há também aqueles relacionados à educação: 18 escolas municipais de ensino fundamental, 4 escolas estaduais de ensino médio, sendo um Centro Integrado de Educação Pública - CIEP e uma instalação junto à FAETEC, 40 creches públicas, 18 creches particulares; 5 locais de esporte terceira idade; lazer e outros: 58 academias, 12 salões de festa de grande porte, 39 salões de festa de pequeno porte, 16 campos de futebol, 38 praças públicas; locais destinados a tratamento e acompanhamento de saúde: 15 Postos de Saúde, 2 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, 15 consultórios médicos, 68 clínicas de fisioterapia e 12 Clínicas da Família¹⁵ (*Op. Cit.*).

Templos da fé: 6 Igrejas Católicas, 118 Capelas, 4 Assembleias de Deus, 15 Igrejas Batista, 18 Igrejas Pentecostais, 5 Igrejas Universais do Reino de Deus, 2 Vida Nova, 2 Igreja da Graça RR Soares, 8 Casas da Fé, 16 Casas da Benção, 6 Casas de oração, 102 rezadeiras, 2 terreiros e/ou centros¹⁶ (*Op. Cit.*).

Dentre a geração de emprego e renda na Maré, o comércio destinado a fast-food e de padarias é o que mais tem crescido relativamente na localidade. Indispensável para milhões de brasileiros, assim também para os moradores do bairro da Maré, o pão francês traz mais nutrientes energéticos, como por exemplo, as padarias dão a sua contribuição para o desenvolvimento econômico do local, são na verdade, a 13ª atividade econômica que faz girar o capital local, tanto quanto na geração de emprego e renda, como na prestação do serviço, dentre outros (*Op. Cit.*).

De certo, pela manhã, à tarde ou à noite, não há de ter hora nem luar. Com manteiga, queijo ou com aquele ovinho mole no meio ou, à tardezinha, com aquelas fatias fininhas de mortadela defumada num pão saindo na hora. Semprequentinho, não haverá que possa resistir. E ainda haverá quem diga que “pode faltar tudo no dia, menos um pão fresquinho”. Nesta

¹⁴ Segundo o Censo de Empreendimentos – Maré, uma publicação em parceria da ONG Redes de Desenvolvimento da Maré com o Observatório de Favelas, 2014, www.redesdamare.org.br,

¹⁵ Segundo o Censo de Empreendimentos – Maré, uma publicação em parceria da ONG Redes de Desenvolvimento da Maré com o Observatório de Favelas, 2014, www.redesdamare.org.br,

¹⁶ Idem.

reportagem do Maré de Notícias, edição 103, ano 2020, p.11, há uma cobertura de 50 opções em variedades de boas grandes padarias instaladas na região da Maré, que sem dúvida uma arte, promovida somente pelos bons padeiros do local, com seu amor ao ofício.

Figura 8– Pão fresquinho, consumo garantido.



Fonte: Maré de Notícias, edição 103, p. 11

A história do pão remonta à Pré-história, segundo a História da Matemática (BOYER, 1985), na tentativa de fazer um experimento envolvendo fracionamento, em um sistema de contagem primitivo que era utilizado com vasilhames e água. O homem da antiguidade descobriu que grãos como os de aveia, de cevada ou de trigo amassados também poderiam servir de alimentos, unindo-se água, um pouco de sal de cozinha e o trigo bolourado. E que com a ajuda do fracionamento da fermentação, novas formas de produzir diferentes novas massas foram criadas. Há registros que indicam que os egípcios descobriram o processo de fermentação do trigo, por um acaso, acerca de 6 mil anos. Aos poucos as receitas foram sendo aprimoradas, incluindo-se novos ingredientes, criando-se novas formas e sabores, tal qual o pão australiano, muito popular na Maré, que leva um pouco de cacau à 45% e o italiano que leva pelo menos 20% de queijo parmesão ralado. Segundo o relato publicado no Maré de Notícias, p.10, a maior parte das padarias ficam abertas na Maré das 5h30 às 21h00 e nos domingos até as 15h00 o que sempre dá para ouvir na voz dos padeiros: “vida de padeiro dá um livro. Chegar até onde estou, foi uma luta”.

2.3.2 As Comunidades que compõem o bairro da Maré

Cabe ressaltar que as 17 (dezesete) comunidades apresentadas foram elencadas de acordo com sua localização no contexto e no Espaço político-geográfico, da direita para a esquerda e conforme está situada e é visualizada pela Avenida Brasil, tomando como marco inicial 01 o bairro de Manguinhos ao bairro da Ilha do Governador, na direção Centro – Campo Grande, ou seja, da passarela nº 5 da Avenida Brasil à passarela nº 17, isto é, considerando que de uma passarela edificada na Avenida Brasil a outra, serão sempre de 500 metros, segundo informação da Geo-Rio, órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Então a cada três passarelas há 1Km. Como são contadas da passarela nº 4 até a de nº 19 há no total, 15 passarelas. Logo o total em quilômetros percorridos da passarela de nº 4, marco inicial no Conjunto Esperança até a passarela de nº 19, para o marco final na Comunidade de Marcílio Dias, há 7,500 Km de extensão linear, de um ponto a outro, sobre o tracejado da Avenida Brasil, a começar do Prédio da expansão do Instituto Oswaldo Cruz até chegar ao Largo da Praia de Ramos. Dessa forma, o bairro da Maré, como já informado, trata-se de um aglomerado com mais de 43 mil domicílios, e que abriga um pouco mais de 140 mil habitantes.

Para Souza e Silva, Barbosa, Biteti e Fernandes (2009) em sua declaração: *O que é a favela afinal?* observam que ao considerar o perfil sociopolítico, “a favela é um território onde a incompletude de políticas públicas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes”. Na verdade, sob esse ponto de vista, as favelas são, nada mais do que territórios sem garantias de direitos, previstos em lei, sem a devida efetivação de direitos sociais. No que tange aos seus moradores, vem gerando baixas expectativas desses mesmos diretos. Por outro, lado, se observado o perfil socioeconômico, esses autores afirmam que a favela não passa de um território “onde os investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços”. Além disso, revelam que “há, portanto, distâncias socioeconômicas consideráveis quando se trata da qualificação do tempo/espaço particular das favelas e o das condições presentes na cidade como um todo”.

Mas, se observado atentamente para o perfil sócio-urbanístico, destacam os autores, “a favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado”, pois, a favela significa dentre outras coisas e padrões uma morada urbana que reúne as condições desiguais da urbanização

da maioria das cidades brasileiras e, ao mesmo tempo, deixa em evidência como marca identitária a luta de cidadãos pelo legítimo direito de se realizar como pessoa ao coabitar a cidade. Além desses três padrões há também o perfil sociocultural a ser observado: nesse a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com o local chegada, aceitação e ou identificação é possível afirmar “configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica” e, não somente isso; segundo Souza e Silva *et al* (2009, p.97), “superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com riqueza da pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais simbólicas e humanas”.

2.3.2.1 O Conjunto Esperança

O conjunto conhecido como Conjunto Esperança foi uma ação empreendida pelo Projeto-Rio durante o regime militar no Brasil, 1964 a 1985, Ele foi uma das primeiras experiências no sentido de abrigar moradores do Complexo da Maré que foram removidos das palafitas de outras comunidades própria da Maré, como por exemplo do Parque União e de Nova Holanda que estavam instaladas próximo ao Campus do Exército do 24º Batalhão de Infantaria Blindada – (24º BIB de Ramos) e principalmente na rota dos aviões que decolavam ou pousavam na plataforma do aeroporto Tom Jobim, instalado na entrada da Ilha do Governador, próximo à Ilha do Fundão. No total o Conjunto recebeu pelo menos 7.000 moradores que passaram a morar dignamente em cerca de 1.400 apartamentos distribuídos em 35 edifícios. Embora o início da implantação do projeto, das remoções e da tomada de posses, não tenha sido fácil, principalmente por causa da falta de um comércio local já instalado, escolas, sistema de saúde que atendessem as necessidades dos moradores, houve também um entrave na questão de quem teria o benefício da posse entre o corpo de militares e o corpo de moradores removidos, assim a comunidade se consolidou. No *lead* de uma entrevista com moradores do conjunto esperança, o jornal local Maré de Notícias, edição 100, p.13, mencionou o seguinte comentário: “Nome é Esperança, mas deveria ser Resistência”. A comunidade fundou sua Associação de Moradores no ano de 1983.

2.3.2.2 O Conjunto da Vila do João

A Vila do João é um conjunto de casas construídas pelo Projeto-Rio com a finalidade de abrigar pessoas que foram removidas das palafitas sobre o manguezal da Baixa do Sapateiro, da Nova Holanda e parte dos casebres dos moradores do Morro do Timbau. O curioso vem do nome dado ao conjunto. Nome imposto pela ditadura militar, veio de uma homenagem ao então Presidente General João Batista de Oliveira Figueiredo, que governou o país de 1979 a 1985, tendo este comparecido a inauguração, entregando pessoalmente aos primeiros moradores o título de propriedade. Esse fato é interessante, pois os moradores instalados na Vila do João estão entre os poucos que receberam os devidos títulos de propriedade, os demais eram soldados ou militares reformados.

É certo que a Ditadura Militar impôs o nome do conjunto habitacional como uma suposta homenagem dos moradores ao então Presidente da República. As casas eram coloridas de um ou dois andares, como projeto inicial, e simbolizavam a prosperidade para os militares. Entre moradores removidos e os militares da ativa, na disputa de quem iria receber o título de posse, ganharam os moradores. Por conta disso, era denominada “inferno colorido”, pois o lugar além de mau cheiroso, devido aos ácidos sulfídricos lançados ao ar, produzidos pelo excesso de enxofre $H_4(SO_2)$ ao exalados pelo manguezal, do borbulhar na decomposição de “matéria orgânica”, adicionado ao gás ozônio (O_3) disperso na natureza, expulsando o enxofre livre (S) juntamente com o gás oxigênio (O_2), odores característicos provenientes do Canal do Cunha, ao calor intenso devido ao sol escaldante que radiavam nas paredes pré-moldadas das residências e ao jogo de quebra de braço que era travado para que os militares não fossem instalados em todos os apartamentos conforme o projeto inicial. Em 1997, devido a duas grandes campanhas, a Associação de Moradores foi fundada.

O jornal local “O Cidadão”, em sua edição nº 1, produzido pelo Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM), acompanhou a evolução e o desenvolvimentos das remoções e a grande dificuldade dos moradores em obter a titularidade do imóvel.

2.3.2.3 O Conjunto Pinheiros

Em 1982, foi construído o último grande conjunto de apartamentos, em sua primeira fase, sendo planejado em duas etapas, uma no lado par do canal, sentido Centro – Ilha do Fundão e o outro no lado ímpar, sentido Ilha do Fundão/ Barra da Tijuca. Foram 35 blocos edificadas no Complexo da Maré, de realização do Projeto-Rio, às margens da Avenida Bento Ribeiro Dantas, Ponto depois da Barra da Tijuca. Atualmente essa avenida tornou-se a Linha Amarela. Este conjunto recebeu o nome de Conjunto Habitacional Pinheiro e se destinou a receber os moradores de outras favelas da cidade do Rio de Janeiro e da própria Maré. Em 1999, passou por uma grande reforma feita pela Companhia Estadual de Habitação – CEHAB o que aconteceu depois da reivindicação dos moradores que receberam seus apartamentos ainda com grandes problemas de infraestrutura e inacabados na fase da implantação em sua posse. Em 1987, foi fundada uma Associação de Moradores que interveio por garantia dos direitos da comunidade.

O nome dado Vila dos Pinheiros, segundo registros arquivados no Museu da Maré, no Programa Rede Memória, patrocinado pela Petrobrás, se deve ao fato que antes da edificação dos prédios, no espaço havia um grande descampado com uma fileira de árvores altas, conhecidas como pinheiros, típicas árvores que também serviram para o paisagismo da próxima Ilha do Fundão, na Cidade Universitária. Diz-se que este espaço descampado era utilizado como grandes campos de futebol, sem nenhuma infraestrutura e sanitário ou arquibancada, possuía uma barreira natural seguindo a própria formação vegetal do lugar uma sequência linear de pinheiros altos que margeavam o canal que saída do Canal do Cunha e seguia em direção ao rio Manguinhos. Ali, havia um terreno muito grande descampado e que servia de campo de futebol para a rapaziada moradora da localidade. Vale lembrar que, sem nenhuma infraestrutura e investimento no local, os moradores jogavam às margens de valão a céu aberto, que desemboca do Canal do Cunha indo com seu afluente até o Rio de Manguinhos para desaguar no Rio Jacarezinho e no Rio Faria Timbó, na marginal direita da Avenida Brasil. Ao longo dos anos, com os investimentos dos próprios moradores o local foi sendo organizado para esses eventos de final de semana. Os organizadores juntamente com outros meninos que participavam dos campeonatos e promoviam o conhecido “casados e solteiros”.

O empreendimento, local, deu certo e puderam até construir três campos, três arquibancadas e dois sanitários com um grande vestiário, doados por fundos de uma participação em um campeonato no Bonsucesso Futebol Clube, no qual foram vencedores. Com esse grande incentivo resolveram então aproveitar as árvores altas, espalmadas, da espécie *Pinus pinea*, distribuídas linearmente nas laterais dos três campos construídos. Por isso, cada campo ficava em uma área diferente para receber mais sombra. Eram mais ou menos umas dez árvores, mais parecidas com Ypês, do gênero *Pinnus pinea* pois, este arbusto sobressai no calor extremo, plantado por mudas de 1 metro.

Já os pinheiros dessa espécie se desenvolvem bem em solo ácido, um sinal de resistência, tipo este que é encontrado na tabatinga da Maré, e alguns também em solo “calcário”. A grande maioria requer, como essa espécie, um solo bem drenado, tal qual é encontrado na Vila dos Pinheiros, no Conjunto Esperança e na Vila do João, que são terrenos compactados industrialmente, para não sofrerem com a deformação do solo com suas infiltrações e humidificações. Infelizmente, a memória dos moradores mais antigos, fica firmada nas “Vozes do Passado”, conforme Thompson (1992), porém as grandes obras quando chegam à cidade ou às regiões conhecidas como “comunidades” destroem literalmente este aspecto e estas construções, fruto da colaboração e união de seus moradores e que os órgãos oficiais desconhecem e ainda promovem o “bota-abaixo”. Infelizmente, com a chegada das máquinas e tratores para a edificação dos prédios da Vila dos Pinheiros, com o desenvolvimento chega também o desmatamento e desta forma, o *Pinnus pinea*’s foram ao chão, sem nenhuma piedade e respeito à memória do local e à força com que o Meio ambiente se fazia presente.

2.3.2.4 A Comunidade da Vila do Pinheiro

Em decorrência da implementação da segunda fase do Projeto – Rio, com a passagem da gestão governamental, foi construída a Vila do Pinheiro, compostas por casas com dimensões pequenas, de arquitetura e desenho urbanístico Holandês, a maioria com dois quartos sala cozinha, área de limpeza e um pátio. Todas as casas possuíam aquecimento a gás com cilindros de 45 kg, sendo distribuído apenas um para cada residência. Para lá foram removidos moradores de palafitas ainda existentes em outras áreas da Maré, inclusive ex-moradores que se abrigaram embaixo do Viaduto que liga a Rodoviária Novo Rio à Linha Vermelha. Para a

construção desse novo conjunto de casas foi escolhida a ilha dos Pinheiros, antiga denominação da ilha dos Macacos, onde o Instituto Oswaldo Cruz, chefiado pela fundação Fiocruz, realizava a prática de experimentos laboratoriais em cobaias tipo roedores da espécie Hamster ou Criceto¹⁷. Segundo a fundação, nunca utilizaram macacos, da espécie símios em seus experimentos de produção de medicamentos ou vacinas, como era divulgado pela imaginação da população. A instituição realizava alguns experimentos na ilha que compunha com outras um pequeno arquipélago em um total de dezesseis ilhas ao seu redor. A bem da verdade, o que era visto e provinha da ilha eram pequenos saguis. O sagui pertence ao gênero *Callithrix*, um gênero de primatas arborícolas, que é composto por seis espécies presentes no Brasil, cuja dieta é bem variada, principalmente por frutas e insetos.

Com a obra de implantação de conjunto residencial, foi necessário a ligação da ilha dos Macacos com as demais ilhotas ao continente na década de 1985, através de sucessivos aterros, compactados industrialmente e em seguida sucessivas terraplanagens davam o, aspecto plano, acabamento final ao terreno.

Nesse contexto, vale ressaltar que é a única comunidade carioca que possui um Parque Ecológico em seu interior, protegido por lei federal que são o Código Florestal e o Decreto nº 98.914 e em 1996, um novo Decreto, nº 1.922/96, ainda em vigor, com a garantia de sobrevivência da grande área verde que possui e, além disso, como memória estratégica de um passado ainda vivo é o território da Vila dos Pinheiros, aliás, o pulmão verde da Maré. Em 1987, foi fundada a sua Associação de Moradores. A Paróquia de São José Operário é a única igreja católica da região e que foi incorporada ao bairro da Maré, por decisão de seus moradores, antes era uma pequena capela que pertencia ao bairro de Manguinhos. Tanto a Associação de Moradores quanto a Paróquia de São José Operário marcaram estrategicamente sua presença com as grandes lideranças locais no tocante a melhoria das comunidades ao seu entorno.

¹⁷ Hamster [rémster] ou Criceto é uma designação comum a diversos pequenos mamíferos roedores, da subfamília Cricetinae, encontrados na África e Ásia. O Brasil possui criadores e também importa esta espécie de animais para práticas laboratoriais .

Figura 9 – A Vila dos Pinheiros, o Parque Ecológico e o Canal do Cunha.



Fonte: Pixabay.com

2.3.2.5 A Comunidade Salsa e Merengue

No ano de 2.000, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, construiu um novo conjunto habitacional na Maré para abrigar pessoas removidas de aterros próximos ao rio Faria Timbó e de outros atingidos por enchentes e deslizamentos de morros na plataforma da Cidade do Rio. As famílias desabrigadas perdiam tudo nas enchentes, durante as grandes chuvas e foram provocadas pelas construções dos pilares que sustentam a Linha Amarela. Com o assoreamento do rio Faria Timbó, a situação tornou-se ainda mais calamitosa. Essas famílias foram recolhidas pelo Exército brasileiro em lonas provisórias que duraram mais de cinco anos em pequenas e precárias instalações com criadouros de suínos e aves. Esse conjunto recebeu o nome de Novo Pinheiro, tendo em vista a sua proximidade com a outra comunidade já existente e mais antiga, a Vila dos Pinheiros, mas devido à pintura rudimentar, de modelo arquitetônico mexicano em suas residências, e influenciada pela exposição artística da música popular que era utilizada na abertura de uma novela de grande audiência e de mesmo nome de uma determinada emissora de TV, a população local passou a chamá-la de “Salsa e Merengue”. Essa denominação também é devida ao balançar do vento nas roupas coloridas penduradas nos varais em exposição diária sobre as lajes das casas. Tal colorido que é característico dos grupos de dança desta musicalidade que se instalou na comunidade, assim que, a novela passou a receber

seu acompanhamento diário nas residências, recebendo altos índices de audiência. Infelizmente, até a presente data, o conjunto Novo Pinheiro ainda não possui Associação de Moradores.

2.3.2.6 O Conjunto Bento Ribeiro Dantas

Em 1990, foi construído mais um conjunto de casas na Maré planejados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para abrigar pessoas removidas de outras favelas ou moradores abaixo de viadutos ou de locais considerados de risco na cidade, inclusive as moradias instaladas nas encostas dos morros. Esse conjunto foi denominado de Bento Ribeiro Dantas, em homenagem a um morador que residia no local, um líder comunitário que atuou na região no período anterior a 1990, ex-funcionário do Porto de Inhaúma, que passou a reivindicar melhorias para os humildes casebres que havia na encosta da avenida que leva seu nome.

De acordo com o registrado pela ONG Redes da Maré (2012) e divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (2013), tal edificação, passou a ocupar um lugar onde existiu o antigo Porto de Inhaúma que serviu de transportadora entre empresas estrangeiras, principalmente França e Alemanha, que forneceram materiais de construção, de modo particular o ferro, o mármore e revestimentos para a construção do Prédio do Instituto Oswaldo Cruz no início da década de 1920. Este porto chegou a ter importância comercial para a região da Leopoldina antes da inauguração da malha ferroviária. Serviu, muitas vezes, de ponto de embarque e desembarque para sua majestade o Rei Dom João VI, quando governou o Brasil no início do século XIX. Em 1995, foi fundada a Associação de Moradores do Conjunto Bento Ribeiro Dantas.

2.3.2.7 A Comunidade do Morro do Timbau

O nome Timbau deriva do termo Tupi /thibau/ que significa “entre as águas”. A região inicialmente era ocupada por índios, antes da apropriação da legislação Brasileira conceder o direito de a Marinha ocupar e salvaguardar a localidade. Vale ressaltar que a região hoje ocupada pela Maré pertencia à antiga freguesia de Inhaúma que deu origem ao bairro de mesmo nome, cujo porto de Inhaúma e a praia se estendiam suas desaguas no litoral do morro

do Timbau (REDES DA MARÉ, 2012). Atualmente, encontra-se nesse mesmo local as ruas denominadas: Rua da Praia e a Rua Praia de Inhaúma em memória a antiga Praia de Inhaúma que cedeu seu espaço à comunidade.

O Morro do Timbau começou a ser efetivamente ocupado na década de 1940 por pessoas que não tinham condições de pagar aluguel nas casas de cômodos ou cortiços, no Centro da Cidade do Rio. Mais tarde, trabalhadores que construíram a Avenida Brasil, inaugurada em 1946, a Universidade do Brasil (1950), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, também se instalada na ilha do Fundão.

Muito antes, porém, já havia um núcleo de pescadores que possuíam suas embarcações nos estaleiros próximos ao Canal do Cunha que serviam do extrativismo animal, o pescado, na baixa maré dos arredores na Praia de Inhaúma, instalados no sopé do Morro do Timbau desde o início do século XX. Um pouco mais tarde, ocorreu a chegada de outros trabalhadores, como os artesãos ligados ao cultivo de couro de animais tais como cabras, bodes e cavalos para fabricação de calçados, bolsas e cintos, estabelecendo o ofício de sapateiro na região. Mas, notadamente, a homenagem mais cara que o Complexo da Maré deve é certamente a sua, possivelmente, primeira moradora, Dona Orosina Vieira, uma das percussoras na ocupação do Morro do Timbau, conforme registros apresentados pelo CEASM e o Museu da Maré. “Ela era mineira de Ubá. Jovem, veio para o Rio. Ocupou área na Maré, onde era chamada de xerife. Se um casal brigasse, pegava a garrucha e ia tirar satisfação com o homem, conta a sobrinha neta Vera Alves” (Jornal Extra, Caderno Cidade, 7.nov.2021, p.13).

Segundo registros da Redes da Maré, no guia de ruas 2012, a região era ainda usada, no final do século XIX como Porto de Inhaúma, conforme relatado anteriormente, como entreposto comercial entre a zona norte, com produtos advindos das fazendas e olarias locais com produção de queijos, hortaliças, frutas, tijolos e telhas que, no passado, ocupavam os atuais bairros da Leopoldina, atual zona norte da cidade, adjacentes à linha férrea, dentre eles estão o bairro de Manguinhos, e em sua ordem inversa até chegar ao Centro da Cidade após os bairros da Saúde e Gamboa: Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Vila da Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil e Parada de Lucas, até chegar ao Centro, notadamente, com as demais linhas férreas que compõem a região central da cidade, a atual Central do Brasil.

Cabe ressaltar um fato curioso, que definiu em grande medida atual composição social da comunidade; em 1947, o Regimento de Carros de Combate do Exército Brasileiro, instalado na Avenida Brasil, entre as ruas Avenida Paris, Avenida Guilherme Maxsuell e Avenida Bento Ribeiro Dantas, foi transferido para atual região da Maré, num destacamento próximo às entradas de acesso ao Morro do Timbau. Os militares passaram a controlar de maneira arbitrária a região exigindo dos moradores o pagamento de “taxas de ocupação”, além de uma série de “revistas” quando se entrava ou saída da comunidade, cerceando-lhes, muitas vezes, o direito de ir e vir. Controlaram também a amplificação de casas e a construção de novas residências e a distribuição de terrenos, e com isso acabaram selecionando, pela renda, quem poderia ficar ou não na localidade. Mais tarde, devido à resistência dos moradores, essa taxa deixou de ser paga e, nesse processo, foi criada a Associação de Moradores do Timbau em 1954.

2.3.2.8 A Comunidade da Baixa do Sapateiro

Em uma área contígua ao Morro do Timbau, estabeleceu-se um novo núcleo a ser chamado de “favelinha do Mangue de Bonsucesso”, e que, mais tarde, passou a ser denominado Baixa do Sapateiro.

O nome do bairro faz uma homenagem de agradecimento a Dona Cecília Vieira de Bonsucesso. No ano de 1754, a proprietária do chamado Engenho da Pedra de Bom sucesso mandou reformar uma capela dedicada a Santo Antônio, construída em 1738, que ficava em suas terras e servia à comunidade localizada nas proximidades das margens da Praia de Inhaúma, mais precisamente na rua Capivari e que, muito mais tarde, por não haver mais atividades religiosas nem congregações que pudessem administrar o espaço, a Associação de Moradores passou a ocupar e administrar o espaço, conforme registrado nos livros de tomo pelo Vicariato da Leopoldina. Por isso, a localidade da Baixa do Sapateiro, antes de ser denominada por esta identificação era chamada simplesmente de Bonsucesso.

Reza a declaração de ex-moradores e dos mais antigos, segundo registros da Rede Memória, instalada no Museu da Maré que o início da comunidade se estabeleceu com a chegada de ex-moradores, muitos deles obreiros e pastores pertencentes à denominação Batista,

dentre outros, principalmente os de ofício de artesanato em couro, inclusive nobres sapateiros, que se opunham ao pagamento de taxas ao exército. Mudaram-se para o outro lado do morro, criando a comunidade da Baixa do Sapateiro, por ter um acesso melhor na descida com suas mercadorias, pela rua Nova Jerusalém, indo em caminho reto até a Avenida Brasil. Os nomes de Nova Jerusalém, Nova Canaã, São Salvador foram dados às ruas em memória de suas origens bíblicas. No passado histórico, a prática de cobranças de taxas abusivas que eram cobradas pelo poder romano aos judeus moradores de comunidades mais empobrecidas, tal qual eram cobradas pelo exército aos moradores da faixa do Morro do Timbau e às instalações do Exército Brasileiro, ainda, existente na localidade. Isto se deu porque, na descida do Morro do Timbau, erguiam-se também novas construções e com elas novas edificações de Igrejas Batistas, cujos pastores levantaram essas propostas junto à Associação de Moradores, sendo vitoriosa a proposta dos novos nomes bíblicos às ruas A, B e C.

De acordo com a reportagem no Jornal Extra, caderno Cidade, publicado na página 13 em 7.nov.2021, o interessante é que a primeira igreja católica a ser erguida no Complexo da Maré, em 1945, foi instada na rua que tem o nome de um pastor evangélico, Pastor Luiz Ferreira, fundador de uma Igreja Brasileira. E, também aos moradores das ruas Nova Canaã e Nova Jerusalém têm uma forte lembrança e ligação com as cidades bíblicas por onde passou Jesus Cristo, cidades estas que o próprio Deus edificará de acordo com a Bíblia Sagrada.

Esse núcleo de ocupação chama a atenção porque seus moradores tiveram que “construir o chão” sobre o qual puderam edificar sobre construção de troncos e ferro, suas moradias nas escarpas de subida e descida do morro do Timbau. Além disso, os que ficaram na parte mais baixa do morro, tiveram que fazer a partir de grandes troncos de madeiras fincadas sobre a Baía de Guanabara que deu origem as palafitas. Tipo de habitação que marcou as origens do local e ainda hoje, apesar de não mais existirem, marcam o imaginário popular sobre a Maré. Assim os barracos de madeira eram sempre construídos à noite para escapar da repressão das forças bélicas policiais e da guarda municipal que insistiam em não permitir a ocupação do local, pertencente aos treinos da Marinha Brasileira.

Em 1957, foi criada a Associação de Moradores, cuja luta passou a garantir a permanência da comunidade. Nota-se que, depois de sucessivos aterros feitos pelos próprios moradores, restaram poucas palafitas. Na década de 1980, elas foram removidas pelo Projeto-

Rio do Governo Federal, e patrocinado pela Caixa Econômica Federal que concedeu a titularidade aos seus moradores, sendo estes alocados em Conjuntos Habitacionais na Vila do João e no Conjunto Pinheiros dentro do bairro da Maré.

O nome da comunidade é bastante controverso, porém quase que totalmente de acordo as declarações acima. Assim a localidade passa a ter mais três versões segundo os registros fornecidos pelo Guia de Ruas publicado pela Redes da Maré (2012): a primeira versão diz respeito a de que ali morava um sapateiro que teria fundado a comunidade, um primeiro morador com sua família que ali residiam no início da subida ao morro do Timbau; a segunda versão fala na semelhança com outra favela no estado da Bahia de mesmo nome e ocupada por imigrantes nordestinos, cujos filhos à procura de trabalho vieram para o Rio de Janeiro e se alocaram na subida do morro em casa de parentes; já uma terceira versão diz respeito a de que o nome a que se referia a uma planta de tronco leve, maleável e de forte dureza, encontrada no mangue e da qual se faziam tamancos e calçados.

2.3.2.9 A Favela MacLaren

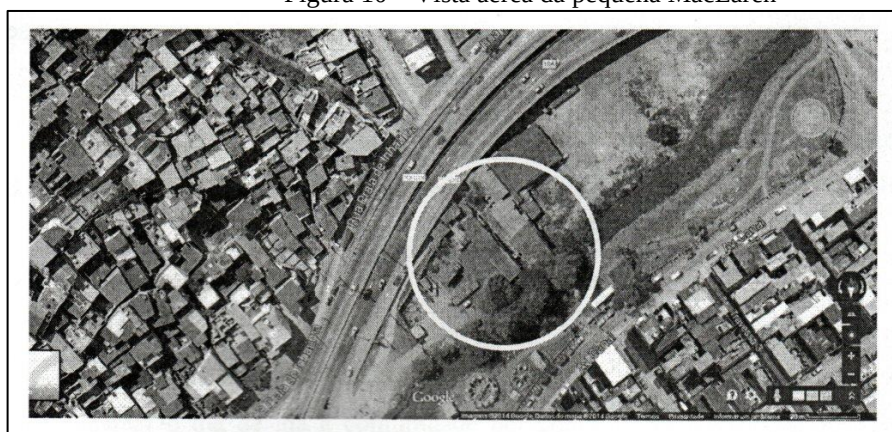
A pequeníssima comunidade denominada favela da MacLaren, como já referenciado nos apontamentos da seção 2.2 do Capítulo II, no que se refere às possíveis origens das formações das favelas no contexto carioca, a favela da MacLaren trata-se de uma zona difusa situada entre três comunidades instaladas no bairro da Maré (a Baixa do Sapateiro, o Morro do Timbau e a Vila dos Pinheiros), é composta por 51 famílias. Para se adentrar à localidade, é preciso passar por baixo do viaduto da Linha Amarela, o que contribui para sua invisibilidade social, um tido “não-lugar”, que ora pertence ao escopo da Comunidade da Baixa do Sapateiro, ora a Vila dos Pinheiros, e conseqüentemente para a invisibilidade das pessoas que ali residem, o que contraria a legislação ferindo-a gravemente: a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a Constituição do Estado do Rio de Janeiro e a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 que versa sobre a condição de existência e sobrevivência da vida humana.

Em sua Dissertação de Mestrado, Gadelha (2016) assim descreve em sua pesquisa de campo: “é habitual a utilização do espaço embaixo do viaduto da Linha Amarela como

passagem por moradores da Maré, pois, através dessa, passagem, quase que secreta, é possível encurtar o caminho para se chegar as três comunidades circunvizinhas”: a Vila do Pinheiro, a Baixa do Sapateiro e à subida do Morro do Timbau, conforme já foram elencadas mais acima, com acesso direto à Avenida Brasil e à Rodovia Bento Ribeiro Dantas. Esse caminho serve bastante aos transeuntes, para acesso à “subcomunidade” MacLaren, que se destaca por suas características que a diferencia dentro do território de favelas do bairro da Maré. Este é um caso típico de estudo da toponegligência.

No trecho do escritor Fernando Pessoa, Gadelha (2016) recorda que “... os outros não são para nós, mais do que paisagem, e, quase, sempre paisagem invisível de rua desconhecida”, isso parece definir bem a sensação vivenciada pelos moradores, que jazem, sem endereço formalizado, sem CEP, embaixo de um viaduto, no meio de uma passagem, às margens de um valão a céu aberto, ou seja, parte de uma língua negra que se estende do Canal do Cunha adentrando o bairro de Manguinhos, com suas intempéries de odor desagradável, fétido e com visão aterrorizadora, cujo saneamento básico e infraestrutura local, não há... Além do mais, a pequena comunidade está distribuída em corredores estreitos e úmidos, que formam labirintos que revelam mais casas. Essas são algumas das características que se descreve do ermo local. Lá são encontrados o chão batido de terra, é uma terra dura, áspera pelo esgoto ressequido que escorre e se deposita no solo que vem pelos canos rentes ao chão, um serviço mal-acabado de infraestrutura hidráulica e de esgoto, que jorra durante todo o tempo água que será utilizada para preparar os alimentos a serem consumidos, e para suprir precariamente as necessidades das famílias ali existentes. A figura nº 10 em destaque no trecho circulado tem-se exatamente a visão aérea da favela da MacLaren.

Figura 10 – Vista aérea da pequena MacLaren



Fonte: Google Maps, Janeiro de 2019; Gadelha (2016)

Figura 11– Passagem sob o Viaduto da Linha Amarela.



Fonte: O autor / *in locus*

Em uma visita recente a esta localidade pôde-se observar, conforme o destaque da figura 11, moradores no ócio embaixo da Linha Amarela: chão de terra, água, esgoto, lixo, insetos e animais, tais como galinha, gatos, cães e leitões... convivem em semelhante harmonia nessa comunidade, quando observada pelo ângulo fora/dentro. Os dejetos do banheiro e da cozinha das humildes casas são lançados diariamente em uma valeta que escorre pelo meio das moradias e vai desaguar no valão do Canal do Cunha situado às margens da comunidade. Tudo isso, sem nenhum cuidado de tratamento prévio, o que aumenta o índice de contaminação tanto do solo e a baía da região como também da saúde das pessoas, principalmente, das crianças.

Nesse mesmo chão, veem-se os pés pequenos e descalços que parecem passear pelo quintal e por dentro das casas da mesma maneira numa confusão entre o público e o que é privado, afinal: a máxima nesse lugar parece certa com o dito popular: “as paredes aqui têm ouvidos e o mato tem olhos”.

Esse bordão merece ser frisado, pelo fato de que o bairro da Maré, especificamente esse local fora criado “espaço historicamente associado a tudo o que se opõe à vida urbana” (SILVA, 2006a, p.21). Outra passagem da literatura sobre ocupação urbana, citando Milton Santos (2008), “o espaço e o tempo”, aponta para a ação do homem no território a fim de se

estabelecer e se configurar como conquistador desse espaço, tal qual fizeram os primeiros hominídeos na Terra. Ainda não há registro de Associação de Moradores no local.

2.3.2.10 O Conjunto Nova Maré

Trata-se de um conjunto de casas de modelo bastante inusitado, construído a partir do Projeto Favela-Bairro da Prefeitura do Rio de Janeiro, que se destinou a receber moradores desabrigados ou em situação de risco de outros cantos da cidade, além dos moradores removidos das palafitas remanescentes da favela Roquete Pinto na própria Maré. O Projeto de construção foi inspirado no estilo pré-modernista, de arquitetura Alemã, utilizando o tijolo e o concreto aparentes e sem as vigas de sustentação o que lhe dá uma aparência estética própria, tudo na cor tijolo/telha possuindo, geralmente, 72m² cada domicílio, bem diferente dos prédios modernistas dos demais Conjuntos Habitacionais da Maré. O projeto de mobilidade urbana também contou com ruas internas nesse condomínio. Sua Associação de Moradores foi fundada em 1996. A localidade também recebeu com as edificações das “Casinhas”, nome inicialmente denominado à comunidade, uma praça pública, uma creche infantil e uma clínica da família.

2.3.2.11 A Comunidade do Parque Maré

Atraídos pela instalação de novas fábricas ao longo da região recém-inaugurada na Avenida Brasil, tal como a Companhia Industrial do Disco – CID, que fabricava discos de vinil; a Hermes Macedo, com fabricação e venda de pneus de borracha para veículos particulares e caminhões; a Mercedes Benz, com a venda de caminhões, veículos e ônibus; a fábrica (filial) das “Sardinhas 88”, que produzia e embalava as sardinhas em lata com óleo e a molho de tomate; a indústria “BENATO” com a produção de doce de laranja, figo, marmelada, goiabada em lata; a Salsicharia Porco-príncipe com produção de embutidos como salsichas e enlatados. E ainda havia a (filial) da Casa da Moeda, onde eram fabricadas as chapas em que eram cunhadas as moedas do cruzeiro. Outra fábrica, na verdade um parque gráfico existente era a Tecnoprint, que mais tarde foi denominada Edições de Ouro e um pouco mais tarde passou a Edições Curió. Essa fábrica, no início da rua da Proclamação dando acesso as comunidades da Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau, era responsável pela contratação de 60% de seu efetivo

de moradores das duas comunidades, devido aos incentivos e benefícios, sem precisar apelar à Avenida Brasil e tomar algum ônibus, era fácil, descer a rua e começar a trabalhar, não havendo ausência ao serviço, salvo algum imprevisto muito grande e em uma casualidade passível de acontecer com todo o trabalhador.

Assim, ao longo da década de 50, teve início a construções de novas palafitas, na área contígua, na parte baixa da maré rasa, do Morro do Timbau, que dava na rua da Praia de Inhaúma e no final da Baixa do Sapateiro que dava na rua da Praia. Aos poucos foi se consolidando o Parque Maré. Nos anos 60, os novos moradores, começaram o processo de aterramento para a construção de casas de alvenaria. Nessa mesma década, a Associação dos Moradores passou a defendê-los das constantes ameaças de remoção feitas pelos governos arbitrários da época. Ao longo dos anos 80 e 90, as palafitas que haviam sobrevivido foram removidas definitivamente, e seus moradores foram transferidos para conjuntos habitacionais construídos na própria Maré, realocados em pequena parte nos conjuntos da Vila do João e outra parte na Vila dos Pinheiros e grande parte firmou-se na denominação de Parque Maré, onde os aterros eram bem mais compactos, o que poderia ser verificado pela existência de arbustos que cresciam no local.

Sobre este ponto de vista, e tendo em vista as Políticas Públicas de Melhoria de Habitação e Moradia, exercidas pelos governantes, de forma arbitrária, nessas localidades provocaram inúmeras consequências tanto para a vida dessas famílias como também para a memória imaterial da localidade. Assim, “O termo Política Pública pode ter abrangência maior ou menor, ora indica um campo de atividade, ora um propósito político bem concreto, ora um programa de ação ou até os resultados obtidos por um programa”. (FERNANDEZ *apud* SCHIMIDT, 2008, p.2311).

No entendimento de Bucci “políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses e funcionam como um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular” (2001, p.2). Dessa forma, as Políticas Públicas deveriam ser traduzidas no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder sociopolítico, envolvendo a distribuição e redistribuição de tal poder, a

abrangência do papel do conflito social, o exercício do bom senso, em todos os processos de decisão, repartição de custos orçamentários até se chegar aos benefícios sociais.

Mesmo assim, o poder que é exercitado na Maré, seja ele do olhar fora/dentro ou dentro/fora é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios. Há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legítimas e obter sua máxima eficácia.

2.3.2.12 A Comunidade de Nova Holanda

A comunidade de Nova Holanda tem uma história de implantação e de desenvolvimento peculiar. Ela foi construída na gestão do Governador Carlos Lacerda a partir do aterramento de uma parte da Baía de Guanabara para servir de um Centro Habitacional Provisório - CHP, como implantação de uma política pública que deu origem ao Programa Morar Feliz do início da década de 50. Para lá, foram as pessoas e famílias removidas de outras favelas cariocas, dentre elas os moradores da favela do Esqueleto, com o objetivo de tomar o espaço e dar início às obras de edificação do Centro Esportivo Mario Filho, o Maracanã. Esses moradores, realocados para a colônia de Nova Holanda, deveriam permanecer por um tempo até serem reassentadas em Conjuntos Habitacionais permanentes construídos na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, em uma espécie de “Escola Modelo” para novos moradores.

Para que seus moradores adquirissem “novos hábitos”, tais como de limpeza, higiene, convivência, os mais considerados pelo governo de então, os moradores sofreram muitos preconceitos e foram estigmatizados como “não civilizados”, tal qual aconteceu na época da colonização quando o Nordeste Brasileiro foi invadido por colônias de holandeses que se repatriaram indistintamente com maus hábitos diferentes aos já estabelecidos no Brasil.

Cabe ressaltar, em relação à denominação desta comunidade, que além da arquitetura com barracões de dois andares com entradas laterais, feitos de tábuas corridas, estilo holandês, parte dessa denominação se deve a forma como os novos moradores tomaram posse dos novos lares, escolhidos estrategicamente por cada um, sem nenhuma organização prévia,

tal qual aconteceu na primeira tentativa de invasão holandesa no Estado de Pernambuco, que foi frustrada devido ao poderio bélico da corte portuguesa. Entre os anos de 1630 e 1637, os holandeses estenderam o seu domínio pelo Nordeste brasileiro e conquistaram regiões como a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

A história registra que, com a invasão holandesa, a cidade de Recife foi transformada na capital de Pernambuco. Maurício de Nassau também incentivou a vinda de cientistas e artistas para o Brasil juntamente com a Missão Francesa e Holandesa para melhor suavizar a situação que era malvista à época em relação a cultura, praças, monumentos. Os estilos arquitetônicos produzidos nos barracões feitos de tábuas corridas com dois andares e escadarias nas laterais vêm dessa época, por apresentarem também um custo mais baixo e uma visão mais estética ao lugar. As ruas simétricas e paralelas contribuía com essa estética. Este projeto foi abandonado antes de sua conclusão pelo governo de Recife, após a derrocada da invasão dos Holandeses, as humildes residências que foram construídas serviram para abrigar o povo pobre que a luta armada os colocou literalmente na rua e sem abrigo, além de outros camponeses em condições de miserabilidade no pós-guerra.

Tal qual o espírito produzido nessa época, a Comunidade de Nova Holanda foi concebida, com suas ruas paralelas e denominadas de A até U, com uma única rua principal a dividir os dois conjuntos de 10 (dez) barracões, cada um, numerados de 1 (um) a 55 (cinquenta e cinco). Portanto, eram 20 ruas com 55 residências em cada uma, logo foram construídas 1.100 moradias com serviços essenciais de água e energia precariamente instaladas. Cabe ressaltar que a entrada na Nova Holanda se dava pelas três ruas que chegavam da Avenida Brasil: a Rua Dr. Teixeira Ribeiro, a Rua Sargento Silva Nunes e a Rua Bitencourt Sampaio, todas essas três cortadas transversalmente pela rua denominada Rua Principal, dividindo-se o número das casas em lado par e ímpar.

Em uma segunda tentativa de invasão que se deu em 1635, dessa vez em Pernambuco, os holandeses conseguiram conquistar as vilas de Olinda e Recife. Houve combates, mas os invasores holandeses resistiram e estabeleceram o controle de uma extensa parte do litoral brasileiro que ia do Sergipe ao Maranhão. É fato que as invasões *holandesas* no Brasil aconteceram ao longo do século XVII e tiveram como momento-chave quando os *holandeses* invadiram e ocuparam *Pernambuco* com suas maneiras estravagantes de

expressarem sua cultura e civilidade. De certo modo, as invasões holandesas foram motivadas pelo interesse holandês em tomar controle do negócio açucareiro e por conta da rivalidade entre Portugal e Holanda, e desta com a União Ibérica. O domínio teve fim em 1654, depois que Portugal e os colonos de Pernambuco mobilizaram-se para expulsar os holandeses de lá.

É dessa época a história do Senhor de Engenho João Fernandes Vieira, que fazendo um jogo duplo, conseguiu montar às escondidas, um exército de "resistentes". Volta então o período de guerrilhas até chegar numa guerra aberta que culminou com a expulsão definitiva dos holandeses em 1654.

Retornando às conquistas de implantação do novo parque habitacional em Nova Holanda, após estigmatização dos novos moradores, o governo então instalou a Fundação Leão XIII e um posto de polícia armada que controlavam a vida social local. Não poderia haver barulho nas ruas após as 20h, o toque de recolher era às 22h, não poderiam construir novas residências nem puxadinhos, não poderiam pintar as casas, somente manter as cores originais branco, azul, verde ou rosa claros ou simplesmente na madeira. Em 1984, um grupo de moradores (Chapa Rosa) assume a Associação de Moradores, até então controlada pela Fundação Leão XIII e com sua plataforma e as custas de muitas reuniões e, jogo de cintura, consegue garantir uma série de novas melhorias para a localidade: construção de novas casas, escolas de ensino fundamental, creches infantis e postos de saúde, entre outras ações, além da luta pela permanência da comunidade em sua área original (“MARE DE NOTÍCIAS”, edição 106, p.14).

Dessa forma, cabe ressaltar que a ocupação da Comunidade de Nova Holanda é bem diferente das demais na mesma época, pois a Nova Holanda foi planejada e construída pelo poder público no início da década de 1960, sob o regime do Governador Carlos Lacerda, para abrigar moradores, provisoriamente, removidos dos morros demolidos dos arredores do Rio Comprido e do Castelo para a reforma de ampliação da Cidade.

Como a ideia principal era que a ocupação fosse provisória, e esta façanha já faz mais de 60 anos, o governo então proibia a construção de casas de alvenaria e/ou construções de novos barracos para não diversificar nem alterar o padrão estético do projeto original holandês. Para driblar a proibição e permanecer no território, recentemente empossados, os

novos moradores construíram casas de madeira por fora, mas internamente subiram paredes de alvenaria, com a articulação da Associação de Moradores. Daí em diante, a madeira somente era retirada quando a casa estava praticamente pronta. Esta era mais uma forma de estratégia, serviço e resistência, o que produziu certamente o sentimento de posse e o de topofilia ao lugar por tamanha façanha.

2.3.2.13 A Comunidade do Parque Rubens Vaz

A partir do ano de 1954, mais pessoas chegaram à Maré e se estabeleceram num areal, às margens de um pequeno afluente que saía do Canal do Cunha em direção ao bairro de Ramos, com corte transversal à Avenida Brasil. A areia era oriunda de uma obra de drenagem do Canal da Zona da Portuária, junto ao Rio Ramos, atualmente assoreado e transformado em um “valão a céu aberto” recebendo lixo, esgoto e poluição diariamente, com plataforma de suspensão apenas sobre a Avenida Brasil no limite da passarela de nº 10.

Ao longo da década de 1950, o novo núcleo de moradores se consolidava, então uma nova figura emblemática, o Sr. João Araujo, paraibano, organizou a comunidade com modelo idêntico ao da planta do bairro de Bonsucesso, com rua transversais, uma praça pública, de acesso aos veículos pela rua principal, dirigindo o processo de aterramento e construção de novas habitações com energia elétrica e água encanada. Isso com a ajuda do Engenheiro Civil Dr. Guilherme Maxsuell, muito seu amigo à época e que tinha contatos com a Prefeitura do Rio de Janeiro e a empresa de obras públicas. Já em 1965, a localidade ganha o nome de Major Rubens e neste mesmo ano é fundada sua Associação de Moradores.

Então, entra em cena um novo debate comunitário em razão do novo nome para a localidade a fim de que a Associação de Moradores pudesse ser registrada, já que havia um homônimo em outra localidade. Um outro nome que se destacou foi o do advogado Dr. Margarino Torres Vaz que defendeu os moradores das constantes ameaças de remoção e, assim, contribuiu para consolidar a nova comunidade. Desta vez o nome da comunidade passou a ser Comunidade do Parque Rubens Vaz, em homenagem a esses dois vultos de intercessores e líderes comunitários.

2.3.2.14 A Comunidade do Parque União

A Comunidade do Parque União foi fundada em 1961, pelo Advogado Marganino Torres que já atuava naquela localidade da Maré organizando outras ocupações sem confronto armado e sem ao menos organizar qualquer levante, um líder comunitário nato. Ele procurou dar um traçado mais racional às ruas que se construíram sobre uma área aterrada e abandonada por uma empresa privada, ao longo do canal esquerdo do Rio Ramos e às margens do Canal do Cunha, localizado nas imediações Centro-Norte. Além disso, além de traçar as ruas mais largas a fim de receber novas moradias, comércio e o desenvolvimento, o Sr. Marganino estabeleceu regras para quem ocupasse os lotes de terra a fim de se fixar no local. O espaço era ermo, precisava de garra, amor ao ofício e a vontade de se fixar naquela terra.

Ainda hoje, a comunidade tem seu traçado original, com exceção das casas que surgiram a partir dos anos de 1990, que foram construídas sem nenhuma ordenamento e acompanhamento da Associação de Moradores, prejudicando assim a entrada da massa de ar fresco proveniente da Baía de Guanabara, fazendo com que o grande paredão de casas construídas à entrada da rua Projetada, rua João Araújo e rua Ary Leão, façam um corredor de ar quente, um grave efeito estufa, já que não há vegetação apropriada na localidade, nem área verde tampouco árvores nas ruas. O único local que ainda conserva uma área verde com árvores é o único Ciep de ensino médio, dentro da Maré, pertencente a rede estadual de ensino implantado no final da comunidade no início da década de 1990, em funcionamento até hoje.

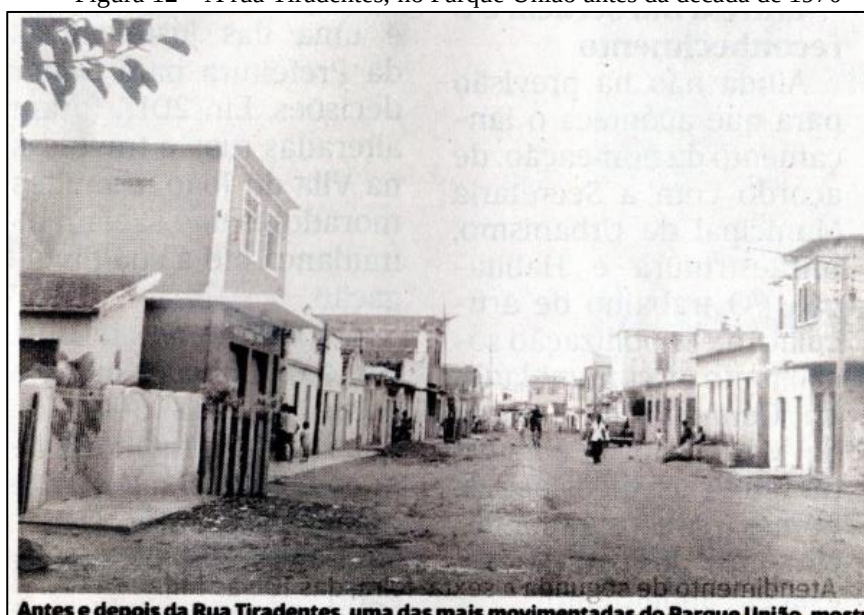
Em 1961, foi fundada a Associação de Moradores do Parque União, responsável por garantir que a nova comunidade não fosse removida. Nos anos de 1980, a Associação de Moradores, diante do crescente perigo de remoção, encaminha uma carta ao Presidente João Batista de Figueiredo, aos cuidados do Ministro do Interior, Sr. Dilson Funaro, exigindo a permanência dos moradores em suas moradias, já que o Parque União estava organizado social e urbanamente. Solicitou ainda a construção e a implantação de um Centro Integrado de Educação Pública – CIEP, nesta comunidade, a fim de oferecer oferta de vaga de ensino de 2º grau, atualmente Ensino Médio. Depois de muitas idas à Brasília, muita insistência, resistência e mobilização, o governo militar desistiu de remover aos moradores, concedendo à Associação de Moradores do Parque União – AMPU em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação o direito de escolher o terreno e implantar o prédio para o CIEP.

De acordo com os apontamentos na matéria do jornal local Maré de Notícias, edição 100, p. 8, o Parque União se formou a partir de um loteamento promovido por um advogado que demarcou lotes, vendendo-os por valores acessíveis. O Projeto inicial era o de criar um bairro popular para os que chegavam ao Rio de Janeiro, via Rodoviária Novo Rio, ou das periferias, com uma boa infraestrutura urbana, apesar de muito simples.

Outras fontes apontam, no entanto, que a comunidade é fruto de uma das primeiras invasões urbanas planejadas, de que se tem notícia, isso no período histórico, ao final da década de 1950. O Parque União possui atualmente, 20.567 moradores, que vivem em 7.600 domicílios, de acordo com o Censo Maré, prévia de 2019, considerada, ainda, uma das maiores comunidades do bairro da Maré.

Trata-se de uma comunidade em pleno desenvolvimento, uma das maiores comunidades da Maré. As figuras abaixo 12 e 13 uma antes da década de 1970 e outra a partir de 1990, deixam bem visíveis essas informações. Nas figuras abaixo, tem-se uma memória de conquista e crescimento dessa comunidade, conforme matéria publicada no jornal local “Maré de Notícias”, edição 118, p.15.

Figura 12 – A rua Tiradentes, no Parque União antes da década de 1970



Antes e depois da Rua Tiradentes, uma das mais movimentadas do Parque União, mostra

Fonte: Maré de Notícias, edição 118, p.15

Figura 13 – A rua Tiradentes, no mesmo local, após a década de 1990.



Fonte: Maré de Notícias, edição 118, p.15

2.3.2.15 A Comunidade de Roquete Pinto

O local começou a ser ocupado em 1955. A comunidade recebeu este nome por causa das torres transmissoras da Rádio Roquete Pinto, cravadas no mangue da região. Segundo constam nos registros da ONG Redes da Maré, a comunidade foi construída sobre um aterro, no final da rua Ouricuri, realizado pelos próprios moradores em sua grande maioria nordestinos, a partir do ano de 1955, conforme já relatado.

Com o tempo, os antigos barracos construídos de madeira foram substituídos por construções em alvenaria. E, em 1965, foi inaugurada a Associação de Moradores e a comunidade passou a ser reconhecida por seu nome atual, cuja homenagem advém à Edgar Roquette-Pinto, fundador da primeira rádio do estado do Rio de Janeiro, hoje Rádio MEC, pois na época da ocupação havia uma antena de transmissão de rádio para os bairros adjacente à Ramos, afixada em pela plataforma marítima na lateral direita da Praia de Ramos, onde os barracos puderam chegar com suas palafitas, com segurança ao local, devido aos fenômenos turbulentos da maré que se promoviam na região.

2.3.2.16 A Comunidade da Praia de Ramos

A Praia de Ramos já fora denominada de Praia de Maria Angu. É a única praia da Zona da Leopoldina, atualmente conhecida como Zona Norte. Já foi tema de música e teve papel de destaque em filme e novela. A comunidade da Praia de Ramos surgiu ao final dos anos 1950, a partir do estabelecimento de alguns pescadores e do pequeno comércio de pescado numa área conhecida com Mariangú, que em Tupi, significa mangue, onde havia uma praia calma e um pequeno porto, onde eram encontrados com facilidade currais para contenção e caranguejos, camarões e pescados frescos. Com o passar dos anos, os moradores aterraram uma parte da Baía de Guanabara para substituir as palafitas lá existentes e assim construírem barracos mais firmes e as primeiras ruas de acesso à comunidade pesqueira.

Figura 14 – Piscinão de Ramos: local de lazer, comércio e circulação



Fonte: Maré de Notícias, edição 126, p. 8

Infelizmente, com as obras de implementação da nova rodovia Presidente João Goulart, via Avenida Vermelha, passando pelo lado direito do Canal do Cunha, sentido Centro da Cidade – Baixada Fluminense, o canal foi assoreado prejudicando os manguezais, a colônia de pescadores e a economia local, obra realizada sem o menor estudo em relação ao grande impacto ambiental que geraria ao Meio ambiente e à localidade. A partir da ECO 92 e com as conclusões tomadas nesta assembleia internacional, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, verificou-se a possibilidade estratégica de conceber uma nova roupagem à área afetada, com a implementação da RIO+20, e assim também levantar investimentos à localidade para fins de

recuperar grande parte da Baía de Guanabara. Poucas ações foram contempladas, a mais visível foi o investimento com os incentivos da Petrobras junto à Ilha do Fundão, a fim de proteger os manguezais e as áreas verdes próximas à Cidade Universitária e a zona costeira da Maré, que margeia o Canal do Cunha, abaixo da Linha Vermelha.

Em 1957, houve um grande incêndio que quase destruiu totalmente a nova comunidade. Louvem-se os esforços dos moradores que puderam reerguer mais uma vez sua comunidade até o início da década de 1960. Já em 1962, consolidou-se com mais uma comunidade da Maré, no entanto, sua Associação de Moradores somente foi fundada em 1986.

2.3.2.17 A Comunidade de Marcílio Dias

A comunidade de Marcílio Dias fica geograficamente distante das demais comunidades localizadas no território principal da Maré, e está separada por uma área de destacamento militar, mas com uma história de ocupação, luta e resistência bem próxima a das demais comunidade que compõem o território da Maré. Seus primeiros habitantes eram pescadores tais quais os da região do Parque Roquete Pinto e do Morro do Timbau, que construíram as suas primeiras palafitas ainda ao final da década de 1940. No início da ocupação territorial, os primeiros moradores chamavam a localidade, ou seja, o espaço a ser ocupado de “praia da moreninha”, pois do mais alto ponto da região, dá para se ver bem nitidamente a Ilha de Paquetá do outro lado da Baía de Guanabara.

A consolidação da comunidade ocorreu definitivamente a partir da construção de um conjunto habitacional empreendido pelo Projeto Rio na década de 1980, juntamente com as ações do governo militar para as edificações da Vila do João, Vila dos Pinheiros e Conjunto Esperança, a fim de abrigar os moradores das últimas palafitas.

2.4 O homem: o Mareense – conquistas e dados socioeconômicos

De fato, encontra-se nesta região uma realidade marcada pelo proletariado, com o predomínio de uma população, de origem nordestina e/ou negra, pouco qualificada profissionalmente, com baixo nível de escolaridade, baixa renda familiar, empregada majoritariamente em atividades manuais. Esse perfil potencializa-se na região no que diz respeito à pobreza e, à violência, em consequência do abandono do Poder Público. É necessário, no entanto, que se leve em conta a distorção produzida por essa representação, já que o Complexo é marcado por uma profunda diferenciação socioespacial, assim como uma rica diversidade de práticas de pessoas e grupos (poderes não institucionais) que lhe configuram realidades cotidianas múltiplas. Isto traz uma importante produção sociocultural, resultante do processo de sobrevivência do coletivo, resilientemente, que tem grande relevância na construção da identidade de sua população, principalmente, pertencente ao gênero feminino, objeto e sujeito dessa pesquisa, e as crianças e adolescentes.

Nesse contexto, Bauman (2005b) chama à reflexão, pois ele não é um sociólogo como outros sociólogos ou “cientistas sociais”. Na verdade, “suas reflexões são um trabalho em desenvolvimento, e ele nunca se contenta em definir ou “conceitualizar” um acontecimento, em vez disso, procura estabelecer conexões com tais fenômenos sociais, podendo assim, tecer comentários sobre eles”. A esse respeito, é comum afirmar que as “comunidades”, de acordo com Bauman, às quais as identidades “se referem como sendo as entidades que as definem, são de dois tipos, segundo o modelo de Siegfried Kracauer, *vivem juntos numa ligação absoluta e outras são fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios*” (BAUMAN, 2005b, p.18). Assim também acontece com as classes de população nordestinas, tanto para os que ainda vivem em sua terra natal como àqueles que sobrevivem na diáspora nordestina. A ideia de se ter uma identidade vai ocorrer nas pessoas daquele mesmo grupo enquanto pertencimento contínuo, sendo o seu destino uma condição em alternativa.

Deste modo, conforme afirma Bauman, “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas a nossa volta”, mas não somente isso, há também um outra possível e bem palpável classe identitária, a da identidade étnica ou nacional, onde em cada ser humano há uma *nação* a que ele ou ela pertence. Não necessariamente uma nação-estado; mas uma nação regional, um território, por menor metro

quadro de extensão que este possa parecer, de forma que o significado mais simples à este estado de “nacionalidade” seria: “somos daqui, somos deste lugar” (BAUMAN, 2005b, p.23).

Apesar de toda a diversidade e das profundas divergências teórico-ideológicas sobre o que é um movimento social, é possível afirmar que o uso desta noção sempre se enquadra em perspectivas totalizadoras, interessadas em interpretações dadas ao conflito social. A existência da Maré é um desses casos. Via de regra, sua existência é uma reafirmação da unidade do conflito social ou da luta de classes. Nesse sentido, paradoxal, pode ser resumida em uma frase emblemática, citada por Oliveira (2002, p.223) “a favela venceu”. Dessa forma, a ascensão social pode acontecer entre qualquer classe, porém, ela acontece a altos custos para os socialmente mais delicados, principalmente porque, para a sua sustentação, o sistema expande permanentemente uma multidão de excluídos.

Berger e Luckmann (2004, p.71), concordando com os estudos de Portmann (1945), sinalizam que “o organismo humano, por conseguinte, está ainda desenvolvendo-se biologicamente quando já se acha em relação com o ambiente”. Em outras palavras, o processo de tornar-se adulto efetua-se na correlação com o ambiente que se mostra no seu entorno, contudo, a sobrevivência e o desenvolvimento da criança, do seu nascimento até seu desenvolvimento pleno depende de certos dispositivos e cuidados sociais, mas a direção de seu desenvolvimento orgânico é biologicamente e socialmente determinada.

A ontogenia é estudada em Biologia do Desenvolvimento e foi estudada pela primeira vez nos apontamentos do biólogo Portmann, na Alemanha. Para fins de esclarecimento a Ontogenia, ou ontogênese, descreve e define a formação e o desenvolvimento do indivíduo desde a fecundação do óvulo até à sua morte.

Mas, a forma implícita de como esta humanização se molda é determinada por essas formações socioculturais, sendo relativa às suas numerosas variações de tempo e local. Desse modo, afirmam esses autores (*Op. Cit.*): “embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é significativo dizer que o homem constrói sua própria natureza, ou mais simplesmente, que o homem se produz a si mesmo” Portanto e de certa forma, estes autores salientam que “o período durante o qual o organismo humano se desenvolve até completar-se

na correlação com o ambiente é também, o período durante o qual o *eu* humano se forma” (BERGER & LUCKMANN, 2004, p.72-73).

Nessa mesma direção, assim também como na pedagogia dialógica de Paulo Freire, insere-se esta concepção de educação pela qual “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa sozinho: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.79).

Assim, a autoprodução do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações socioculturais e psicológicas. Assim como é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, como reflete Sartre (1943) nas “mediações”, igualmente é impossível que o ser humano isolado produza um ambiente humano, já que, o ser humano solitário torna-se um ser no nível animal, pois o homem também partilha com os demais animais seus instintos. Se observados os fenômenos especificamente humanos depara-se com o reino social. O homem com os demais homens gera o social, constituem a sociedade, com suas regras, leis, ordens. Com efeito, a humanidade específica do homem e sua socialidade estão inextricavelmente entrelaçadas. O *Homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *Homo socius*.

A propósito, após 1929, quando se deu a grande depressão, que a sociedade atravessou, criada pela quebra da bolsa de Nova York, o foco voltado para o *Homo economicus*, ou seja, o homem trabalhador, gerado sob os ditames do Fordismo e do Taylorismo, passou a ser visto como *Homos socius*, isto é, o homem que vive em sociedade. Desde então, o ser humano começou a pensar na sua participação em tomadas de decisões e na disponibilização das informações para si, como meio de subsistência e se preparar para o mundo que o rodeava.

Nessa concepção, Marx (1987), o homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, isto foi dito por Aristóteles que quer dizer: um ser social, um animal social. Desse modo, Aristóteles (384 – 322 a.C) *apud* Arendt (2018, p.73), explica:

[...] a definição aristotélica do homem como *zoon politikon* não era apenas alheia e até mesmo oposta à associação natural da vida no lar; para entendê-la inteiramente precisamos acrescentar-lhe a sua segunda e famosa definição: a do homem como *zoon logon ekhon*, um ser vivo dotado de fala.

Então, trata-se de que o homem não pode ser considerado somente como um animal social, mas um animal que só pode isolar-se em sociedade. Em outras palavras, mesmo em total isolamento o homem é um ser de relações. A esse respeito, Silva (2006b, p.21-22), conforme Freire (1992), indica uma proporção pragmática, uma vez que as relações que o homem trava no mundo com o mundo, quer sejam pessoais, impessoais, corpóreas ou incorpóreas, apresentam uma ordem de tal característica que as distinguem totalmente dos puros contatos típicos da outra esfera animal. Nesse sentido, entende-se que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. Com efeito, é fundamental, contudo, partir da hipótese de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo, fazendo-se presente, e estando presente nele. Estar com o mundo, reforça Freire, resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser um ente de relações que é.

Outro aspecto na constituição do homem mareense é a pobreza. A pobreza é sempre algo relativo: uma pessoa é sempre mais pobre ou mais rica do que outra, e ser pobre na França ou na Índia não é a mesma coisa do que no Brasil, particularmente, residindo na periferia carioca ou na região da Maré. Diga-se de passagem, o que declarou o Cardeal-emérito Dom Helder Câmara, ex-bispo de Olinda e Recife, em seu discurso na 25ª edição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB: “a favelas foram a solução criativa da classe proletariada quando as autoridades governistas deram-lhes as costas”. Mas de certo, existe uma pobreza a qual intitula-se de “absoluta”, quando as necessidades básicas das pessoas não são suficientes, supridas e satisfeitas: quando a fome não é saciada; quando não se tem acesso à água potável, quando não se tem moradia adequada, roupas ou recursos necessários para se cuidar da saúde. De certo, negar educação, cultura e saúde constituem o a queda de um tripé das necessidades fundamentais na constituição de todo o ser humano. Além de recursos primordiais à boa alimentação, à colocação no mercado de trabalho e à segurança, constituem direitos também necessários e suficientes na melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Num estado de precariedade tamanho, não se pode usar de comparação para esconder a miséria. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, cerca de 1 bilhão de seres humanos viviam nessa condição de miserabilidade social, sobrevivendo com o auxílio de cestas básicas e com menos de 1 dólar por dia, isto é, R\$ 1,78. Em trinta dias isto perfaz R\$ 53,70.

Se observadas as condições dos mareenses, este índice chega perto de 1/25 (um vinte e cinco avos). Isto é, acima de 140.000 habitantes, ou seja, em termos numéricos, na média de 5.600 pessoas, incluindo adultos e crianças, em extrema pobreza. Em suma, Gandon (2007, p.90) alega que “se comparados aos quase 500 milhões de pessoas do sul da Ásia ou 300 milhões na África”, conforme apontam os dados do Censo Demográfico do Brasil de 2010, que observados há duas décadas antes do censo atual, “mais da metade do Planeta Terra não têm o equivalente a mais de 2 dólares por dia”. Sobre este ponto de vista, a máxima pobreza no Brasil não havia sido erradicada, ao contrário, evoluiu.

Em termos gerais, esta constatação também pode ser vista em Gentili e Alencar (2007, p.28), quando afirmam: “o Rio de Janeiro é, como qualquer grande metrópole latino-americana, um território de profundos contrastes, onde o luxo e a miséria convivem de forma nem sempre harmoniosa”. E, como a grande camada da pirâmide, em sua base, que não pode atualmente ser invertida, os reformistas de plantão estabelecem distribuição de auxílios emergenciais aos desfavorecidos, com a certeza de que estariam executando uma política pública adequada na solução dessa problemática. Categoricamente, o mareense está alocado como um dos elementos na base desta pirâmide.

Em outras palavras, o mal-estar na civilização capitalista, assombrados dia após dia pelo temor às “paisagens do medo”, de acordo com TUAN (1985a), que ressurgiu no final do século XX, é “o resultado apenas da reviravolta político-ideológica ou apresenta característica estrutural, sendo traço inevitável de uma nova época na história do capitalismo”. E, “sem colocar a questão no contexto das mudanças sistêmicas em curso, é de se temer que ela seja subestimada”, segundo o economista Singer (2012, p.16). Dessa forma, a globalização ganha impulso, pois se trata de um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em grande parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países, que deveriam gerar mais empregos, geram seu oposto.

Neste sentido, o mareense, sentindo na pele a precarização do trabalho que toma também a forma de relações informais ou incompletas de emprego, gerando igualmente insegurança. A precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma crescente massa ativa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército

de reserva e o agravamento de suas condições de legitimidades ao que Singer (2012) ressalta: os pobres raramente se dão ao luxo de ficar “desempregados”. Os pobres ficam “parados”, imediatamente, quando a procura por seus serviços cessa, mas esses não podem permanecer nesta situação por muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade a que vinham se dedicando, tratam de mudar de atividade ou de região, caso contrário correm o risco de morrer de fome, ou de serem *gentilmente* aliciados pelo poder paralelo, uma instituição não-formal, presente na Maré. A questão de sua colocação no mercado de trabalho e o alto índice de desemprego na Maré ainda é preocupante.

Segundo os dados coletados do Censo educacional na região da Maré, o índice de alunos, menores de idade, matriculados no 8º e 9º ano do ensino fundamental, na faixa etária de 12 a 14 anos, deixaram de frequentar as salas de aula, aumentando-se o índice de evasão escolar. Destes 26,1% estão fora do mercado de trabalho. 12,8% estão na informalidade, nas colocações do comércio ou transporte alternativo, sem carteira assinada. E, para onde foram os 61,1%? Se observadas as matrículas iniciais dos alunos, na faixa etária de 14 e 17 anos, no ensino médio, entre os anos de 2018/2019, este índice sobe para 72,8%.

Todavia, encontra-se na Maré numerosos profissionais¹⁸, segundo o 1º Censo de Empreendedorismo da Maré realizado em 2014, atualizado a cada dois anos, porém com sua última atualização em 2019, alguns até excluídos dos postos atuais de trabalho, dentre eles, tem-se os seguintes profissionais em seus respectivos quantitativos, destes 26% encontram-se no serviço informal enquanto 12% aguardam uma colocação. Outros 16,2%, em seu próprio ofício, segundo o jornal “Maré de Notícias”, edições nº 87, 94, 100, 102, 110, 116 e 122, verifica-se: 1.613 comerciantes, 1.224 vendedores, 1412 balconistas, 65 professores – moradores, 5 advogados – moradores, 6 contadores – moradores, 121 sapateiros, 104 engraxates, 112 peixeiros, 163 padeiros, 155 pedreiros, 257 auxiliar de pedreiro, 49 baristas, 312 cozinheiros/as, 215 doceiras, 122 floristas, 158 carpinteiros, 610 marceneiros, 172 serralheiros, 123 frentistas, 138 estofadores, 310 técnicos em rádio de televisão, 1.122 técnicos de informática, 126 técnicos em enrolamento de motores e consertos em geral, 38 capoteiros, 110 envelopadores de veículos, 68 pastores, 1.158 cabeleireiros, 896 barbeiros, 1.308 manicures, 1.308 pedicures, 135

¹⁸ Censo de Empreendedorismo da Maré de 2019.

podólogos, 1.302 pintores, 860 eletricitas, 1.412 mecânicos de automóveis e 108 técnicos em *Drywall* ou acartonados, 152 cartazistas, 524 agentes comunitários, 635 agentes de saúde.

Outra reflexão que importa ser colocada é a questão da exclusão social. Ou seja, pra SINGER (2012, p.82) “a desigualdade e a pobreza tornaram a crescer como resultado de velhos e novos processos de exclusão social”. Em muitas vezes o mareense se depara com situações de extrema exclusão social, quer seja no mundo do trabalho, diante do comércio de compra e venda, do universo universitário, dentre outros. Para se compreender a exclusão social, ambas as concepções são importantes. Estruturas sociais e econômicas assim como as instituições importam e o comportamento individual também. Em cada momento e lugar (TUAN, 1985), os fatores que influenciam a inclusão e a exclusão social são bastante específicos. É provável que nos países em que o aparato capitalista ainda prossegue, provocando os deslocamentos sociais acima referidos, a inclusão ou a exclusão social seriam principalmente resultado de fatores estruturais.

O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: prefere-se comprar um sapato novo, produzido em massa, pela gestão eletrônica, do que levá-lo para consertar pelas mãos de um simples e experiente sapateiro. Em se tratando de desemprego estrutural, “ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, sem colocação no mercado de trabalho, mas contribui para deteriorá-lo, para quem precisa vender sua capacidade de produzir” (SINGER, 2012, p.23). Neste sentido, a revolução a terceira industrial e a globalização se somam, não concomitantemente, pois as duas mudanças atingiram no primeiro e no terceiro mundos os trabalhadores e, conseqüentemente, suas famílias.

No Brasil, a globalização foi o principal propulsor da inclusão social durante os anos 70, quando o assim chamado “milagre econômico” se deu. Nessa época o Brasil tornou-se grande exportador de manufaturados para muitas empresas multinacionais em busca do seu desenvolvimento e crescimento econômico sob a economia no custo da mão de obra. Já nos anos 90, o mercado se inverteu. Os “*chingue-lingues*” entraram com força no mercado brasileiro, que se tornou em muito pouco tempo em um grande importador do mercado “Made in China”. Os trabalhadores mareenses, em sua grande maioria, foram tocados para fora do mercado. Assim, a renda real das camadas relativamente privilegiadas sofreu fortes reduções,

enquanto as perdas dos segmentos de renda mais baixa foram ainda maiores, apresentando o desemprego estrutural em suas múltiplas formas. Atualmente, na Maré, segundo o levantamento do Censo Maré 2019, uma prévia para o censo demográfico 2020, 45,8% da população economicamente ativa encontra-se desempregada, contra apenas 33,6% que possuem sua carteira assinada. Já os 22,1% de sua população encontra-se em atividade alternativa e/ou trabalhando na informalidade.

Singer (2012, p.84) afirma que “o Brasil é a terra da desigualdade” e a desigualdade também gera exclusão social. E isso, não é uma realidade distante da Maré. Aqui, no Rio de Janeiro, o grau de disparidade entre ricos e pobres, brancos e não-brancos, homem e mulher, moradores da cidade e das favelas, indivíduos de alta escolaridade e de nenhuma escolaridade é provavelmente maior do que em qualquer outro lugar. No entanto, a desigualdade de renda, *status* social ou reconhecimento legal é apenas o outro lado da moeda da exclusão social. Na região da Maré é bem nítida esta disparidade. Os que estão no elenco dos excluídos em termos de aquisição de renda, prestígio social ou direitos legais, conforme classificados no *hall* do PEA (População Economicamente Ativa) são exatamente àqueles que obtêm menos destes recursos porque outros obtêm demais. Uma análise, não muito apurada, realizada pela prévia da Cidade do Rio de Janeiro, para o censo demográfico de 2020 apontou que no Rio de Janeiro, capital, 20,41% se encontram na linha da indigência, outros 53,31% estão na linha da pobreza, destes 10,5% são moradores da Maré, ou seja, entorno de 20% do total daqueles que estão classificados na linha da pobreza.

Nessa perspectiva, a desigualdade social brasileira pode ser apresentada em diferentes aspectos. O primeiro é o da pobreza como importante fonte de exclusão social. A desigualdade de renda já é bastante forte em escala nacional. Nesta ordem, o Nordeste brasileiro é a região mais pobre e mais atrasada economicamente. Tanto o é que sua condição na escala da pobreza provoca o êxodo rural, e muitos dos moradores da Maré, forma vítimas da própria exclusão social de sua região, motivando sua migração para os estados do sudeste, como por exemplo para São Paulo e Rio de Janeiro. Particularmente, no Rio de Janeiro, onde se concentra a maioria das favelas do sudeste, encontram-se muitos migrantes nordestinos que imigrando para o Rio de Janeiro, a procura de colocação no mercado de trabalho e melhores condições de vida, se veem obrigados a se instalar em uma destas comunidades, a exemplo do bairro da Maré, uma das mais próximas, na região metropolitana, da Rodoviária e do Aeroporto Internacional.

Outra característica importante, de acordo com Caldeira (2009) é a área metropolitana. O Brasil, segundo o censo demográfico de 2010, possui dez áreas metropolitanas, cada qual em volta de uma capital. Em ordem decrescente de tamanho, são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Fortaleza, Brasília e Belém. As diferenças entre os estados também estão presentes nestas áreas metropolitanas, onde a colocação no mercado de trabalho e a mobilidade urbana são fatores decisivos que destoam das demais cidades brasileiras. A facilidade em relação à mobilidade urbana e a excelência apresentada na variação de meios de transporte fizeram como fator decisivo para os imigrantes nordestinos e, também, os provenientes de alguns países, como Angola, Peru e Bolívia, optassem por desembocar no Complexo da Maré, a fim de viverem sua diáspora.

Outras categorias em que se observa a questão da desigualdade são o gênero¹⁹ e a cor. Sobre esta última, deve-se observar que os brasileiros apresentam uma mistura étnico-racial muito variada. Porém a discriminação racial é dirigida principalmente contra os negros, muito provavelmente como herança da escravidão no Brasil. Segundo o Censo Maré de 2012 e atualizado na prévia de 2019, no Complexo da Maré, o quantitativo de negros declarados é de 48,9%, 39,7% de brancos e 11,3% que se declaram de pele morena. No entanto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica a população brasileira em três categorias segundo a cor de sua pele: brancos, pardos e negros. Matematicamente falando, os pardos são todos os não-brancos, com exceção dos negros.

A maioria dos pardos descende de negros e brancos, o que implica que as fronteiras entre essas duas categorias são mais ou menos vagas e/ou não conclusivas. Pode-se dizer que há uma intercessão entre o caráter do pertencimento e da identidade em relação com aquilo que afirmam. Isto vai ao encontro do que já fora traduzido por Bauman (2005b). Sobre este aspecto Bauman postula que “tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento e a “identidade” não tem solidez de uma rocha”. Para esse autor, “não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que

¹⁹ Por uma questão de prioridade e de princípios neste estudo, não serão pesquisadas as questões relativas ao gênero. Somente alguns apontamentos serão apresentados, nesta seção, em relação a homens, mulheres e homossexuais.

percorre, a maneira como age” (BAUMAN, 2005b, p.17). Principalmente, levando-se em conta, a determinação de se manter firme tudo isso, são *a priori*, os fatores cruciais tanto para evidenciar o sentimento de pertencimento quanto para a determinação da marca identitária. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer no coração e na pele das pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. A ideia de “ter uma identidade” vai amadurecendo na medida em que o corpo, traduz seu “DNA”, na cidade ou na favela, aproximando seu pertencimento. Reenfatizando Bauman (2005b, p.18), “Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada”.

Outro dado astronômico, declarado por Alencar, Ramalho e Ribeiro (1979, p.160), “a expressão *elemento étnico* refere-se às pessoas que possuem características físicas e culturais semelhantes”. Quando se comenta sobre a origem do povo brasileiro, e conseqüentemente a população moradora do bairro da Maré, em particular àqueles que hoje tem acima de 80 anos, provenientes da imigração nordestina, refere-se ao povo brasileiro nato, isto é, ao indivíduo que nasceu no Brasil, e não aos imigrantes provenientes de outros países que aqui se estabeleceram. Histórica e estatisticamente falando, poucos países do mundo, a população resultou da mistura de tantos elementos étnicos diferentes como no Brasil. Enquanto a população da Europa, da Ásia e da África, apesar das constantes invasões e guerras, resultou da união de elementos étnicos mais homogêneos entre si, a formação do povo brasileiro resultou da miscigenação de três elementos étnicos com características físicas e culturais bastante diferentes.

Desse quadro, encontram-se na Maré, 42,8% de imigrantes nordestinos e apenas 3,7% de imigrantes de outros países, que vieram a nível de estudo próximos a UFRJ, UERJ ou da PUC-Rio, tais como Angolanos, Sudaneses, Portugueses, Franceses e Dinamarqueses, 2,2%, ou que se estabeleceram em ONGs para o desenvolvimento de algum projeto ou programa governamental e aqui permaneceram fixando residência, como é o caso dos alemães, canadenses, argentinos e suíços, que somam 0,8%. Fazem, também, parte deste *hall* os Paulistas com a taxa de 0,7%.

Ao classificar os sujeitos, toda a sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina. Tomaz Tadeu da Silva (1998) afirma: “os diferentes grupos sociais

utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais. Ela não é entretanto, um campo equilibrado neste jogo. Em destaque, esse autor, aponta que é “através da representação que se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder”. O poder, destaca o autor, vai definir a forma como se processa esta representação, a representação por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, entrelaçados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando assim as tais relações de poder.

Nesse sentido, Alencar, Ramalho e Ribeiro (1979) recordam as origens da formação do povo brasileiro e que ao chegarem as caravelas de Cabral em terras *Pindoramas*²⁰, a 1500, viviam aqui os indígenas, agrupados em diversas tribos. E por que o Brasil era chamado de *Pindorama*? Etimologicamente, existem duas hipóteses para a construção da palavra “Pindorama”: vinda do Tupi /pindó-rama/ ou /pindó-retama/, que significa: “terra/lugar/região das palmeiras” ou proveniente, muito provavelmente, da junção do Tupi-Guarani: /pin’dob/ que quer dizer “lugar de palmeiras”, com /-orama/ “espetáculo”, significando, portanto, “o lugar de espetáculo das palmeiras. De acordo com Bentancur *et al* (2009), até a segunda metade do século XVIII, a língua mais falada pela população do Brasil era a língua geral, que tinha saído do tupi-guarani. Em 1750, o governo português proibiu, através de decreto, apoiado por súmula papal, que se falasse outra língua que não fosse o português, já que as expressões indígenas foram consideradas inapropriadas para as famílias de bem, brancas e católicas.

No pindorama brasileiro, as diversas tribos de indígenas, aqui encontradas, possuíam a pele morena, ao exporem praticamente seus corpos nus aos belos dias ensolarados, tinham também, os cabelos pretos e lisos e os seus olhos escuros, ligeiramente puxados. Pertenciam ao grupo étnico dos amarelos e algumas tribos apresentavam se culturalmente mais adiantadas que outras, inclusive na produção de algumas manufaturas. Já os colonizadores portugueses, que vieram para cá, e mais tarde, alguns europeus, tais como os holandeses que desembarcaram no nordeste brasileiro, na época da missão francesa, apesar de pertencerem ao grupo étnico dos brancos, apresentavam algumas diferenças físicas entre si. Os primeiros colonizadores do Brasil possuíam pele clara, embotadas pela falta de luz solar, cabelos loiros, lisos ou encaracolados, e olhos azuis, em sua grande maioria. Posteriormente, apareceram

²⁰ Pindorama, primeiro nome dado às Terras Brasileiras, antes do ano 1500.

outros colonizadores que possuíam pele morena, olhos escuros e estatura mediana. (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1979).

Segundo recorda Lucci (1977, p.162), esses dois grupos de portugueses procediam de diferentes pontos de seu país de origem e, além disso, alguns pertenciam à nobreza, outros à classe dos plebeus e outros ainda eram aventureiros que aqui vinham em busca de fortuna rápida, como no caso dos espanhóis, após findo o Tratado de Tordesilhas. Posto isto, teve início então a miscigenação racial, ou seja, a mistura e a união de diferentes elementos étnicos. A união do branco com o índio foi intensa sobretudo no século XVI e principalmente, nas áreas litorâneas. No sertão nordestino, o cruzamento destes dois elementos étnicos ocorreu principalmente no início do século XVII. O elemento branco, basicamente, os portugueses que aqui se estabeleceram durante todo o período colonial, foi o que mais colaborou na formação da população brasileira.

Sobre esse dado histórico-geográfico, ficou registrado na memória e de certo algumas tem suas justificativas reais, segundo o Censo Maré 2012, que 21,6% da população declarada nordestina possui suas origens no povo indígena. Outros afirmam até que possuem bisavós indígenas, estes representam 1,8% da população da Maré. Sabe-se que há, atualmente, residindo na Maré, três bisnetos e um tetraneto de avô indígena. A Unidade Escolar de designação: E/CRE (04.30.015), denominada: Escola Municipal Erpídio Cabral de Souza, nome oficial do “Índio da Maré”, está localizada no complexo de escolas, próximas à Linha Vermelha, construídas para as Olimpíadas do Rio de Janeiro. Trata-se de um exemplar desse relato. Índio da Maré foi também candidato a vereador da Cidade do Rio de Janeiro, pela chapa do Partido Social Democrático – PSD, em 2012, recebendo 869 votos.

Ressalta-se, que historicamente, conforme relatam Aquino *et al* (2000), durante os primeiros anos da colonização portuguesa, os indígenas foram utilizados para suprir a necessidade de mão de obra nas atividades agrícolas e alguns serviços domésticos, mas não se adaptando a estes serviços. Assim foi que iniciou o tráfico de escravos que pertenciam ao grupo étnico dos negros. Na sua grande maioria, os negros eram trazidos da África, em grandes navios negreiros, para trabalharem na agricultura de cana de açúcar, mandioca e cafeeira ou na mineração. Um pequeno grupo, “os mais educados” desenvolviam serviços domésticos para

seus senhores. Estes pertenciam a dois grupos importantes: os sudaneses e os bantos, que viviam num estágio de vida mais desenvolvido que os índio aqui encontrados.

Segundo Lucci (1977, p.163) “os sudaneses possuíam estatura elevada, uns mais claros e outros bem mais escuros. Culturalmente, eram mais desenvolvidos que os bantos, aprenderam rapidamente a linguagem do homem branco, para poderem se adaptar aos três p, (pau, pano e pão) quando aqui desembarcaram e foram vendidos. Já os bantos “possuíam estatura mais baixa, cor da pele mais clara e não eram tão fortes e culturalmente adiantados quanto aos sudaneses”.

Desta forma, passaram a conviver em terras brasileira, dando origem à população brasileira três elementos de grupos étnicos diferentes: o índio, pertencente ao grupo dos amarelos, o branco português e o negro africano. No Brasil, segundo Prado Junior (2004, p.79-80) não se refere ao índio brasileiro, com pele vermelha. Os indígenas de pele vermelha foram classificados historicamente na América do Norte e cinematograficamente, nos enlatados, hollywoodianos, por serem mais hostis e bravos guerreiros. Estes viviam da caça e pesca, da colheita de frutos silvestres e raízes da floresta, não desenvolvendo o hábito da agricultura.

Para além dos três tipos de pele, também foram geradas novas classificações, de acordo com Lucci (1977, p.164), formando nove grupos étnicos a partir de suas tipificações em uniões biunívocas, a saber: da miscigenação do branco com o índio resultou o mameluco ou caboclo. O caboclo predomina no sertão nordestino, principalmente na Bahia, em algumas partes do Amazonas, no Brasil central e no interior do sudeste. Já do cruzamento entre branco e o negro resultou-se no mulato ou moreno, que predomina no sudeste brasileiro, grande parte do recôncavo Baiano, ao sul do Maranhão e na Zona da Mata. E, finalmente, da mistura do negro com o indígena originou-se o cafuzo, que se apresenta com mais intensidade ao sul do Mato Grosso, próximo a Cuiabá e na extensão de Mato Grosso do Sul, de vivência no pantanal.

Desta forma a população brasileira, proveniente da miscigenação de três diferentes tipos, e das uniões geradas com estrangeiros de outros países que aqui se estabeleceram ou ocasionalmente, estiveram de passagem, cresceu rapidamente nos últimos 20 anos, atingindo atualmente a escala dos 211.755.692 habitantes, distribuídos, não uniformemente em 5.570 municípios, segundo o IBGE/2010, esta estimativa com o total de habitantes dos estados e dos

municípios se refere a 1º de julho de 2020 e foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, o que dá uma densidade demográfica de aproximadamente 336,5 habitantes por km². Entende-se que a densidade demográfica ou densidade populacional, como preceitua a Geografia física, é um índice demográfico que permite avaliar a distribuição da população em um dado território. É calculado utilizando-se a seguinte escala: Quantitativo dado pela População Absoluta dividida pela área calculada, o que resulta na Densidade Demográfica medida em hab/km². Registra-se, que na prévia do Censo Maré de 2019, que a amostra da população residente na Maré, era da terceira geração de 16 mamelucos para cada 50 nordestinos residentes, ou seja, 32% desta população; e de mulatos, na sua origem mestiça, são de 4 para cada 100 nordestinos vivendo na Maré, isto é: são 4%.

Se estudada profundamente as origens da formação da população brasileira, os fatos que geraram a mestiçagem e a riqueza transferida por todo este conjunto de elementos étnicos justifica a diversificação da constituição de uma nação referencialmente brasileira. Pode-se até recordar, ainda, o autor brasileiro Gilberto Freyre em sua obra consagrada “Casa Grande e Senzala. Com esta obra, esse autor inaugura uma segunda fase da implantação dos estudos sobre da Sociologia no Brasil, com a preocupação de se fazer pesquisa de campo, que é uma característica forte das pesquisas sociológicas. Existem vários autores dessa geração que podem ser referenciados, como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Sergio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Nelson Werneck Sodré, Raimundo Faoro, dentre outros (LAKATOS, 1979). No entanto, é salutar deter-se em apenas a um deles, o qual pode ser visto como um clássico do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre.

Gilberto Freyre foi o autor de “Casa Grande e Senzala, publicado em 1933, livro do qual demonstrou as características da colonização portuguesa, a formação da sociedade agrária, o uso do trabalho escravo e, ainda, como mistura das raças ajudou a compor a base da sociedade brasileira. Já em relação à condição colonial, de acordo com Bosi (2003), é obrigatório lembrar os estudos clássicos de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. O primeiro dedicou-se a uma antropologia existencial do Nordeste açucareiro em suas notáveis obras como “Casa Grande e Senzala” e em “Sobrados e Mocambos”. O segundo, descreveu com minúcias e elegância os hábitos do sertanejo luso-tupi em análises pioneiras da cultura brasileira material em “Caminhos e Fronteiras”, depois de ter empreendido uma síntese muito bem fundamentada do processo colonizador em “Raízes do Brasil”. Já Caio Prado Junior, *in*:

“História Econômica do Brasil”, irá fornecer uma visão muito mais crítica sobre a formação da sociedade brasileira, o que justifica seu olhar oposto ao de Gilberto Freyre, quando se propôs a verificar qual seria e onde estaria a origem do atraso na nação brasileira.

Freyre, foi um sociólogo, que nasceu em Pernambuco no ano de 1900 e, falecido em 1987. No desenvolver de sua profissão, criou várias cátedras de Sociologia, como na Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935. Quando escreveu “Casa Grande e Senzala”, tinha 33 anos, e, antirracista que era, inaugurou uma teoria que combatia a visão deturpada e existente na época, importada da Europa, a qual privilegiava a cor branca. Segundo tal visão racista, a mistura de raças seria a causa de uma formação “defeituosa” da sociedade brasileira, e um atraso para o desenvolvimento do país.

Sobre esse viés tem-se que “o desenvolvimento humano é sobretudo um aliado dos pobres, e não dos ricos e abastados” (SEN, 2010, p.191). Neste sentido, esse autor trata a questão do desenvolvimento humano e social atrelado ao crescimento político e econômico, de tal forma, analisa que, a criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. Sendo assim, a expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social, moradia etc., de acordo com Sen (2010), contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida e seu florescimento.

Conforme reafirmado em sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, Amartya Sen (2010, p.191), enfatiza: “as recompensas do desenvolvimento humano, como vimos, vão muito além da melhoria direta da qualidade de vida, e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas, e portanto, sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada”. É também desse autor, a seguinte afirmação: “saber ler e fazer contas ajuda as massas a participar do processo de expansão econômica”. Sobre essa ótica, este autor ratifica que para aproveitar as oportunidades do comércio global, o “controle de qualidade” e a “produção segundo especificações” podem ser absolutamente cruciais, e trabalhadores que não sabem ler e fazer contas têm dificuldade para alcançar e manter esses padrões exigidos pelo mercado.

Nesta perspectiva, participaram da primeira etapa de uma pesquisa, prévia para o Censo demográfico da Maré, em 2019, 8.865 adultos, na faixa de 25,1 a 60 anos de idade;

idosos, 252 pessoas, na faixa de 60,1 a 90, e 3.873 jovens, na faixa de 14 a 18,0 anos, 1562 adolescentes, na faixa entre 18,1 a 25 anos. As crianças abaixo de 12 anos não entraram na pesquisa e os idosos acima de 90,1 anos, todos declararam não saber ler, isto é, apenas 15 pessoas. Destes, declararam que sabem ler e fazem contas “de cabeça”, segundo o Censo Maré de 2019, 48,6% da população adulta na Maré, sendo a maioria, ou seja, 26,5%, de imigrantes nordestinos. Os 22,1% destes não sabem ler, mas sabem fazer contas. Segundo a pesquisa produzida pela ONG, Redes da Maré, a juventude, isto é, dos jovens que estão na faixa etária entre os 13 a 15 anos, tem-se 6% que não sabem ler. Dos 16 a 18 anos, apenas 1,8% não sabe ler. De acordo com a pesquisa, observada apenas a população adulta, dos que apenas não sabem ler, e não fazem contas, 8,8%.

Na prévia de 2019, o Censo Maré, verificou que dos 14.896 habitantes, tomando-se a amostra de 8.665 adultos e 1562 adolescentes, na faixa economicamente ativa, sobre a perspectiva de estarem empregados, encontrou-se: 25,5% não estão empregados, mas desenvolvendo algum tipo de serviço alternativo, ou seja, sem carteira assinada; declararam estar desempregados, mas a procura de alguma colocação: 27,9%, destes 18,8% são negros, logo, verifica-se que 46,6 %, ou seja, abaixo da metade desta população que está empregada.

Em relação à cor da pele, encontra-se 15,5% que são negros empregados, ou seja, tem-se um terço deste quantitativo de negros no mercado de trabalho oficial contra os demais dois terços desta amostra. que são os brancos com alguma colocação no mercado de trabalho legalizado, isto é, 31,1%, da população declarada branca. Seguindo esta lógica, arbitrária de raciocínio, os brancos ocupam a maior parcela sob o aspecto de colocação e representatividade no mercado de trabalho, já os 15,5%, que representam os negros, estão em posição inferior, traduzindo uma necropolítica perversa, que exclui, os não-brancos da convivência na sociedade economicamente ativa

A esse respeito, Freyre propõe um caminho inverso. Apesar do que, “todos são iguais perante a lei”, mesmo assim a desigualdade é uma marca profunda nas questões sociais no Brasil. Em “Casa Grande e Senzala” o autor inicia justamente valorizando as características do negro, do índio e do mestiço, em particular do negro, acrescentando, ainda, a ideia de que a mistura dessas raças seria “força motriz” para o sentimento de uma nação, um ponto positivo da cultura brasileira, como retomado no jargão do hino nacional brasileiro: “[...] se o penhor

dessa igualdade, conseguimos conquistar com braço forte [...] dos filhos deste solo és mãe gentil, oh, pátria amada, Brasil [...] mas, se ergues da justiça a clava forte, verás que um filho teu não foge à luta, nem teme, quem te adora, a própria morte”.

Nesta perspectiva, Freyre, forneceu, para o seu tempo, uma nova maneira de ver a constituição da nação brasileira, conforme declarado por Tomazi (2010), isto é, o Brasil feito por uma harmoniosa união entre o branco (de origem europeia), o indígena (de origem pindorama-americana), o negro (de origem africana) e o mestiço (da união destas de duas raças citadas), ressaltando que essa “mistura” crucial e positiva, contribuiu, em termos de identidade de ricos valores, crenças, tradições, condições *sine qua non* para a formação de nossa cultura. Em alguns dos trechos de sua obra tem-se referências irrefutáveis destas condições, em particular a do negro africano: “um traço importante de infiltração de cultura negra na economia e na vida doméstica do brasileiro, resta-nos acentuar: a culinária” (FREYRE, 2002); “Foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria” (FREYRE, 2002); “nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa [...] carregando sacos de açúcar [...] os negros trabalhavam sempre cantando (FREYRE, 2002).

Todavia, vale ressaltar aqui, segundo Tomazi (2010), que Gilberto Freyre tinha um certo olhar aristocrático e conservador sobre a sociedade brasileira, pois além de justificar as elites no governo, sua descrição do tempo da escravidão em “Casa Grande e Senzala” adquire uma conotação harmoniosa, onde ele não via conflitos nesta nova estruturação, sendo um erro gravíssimo pensar que a mistura dessas três etnias seria um atraso para o desenvolvimento do Brasil nação.

Neste sentido, pessoas com a mesma cor de pele podem ser socialmente classificadas como brancas, pardas ou negras de acordo com sua renda ou *status* social, de acordo com o pensamento de Singer (2012). Quanto maiores forem seus níveis econômicos e sociais, mais brancos se tornaram, com exceção de uma parcela, que se declara negra, a qual se posiciona na forma do pertencimento, graças ao mercado de cosméticos, tinturas, estéticas, vestuários, dentre outros. Felizmente, ou graças à miscigenação, o quantitativo de negros declarados vem, aumentando, mas infelizmente, a maioria é classificada na Maré como branca ou morena (os pardos). Daí que, muitas vezes, negros e pardos costumam ser reunidos numa só categoria. Deve-se notar, entretanto, que a discriminação racial no Brasil, e fora do bairro da

Maré, não apresenta uma polarização tão nítida como em alguns bairros nos Estados Unidos, tal como no Brooklyn. Na Maré a discriminação é mais sutil e tem como objetivo também as pessoas de pele escura, além dos pobres e dos socialmente marginalizadas. A tal frase, pronunciada por tantos, que infelizmente ainda se ouve é: “é negro, pobre, mora na Maré, é marginal”²¹.

Ainda, com referência a este grupo sutil, como visto acima, tem-se também a questão do estudo. Por fim, as características individuais, que são acentuadas, levando-se em conta, particularmente a escolaridade. A falta de escolaridade, ou a baixa escolaridade, são fortemente associadas à exclusão social. A questão principal, em si, no entanto, parece ser: o que deve ser a causa e o que deve ser efeito? Ou melhor, será que há algum relacionamento casual entre ambos? Ressalta-se que ser negro, morador da Maré, com baixa escolaridade dificilmente conseguirá uma colocação no mercado de trabalho fora do bairro da Maré. Segundo o Censo Maré, na prévia de 2019, apenas 1,2% encontraram colocação no ano de 2018/19. E, menos de 5%, ou seja, 4,8% destes, fora do contexto da Maré, e mesmo assim, tiveram que apresentar seus endereços como moradores do bairro de Bonsucesso, ou seja, declarando não ser morador da favela. Sob esse ponto de vista, a Maré passa a ser um exemplo da tipificação de uma evidente “Paisagem do Medo” Tuan (2005) e, também, de um “Não-lugar” Tuan (1985a) e por seu turno Marc Augè (2012).

Morin (2002) descreve a ética que deve sustentar todo o gênero humano. Assim, a concepção complexa do gênero humano comporta a tríade indivíduo/sociedade/ambiente. Os indivíduos são mais do que produtos do processo reprodutor da espécie humana, mas o mesmo processo é produzido por indivíduos a cada geração. As interações entre indivíduos produzem a sociedade e esta retroage sobre os indivíduos. A exemplo disso, tem-se a cultura, a economia, a política, no sentido genérico, emergindo destas interações, reunindo-as ou separando-as, porém, conferindo-lhe valor. O tripé indivíduo/sociedade/ambiente, existem numa interdependência bilateral, sustentam-se, pois, em seu sentido pleno, apoiam-se, nutrem-se e reúnem-se.

²¹ Frase dita por moradores sobre a autoridade de policiais em incursões na comunidade do Parque União, Maré. Publicado no jornal Maré de Notícias, março de 2021, p.13.

A esse respeito, Morin (2002, p.105) ressalta que a constituição “indivíduo/sociedade/ambiente não são apenas inseparáveis, mas coprodutores um do outro”. Em suas considerações, o autor destaca que, “cada um destes termos é, ao mesmo tempo, meio e fim dos demais, uma vez que não se pode absolutizar nenhum deles e fazer de um só o fim supremo desta tríade”. E, afirma: estes elementos são poderiam, por consequência, ser entendido como disjuntos, uma vez que, qualquer concepção do gênero humano significa desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, de suas participações comunitárias e do sentimento de pertença ao meio em que vive e, no qual se relaciona, produz cultura, saberes, sobretudo, alimenta-se, sobrevive.

Considerando-se o que Berger & Luckmann (2004, p.73) afirmam, é possível dizer que o período durante o qual o organismo humano se desenvolve, entende-se que o organismo é um entrelaçamento entre corpo-alma-espírito e sentimentos, até completar-se na correlação com o ambiente, é o período durante o qual o eu humano se forma. Por conseguinte, concluem esses autores, “a formação do eu deve também ser compreendida em relação com o contínuo desenvolvimento orgânico e com o processo social, no qual o ambiente natural e o ambiente humano são mediatizados por outros significados”.

Neste sentido, é importante perceber a subjetividade e as experiências vivenciadas a partir do corpo e como estas estão interligadas com o Meio ambiente natural e o ambiente construído. Como exemplo, verifica-se nas narrativas de alguns moradores o qual se confirma o sentimento de topofilia e/ou topofobia.

Mesmo convivendo em um cenário de grandes contradições sociais e de desigualdades é possível verificar uma sensível população coabitando em uma área conflagrada e de grande vulnerabilidade social, para o que Bauman (2001, p.133) chama a atenção:

[...] a cidade, como outras cidades, tem muitos habitantes, cada um com um mapa da cidade em sua cabeça. Cada mapa tem seus espaços vazios, ainda que em mapas diferentes eles se localizem em lugares diferentes, é o que os veem de fora o local e aqueles que moram ou transitam dentro, as vezes sentem ou não.

2.4.1 Relato 1 e 2: Sr. Irineu e Dona Creuza – resistência, resiliência e moradia:

A esse respeito, tem-se exemplo nos relatos dos moradores de diferentes localidades da Maré, sendo possível perceber que a subjetividade e as experiências vivenciadas estão interligadas. Verifica-se que as narrativas se confirmam no entendimento dos entrevistados pelo jornal local Maré de Notícias, edição nº 100, maio de 2019, página 7. Nessa matéria, o Sr. Irineu Ferreira da Silva, 79 anos, casado com Dona Creuza Oliveira Azevedo, 77 anos, colocam suas experiências pela forma como foi conquistada, a partir de muitos sacrifícios como também de um certo prazer. Juntos há 49 anos, eles traduzem bem a história da origem da Comunidade Roquete Pinto.

A história oral pode ser dividida em unidades narrativas, a memória, os fatos e as impressões pessoais dos entrevistados que podem ser explorados de diferentes maneiras para a análise da entrevista que lhe é concedida de acordo com Verena Alberti (2004). A história oral, trata-se da experiência da experiência: daquilo que foi vivenciado. Em Teoria da Linguagem recebe muitas vezes o nome de narrativa. Entendendo-se como narrativa a organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido que lhes é conferido, ou seja, formas simples entendidas como atividade mental. Para a autora, o conceito de narrativa, tem seu sentido amplo, e não apenas como relato de uma ação no tempo. Dessa forma, para Alberti (2004, p. 110) a entrevista como um todo é uma grande narrativa de história de vida: através dela, seu depoente, procura construir e transmitir o significado de sua vida profissional, e em certa medida, sua trajetória pessoal”, ou como também, dos dramas da vida que o depoente vivenciou. E nesta seção, para este estudo, a manifestação da história oral muito tem a contribuir com a manifestação dos moradores sobre a Maré como local de vivências, lembranças, memórias. Alberti (2004) vai ao encontro do que Bosi (2003, p.17) também constatou, quando afirma que “pude perceber essa força da memória coletiva, trabalhada pela ideologia, sobre a memória individual do recordador, o que ocorreu mesmo quando ele participou e testemunhou os fatos e poderia, portanto, nos dar uma descrição diferenciada e viva”.

Desse modo, ao entrar pela Rua Ouricuri pela Passarela 12, comunidade de Marcílio Dias, na Avenida Brasil, altura no número 11.500, na comunidade denominada Roquete Pinto, não tem quem não saiba indicar onde moram Seu Irineu e Dona Creuza. O casal completou 50 anos de casados, em bodas de ouro, no mês de maio de 2019, época dessa matéria. O evento foi

celebrado com uma missa na igreja próxima à sua residência e em um salão de festas localizado na comunidade. Fizeram um jantarzinho com direito a bolo de festa para comemorar. Esse casal, muito simples e alegre, traduz bem a história do desenvolvimento da comunidade Roquete Pinto, assim como também ilustra o desenvolvimento crescente, populacional e imobiliário na região da Maré, cujos moradores, em cerca de 65% vieram morar com parentes e buscar trabalho, longe de suas origens. Seu Irineu veio de Pernambuco e Dona Creuza, do Espírito Santo, ambos buscando melhores condições de vida e de trabalho e foi na Maré que eles construíram suas vidas.

Dona Creuza chegou primeiro na Roquete Pinto. Ainda existiam as antenas da Rádio que deu nome à comunidade e elas ficavam em meio ao mangue, próximas de onde Dona Creuza construiu sua primeira casa, sobre palafita, na Maré. “Era apenas um barraco de madeira onde cabia apenas um fogão e um sofá fechado, no Beco da Serragem”. Dona Creuza conta que com ajuda dos conhecidos, conseguiu entulhos das obras de modernização do Centro da Cidade, entre as décadas de 1960 e 1970, “aterrou a área onde subiu uma casa de tijolos e com esse mesmo entulho, grande parte da Roquete Pinto foi aterrada”.

Nessa época, conheceu Seu Irineu e abriram a primeira sapataria da Roquete Pinto. Tempos depois, se mudaram para a Rua Ouricuri. “Eu já tinha saído da lama e o Irineu queria me trazer pra dentro dela novamente, eu não queria vir morar aqui”, conta Dona Creuza. A Rua Ouricuri, uma das principais da Roquete Pinto, não tinha asfalto, não tinha poste e o saneamento era menos que o básico, segundo relataram. “A rua era só lama, barracos de madeira e as palafitas no final”, conta seu Irineu. Já a água da Rua Ouricuri era encanada, mas ruim, como relata seu Irineu, que para melhorias da comunidade entrou para a Associação de Moradores. “Fui a muitas reuniões para conseguirmos o asfalto, a luz nos postes e para algumas casas. Isso na década de 1980. Na comunidade tudo é muito difícil até hoje. Agora, temos uma água muito boa, mas os esgotos rompem com frequência”, destaca seu Irineu e completa: “na década de 1950, o mangue ia até a Avenida Brasil, a Maré chegava na Passarela 12.

Figura 15 – Seu Irineu e Dona Creuza



Fonte: Maré de Notícias, edição 100, p.7

Os relatos desses dois moradores traduzem um mix de topofilia e topofobia, no entanto, a frase que mais deixam sobressair é: “o melhor lugar do mundo é aqui”, lembrando uma canção interpretada pelo cantor e compositor Gilberto Gil.

Questionados se retornariam à sua terra natal, e se pudessem deixar a Maré, algum dia, diante da violência crescente, mudando-se para suas origens e próximos aos outros familiares, o casal prontamente responde: “Nossa, nós não saímos daqui é nunca... vou deixar minha casinha?!!! Aqui, está muito bem, somos felizes aqui: para nós é o melhor lugar do mundo”. Para Foucault (2019, p.59), “a história ensina também a rir das solenidades da origem”. O tempo passou e mesmo com muitos problemas a serem enfrentados como os de infraestrutura, Seu Irineu não hesita em dizer: “aqui construí minha vida e, hoje, eu me considero milionário”. Assertivamente, esta é uma fala sobre a topofilia existente na vida desse casal.

2.4.2 Relato 3: Dona Maria Ferreira e seu neto Marcos Martins

O relato 3, conforme o Maré de Notícias, edição n.93, páginas 10 – 11, traz a narrativa de Dona Maria Ferreira, 71 anos, proveniente de Retiro, antigo nome do município de Pedro Régis, na Paraíba e de sua conterrânea, Dona Severina Martins Santos, 62 anos, que tem sua origem em Araçagi, que chegou ao Rio com 17 anos à procura de trabalho. Segundo a narrativa

destas duas conterrâneas, verifica-se, “na Maré, quem não é nordestino, é filho, neto ou alguém da região Nordeste”. De acordo com o Censo Maré de 2012, atualizados na prévia de 2019, a Maré tem uma concentração de 35.884 nordestinos, cerca de 25,8% dos 140 mil habitantes da Maré. Este dado revela, portanto, que a formação da população da Maré, tem sua origem na cultura do povo nordestino. E, quando se pergunta sobre o fluxo de nordestinos a resposta é sempre parecida: “busca por melhores condições de vida e a procura de reunir os parentes em um local”.

Para Tuan (2013, p.67), à medida que um amigo se muda cada vez mais para longe geograficamente, também declina o calor emocional, tanto pelo sentimento pela pessoa quanto ao local de convivência, assim, torna-se verdade: “longe dos olhos, mas perto do coração”. É claro que há inúmeras exceções, pois “a distância social pode ser o inverso da distância geográfica”.

Figura 16 – Dona Severina Martins e seu neto



Fonte: Redes da Maré, edição 93, p. 10

Assim, na Maré, o Estado brasileiro que prevalece é a Paraíba, reunindo 14.597 conterrâneos, ou seja, 10,5%, de sua população total. Uma das falas do filho de Dona Severina Martins, o jovem Marcos Martins, dá a entender o que vem a ser o sentimento único de topofilia, quando explica: “nasci no Rio de Janeiro, mas me identifico como parioca, uma mistura de paraibano com carioca, pois sou fã da cultura nordestina, do respeito e da luta de um povo guerreiro; minha mãe é braba como Maria Bonita. E, por isso eu tiro meu chapéu para ela”. Sobre esse dilema, Bauman (2005b, p.19) descreve que as ditas “identidades flutuam no ar,

algumas de nossa própria escolha, mas outras inflamadas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”.

Assim como, para Milton Santos (2008), toda ação do homem está no território; para Stuart Hall (2013), à medida que a sociedade moderna, ao passar do tempo, se torna mais complexa, coletiva e social, em função das transformações em nível econômico e político, o ser humano também modifica a sua identidade, “passando a ser visto mais como um ser “definido” no interior dessas novas estruturas de sociedade” (HALL, 2013, p.200).

2.4.3 Relato 4: Dona Raimunda Simplício, 53 anos

Já Dona Raimunda Simplício, 53 anos, vinda do interior de João Pessoa, declara: “nesta cidade maravilhosa fui trabalhar como empregada doméstica. Comecei cedo, dormindo no trabalho, no bairro da Barra da Tijuca, para juntar dinheiro. Eram três conduções, não tinha Linha Amarela. Então comprei um barraquinho na Maré. Ao chegar do Nordeste, o primeiro lugar que vi foi a Nova Holanda e me acostumei, onde tudo é perto e o transporte é bom. Declara que “Sair daqui só se for para minha terrinha” (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2018, p.12).

Há de se notar que, segundo a narrativa de Dona Raimunda, a Maré “é um pedacinho do céu”: cores, sabores, hábitos, costumes, música, dança e maneiras de falar fazem da Maré um “pedacinho” do Nordeste brasileiro cravado na Cidade Maravilhosa. Os cariocas gostaram tanto dessa cultura que levaram para o seu dia a dia comidas, trejeitos e ritmos tipicamente nordestinos.

Figura 17 – Dona Raimunda Simplício



Fonte: Redes da Maré, edição 93, p. 1

Por toda a Maré é possível, e com facilidade, encontrar uma loja que venda Artigos nordestinos e, no bairro de São Cristóvão, zona norte da Cidade do Rio de Janeiro foi implantado o Centro de Tradições Nordestinas desde 1970, com feiras, barracas, galpão de dança e música. Já no Parque União e na Vila do João tem-se o denominado “Forro do Geraldão”, uma espécie de salão de baile com atrações nordestinas e a típica dança denominada de forró. Cabe lembrar, quando a região nordeste foi ocupada pelos franceses e holandeses, nas festas de grande porte, chamadas de festas juninas, tocavam uma certa música, muito alegre, nada convencional, e para chamar o povo para o salão de dança gritavam “for all”, ou seja, “para todos”, o que veio a popularizar esta típica dança nordestina de forró, foi o trava-línguas passado de geração em geração.

Com base na análise os termos de topofilia e topofobia defendido por (TUAN, 2012), pode se constatar nesta narrativa que as percepções destes moradores corroboram com os termos apresentados. Observa-se que, nas narrativas acima, estão intrínsecos sentimentos e emoções o que configura a identidade cultural. Assim, demonstram laços com a topofilia e a topofobia neste espaço-tempo, principalmente, quando expressam sentimentos, seja de amor, seja de aversão acerca do local. Quando os entrevistados dizem não gostar do lugar e vivem nesse ambiente por serem obrigados, percebe-se o exemplo de topofobia devido à paisagem que eles percebem em seu ambiente. A esse respeito, a paisagem e o lugar são de grande importância para o desenvolvimento cultural porque fazem parte da vida do sujeito. Neste lugar, as pessoas têm nome e sobrenome, têm tempo de vida, medido em anos, que reproduzem em saudades, trazendo seu tempo vivido na memória.

2.4.4 Relato 5: Dona Irene da Cruz Gomes, 83 anos

Um outro testemunho interessante que merece ser destacado neste estudo é o da Dona Irene da Cruz Gomes, viúva, 83 anos. Para ela, solidariedade e senso de coletividade são pilares da antiga favela. Na reportagem exibida pelo jornal local, Maré de Notícias, edição n.100, página 14, essa moradora evidencia a mais perfeita tradução do termo comunidade. Em sua narrativa, informa que o início da década de 1980 trouxe novidades para a Maré, pois neste período nascia a comunidade da Vila do João, um conjunto habitacional cujo objetivo era abrigar as famílias dos moradores das palafitas instaladas na Baixa do Sapateiro e do Parque

Maré que se estendiam ao longo do Canal do Cunha. Foram 1.500 domicílios projetados e entregues aos moradores dos barracos, um deles foi recebido pela família de Dona Irene que convivia à época com o marido, sete filhos e muitos cachorros, que eram cuidados em uma espécie de regime “de guarda compartilhada” com os vizinhos. Para Dona Irene: “Isso foi para nós uma alegria imensa, parecia que a gente estava indo morar na Barra. As casas eram bem parecidas. Todo mundo se perdia, foi aí que tivemos direito de cada um pintar o seu lugarzinho na cor que quisesse”. Em sua narrativa emocionada Dona Irene continua: “Então este lugar passou a ser chamado de “Inferno Colorido”, porque além do fedô (mau cheiro) que vinha do mangue de manhã, era um horror de quente durante o dia”. “Depois foi dado o nome de Vila do João, do João Figueiredo, presidente. A minha casa só tinha um quarto, para tanta gente, dormíamos apertados, mas muito felizes”. Esta fala de forma positiva remete à topofilia que se instala no social.

Ecléa Bosi (2003, p.53) apresenta uma reflexão bastante abrangente sobre esta situação acima revelada: “tal como o tempo social acaba engolindo o individual, a percepção coletiva abrange a pessoal, dela tira sua substância singular e a estereotipa num caminho sem volta”. É, por isso, que somente os artistas podem remontar sua trajetória e não resgatar, mas recompor o contorno borrado das imagens, devolvendo-lhes sua nitidez.

Em 1968, Dona Irene, figura 18, chegou à Maré com seu marido Walter, para morar na comunidade da Baixa do Sapateiro. Grávida de seu primeiro filho, eles começaram sua família praticamente em cima do mar. Para ajudar à família, além de cuidar dos filhos e dos agregados, Dona Irene areava as panelas e, à noite, carregava água para seus vizinhos por alguns trocados. Sua família morou em uma palafita alugada até ser despejada. Dona Irene conta que sempre foi muito querida e respeitada na comunidade. Viu até seus vizinhos em mutirão “construírem uma palafita para que a família fosse abrigada num momento de grande dificuldade”. “Tínhamos muito medo de andar sobre as tábuas que eram passarelas para andar de um barraco para outro, medo de cair na maré escura”, vide figura 17. É certo que os problemas e a solidariedade dos vizinhos não cessaram com esse episódio. Mesmo assim, por volta dos anos de 1980, a casa veio abaixo e, mais uma vez, os vizinhos a reconstruíram, sempre se utilizando das extensões das madeiras da última palafita construída. Estima-se que ao todo foram 14 (quatorze) anos de muitas dificuldades antes de se mudarem para a Vila do João, mas tanto na primeira quanto na segunda comunidade, Dona Irene e suas filhas Ana Lúcia e Ana

Cristina, presentes na reportagem, afirmaram terem sido muito felizes: “com aqueles sorrisos nos rostos, não há como duvidar”.

Figura 18– Dona Irene: uma sobrevivente dos tempos da seca



Fonte: Maré de Notícias, edição 100, p. 14

Figura 19 – As passarelas nas palafitas, cuidado para não cair, na maré!



Fonte: Acervo Museu da Maré

Na vila do João, a família de Dona Irene aumentou: nasceram mais três filhos, completando 10. E deles vieram 18 netos e seis bisnetos, isso sem contar com as muitas crianças

que Dona Irene ajudou a criar: “Eu considero como família mais da metade dessa comunidade. Todo mundo ou me chama de tia ou me chama de “vó”, aí viramos um “familhão”.

Figura 20 – Familhão



Dona Irene rodeada de filhos, netos e bisnetos: família composta de três gerações de mareenses

Fonte: Maré de Notícias, edição 100, p. 14

A nível de esclarecimento, a remoção para a Vila do João aconteceu em 1982, com a atuação do Projeto Rio, uma iniciativa do governo para urbanizar as favelas, cujo objetivo era pôr fim às construções irregulares e precárias das instalações sobre palafita. O Projeto, junto ao BNH, no entanto, gerou muito o que falar, pois o governo se limitou a remover apenas os moradores das áreas alagadas. Segundo levantamento inicial, naquela época, cerca um terço dos habitantes da Maré morava sobre palafitas, principalmente, as comunidades da Baixa do Sapateiro, Parque Maré e de Nova Holanda. Depois de muita polêmica, os moradores começaram a ser transferidos para o primeiro conjunto habitacional que foi instalado em Manguinhos, a margem do rio Jacaré.

2.5 A luta: resistência e resiliência

A maré foi ocupada por um grande número de imigrantes, formada em sua maioria nordestinos que deixaram suas famílias, amigos, casas e terra, esperançosos em encontrar oportunidades de uma vida melhor no Rio de Janeiro. Após o sucesso da ocupação do Morro do Timbau, primeira comunidade formada, na década de 1940, cujas moradias em terra firme

se espalharam pela Baixa do Sapateiro até o momento em que a ausência de terra firme começou a faltar e a necessidade crescente de novas moradias motivaram a construção de barracos sobre o canal denominado Canal do Cunha, de extensão limítrofe com o continente e a Ilha do Fundão, banhado pelas águas da Baía de Guanabara, as palafitas.

No início da década de 1950, as palafitas já se tornariam marca registrada na Maré, principalmente nas comunidades da Baixa do Sapateiro e no Parque Maré e, particularmente pela questão da Diáspora Nordestina, em um crescente movimento nas décadas de 1950 a 1970. O texto de José Severino, Frazão Félix e Jaqueline Lima (2013, p.178), em seu artigo: “A Terra Prometida: uma metáfora deslocada”, inicia-se a questão da diáspora. Não se trata aqui da ilustração de uma diáspora hebraica, mas de “uma diáspora interna, de um deslocamento migratório dentro do próprio território, estes sujeitos sofreram outras angústias e tristezas, neste caso, não foi escravidão tampouco perseguição, foi a fome, a seca, a miséria. A este deslocamento dou o nome de diáspora nordestina”.

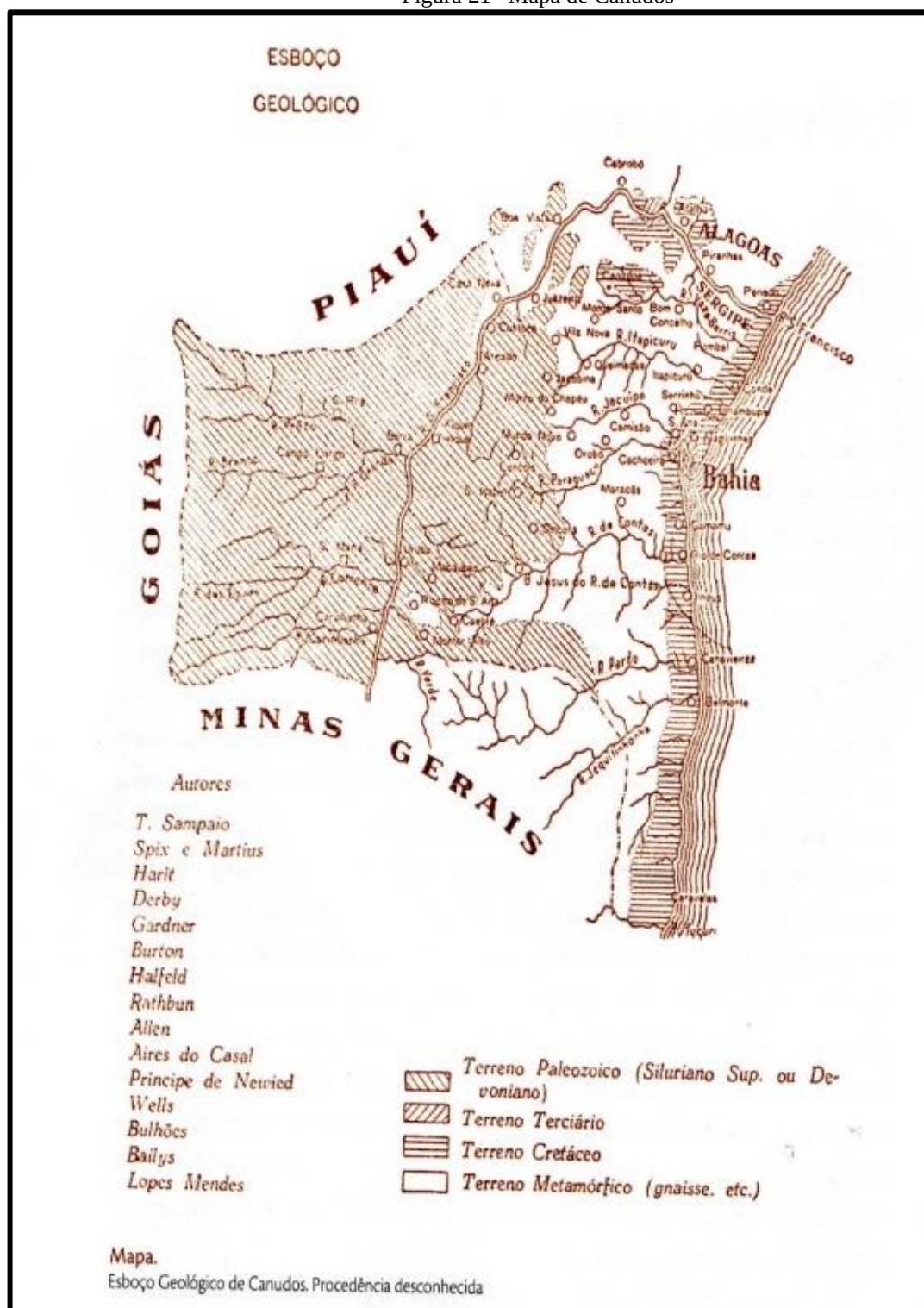
Considerando-se que os nordestinos que partem de sua terra natal não deixam sua gente, sua terra, seus afazeres, suas memórias, sua cultura, apenas se deslocam em busca de oportunidades, contendo em sua bagagem suas lembranças, não podem ser considerados forasteiros, pois não estão fugindo de ninguém, apenas da fome árida, da seca estonteante, da sede que maltrata e da pobreza; estes são, migrantes (SILVA; FRAZÃO; LIMA, 2013, p.180). Para esses autores, “A resistência física e a fé do povo nordestino é uma marca”.

Marca esta que representava a luta das pessoas que aqui chegavam e vivenciavam o descaso do governo, que não implementou, na Cidade do Rio de Janeiro, planos habitacionais que possibilitassem a todos, de norte a sul, o direito a uma moradia digna. A história da Maré, seus dados geográficos e populacionais a colocam entre os territórios mais significativos da cidade. E, pensar no Rio de Janeiro é, necessariamente, pensar nas favelas e neste caso, é pensar a complexidade do bairro onde se localiza a Maré. Contudo, apesar de suas especificidades históricas e de suas características próprias, as comunidades que compõe a Maré tinham ainda muitos traços em comum, tais como: as histórias de lutas pela permanência em seu lugar de origem, as reivindicações por melhorias e a superação das inúmeras adversidades como a pobreza e o preconceito.

Além disso, toda história depende, basicamente, de sua finalidade social. Por isso, é que, no passado, ela se transmitia de uma geração para outra pela tradição oral. Primeiramente, foi pelo processo mnemônico, depois pela crônica escrita, e, hoje em dia, os historiadores profissionais são mantidos com recursos públicos, as crianças aprendem história na escola, florescem sociedades amantes ou amadoras de histórias e os livros populares de história estão entre os mais vigorosos *best-sellers*. Tudo isso para atrair um público leitor. Por vezes a finalidade social é obscura. Por outro lado, a finalidade social da história pode ser bastante espalhafatosa, de acordo com Thompson (1992), pois a utilizam para justificar a guerra e a dominação, a conquista territorial, a revolução ou a contrarrevolução, o domínio de um povo, classe ou raça por outra. E, quando não existe história alguma, ela é deliberadamente criada.

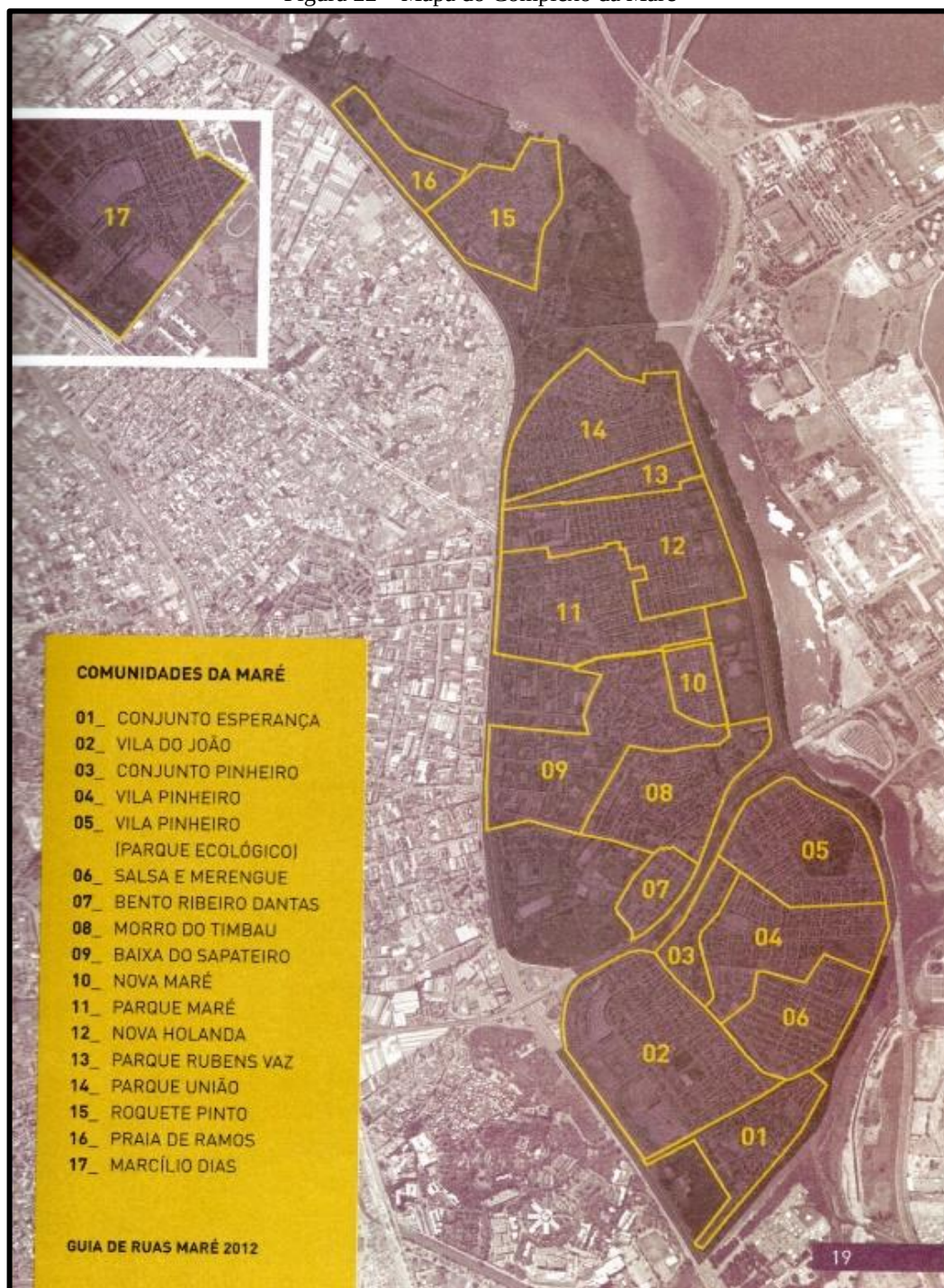
A exemplo disso, tem-se os dois mapas geopolíticos da Comunidade de Canudos e da Comunidade da Maré conforme figuras 21 e 22, a seguir. Ambas trazem proximidades e semelhanças em suas especificidades históricas, geográficas e sociopolíticas. Possuem nomes de lugares, possuem afluentes que desembocam no litoral da região, embora com certa distância da sua localização, à margem direita destes dois mapas percebe-se a presença de baías e o aporte marítimo. Ambas possuem falhas geológicas e acima de tudo um povo resiliente e com histórias de enfrentamento e resistência.

Figura 21 –Mapa de Canudos



Fonte: “Os Sertões (2009a, p.22)

Figura 22 – Mapa do Complexo da Maré



Fonte: Redes Maré (2012, p. 5)

Por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e as mudanças por que passam em suas próprias vidas, as causas que levaram a determinado conflito e sua luta para se estabelecer ou sair dele. Para Thompson (1992, p.21), “ela se escreve com as guerras, as transformações sociais como as mudanças de atitude da juventude, mudanças

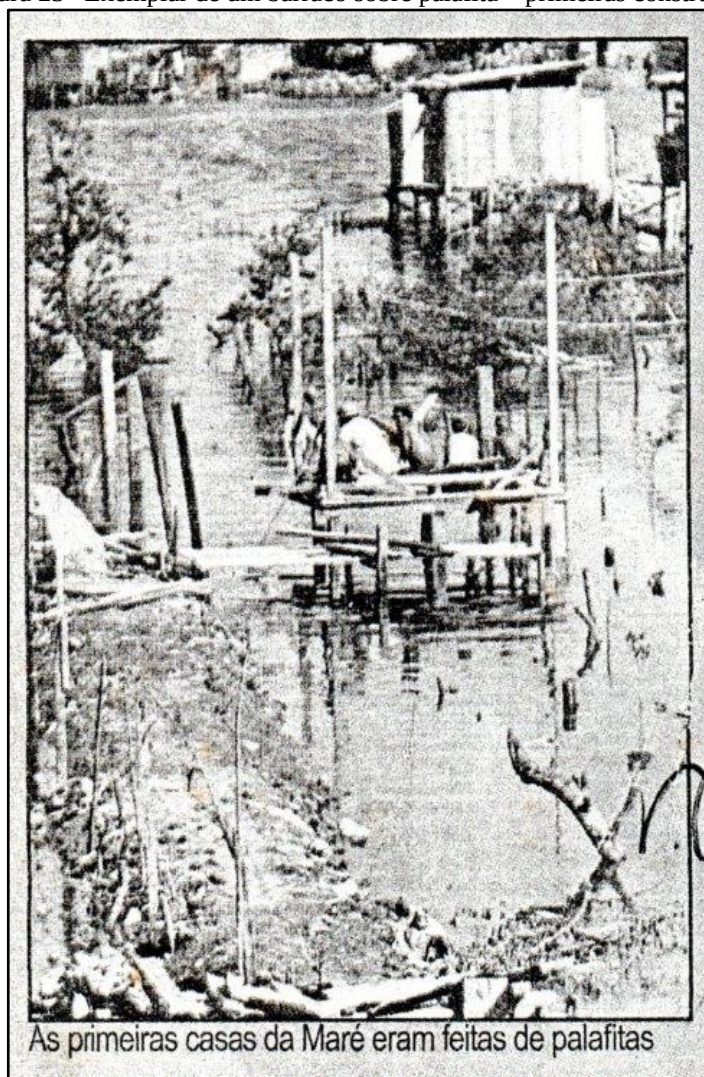
tecnológicas como o fim da energia a vapor, ou a migração pessoal para uma nova comunidade. De modo especial, “a história da família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de uma duração muito maior de vida pessoal, que pode até mesmo ir além de sua própria morte”. Cabe destacar que “é por meio da história social e política que é ensinada nas escolas que as crianças são levadas a compreender e a aceitar o modo pelo qual o sistema político e social sob o qual vivem acabou sendo como é”, e de que modo a força e o conflito têm desempenhado e continuam a desempenhar um papel nessa evolução. A história contada da Maré, continua sendo contada, e não menos relatada e registrada nos livros de história da atualidade, de modo particular, na educação básica.

Sob esse pondo de vista, Maurice Halbwachs (2003, p.29) recorda que “a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas”. Nessa linha, Ecléa Bosi (2003), aponta que há uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, ideias, ideais e valores que dão identidade àquela classe.

É a partir da experiência do corpo, no lugar ou no espaço que a memória se cristaliza. Para Ecléa Bosi (2003), a memória faz variar o ponto de vista, distende conceitos duros, solta o corpo ajustado, faz viver os mortos, pois a memória inspira, recupera a graça do tempo, devolve o entusiasmo pelo que era caro e se perdeu, redime o que é sagrado. A memória devolve não simplesmente o passado, mas o que o passado prometia. A memória devolve ao corpo o que o passado vislumbrou e o presente esqueceu. “A memória vinga os vencidos”.

Desse modo, recorrendo à memória de seus moradores, as construções das palafitas, foram verdadeiros exercícios de trabalho coletivo, onde a solidariedade tinha vez e falava mais alto. A ilustração, em preto em branco, figura 23, mais adiante, retrata um pouco do processo da edificação de uma palafita. No recorte da fotografia, não muito nítida, já desgastada pelo tempo, dois homens e duas crianças, no centro da foto, parecem descansar sobre as primeiras tábuas utilizadas para fazer o piso do barraco, recentemente enfincado no lodo da maré baixa.

Figura 23– Exemplar de um barraco sobre palafita – primeiras construções

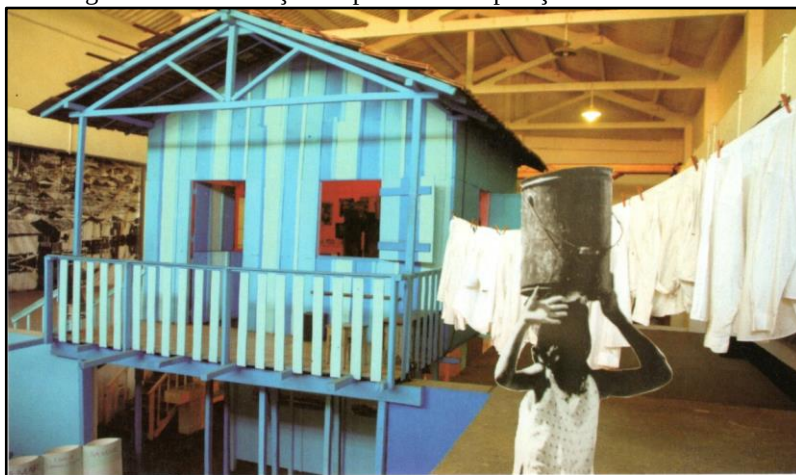


Fonte: Acervo Museu da Maré

2.5.1 Relato 6 – Sr. Luiz Gonzaga

Esta outra ilustração, apresentada na figura 24, publicada no jornal local “O Cidadão, edição [s/d], página 15, remete a um exemplar construído por um dos moradores que participou de uma destas construções, todas sobre palafitas, em mutirão, o Sr. Luiz Gonzaga, falecido em agosto de 2007. Um exemplar de um barraco sob palafita está exposto no Museu da Maré, aberto à visitação do público, gratuitamente. Essa fotografia registra o reconhecimento ao Sr. Luiz Gonzaga, dentre outros moradores – trabalhadores, por sua luta e a de tantos outros que não pouparam esforços em garantir moradias para seus familiares, parentes e vizinhos e, aos que aqui chegavam sem ter onde morar, participantes da diáspora nordestina.

Figura 24 – Construção de palafitas / Exposição Museu da Maré



Fonte: Acervo Museu da Maré

As famílias que chegavam ao Rio de Janeiro, em pau-de-arara, uma espécie de transporte típico dos retirantes da região nordeste, pessoas estas, oriundas na sua maioria da região das secas intermitentes, outras fugidas da fome ou das más condições de vida compunham as massas deslocadas do nordeste brasileiro, que deu origem às migrações nordestinas. A bem da verdade, não estaria correto falar que essas massas seriam representantes dessas migrações, mas sim, que vivem e sobreviveram na diáspora nordestina (SILVA, 2018).

De certa forma, atribui-se a estes dois grupos, tanto aos que ainda residem em sua terra natal e àqueles que participam dessa diáspora um *mesmo denominador comum*: a identidade. Segundo Bauman (2005b), à medida que o ser humano depara-se com as incertezas e as inseguranças da modernidade líquida, as identidades sociais, culturais, profissionais, religiosas e sexuais sofrem um processo de transformação contínuo, que, via de regra, vai do perene ao transitório, com todas as angústias para a psique que tal situação suscita. Nesse contexto, para Bauman (2005b, p.26) “a ideia de identidade nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia: recriar a realidade à semelhança da ideia”.

A narrativa do Sr. Luiz Gonzaga, em uma entrevista para o Programa de História Oral da Rede Memória da Maré, no ano de 2000, publicada no jornal local “O Cidadão”, no ano seguinte é visivelmente importante para este estudo, pois, segundo Thompson (1992, p.18), “a história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes

narradores”, e com isso, reflete aquela realidade, não encontrada nos livros de história ou geografia: “[...]a gente fazia mutirão. [...] vamos fazer ali, vizinho ao meu barraco que eu te dou uma força. Eu ajudo. Já acabei a obra do meu barraco... e tem umas tábuas já que vão servir p’ro senhô.” No relato de Sr. Luiz, deixa transparecer a situação de colaboração e passividade na região, no início deste povoamento e fixação à terra e/ou à água: “[...] então ali a gente se dava bem e ajudava a partir daquele momento... Não tinha tempo ruim, a gente ajuda o outro. É como se fosse uma comunidade unida [...]”.

Uma das principais vantagens da história oral deriva, segundo Alberti (2004), justamente do fascínio vivido. Assim, “a história do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento” (ALBERTI, 2004, p.22).

É, nesse sentido, que Bauman (2001, p.49), cita: “a única vantagem que a companhia de outros sofrendores pode trazer é garantir a cada um deles que enfrentar os problemas solidariamente é o que todos fazem diariamente – e, portanto, renovar e encorajar a fatigada decisão de continuar a fazer o mesmo”.

Nessa mesma direção, apontada por Bauman, a musicalidade brasileira também faz a sua contribuição em relação à aspereza vivida pelos moradores da Maré no estágio de desenvolvimento em cooperação advindo da forte proximidade com seus semelhantes imigrantes. De certo modo, a música popular brasileira contribui para algumas reflexões a este respeito. Neste *hall* tem-se a música “Pedras que Cantam”, gravada pelo cantor Fagner, com lançamento em 1991 que serviu de tema para abertura da novela produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão de 6 janeiro a 1º de agosto de 1992. As gravações da abertura foram feitas em Lençóis, na Chapada Diamantina, Bahia, onde a paisagem natural era ideal para a montagem das cenas desejadas. Entretanto, em oposição as contribuições de tantos moradores da Maré nessa fase de adaptação e de construção de suas casas, no folhetim, há uma trama que trata da rivalidade entre duas famílias no sertão nordestino é também repleta de elementos de um certo realismo fantasioso. Outra importante observação a ser levantada é que essa música retrata muito bem essa dificuldade que muitas vezes é cantada com alegria, mostrando também as dificuldades encontradas no dia a dia, a perseverança, a luta, a falta de moradia, a fome, a miséria, o contraste entre pobreza e riqueza, entre abastados e desprovidos, além da questão da

migração, não possibilitando o esmorecimento ou desistência. Neste sentido, cabe destacar trechos desta música:

Quem é rico mora na praia / mas quem trabalha nem tem onde morar / Quem não chora dorme com fome / mas quem tem nome joga prata no ar / Ô tempo duro no ambiente / ô tempo escuro na memória o tempo é quente / E o dragão é voraz / Vamos embora de repente / vamos embora sem demora / Vamos pra frente que pra trás não dá mais / Pra ser feliz num lugar / pra sorrir e cantar / tanta coisa a gente inventa / mas no dia que a poesia se arreventa / É que as pedras vão cantar.

Já para Sêneca, um mestre na arte de escrever textos filosóficos, que viveu por volta do ano 4 a.C. até 65. d.C., “a felicidade se constrói através da razão, da retidão, da harmonia com o universo”. Com isso o filósofo defende uma vida regrada, sem abusos, para se evitar doenças tanto do corpo como da mente. Segundo ele, é preciso pensar por si próprio, não se deixar conduzir, realizar o bem e não apenas aquilo que é frequentemente feito. Para o filósofo, “deve-se praticar a virtude em detrimento do vício para ser feliz” (SÊNECA, 2009, p.13).

Esse relato, explicita uma das inúmeras situações de solidariedade na história de ocupação da Maré. A professora da UFRJ, Lilian Fessler Vaz, que realizou inúmeras pesquisas sobre as comunidades mais antigas da Maré, declarou sua admiração pelo que aconteceu na localidade, até tornar-se um bairro: “o chão é dado, aqui ele teve que ser construído. Fazer a casa, sem ter o chão é algo absolutamente incrível. O processo de ocupação e conquista da Maré tem um caráter histórico” (MUSEU DA MARÉ, 2008).

O movimento das marés, a vegetação, onde predominavam os manguezais contribuíram para dificultar a construção das palafitas. Outro problema eram os afundamentos das bases, sobre as quais eram construídos os barracos, exigindo um esforço constante para que suportassem o sob e desce da maré. Uma façanha arquitetônica e de engenharia rudimentar pairava sob a criatividade de seus construtores. De acordo com os testemunhos de antigos moradores, conforme registrado pela antigas Associações de Moradores do Parque União e da Nova Holanda, para dar maior sustentação a essas bases, na primeira etapa da construção, utilizavam madeiras, tipo pernas de três, de 6m de comprimento, cada uma. Essas madeiras eram emendadas de três em três, no sentido do comprimento, com emendas de 1,5 metro de comprimento no meio da estrutura e amarradas, firmemente, a oito paralelepípedos, distribuídos nas emendas de 4 em 4, presos com cordas de sisal ou fibra de barco. As estacas que davam suporte a base da palafita, eram afixadas à lama da maré, sendo 8 nas extremidades do quadrado

e um no meio, perfazendo na base uma estrutura quadrilátera do tamanho 3x3, com dois metros de distância de uma estaca da outra. Seguindo esta lógica, cada cômodo teria a dimensão básica de 4,0m x 4,0m, com área de 16m².

Dependendo da falha geológica ou da abertura do surgimento da fenda na plataforma dentro do Canal, seguiam outro raciocínio: colocando-se 4 estacas em cada lateral do quadrilátero e no centro da estrutura, mais 4, na distância de 1 metro de cada estaca, o que daria no mesmo valor da área a ser ocupada: 16m². Observa-se que cada um desses paralelepípedos era capturado e retirado dos grandes depósitos da Avenida Brasil, na época da construção dessa importante via. Cada estrutura após as emendas, possuía 15,0m, na qual apenas 9,0m ficariam submersos no mangue e os outros 6,0 m ficariam fora d'água aguardando a enchente da maré, a fim de não alagar o andar. A partir daí, muitos moradores subiam nos ombros uns dos outros a fim de obter uma altura necessária e satisfatória no momento de fincar as madeiras no mangue.

Os operários, principalmente, o mestre da obra então, aguardavam o ciclo de 7 luas, ou seja, cada ciclo lunar tem 4 fases: lua cheia, lua quarto-minguante, lua nova, lua quarto-crescente, portanto, esperavam cerca de 1,5 mês ou 6 semanas completas para observar o tempo da maré, encher e esvaziar, para verificarem se algum desses suportes saía do lugar. Às vezes, um ou outro saía, e se, o serviço fosse bem-feito, não sairia nenhum. Segundo apontado por um mestre de obra, “[...] eles esperavam a maré baixar na lua minguante e aguardava-se até a próxima lua cheia, do ciclo seguinte, se reerguer”. O homem intervindo no ambiente, alterando a paisagem, observando as condições favoráveis da natureza e em suas propriedades a fim de criar uma situação favorável de melhor condição de vida.

Segundo Fara (2014), o número 7 sempre foi muito especial para a humanidade. Registra-se que o livro mais antigo sagrado do sânscrito, o Rig Veda, descreve sete estrelas, sete continentes concêntricos e sete fontes de soma, a bebida dos deuses. De acordo com o Antigo Testamento judaico e cristão, o mundo foi feito em seis dias e no sétimo, Deus descansou; a pomba de Noé retornou sete dias depois do grande dilúvio; no livro de Isaías tem-se menção aos sete dons do Espírito Santo. Já o Novo Testamento cristão, registra que o livro do Apocalipse faz referência as sete igrejas que estão na Ásia, aos sete Espíritos, as sete estrelas, sete candelabros de ouro e as sete colinas de Roma. Da mesma maneira, os egípcios mapearam

sete caminhos para o céu, Alá criou um céu islâmico de sete níveis, e, o recém-nascido Buda deu sete passos largos para frente.

[...] o “7” tem características Matemáticas incomuns. Muitas delas parecem misteriosas para os leigos, mas, dentre as mais práticas, somente é preciso de sete cores para preencher um mapa em forma de toro, quer seja no formato de um anel ou de uma rosca com um buraco no meio, por exemplo, sem que as duas áreas adjacentes tenham as mesmas cores (FARA, 2014, p.7).

Para os numerólogos, de plantão, basta um passo para que um número em especial se torne um número mágico. Assim o número 7 significa a criação porque é a soma do número 3, espiritual, com o número 4, material. Para os alquimistas, há paralelos claros entre os sete degraus que levam ao templo do rei Salomão e os sete estágios sucessivos que levam até a purificação química e espiritual. Acredita-se que os gatos têm sete vidas, que sete divindades trazem sorte para o Japão, e uma receita tradicional judaica para a cura da febre envolve tomar a sopa de sete espinhos de sete palmeiras e sete pregos de sete pontas. Não é à toa que na passagem do ano velho para o ano novo, um quantitativo imenso de pessoas que vão à praia, adeptos a esta sistemática, pulam sete ondas. Já, a estrutura dos sonetos, geralmente, é formada na forma $4+4+3+3$, que dão a soma 14, que nada mais é do que 2×7 . Ciência ou superstição? Nem sempre é fácil separar os dois (FARA, 2014).

A propósito, quando os antigos astrônomos olhavam para o céu, viam sete planetas em torno da Terra. O sol e a lua eram os mais óbvios, pois acreditava-se que o sol era um planeta e não um astro celeste. Isto, devido aos rudimentares instrumentos astronômicos que possuíam à época. Além do sol e da lua, já eram conhecidos outros cinco, além do Planeta Terra: Mercúrio, Vênus, Marte, Jupiter e Saturno, o seguinte, Urano, só foi identificado no século XVIII. Segundo Boaventura Santos (2008), outra informação também debatida na época era a de que não havia uma diferenciação correta, cientificamente comprovada, entre astro celeste e planeta, isto só veio a ser diferenciado graças as pesquisas de Galileu Galilei (1564 – 1642).

O arco-íris de Isaac Newton é um exemplo ainda mais nítido de como a ciência e a magia se ligam por meio da força do número sete. Nesse sentido, mais de 2 mil anos depois de Pitágoras, Newton foi o maior defensor das experimentações precisas. Ainda assim, acreditava tão firmemente no universo harmônico grego, que dividiu o arco-íris em sete distintas cores, visíveis a olho nu, para corresponder às sete notas musicais (FARA, 2014).

Em conformidade com Boyer (1985), seguido de Fara (2014) e por sua vez Rosendahl (2014), apontam que na antiguidade, a abordagem adotada pelos babilônios, primeiros astrólogos a traçar os mapas celestes, para entender o universo ainda afeta profundamente as pessoas do século XXI. Aquela civilização na antiguidade, datada de 1.000 a.C., desenvolveu técnicas complexas de Matemática, registrando as estrelas e fazendo previsões sobre o movimento dos astros, que são seguidas até hoje. Seus conhecimentos sobre o espaço sideral, herdados por observadores posteriormente, formaram a base que sustenta a Astronomia, deixando um legado que estruturou a vida cotidiana. Foi graças aos estudos dos babilônios, que as semanas passaram a ter sete dias, que correspondem aos intervalos entre as quatro fases da Lua, onde cada hora à sombra lunar tem 60 minutos e cada minuto tem 60 segundos, ou seja, o quantitativo de horas necessárias para que o Planeta Terra dê em um dia um giro 24h, possibilitando que a lua, faça seu percurso de 4,5 semanas um ciclo lunar. No entanto, esta maneira ancestral de registrar a passagem do tempo talvez não seja a mais adequada aos dias de hoje e nem a mais conveniente, após a entrada dos estudos voltados sobre a relatividade, mas está profundamente infiltrada na vida da humanidade. Fara (2014, p.13) afirma que “durante a Revolução Francesa, um sistema mais racional de um dia possuindo 10 horas e uma semana contendo 10 dias foi introduzido, mas logo abandonado”.

Até hoje, nos cômodos das construções na Maré que sobreviveram aos desmontes e remoções, são observadas algumas memórias dos primeiros construtores, não graduados por uma universidade de engenharia, mas pela universidade da vida. Cada parede edificada possui, na sua grande maioria, 15 tijolos lajotas, que possuem 0,20 x 0,20m, perfazendo uma altura de 3,00m, de pé direito na construção, pois acredita-se, que nessa altura, a maré que foi compactada suportaria até três cômodos da nova casa, com direito a uma laje de cimento, ao invés de telhas. Além disso, todas as janelas, claro que todas que puderam ter janelas, foram projetadas no sentido à oeste, em direção à luz do luar, para que pudessem acompanhar as mudanças de fases lunares e assim observar o estado da maré cheia, uma ocasião propícia à pesca e trazer a mansidão aos corações, submergidos pelas saudades de sua terra natal.

Nesse sentido, a musicalidade de “Luar do Sertão”, cantada e recantada por diversos músicos e intérpretes da música popular brasileira ainda provoca sentimentos de saudades e romantismo a tantos em sua memória de imigrantes. Trata-se de uma toada brasileira de grande popularidade, mais gravada de todos os tempos, que em seus versos simples e ingênuos elogia

a vida simples do sertão nordestino, especialmente ao luar. Além de toada, “Luar do Sertão é reconhecida como canção e foi gravada por diversos intérpretes populares: a primeira versão foi dada por Eduardo das Neves (1874 – 1919, em 1914, passando para Paraguassu (1890 – 1976), em 1936, de Francisco Alves (1898 – 1952), em 1943, de Vicente Celestino (1894 – 1968), em 1952, de Paulo Tapajós (1913 – 1990), em 1955, de Orlando Silva (1915 – 1978), dentre outros. A longa lista de intérpretes desta canção mostra o tanto de importância perene e saudosista que ela representa. Mas, a mais famosa interpretação foi dada em 1962 pelo compositor e músico brasileiro Luiz Gonzaga (1912 – 1989), conhecido como o Rei do Baião, em seu “LP”, em vinil, “Luiz Lua”. O que tornou a canção Luar do Sertão, um marco na musicalidade e nas marcas da identidade nordestina, imbricada com saudades e memórias de sua terrinha natal. Com sua interpretação, transformou-a na mais conhecida composição brasileira dos últimos tempos. Um trecho desta toada faz memória tanto ao seu último compositor como também aos românticos e saudosistas mareenses:

Não há, ó gente, oh! Não, luar como esse do sertão / Oh que saudade do luar da minha terra / Lá na serra branquejando, folhas secas pelo chão / Este luar cá da cidade tão escuro / Não tem aquela saudade, do luar lá do meu sertão! / Se a lua nasce por de trás da verde mata / Mais parece um sol de prata, prateando a solidão / E a gente pega na viola e ponteia / E a canção e a lua cheia, a nascer no coração.

Os arquivos da Rede Memória, registram que, sobre as antigas edificações de palafitas, tem-se que todo um esforço para melhor se estabelecerem no lugar e que por vezes era ignorado pelas autoridades. A Guarda Municipal, por exemplo, realizou várias demolições, passando cabos de aço, presos a tratores, em torno de algumas estacas a fim de derrubar os barracos. Os moradores, então, criaram estratégias para evitar as ações, de surpresa, da Guarda Municipal. Construía as palafitas em mutirão durante toda a noite à luz de lampiões e velas e, em seguida, mulheres e crianças ocupavam as casas sobre as palafitas, com a certeza de que assim poderiam evitar as demolições, contando também com a ajuda de São Pedro, protetor dos ribeirinhos e padroeiro dos pescadores. Outra estratégia eram as estacas feitas em dormentes de linha de trem, em ferro “H” ou “I”, para que, ao serem puxadas pelos tratores da prefeitura, a edificação não se abalasse. Em cada dormente de ferro, era colocado uma imagem do santo protetor ou de São Sebastião, padroeiro da Cidade do Rio de Janeiro. Desta forma as construções continuaram e os moradores se familiarizando com os movimentos das marés e todas as adversidades, facilitando o surgimento de novas moradias.

As palafitas da Maré acabaram se tornando um símbolo da miséria nacional, visto que os aviões que decolavam do Aeroporto Internacional do Galeão, faziam suas rotas sobre as comunidades que se expandiam desordenadamente, viam do alto o que se passava no litoral, uma imagem desconcertante e desorganizada. Evidenciando-se a pobreza e a falta de investimentos em políticas públicas, tal como em saneamento básico. Além disso, a visão que as palafitas deixavam para quem as olhassem no sentido da Avenida Brasil para dentro das comunidades, deixavam um ar muito constrangedor, ao ver tanta miséria e desordem. Assim, foram erradicadas no início dos anos 80, do século passado, através do Projeto Rio, que consistia em aterrar uma grande área do espelho, na plataforma marítima, sobre a Baía de Guanabara a fim de construção de conjuntos habitacionais.

Quanto às moradias construídas sobre terra firme, não foram desapropriadas. Assim, grande parte da favela de Nova Holanda, do Parque União e da Baixa do Sapateiro passaram a ser reconhecidas como comunidades, pois passaram a ter seu Código de Endereçamento Postal - CEP próprios. E, com os aterros, surgiram as comunidades da Vila do João, Conjunto Esperança, Vila do Pinheiro e Conjunto Pinheiro e Uga-uga. Outro fator também necessário às novas construções desses conjuntos habitacionais foi as novas instalações das escolas públicas, os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, a partir do ano de 1983, no primeiro governo, de 1982 a 1984, do Engenheiro Leonel de Moura Brizola, Governador do Estado, que possibilitou a construção da Linha Vermelha, seguindo o fluxo da Baía de Guanabara, sobre o Canal do Cunha, ligando a baixada fluminense ao centro do Rio de Janeiro. Com as construções dos CIEPs, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, estes CIEPs cederam espaços em suas instalações térreas para fins de implantação dos Postos de Saúde, em parceria com o Agrupamento do Corpo de Bombeiros, para atendimento tanto aos alunos como aos moradores das comunidades do entorno. A propósito, cabe destacar que na Maré, há apenas um Ciep pertencente, à rede estadual de educação, implantado em 1994, e mais seis pertencentes à rede municipal de educação, todos esses implantados em 1983.

Com a construção da Ponte, ladeando o Canal do Cunha e o perímetro da Maré em toda a sua extensão, apesar da importância, poucos sabem que seu nome oficial é uma homenagem ao Presidente João Goulart, o “Jango”. A RJ-071, ou Via Expressa Presidente João Goulart, tendo cerca de 22 quilômetros de extensão e teve dois trechos inaugurados, em 1992 o trecho Caxias até a Ilha do Fundão/Maré e em 1994, o trecho Maré até o bairro de São

Cristóvão. Essa obra apesar do desenvolvimento econômico que representou para o Estado do Rio de Janeiro, consideravelmente ao utilizar esta rodovia, também trouxe em larga escala o impacto ambiental, prejudicando grande parte da colônia de pescadores que viviam a margem do canal. Com a construção das bases e pilares da nova edificação sobre o canal, sem estudos, sobre os impactos ambientais que causariam à região, elevou o nível do lodo que jazia adormecido no fundo da baía, fazendo com que muitos currais de criação de peixes e cativeiros com criação de caranguejos fossem extintos, falta de bom senso. Esse é um quadro evidente da toponegligência ocorrida na região da Maré provocada pelo descaso das autoridades públicas com relação ao local e ao Meio ambiente.

É fato, encontrar-se ali uma realidade marcada pelo proletariado, com o predomínio de uma população, na sua grande maioria de origem nordestina e/ou negra, pouco qualificada profissionalmente, com baixo nível de escolaridade, baixa renda familiar, empregada majoritariamente em atividades manuais, prestação de serviços e/ou no comércio. Esse perfil potencializa-se na região no que diz respeito à pobreza e, à violência, em consequência do abandono do Poder Público. É necessário, no entanto, que se leve em conta a distorção produzida por essa representação, já que o Complexo é marcado por uma profunda diferenciação socioespacial, assim como uma rica diversidade de práticas de pessoas e grupos (poderes não institucionais) que lhe configuram realidades cotidianas múltiplas. Isto traz uma importante produção sociocultural, resultante do processo de sobrevivência do coletivo, resilientemente, que tem grande relevância na construção da identidade de sua população, principalmente, pertencente ao gênero feminino, objeto e sujeito desta pesquisa, e as crianças e adolescentes.

Apesar de toda a diversidade e das profundas divergências teórico-ideológicas sobre o que é um movimento social, é possível afirmar que o uso dessa noção sempre se enquadra em perspectivas totalizadoras, interessadas em interpretações dadas ao conflito social. A existência da Maré é um desses casos. Via de regra, sua existência é uma reafirmação da unidade do conflito social ou da luta de classes. Neste sentido, paradoxal, pode ser resumida em uma frase emblemática, citada por Oliveira (2002, p.223) “a favela venceu”. Dessa forma, a ascensão social pode acontecer em qualquer classe, porém, ela acontece a altos custos para os socialmente mais delicados, principalmente porque, para a sua sustentação, o sistema expande permanentemente uma multidão de excluídos.

Assim sendo, como declara De Masi (2010, p.181), “os projetos e os desenhos estão vivendo uma revolução à Copérnico”. Até há pouco tempo, a maioria dos objetos era projetada com base em materiais disponíveis na natureza ou dos poucos materiais que podiam ser obtidos, combinando-se com estes as matérias-primas. Os materiais utilizados na produção e nos projetos das palafitas que serviam de bases para os barracos da Maré, seguiam esta linha de raciocínio. Esses materiais eram, portanto, um dado, uma variável independente e representavam um vínculo absoluto para o projeto. Atualmente, entretanto, é possível inventar novos objetos que prescindam dos materiais disponíveis e, em função deles, preparar novos objetos dotados das características necessárias para viabilizar tais projetos.

O ex-presidente do Brasil, sociólogo e professor universitário, Fernando Henrique Cardoso, em um de seus discursos, quando esteve na Índia, em 1996, se coloca assim quando se refere à luta constante do ser humano: “há um sentimento de exclusão, de mal-estar em vastos segmentos das sociedades ricas integradas na economia global, alimentando a violência e, em alguns casos, atitudes de xenofobia” (FHC, 1996, p.11)²².

Fatidicamente, sob este ponto de vista, todo mundo, no mundo inteiro, fala do desemprego. A falta de oportunidades e de bons empregos, que paguem e ofereçam estabilidade, perspectivas de carreira, seguro-desemprego, segurança contra acidentes de trabalho, enfermidades, velhice e morte, é sentida em praticamente todos os países estejam eles nos países desenvolvidos ou semidesenvolvidos²³.

Neste contexto, constituiu-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que representa uma estruturação formada por países e parceiros estratégicos dedicados ao desenvolvimento econômico do mundo inteiro, onde os membros organizados em conferências discutem políticas públicas e econômicas a fim de orientar os demais países a atingirem seu pleno desenvolvimento e, quando necessário, distribuem subsídios financeiros a estes países.

²² Cardoso, Fernando Henrique (ex-presidente do Brasil). Folha de São Paulo, 28.jan.1996.

²³ Nova nomenclatura adotada a partir de 2010, segundo Pochmann (2010).

De acordo com a OCDE, relata Pochamann (2010), os países que eram considerados como desenvolvidos, em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos, receberam nova terminologia em conformidade com as novas regras atreladas à economia global e imbricadas à nova divisão internacional do trabalho e de seus novos postos. Para tanto, é importante destacar cada um destes blocos, a saber: Os países centrais são os países que se tornaram bem-sucedidos pós-revolução industrial e sua maioria se encontra na Europa, na Ásia e, acrescenta-se a esta lista, os Estados Unidos. Os países considerados periféricos são países subdesenvolvidos, sua economia é primitiva baseada na agropecuária e exportação de matéria prima e estão localizados em grande parte da África, no Oriente Médio e todos da América Central, a exceção do México. Por isso, sua dependência está atrelada aos países da zona central que têm maior influência econômica, cultural e politicossocial.

Já os países semiperiféricos são menos desenvolvidos do que os países do bloco central e mais desenvolvidos do que os países pertencentes ao bloco periférico. É possível afirmar que se enquadram em pleno desenvolvimento industrial, por isso são considerados emergentes e, além disso, grande parte de sua população encontra-se nas grandes áreas urbanas. O maior exemplo de países semiperiféricos, constitui-se no bloco Brasil, Rússia, Índia e a China, sendo representado pela união da BRIC, mas ainda, estão elencados nesta classificação, a África do Sul, a Argentina, o Chile, o México e a Turquia (POCHMANN, 2010).

Considerando que o bairro da Maré seja um Complexo de favelas e esteja situado na cidade do Rio de Janeiro, localizado no Município do Rio de Janeiro, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro, que é um dos 26 estados do Brasil, isto quer dizer que, ele, o bairro da Maré, deveria ser classificado como uma unidade do semiperiférico, pois sua Unidade Federativa pertence ao setor semiperiférico também. No entanto, as questões que levam em consideração, no quesito referente ao fenômeno urbano em uma totalidade de aspectos, os fatores historicidade, populacional, econômico, politicossocial, organizacional, cultura, morfológica – física, imaginário e funcional, elevam-se em uma perspectiva multifatorial quando incluído na cidade. E para que este diagrama de malha esteja vivo é necessário que o mareense se detenha impregnado de duas maneiras: com esperança e com resiliência.

É certo que manter a esperança acesa no coração exige muito do ser humano, como recorda a pesquisadora Paula Guimarães (2018), jornalista e mestre em Comunicação e

Semiótica. Dois aspectos que são muito exigidos e considerados importantes por esta pesquisadora são a esperança e a resiliência.

A esperança é uma virtude, um bem depositário de pobres e ricos, ousados e medrosos, encorajados e desencorajados é “uma realidade extremamente necessária. Ela nutre a alma e não permite que os problemas e medos roubem nossa lucidez”, assim se refere Guimarães (2018) em seus apontamentos. E, conclui: “quem a perde correrá o constante e perigoso risco de se tornar refém das feridas causadas pelos desencontros e decepções que, comumente, surgem em nossos relacionamentos e em nossa vida cotidiana”.

Em sua encíclica *Spe Salve*, (BENTO XVI, 2007), dos números 32 a 48, o então pontífice, Bento XVI, falando dessa fantástica virtude, sinalizou que existem “alguns lugares” nos quais é possível aprender e desenvolver a esperança, dentre tais realidades, a esperança pode ser aspirada ou ser encontrada dentro de cada pessoa, pois a esperança é a força que move, dá otimismo, entusiasmo, superação. Um suspiro, capaz de manter viva a chama da vida. A força que é preciso para enfrentar qualquer dor, desencontros, sofrimentos. Pois, conforme salienta o autor da Carta aos Romanos (Romanos 5, 3-5): “sabemos que a tribulação produz paciência, a paciência prova fidelidade e a fidelidade comprovada, produz a esperança. E a esperança não engana”. É isso que comove, que faz do povo mareense adaptado ao lugar, movimentando-se em tofília: esperança em dias melhores. E, ai, do mareense que não tiver paciência... Paciência na época das grandes chuvas. Paciência na falta de emprego, quer seja dentro ou fora da Maré. Paciência na procura de vaga para matricular seus filhos nas escolas públicas do entorno escolar ou nas creches públicas localizadas na região. Paciência nas intervenções governamentais com as desapropriações locais. Paciência na busca de qualquer bem relativo às condições de sobrevivência. Paciência com a fome. Paciência com a falta d'água. Paciência na fila de aquisição do gás de cozinha. Paciência na espera de condução ou de transporte público. Paciência na busca legalização para si ou para outros com relação e respeito dos Direitos Humanos. Paciência na época das grandes Operações Policiais. Paciência.

2.5.2 Luta e resistência face às condições de segurança e intervenção policial

Muitos dos moradores optam por ter fé, ao invés de ter medo. Entende-se aqui que fé combina com esperança, logo, esperança equivale a fé destes. Paulo Freire, em seu discurso sobre a esperança, pondera sobre esta virtude, assim como, possivelmente, intercambiou os termos fé e esperança concomitantemente. Segundo o grande pensador da educação, “é preciso ter esperança para chegar ao inédito viável e ao sonho” (FREIRE, 2000). Mas é preciso ter cuidado! Ressalta Freire: “há pessoas que têm esperança do verbo esperar”. Esse educador e filósofo falava da esperança do verbo “esperançar”. Esperar é: “Ah, eu espero que dê certo, espero que aconteça, espero que resolva”. Sendo que esperançar é ir atrás, é não desistir. Esperançar é ser capaz de buscar o que é viável para fazer o inédito. Esperançar significa não se conformar”. E este pensamento, é sempre visto e vivenciado na vida de muitos mareenses.

Na verdade, as experiências vividas por esses moradores não são situações tranquilas, precisam ser centradas. E o centro está na esperança de que cada um se alimente e se fortalece a cada dia. Isto é uma batalha a ser travada: sustentar a esperança é necessário combater diariamente e, por mais difícil que seja, a esperança foi infundida na alma de cada mareense. A esperança sustenta a fé de cada um. A esperança em dias melhores, esperança em melhores condições de vida, esperança em obter as condições necessárias para sua sobrevivência e sua felicidade, já que a vida deste é conduzida com hábitos de esperança, sobretudo os nordestinos, conforme expresso em suas falas publicadas no Jornal Maré de Notícias, edição 109, novembro de 2019. Em suas cartas aos Hebreus, São Paulo (Hebreus 6,19) vai dizer: “a esperança com efeito é para nós uma ancora segura e firme”, pois “a esperança não decepciona”, conforme aponta o próprio São Paulo escrevendo à comunidade dos Romanos (Romanos 5,5), mesmo que a esperança venha nascer a partir dos sofrimentos e tribulações na vida. Não é por acaso que o termo “sofrimento” em grego significa “pressão”. Acima de tudo, a esperança os protege contra o desânimo, contra a perene tristeza, é o antídoto que os anima diante de suas fraquezas e obscuridades da vida.

Uma forma comum de resiliência é atribuir em situações de extrema tribulação, o riso, mesmo que seja através do “humor ácido” tal qual nos versos adaptados de uma famosa poesia brasileira: “Canção do Exílio”. A “Canção do Exílio” é uma poesia romântica do escritor brasileiro Gonçalves Dias. A composição foi criada em julho de 1843, quando o autor se

encontrava em Coimbra e ressalta o patriotismo e o saudosismo em relação à sua terra natal. Foi introduzida na obra lírica Primeiros Cantos, de 1846. Vê se neste trecho tal qual ressalta o escrito TUAN (2012) aspectos da toponímia: “Minha terra tem palmeiras, / onde canta o Sabiá; / as aves, que aqui gorjeiam, / não gorjeiam como lá. / [...] / Nossos bosques têm mais vida, / nossa vida mais amores. Se, provocado com outras palavras, adaptando-se o poema original, com a intensão de proclamá-lo no sentido oposto em relação à região da Maré, poderia ser relido assim: “Minha terra não tem palmeiras, / onde canta a *bala lá*; / as *balas* que aqui gorjeiam, / não gorjeiam como lá. / [...] / Nossas praças têm mais vida, / nossas vidas mais humores²⁴.

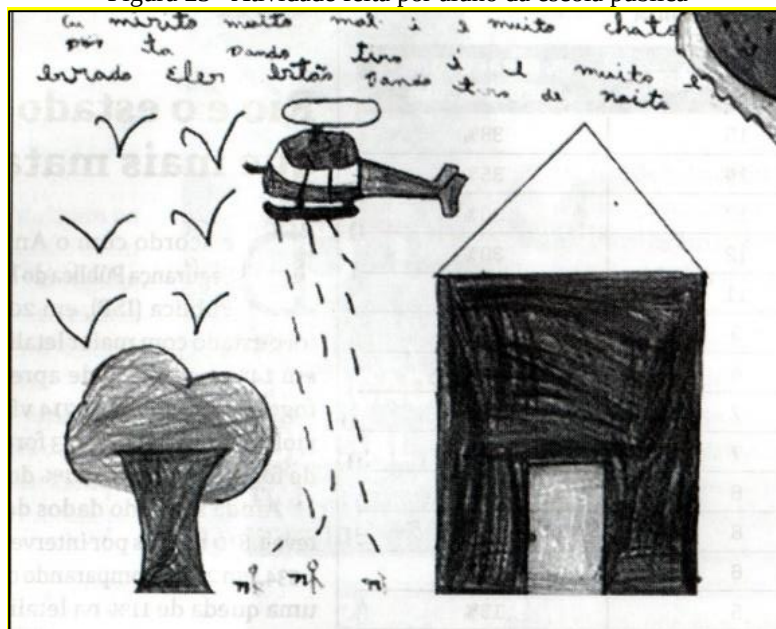
É certo que aquilo que se apregoa sobre a localidade sempre está em desenvolvimento pela política do medo. Isto porque, quando se ouve falar da Maré, aflora uma expectativa de medo, porém há um outro sentido mais importante do que o apego. Trata-se do sentido da vida, do sucesso, da estabilidade, da felicidade. O medo existe de uma possível incursão policial ou de um possível confronto entre facções criminosas que tentam invadir o local e até mesmo de uma possível remoção, no caso daquelas residências em estágio de grande vulnerabilidade.

Segundo os boletins (Boletim Direito à Segurança Pública na Maré – BDSPM, produzido pela ONG Redes de Desenvolvimento da Maré) de números 3 e 4, para se ter uma ideia sobre a violência armada na Maré, os dados gerados apontam para uma realidade altamente conflitante, contraditória e de grande impacto tanto no emocional dos moradores como no social. Nos anos de 2017 a 2019, foram realizadas 139 Operações Policiais, ou seja, a cada 7,9 dias do ano aconteceu uma operação policial na Maré e em média uma operação dessas tem a durabilidade de pelo menos 6 a 8 horas. Isso dá mais de 900 horas de operações. Como consequência, tem-se em torno de 245 pessoas feridas por arma de fogo, sendo 135 pessoas feridas com balas perdidas em Operações Policiais e 110 em ações dos grupos armados de territórios diferentes. Em todos os episódios desta triste realidade, houve 149 mortes por arma de fogo, sendo 134 em decorrência de ação policial e 15 por ação dos grupos armados externos ou internos à localidade. Em média, a cada 7 dias de operação, uma pessoa foi a óbito.

²⁴ Criação feita por alunos do ensino fundamental, ano 2008, CIEP Operário Vicente Mariano, Maré. Publicado em Jornal do Cidadão, edição bimestral, ONG CEASM.

Um dos primeiros pontos negativos que ainda é encontrado na região da Maré, para além dessas trágicas estatísticas, tem-se também, 78 dias de atividades suspensas nas escolas, no ano letivo de 2019, sendo em média 24 dias sem aulas presenciais, por motivos óbvios das escolas terem fechado ou àquelas que tampouco puderam abrir. Um cálculo rápido vai apontar que em média, os alunos da Maré perderam até 22% dos dias letivos. Eis a manifestação de um dos alunos em dia de aula, figura 25, sinalizando seu sentimento em relação a comunidade.

Figura 23– Atividade feita por aluno da escola pública



Fonte: Maré de Notícias, BDSPM n.4, 2019, p.4

Assim, a topofilia se transforma em topofobia, devido às operações policiais, segundo aspecto negativo da comunidade. A supremacia, a arrogância e o desmando dos “elementos ligados” ao tráfico de drogas, terceiro ponto negativo. Embora, os pontos positivos apresentados, ao longo deste estudo, sejam predominantes, os aspectos negativos apontados tornam o lugar triste e negativo para nele se viver. Nessa mesma linha de raciocínio, um dos aspectos também negativos que surge veladamente na região, principalmente nas escolas, é a não aceitação por grande parte dos alunos das escolas na não comerem carne suína. Isto se dá devido à utilização dos criadouros de porcos na região por “elementos ligados” ao tráfico de drogas para fins de despachar os corpos dos “inimigos da região” dando seus pedaços aos porcos que ali são criados e também aos jacarés.

Outra fatalidade é a questão dos atendimentos nas unidades de saúde. Foram 75 dias de atividades suspensas nestas unidades de pronto atendimento. Estima-se que 15.000 atendimentos em saúde, contando com consultas, tratamento dentário, puericultura e vacinações que não foram realizados devido a estas operações. Só no ano de 2019, foram registrados 117 dias com tiroteios e ocorrências em diferentes pontos da Maré em Operações Policiais ou em ações das redes ilícitas e criminosas que atuam no Rio de Janeiro e tentam vez ou outra se infiltrar na localidade para obtenção de espaço de controle e mercado. Isto leva a registrar 39 operações, 78 tentativas de invasões, 34 mortes violentas, 14 apreensões de armas pesadas e 281 horas ao som de tiros. Na verdade, sempre ouviu-se falar na existência do tráfico armado no local, mas sua presença quase sempre velada até o início dos anos 2.000. Após esse período, passou-se a configurar-se, sobremaneira, virando banalidade o seu convívio, “um estado comum”.

Figura 24 – Vista do helicóptero sobrevoando a região da Maré



Fonte: Maré de Notícias, ed. 104, p. 6

E não somente isso, como em todas as operações e incursões policiais, agrava-se o dia de medo e tensão na localidade. As operações também são marcadas por ilegalidades e violação de direitos, exageros, onde são encontrados os despojos após os mandados de busca e apreensão, carros, portas e janelas arrombados ou metralhados. Saldo de placas de madeira, acartonado, aço, concreto espalhados e vidros estilhaçados, seguidos de uma série de evidências de violação de direitos e abusos por parte dos que deveriam defender e proteger os moradores que ficam à mercê do silêncio e do pânico que se forma diante das arbitrariedades. Os moradores

não têm outra solução, a não ser denunciar, com medo de represálias, humilhações, ou de serem ultrajados em plena praça pública ou dentro de sua própria casa. Seguir adiante, mesmo que com tamanha aviltção, devem abrir protocolo junto à Defensoria Pública, instalada na região, logo após, a mídia escrita e televisiva publicar tais eventos repetidas vezes. Felizmente, após cada operação policial que é realizada pela Polícia Militar ou pelo Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais – CORE, nas diversas áreas conflagradas da Cidade do Rio de Janeiro, tal como o território da Maré, a vida volta a sua normalidade, não importando se haverá nas próximas 24h outra atividade policial, tendo em vista a grande vulnerabilidade social da região.

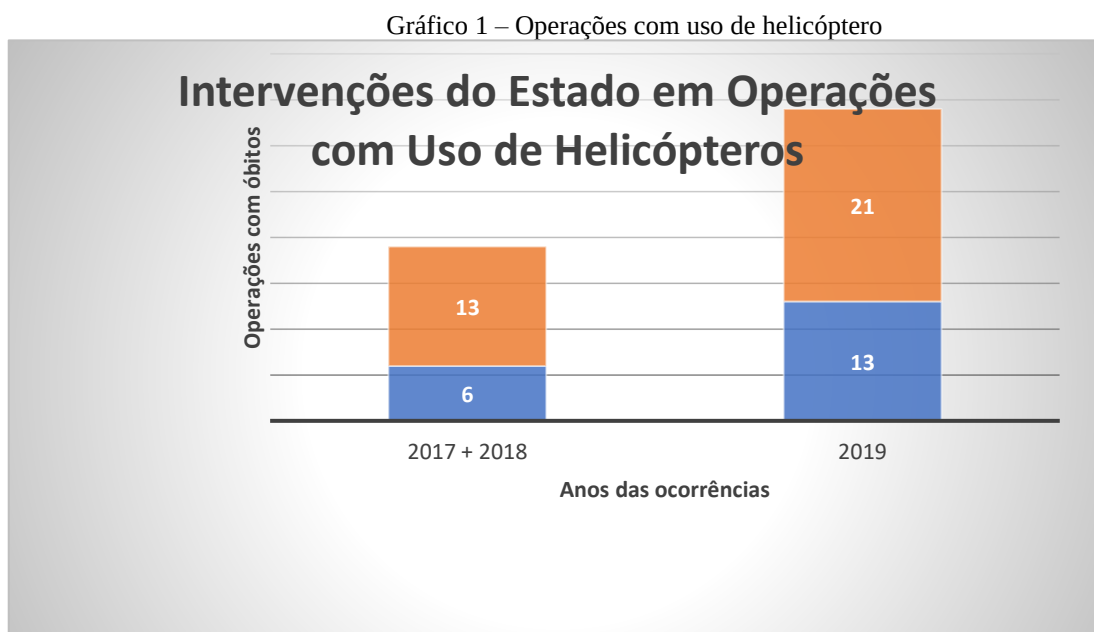
Figura 25– Carro arrombado: depredação de patrimônio pessoal e violação de direitos



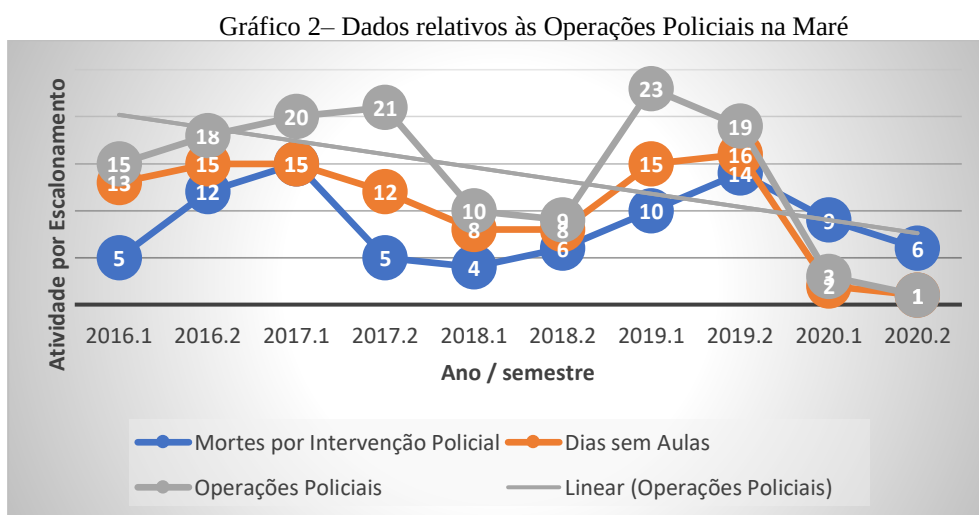
Fonte: Maré de Notícias, edição 92, 2018, p.15.

Um dado alarmante, também apontado, tanto pelo Boletim como pelo Jornal – Maré de Notícias – são as 34 (trinta e quatro) mortes em Operações Policiais somente no ano de 2019, sendo 25 (vinte e cinco) em que os policiais teriam desfeito a cena do crime sob afirmação de “socorro à vítima”. Além disso, 62% das mortes por intervenção de agentes do Estado foram em operações com uso de helicóptero. Em 2017, somado aos casos de 2018, tem-se 19 (dezenove) casos que foram a óbito, sendo 13 (treze) por ataque terrestre e 6 oriundas da ação realizada por via aérea, ou seja, “foram abatidos como caça” pelo policial posto no helicóptero. Já no ano de 2019, foram 44 (quarenta e quatro) mortes, sendo, 21 (vinte e uma) sob ataque terrestre e 13 (treze) vítimas pela ação aérea. No ano de 2020, estes ataques aéreos foram

proibidos. Todavia, no ano de 2020, aconteceram 3 (três) Operações Policiais na Maré, via terrestre, planejadas pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE. E, no ano de 2021, apenas 1 (um) episódio foi registrado no primeiro semestre. O gráfico a seguir demonstra essa estatística do medo, da luta, da resistência e do confronto:



Fonte: o autor



Fonte:

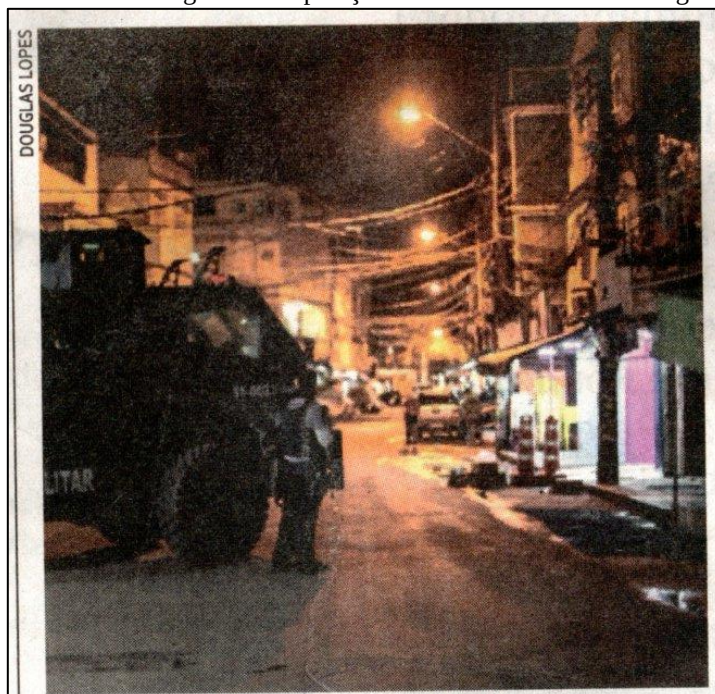
Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, n.4, 2019, p.4

Acima a linha de tendência, ilustrada na cor cinza, indica que deveria ser a diminuição dos casos de óbitos e o número de dias sem aulas, pois o desenho do polígono gerado pelos pontos assinalados no gráfico de linhas é afunilado no centro e dilatado nas

extremidades de forma opostas, ou seja, para cada dia de operação em 2016.1, tem-se 15 para 5 óbitos e em 2020.2, tem-se 1 para 6 óbitos; isto corresponde à uma distorção, seguindo a linha de tendência (pontilhada), o que comprova que as Operações Policiais nas comunidades do Rio de Janeiro, geram inúmeros prejuízos à vida, tanto como os óbitos, como também os dias de suspensão das aulas, além do comércio local fechado, gerando prejuízo aos comerciantes.

Ações Policiais, quer sejam em plena madrugada ou em dia claro, conforme sinalizam as figuras 27 e 28, a seguir, sempre soam como sinal de perigo, resistência e de resiliência atrelado à *paisagem do medo* que é gerada pela mídia televisiva além das constantes ameaças de uma continuidade de uma possível guerra civil, entre a segurança pública e “elementos” ligados às facções. Operações desse tipo e de grande porte são exemplos reais de uma verdadeira dominação colonial em pelo século XXI, ora sinal de submissão ora sinal de resiliência local.

Figura 26– Operações Policiais durante a madrugada



Fonte: Redes da Maré, edição 116, p1

No olhar triste do jovem que passa na rua, bem próximo, onde se encontra um veículo blindado em um destacamento militar, deixam incertezas a partir dos questionamentos de seus moradores: será que retornarei para casa são e salvo? Quando será

possível ter paz aqui no território da Maré, sem que forças extremas precisem ser destacadas na entrada das comunidades?

Figura 27 - – Operações durante o dia, receio e medo.



Fonte: Maré de Notícias, edição 103, p. 3

Não obstante essa dura realidade, na música “Alagados”, uma canção escrita por Bi Ribeiro, João Barone e Herbert Vianna, os três membros do Grupo Paralamas do Sucesso, em 1986, gravaram, em seu terceiro álbum, esta exaltação à localidade denominada Maré e suas especificidades. Trata-se de uma reverência à esperança contínua, pois o “Sol da Esperança brilha para todos até mesmo para os menos favorecidos”. Nesse caso, a letra de “Alagados” retrata bem isso quando fala nos flagelados da Favela da Maré, cujas esperanças não provinham mais do mar, fonte de renda de muitos. Com o assoreamento do Canal do Cunha, provocado pelas obras nas construções de grandes pilares, que boliçaram a lama do fundo desse canal para dar lugar as vigas de sustentação à Via Expressa Linha Vermelha e consequente a poluição do trecho periférico onde se localiza a Maré, na Baía de Guanabara, chegando com seus entulhos devido aos reboliços das marés. Com isso, infelizmente, muitos moradores e grande parte da colônia de pescadores perderam grande parte da sua fonte de sustento.

A música ainda vem provocando a reflexão, sendo incisiva quando diz quem “nem das antenas de TV”, ou seja, do que é mostrado ou dito na TV. Para seus autores, a esperança não pode repousar sobre as chamadas de felicidade e bem-estar que são vistos nos comerciais

e anúncios, principalmente nas propagandas, pois, na sua grande maioria, os pobres têm alimentam uma falsa esperança, acreditam em falsas promessas. Isso porque o que a televisão transmite é a demagogia de nossos promotores e representantes, difundida principalmente em época de eleição. Assim aquelas pessoas vivem numa miséria até de esperança, sem perspectiva. Segundo a música, agora, o alimento esperança não vem por este canal, uma vez que o aparelho de TV se tornou muito popular entre as massas durante a crise econômica da década de 1980, e que, de uma maneira enganosa, ainda tentam ludibriar os sonhos daqueles que mesmo morando numa cidade que tem “braços abertos”, ou seja o Cristo Redentor, mas “com punhos fechados da vida real” que nega oportunidades para a população. A música faz ainda um paralelo com a favela de Trenchtown, subúrbio de Kingston, Capital da Jamaica, onde viveu Bob Marley, cujos habitantes passavam por privações semelhantes aos moradores das palafitas da Maré “palafitas, trapiches, farrapos, filhos da mesma agonia”.

A propósito, a estruturação e implantação da Lona Cultural Municipal Herbert Vianna, de acordo reportagem do jornal local: Maré de Notícias edição 94, páginas 12 e 13 – instalada no centro da Maré, exatamente, na rua divisória entre duas facções, foi aberta em 2005, com um show da banda Paralamas do Sucesso. Em sua inauguração, esse espaço de eventos culturais recebeu o nome de um dos integrantes dessa banda, em homenagem à música e a letra que enaltecem a localidade.

Neste contexto, é possível, também, evidenciar que, mesmo sobre a questão da violência provocada pelos tipos dados pelas armas bélicas, tanto por parte do poder paralelo como também por parte das incursões policiais e/ou do contexto da falta de segurança, conforme descrito no poema acima, há momentos de paz, alegria, contentamento e despreocupação como o poema coloca nos dois últimos versos. Isto não se trata de conformidade, é resiliência.

2.5.3 Luta e resiliência: as marcas para poder fincar os pés no local

O termo resiliência engloba um conceito que está atrelado ao conceito de interdisciplinarmente, pois a resiliência se fundamenta entre aspectos físicos, biológicos, psíquicos e sociológicos. Sua origem encontra-se no latim e possui dois significados que se

imbricam: *resiliens* que significa voltar para trás, isto é, em termos físicos, voltar ao estado anterior, e *mollitus dinamicus*, recolher-se, movimentar-se, isto é, o corpo que, sob pressão, possui mobilidade. Movimenta-se por si só, até chegar ao seu estado inicial ou de repouso. No grego, este termo tem sua orientação na física, ou seja, na mecânica termodinâmica dos corpos: *ελαστικότητα* /*elastikótita*/ que possui dinâmica elástica, retornando ao estado original após certo movimento. Como ilustrado anteriormente, ambos os conceitos colocados pelas traduções tanto como termo grego quanto como termo latino implicam na mesma orientação.

Resiliência diz se do fato ou propriedade que alguns corpos têm de retornar à forma original após sofrer alguma ação, isto é, após terem sido submetidos a uma deformação. Na sociologia, é a capacidade de se recobrar ou de se adaptar à má sorte, após sofrer mudanças bruscas. O ser humano torna-se resiliente, pois tem a capacidade de “dar um salto para trás” como força de expressão, “imediatamente igual a um elástico”, diante das vicissitudes da vida, mesmo sobre intensa tribulação, sempre se encorando no enfrentamento das dificuldades a ele imposta.

Na língua inglesa, *resilience* significa elasticidade, capacidade de autorrecuperação, pois tem suas origens na Física, significando a propriedade de um corpo de recuperar sua forma original após sofrer choque, retração ou deformação sob pressão, pode também ser relacionado ao conceito de *robustness* remetendo-se à ideia de que uma dada organização estável, frente a uma perturbação, teria a capacidade de se manter intacta ou de se reorganizar ao redor de outro fator, para fins de manter sua estabilidade, podendo, até, este tipo de conceito ser aplicado a todo o tipo de matéria.

Para a Biologia, a evolução do conceito incorporou a exata noção de adaptabilidade. Desta maneira, poder-se-ia dizer que está aplicado tanto aos seres vivos, considerando-se todas as interrelações orgânicas que ocorrem, mesmo em nível intracelular a fim de que uma organização viva e funcional possa ser gerada e mantida, quanto ao ecossistema, que em muitas vezes precisa sofrer reorganizações frente às adversidades e percalços para se manter preservado.

Quando aplicado à Psicologia, este conceito de resiliência refere-se à capacidade do indivíduo de enfrentar as adversidades, mantendo-se em uma habilidade adaptativa para ser

transformado por elas recuperando-se, chegando ao estágio da normalidade, robustecendo-se, conformando-se. Contudo, para a Sociologia, o conceito se expande indo além da adaptabilidade, pois os percalços vão chegando na vida dos indivíduos e a vida irá pedir escolhas a cada um, de modo intuitivo, até conseguir superá-las, só que desta vez, o sentimento do indivíduo não tende a retornar ao estado normal, será outro, mais perseverante e consciente com a finalidade de sobrevivência no meio. Não se trata mais de adaptabilidade, mas de conscientização de que é necessário superar as adversidades. Assim, o bairro da Maré é, nas questões que envolvem topofilia/topofobia, adaptar-se ao meio, movimentar-se para não deixar desesperançar-se, recuperando-se dos percalços lançados pela vida e pela inapropriada intervenção de Políticas Públicas.

Segundo o dicionário Houaiss Conciso (2011), diz-se que a esperança é o sentimento de possível realização daquilo que se deseja, cujo contrário é a desesperança. Ter esperança é ter confiança, é ter fé, crença naquilo ou aquilo de que se espera algo. Esta espera, não se trata de aguardar, no sentido de “cruzar os braços”. Espera do verbo esperançar: fazer, ter esperança; animar-se, cujo antônimo é desanimar-se.

A institucionalização, conforme Berger e Luckmann (2004, p.79), “ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores”. Diz respeito a todos os aparelhos estatais e não-estatais, oficiais ou não, que dito de maneira diferente, refere-se a qualquer uma dessas tipificações é uma instituição social. O que aqui deve ser levado em conta, mesmo tendo consciência de que este conceito de instituição é muito mais amplo do que o prevalente na sociologia contemporânea.

De certo modo, esse conceito mais ampliado é útil para uma análise global da constituição dos processos sociais básicos, como família, condomínios, vilas, vizinhanças, as associações de moradores, os grupos de amigos, “peladas de futebol nos finais de semana”, os locais de trabalho, dentre outros. A exemplo de processos sociais complexos, seriam a Igreja, o Estado, as repartições públicas, as firmas de escritórios, dentre outras. Nestes casos, o que deve ser levado em consideração é a proximidade e a reciprocidade das tipificações institucionais e o caráter típico não somente das ações, mas, também, dos atores envolvidos nestas instituições. A esse respeito, as tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a

própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. Desse modo, a instituição pressupõe que ações do tipo X ou Y serão executadas por atores do tipo X ou Y, biunivocamente. Por exemplo, a instituição da “lei” postula que as cabeças serão decepadas de maneiras específicas em circunstâncias específicas, e que, os tipos de determinados indivíduos terão que realizar esta ordem, ou seja, os carrascos, os açougueiros ou aqueles que foram designados por um certo poder.

Além disso, as instituições implicam na historicidade e no controle. As instituições recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada, uma simbiose ou “cisão identitária” segundo Bauman (2005b). Não podem ser criadas instantaneamente. Todas as instituições têm sempre uma história, da qual são produtos.

A esse respeito, Bauman (2005b, p.17) comenta como sendo comum afirma que as “comunidades”, sob as quais as identidades se referem como sendo as entidades que se definem, são de dois tipos. Para o autor, “existem comunidade de vida e de destino, cujos membros, vivem juntos numa ligação absoluta, e outras que são fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios”. Para Vecchi, prefaciador de *Identidade* (Bauman, 2005b, p.11), “a identidade, deve ser vista como um processo, tal qual sua expressão e análise, que se afirma na crise do multiculturalismo”.

Outra ressignificação da luta que é travada na Maré está na questão de sua configuração, e de tantas outras favelas, nos mapas oficiais da Cidade do Rio de Janeiro. As favelas aparecem no mapa oficial da Cidade apenas em 1947, após meio século de existência em diferentes pontos e bairros da cidade. Inacreditavelmente como, até hoje, muitas ainda permanecem fora do mapa. Deve-se indagar o porquê desse não reconhecimento da presença das favelas na cidade e por que caracterizá-lo como um lugar inapropriado ou um “não-lugar”.

Aparecer num mapa, ser identificado por lá, é significar a existência de um lugar habitado por pessoas e suas vidas. É grafar, marcadamente, o solo em que se vive, um espaço que foi conquistado e um lugar que se tornou habitável. É, portanto, ver-se onde está, sua localização no mundo, onde estão outras pessoas, ruas, vielas, becos, travessas, praças, rodovias, hospitais, fábricas, escolas, comércio, igrejas, portos, rios, montanhas e muito mais que se faz aparecer um mundo em que se deixa a arte de cartografar. De se fazer presente o que

é próximo e o que está distante, graças aos estudos do desenho, das linhas e das figuras estudados pela Geometria e não somente pela Geografia. Uma vez que o trabalho do cartógrafo é este: fazer uma escrita do espaço habitado e, com sua arte de figuração, fazer o desconhecido ser conhecido, considerado, e sobretudo, reconhecido como integrante do mundo da vida. Já o cartografado é o escrito, ou melhor, é o tornado habitado e visível.

No passado, uma das empresas que atendiam, e ainda continuam atendendo aos comerciantes da localidade, é a Companhia Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima – CEASA. A sigla corresponde às Centrais Estaduais de Abastecimento. As Ceasas são empresas estatais ou de capital misto (público e privado), destinadas a aprimorar a comercialização e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros. As Ceasas são empresas estatais ou de capital misto destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura a nível de atacado em uma região de ação. Surgiram no Brasil ao final da década de 1960, como iniciativa do Governo Estadual e permanecem até hoje no Rio de Janeiro.

Graças às CEASA, muitos comerciários e vendedores lojistas instalados na Maré, puderam adquirir artigos de hortifrutigranjeiros com a finalidade de abastecerem seu minimercado. Este minimercado aquecido pela economia local, pôde ser transformado em um grande mercado, outros se filiaram a supermercados, como no caso dos antigos mercados denominados: Leão, Girassol, Pegue & Pague, Pague Menos, Rainha, Rei e Princesa ou do atual *Multimarket*, que atendem no território aos consumidores e moradores das comunidades da Maré. Cabe destacar que, no início de suas instalações, os proprietários destas “lojas”, seguiam na madrugada para a “Variante”, atual Avenida Brasil com seus carrinhos de mão, para aguardarem os caminhões oriundos da CEASA a fim de receberem as encomendas de seus produtos.

Outra empresa que também atendia aos consumidores e moradores da Maré era a Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, criada pela Lei Delegada nº 06 de 26 de setembro de 1962, constituída também pela Lei Delegada nº 07 de 26 de setembro de 1962. Era uma espécie de “sacolão volante”, quando ele chegava era uma festa, vinha de tudo, até carne-seca, “coisa rara” que muitos moradores só podiam comprar ali. Esses caminhões vendiam vários produtos alimentícios. Os moradores precisavam fazer fila para entrar, os últimos da fila,

quase nada podiam adquirir, pois os gêneros, apesar de serem limitados por pessoa, geralmente acabavam antes da quadragésima pessoa a entrar em uma fila aproximadamente de cem consumidores. Era um período de carência e tribulações muito difícil. Outro tipo de caminhão volante que chegava às portas da Maré era o veículo da Fundação Nacional do Material Escolar – a FENAME, o qual segundo Figueira (2013), esclarece:

[...] durante a ditadura militar brasileira o Ministério da Educação estabeleceu duas políticas para os livros didáticos distintas e organizadas concomitantemente. Com a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático - Colted -, em 1966, o governo deveria estimular e controlar o mercado dos livros didáticos. Já a Fundação Nacional do Material Escolar - Fename -, criada por meio da lei n. 5.327, em 1967, em substituição à Campanha Nacional de Materiais de Ensino, estava responsável pela produção de manuais escolares que seriam distribuídos aos estudantes carentes.

Outra questão a ser pensada sobre a Maré, repousa em relação aos aspectos que a envolvem com a resistência. De acordo com o jornal local Redes da Maré edição n.100, página 13, foi em 1979 que o Ministério do Interior idealizou o Projeto Rio. Foi possível sua implantação graças aos investimentos do Banco Nacional da Habitação – BNH. Seu objetivo era remover as palafitas, aterrar aquela parte da Baía de Guanabara, “expulsar” a população que há décadas residia na região e, assim, tornar a área, pertencente à Marinha do Brasil, mais “moderna e civilizada”. Outra questão também levantada à época foi intermediar a remoção dos moradores da periferia da região, combatendo e exterminando o tráfico de drogas que predominava na localidade dos ribeirinhos.

De acordo com o site www.rioonwhatch.org.br. (um relato das favelas cariocas), os conselhos de moradores, instalados nas Associações de Moradores, resistiram à ofensiva. O governo recuou e permitiu que os moradores permanecessem no local considerado em terra firme. Os moradores das palafitas e suas famílias, no entanto, foram removidos e realocados em complexos habitacionais construídos em aterros próximos. Assim surgiram os conjuntos habitacionais da Vila do João, da Vila do Pinheiro, do Conjunto dos Pinheiros e do Conjunto Esperança, um protótipo de esperança, com votos de dias melhores. Conforme publicado no Censo Maré (2012), somente o Conjunto Esperança tem cerca de 1.870 domicílios com uma população de 5.530 habitantes. Já a Vila do João, nome imposto pela Ditadura Militar em homenagem ao Presidente da República, da época, João Baptista de Oliveira Figueiredo, cujas casas eram coloridas com um ou dois andares e simbolizavam, para os militares, prosperidade

e ordem, no censo de 2012, possuía 4.545 domicílios e abrigavam cerca de 13.301 habitantes, sendo 435 crianças de 0 a 12 anos, ou seja, a terça-parte do total de habitantes que lá residiam.

Outra questão de luta, resistência e de vitórias, experimentada nas diversas localidades da Maré é em relação ao abastecimento regular de água potável, pois anterior à década de 1980, só possui cisterna em sua residência quem tinha água encanada, isso quando caía na madrugada. Para se ter água em casa os moradores teriam que se dirigira à Avenida Brasil, pedir água com seus “rola-rolas” com capacidade de 100 litros, que eram impulsionados com uma haste de ferro de obra com espessura entre 3/8” ou 3/4” presos a um barril de madeira, desses tipos de vinho, sustentados por pneus que davam mobilidade à engenhoca. Ou então, seguiam com balanças de aguadeiro apoiadas ao ombro, contendo em cada uma das extremidades da balança um galão de 18 litros. Muitas das vezes, as famílias não possuíam o suficiente para adquirir um rola-rola ou uma balança de aguadeiro, iam mesmo é com uma lata vazia para trazê-la cheia com 18 litros d’água na cabeça, tendo que efetivamente fazer mais do que dez viagens para abastecer uma cisterna de 500 litros.

Assim sendo, a trajetória das mulheres mareenses perpassa por diversas conquistas no território, entre elas o acesso ao abastecimento de água potável na Maré, conforme reportagem às páginas 12 e 13 do Jornal Redes da Maré, onde o provisório se tornou permanente e deixou marcas históricas, seguindo viva com Dona Helena, que não se esqueceu das companheiras de luta, na época que uma das moradoras foi presidente da Associação de Moradores da Comunidade de Nova Holanda. A força dessas mulheres incentivou o coletivo com mutirões para se conseguir água, para se conseguir saneamento básico, de onde saíram representantes, sendo um de cada rua da Maré, já com a ideia de ir à Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro – CEDAE-RJ ou à Prefeitura da Cidade para que pudessem conseguir estabelecer um canal de diálogo a fim de posicionarem os governantes sobre estas questões. Até a década de 1980, 12 mil domicílios não tinham acesso à água potável. 26,9% das residências não tinham acesso à coleta de esgoto na Maré. Segundo Dona Helena, “não posso esquecer da fala da Dona Maria Amélia Belfort, que também foi uma grande guerreira, onde só o amor pelo local faz com que a gente se mobilize para ajudar os outros e conseguir direitos reconhecidos” (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2020, p. 13).

Nessa perspectiva, o protagonismo local e as dinâmicas de rede são bem trabalhadas e aceitas na localidade, que o diga Caio Silveira (2008) em seu artigo *Desenvolvimento Local e novos arranjos socioinstitucionais*, citando De Paula (2003, p.4): “o protagonismo local é o fenômeno pelo qual se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino”. Desta forma, Silveira (2008, p.49) assim se expressa a esse respeito: “o vínculo entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local significa, antes de tudo, o deslocamento da centralidade e da coordenação pública dos processos de desenvolvimento para esferas públicas ampliadas cuja natureza é, essencialmente, local”.

Sendo assim, considerando que o “local” não é um dado, mas uma construção e o “lugar” a ser considerado também pode ser considerando nesse evento, “trata-se de um processo de auto-instituição territorial, no qual a população se constitui em sujeito ativo que desenha o território (constrói o local) a partir do reconhecimento de suas identidades. Em outras palavras, são as relações intersubjetivas e comunicacionais que constituem o local, na qualidade de forças instituintes do território onde tudo e todos estão envolvidos com a temática da coparticipação. É também, nesse sentido, que o desenvolvimento local é entendido como processo construído “de baixo para cima” e “de dentro para fora” (SILVEIRA, 2008, p.48-49).

Isto posto, cabe salientar, com relação aos aspectos de topofilia e a topofobia, objeto deste estudo, as evidências das existências destes sentimentos nos discursos de cinco moradores, do bairro da Maré, conforme publicado no Jornal Maré de Notícias, edições de n.80, 87, 93, 94, 100, 102, 106, 107, 116, 118, 119 e 120, para assim poder descrever a respeito das temáticas em relação à percepção nos processos de identidade em relação ao ambiente – à topofilia ou topofobia, de acordo com o pensamento de TUAN (2012). A seguir passemos à algumas falas de moradores entrevistados sobre o local onde residem, ondem vivem, convivem, relacionam-se, apegaram-se ao local ou não.

2.5.4 Relato 7: Sra. Aline Oliveira, 36 anos

Sob este aspecto, a entrevistada do Maré de Notícias, edição 80, Aline Oliveira, 36 anos, coloca-se da seguinte forma: Ela gostaria de estudar, mas, também precisa se deslocar para outro bairro, por não ter na comunidade uma escola, pois o seu desejo era poder estudar

no período da noite, mais próxima a sua residência. O fato de sua comunidade não oferecer esse serviço, a princípio, a coloca em situação de vulnerabilidade. E, declara em sua fala com profundo pesar e descontentamento: “[...] Gostaria de parques para as crianças pudessem brincar e mais segurança também. Se elas estão na rua, e tem operação, é um Deus nos acuda!...” Ela verbaliza que: infelizmente, é assim o nosso bairro...” (MARE DE NOTÍCIAS, 2017, p.8). Segundo Tuan (2012, p.161), “o termo topofilia associa sentimento com lugar”. Então questiona-se: qual o Meio ambiente ideal para essas pessoas? Como resposta, encontra-se no próprio Tuan que “não é possível responder integralmente esta pergunta, simplesmente olhando para o local onde elas vivem”. Nesse ponto de vista, a moradora entrevistada se comporta de maneira oposta à topofilia e ao ambiente onde mora, trata-se do sentimento de topofobia.

2.5.5 Relato 8: Sr. Emílio Souza, 50 anos

Já este segundo entrevistado, Sr. Emílio Souza, 50 anos, percebe-se na matéria, que ele tem muito carinho pelo local onde mora. Ele conta que nasceu na comunidade de Nova Holanda, onde mora há 28 anos o que facilmente é identificado em sua fala quando diz: “eu adoro morar aqui neste lugar! Já meus pais não são daqui, vieram de Campina Grande na Paraíba, aqui é um pedaço de lá, tem coisa melhor?” E, quando foi questionado sobre o que mais gostava na localidade, o mesmo respondeu: eu gosto de tudo, aqui tem tudo de bom que se possa imaginar” (MARE DE NOTÍCIAS, 2018, p.7). Segundo Tuan (2012, p.162) “as pessoas sonham com lugares ideais [...] por lugares felizes”; onde possam encontrar, no ser o pertencimento ao local, familiaridade, semelhança à terra natal – sua realidade, facilidades tais como comerciais, transporte, vida escolar e comunitária, conforto, lazer, proximidades de parentescos e vizinhança do entorno com possibilidades de trabalho e geração de renda, “certa segurança”, estabilidade, refúgio, dentre outros. Assertivamente, este é mais um caso de topofilia.

2.5.6 Relato 9: Sr. Vilmar Gomes, 58 anos

Já, este outro morador, o Sr. Vilmar Gomes, 58 anos, relata uma postura muito interessante: o entrevistado trabalha à noite fora da comunidade em um restaurante e durante o

dia cuida dos afazeres da casa e das crianças, já que sua mulher trabalha fora: “[...] se eu tivesse condições moraria em outro lugar, mas eu não tenho então, fico aqui mesmo. Gostaria de morar em um lugar que desse condições para os meus filhos, não aqui!”. Quando indagado sobre o que ele gostava, o entrevistado respondeu: “é que eu já me acostumei aqui! O lugar é bom, tem comércio perto, tem feira todo dia, condução para todo lugar, vizinhos amigos... Sempre tem um ajudando o outro. O que eu não gosto: são as escolas que são muito longe, a bandidagem é uma coisa séria. Mas a questão do carro do lixo é outro problema, o pessoal aí joga muito lixo na rua e o carro só passa duas vezes na semana, aí acumula muitos ratos e baratas”. E, ele ainda continua o seu relato dizendo: “Sabe, eu tenho uma filha pequena, sabe, mas ainda não coloquei na escola porque é muito longe e, devido eu estar com problema de saúde, fica muito difícil, preciso trabalhar à noite num restaurante fico muito tempo em pé, a patroa vai ver isso da escola mais para perto dela para o ano, então eu me acostumei a viver aqui sou obrigado” (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2019, p.3).

Certamente, em sua fala, deixa transparecer dois sentimentos que se misturam em alguns aspectos, o de topofobia imbricado ao de topofilia, pois se não o fosse, conforme argumenta TUAN (2012), este senhor não teria caído na comodidade do local. Para Bauman (2001, p. 133) “o vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos” e/ou acrescenta-se, também pela ausência do Estado.

2.5.7 Relato 10: Dra. Jaqueline Muniz, 48 anos

Antropóloga, cientista política e professora da Universidade Federal Fluminense, Dra. Jaqueline Muniz, em uma entrevista ao jornal local Maré de Notícias, edição n.104, página 8, considera que os dados mostram uma política explícita, não escrita, porém dita pelo governante do Rio, na época, “que é uma política diferenciada para a favela e os bairros populares, em que se tem uma autorização explícita para o uso da força letal”. Portanto, segundo a fala da entrevistada pelo Maré de Notícias, “há a oportunidade de violências e violações, o que empurra a ação da Polícia para a clandestinidade, a ilegalidade e a informalidade decisórias. Afinal de contas, está se produzindo segurança para quem e para quê?”.

Para esta antropóloga e cientista política, “se o saldo destas operações resulta em mortes, em suspensão de aulas letivas e em inviabilizar a vida social e econômica de um bairro, pois a Maré é um bairro juridicamente, com quase 150 mil pessoas, então temos um problema na estratégia”. Ela relata:

[...] que não se pode transformar a qualidade decisória da Polícia em autonomia predatória. Isto faz com que a Polícia se confunda com um bando armado a mais. A Polícia é um recurso democrático, que tem de garantir segurança para todos contra alguns.

É fato que quando a Polícia armada for incapaz de entrar, permanecer, sair e garantir o direito de ir e vir, não só de seu agrupamento, mas de toda a comunidade em um dado território, resta para ela apenas as operações. Para esta cientista política, o acirramento das Operações Policiais, a que tanto temem os moradores, deixam de ser um efetivo e aumentam substancialmente a violência. Já que as Operações Policiais são recursos adotados para se produzir resultados qualificados, especialmente, repressão qualificada. Não se trata de repressão desqualificada, sem foco, barulhenta, sem produzir resultados e ganhos substantivos em curto, médio e longo prazos. É importante salientar que a bala “achada” antes de chegar ao corpo de um cidadão, sai inicialmente de uma caneta com tinta. Está mais do que na hora das instâncias superiores do Poder Público serem cobradas a sua corresponsabilização. Assim sendo, é preciso lembrar que a caneta “AZUL”, *de qualquer marca*, também mata. Mata com palavras, mata com assinaturas, mata quando não se permite ter acesso a uma educação de qualidade, mata quando o “garoto” que não aprendeu a usar uma caneta “AZUL”, por mais humilde que seja a marca, ou não teve a oportunidade de usá-la, mata mais quando o “agente do Estado” não foi treinado devidamente, mata com inação ou deixa morrer, quando não mata.

Nesse sentido, de acordo com os apontamentos do jornal local Maré de Notícias, página 8, a ideia do uso de carros blindados, sejam terrestres ou aéreos, em ações policiais, é para reduzir a escalada de força. A blindagem serve para quando atores reagirem de forma armada contra os membros da Polícia. A Polícia, por sua vez, não precisa sair dando tiro para tudo quanto é lado, mas curiosamente, o que se assiste, é o inverso. E isto quer dizer que está faltando à “Inteligência da Corporação” um protocolo de Operações Especiais, pois, quando o serviço de policiamento é um fator de desordem, de incivilidade, de insegurança e arbitrariedade, risco e violência, certamente há de se ter algo errado.

Em um levantamento aprofundado realizado pela ONG Redes da Maré, através do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, edição n. 4, página 4, ano 2019, tem-se os seguintes dados: as 49 vítimas de letalidade violenta na Maré em 2019 representam mais que o dobro de mortes em comparação com os dados do ano de 2018, sendo que 28% chegaram a óbito, ou seja, 14 mortes. 95% delas tiveram uso de arma de fogo, isto é, 46 pessoas e 5% de outros meios como faca, facão, canivete etc., ou seja, apenas 3. Verificou-se também que em 34 delas, ou seja, 70% se deram durante Operações Policiais, por intervenção de agentes do Estado, e 30% por membros de redes ilícitas e criminosas. No ano de 2019, foi registrado o maior número de mortes por intervenções das polícias na Maré, o que nos últimos três anos dobrou de 17, em 2016, para 34, em 2019.

Observadas nas 49 (quarenta e nove) vítimas de letalidade, arbitrariedade, privação de direitos, por intervenção da força de policiais que aturam na Maré, 96% destas eram negras ou pardas, isto é, 47 pessoas; 94% pertenciam ao gênero masculino, isto é, 46 pessoas e infelizmente, 85% das vítimas, tinham idade entre 15 e 29 anos, ou seja, 41 pessoas. Conforme a matéria publicada, a partir dos dados relatados durante os atendimentos às famílias das vítimas é possível afirmar que 70% das mortes por intervenção de agentes do Estado tiveram indícios de mortes intencionais, uma vez que a ausência de confrontos nos locais destas ocorrências e os registros dos laudos cadavéricos, apontam que as vítimas alvejadas, por projéteis, foram localizadas na região da cabeça, do tórax ou pelas costas, que reforça também a ideia desse tipo de homicídio. Em relação aos locais dos flagrantes, as cenas, na maioria das vezes é contaminada ou alterada, impossibilitando uma averiguação mais aprofundada, já que o testemunho dos agentes que se encontravam no local, informa que as cenas foram adulteradas por conta da não omissão de socorro às vítimas.

Nesse sentido, a grande maioria das matérias dessa publicação apontam para duas realidades existentes no bairro da Maré, que são a resistência e a resiliência. De acordo com o que foi pesquisado, das 90 (noventa) matérias catalogadas, extraídas das 45 (quarenta e cinco) edições, escolhidas aleatoriamente, verificou-se que, em relação ao sentimento de resistência, 62,2% das matérias registraram este fato, enquanto 37 (trinta e sete) registraram-se resilientes, ou seja, 41,1% dessas matérias imprimem o caráter resiliente nos moradores da localidade. Já em relação aos dois aspectos na mesma matéria, tem-se 35 (trinta e cinco) matérias, ou seja, 38,9% são matérias locais que imprimem o caráter de resistência atrelado ao de resiliência ou

vice e versa. Já em relação ao sentimento de topofobia e sendo análogo à resistência e a resiliência na mesma matéria, tem-se, então: 20 (vinte) matérias apontaram esta situação, isto é, 22,2% dessas matérias sinalizam o sentimento da topofilia atrelado aos aspectos de resistência e resiliência. Sendo assim, torna-se evidente conhecer a localidade e seus moradores quando se permite introduzir o referencial relacionado aos sentimentos topológicos, conforme define Tuan em seus estudos sobre topofilia.

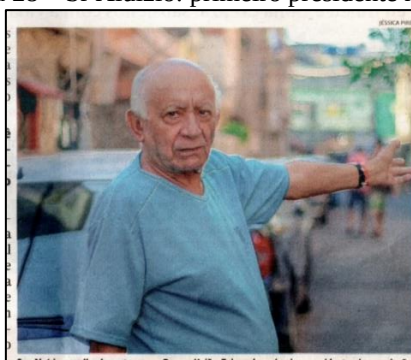
Tuan (1976, p.266) considera então que o humanismo, que tanto defende, é “uma visão abrangente do que a pessoa humana é e pode fazer”. Assim, suas preocupações e críticas estão no fato de que o humanismo científico tem se tornado tão doutrinário quanto foi a visão de mundo religiosa. Dessa forma, para Tuan (1976, p.267), o humanista moderno por excelência não desconsidera nenhuma visão e, sobretudo, “não nega a perspectiva científica sobre o homem: ele constrói sobre ela” sempre a partir das experiências vividas pelo corpo, naquele espaço, ou sobre o lugar.

2.6 Moradores: figuras emblemáticas, no processo de luta e resistência

2.6.1 Relato 11: Sr. Aluizio: primeiro presidente da Associação de Moradores da Maré

Uma das ações mais importantes para o desenvolvimento local e sua sobrevivência é a organização e a luta para conquistar direitos. Dessa forma, união e senso de vida comunitária marcam a história de crescimento e desenvolvimento da comunidade do Parque União desde seus primórdios.

Figura 28 – Sr Aluizio: primeiro presidente na Maré



Fonte: Maré de Notícias, edição 100, p.8

Nesse contexto, é uma das figuras mais emblemáticas que incorporam em sua trajetória de vida, a luta por direitos pela comunidade do Parque União, conforme conta com orgulho e saudade, o que viu e o que vê desse lugar que chama de seu, um traço clássico de empoderamento e tofília. Seu Aluízio, personalidade querida e conhecida tanto pelos mais antigos moradores quando pelos mais contemporâneos, é um simpático morador da Rua da Conquista, nome muito particular e significativo para a localidade. Seu Aluízio é um dos primeiros presidentes da Associação de Moradores do Parque União. Seu Aluízio de Andrade de Campos, atualmente com 90 anos, veio de Aracaju, sertão de Sergipe, chegou ao Rio de Janeiro em 1953, a procura de emprego, foi morar na casa de parentes, nos conjuntos da Companhia de Habitação – COHAB onde sua mãe e sua irmã já moravam próximo da Igreja Santa Luzia, do outro lado do bairro de Ramos. Veio para o Rio trabalhar no centro da cidade com o ofício de barbeiro e, entre um corte de cabelo e uma barba bem-feita, foi fazendo clientes e amigos, conhecendo pessoas e lugares.

O Parque União, na época, praticamente, não existia, conta ele em sua entrevista ao Maré de Notícias, edição de nº 100, só eram alguns barraquinhos em madeira, distantes uns dos outros, talvez algumas casas em alvenaria e pedra, a dos vizinhos mais abastados daquela época. Em sua gestão, como presidente na Associação de Moradores, as principais conquistas para a localidade tiveram início e tudo o que há de benfeitoria no local, atualmente, trata-se de continuidade de sua gestão, é claro com a ajuda de muitos moradores, que segundo ele, “*amam o local*”. Água, rede elétrica, rede de esgoto, praça pública, rádio local comunitária, dentre outros. Segundo ele, “um grupo de empresários chamados de Ação Comunitária do Brasil nos ajudou muito. Sempre com muita parcimônia e ajuda nos moradores que trabalhavam juntos para as coisas acontecerem” (MARÉ de NOTÍCIAS, 2019, p.8).

Nas palavras do Sr. Aluízio, ficam evidentes, além da memória do passado, a percepção de que a vida e a luta dos próprios moradores são o que motivou e ainda motiva essa busca por mais estrutura e direitos. “O Parque União e o povo da Maré merecem viver melhor. Fomos fazendo de acordo com a necessidade, sempre juntos. O Parque União representa, para mim, a minha família, a minha terra, a minha vida. Eu tenho orgulho de morar aqui no PU” (MARÉ de NOTÍCIAS, 2019, p.8).

2.6.2 Relato 12: Dona Elcyr: esperança e resistência

Em outra reportagem, apresenta-se uma história de vida bastante curiosa e que demonstra o apego à localidade. O Maré de Notícias edição nº100, p. 13, traz um pouco da memória local do surgimento de uma das comunidades muito apreciadas por todos os moradores e aqueles que frequentam o local. “O Nome é Esperança, mas deveria ser resistência” cita o jornal local. Sem dúvida é a marca emblemática de Dona Elcyr Paixão Albuquerque, ou como é mais conhecida, a Vó da Padaria, por ter trabalhado durante décadas em uma popular padaria do território, vendo surgir e crescer a comunidade.

Figura 29– Dona Elcyr Paixão: esperança sempre viva na memória



Fonte: Maré de Notícias, edição 100, p.13

Moradores, como a Vó da Padaria, são exemplos de luta, trabalho e conquista por um lugar sob o sol da Maré. Sua história de vida se entrelaça com o surgimento e crescimento do Conjunto Esperança. Neste contexto, entre o prédio de expansão da Fundação / Instituto Oswaldo CruzFioCruz e o Canal do Cunha, foi erguido em 1982, o Conjunto Esperança. Os 1.400 apartamentos divididos em 35 edifícios receberam na remoção das palafitas, cerca de sete mil pessoas, uma delas foi a Dona Elcyr, atualmente com 99 anos. A história de Dona Elcyr começa muito longe da Maré, em São Luís do Maranhão, cidade de onde veio fugida de seu marido, quando tinha lá pelos 37 anos. Ao chegar ao Rio de Janeiro, com uma maletinha amarela e uma criança de 6 anos de idade, ela não poderia imaginar que teria um lugar reservado “pra chamar de seu: a Maré”, segundo relato do jornal local Maré de Notícias, na página 13. Entretanto, o que primeiro chamou sua atenção no bairro não foi muito bom: lonas pretas esticadas nas beiradas da Avenida Brasil e muita lama. Na época, por falta de passarelas e pelo

pouco conhecimento dos perigos de uma via expressa, as pessoas atravessavam a antiga “Variante” e eram brutalmente atropeladas.

Assim surgiu um lugar chamado Esperança. Ao chegar à Cidade do Rio, Dona Elcyr foi morar nas Palafitas do Parque União, depois, por causa das remoções do Projeto Rio, iniciado em 1979, ganhou um apartamento no Conjunto Esperança. Em 1982, depois de ter se mudado para o Conjunto Esperança, começou a trabalhar na padaria, que conseguiu com muito sacrifício construir, com seu companheiro, onde virou quase “uma lenda”. De acordo com Dona Elcyr, “Esse conjunto foi construído em cima de um mangue muito malcheiroso e ele ainda existe. O cheiro era muito forte. Aqui, era uma construção feita para abrigar militares e nós conseguimos vir antes deles e tomamos conta”, brinca a entrevistada para a matéria.

Um detalhe importante: entre os antigos moradores, comenta-se que alguns prédios seriam mesmos ocupados pela força militar e que os moradores tomaram posse antes e ficaram lá até hoje, com seus títulos de propriedades emitidos pelo governo. Assim sendo, os prédios eram coloridos e próximos à Avenida Brasil. E, por falta de comércio na região, foram se improvisando espaços, originando às margens da Baía de Guanabara, um conjunto de casas coloridas de diversos tamanhos, construídas pelos próprios moradores que foi chamado primeiramente de “Vala Shopping”, por causa da proximidade com o Canal do Cunha assoreado pela construção da Linha Vermelha, que passa lateralmente à margem direita do Canal do Cunha. Tais construções eram lojas no 1º andar e casas no 2º andar. O local também ficou sendo conhecido como com Vila Esperança ou Pata-Choca. Segundo Dona Elcyr, “eu vi tudo isso crescer”, conta a senhora de cabelos grisalhos que, ao longo de quase quatro décadas, virou símbolo e patrimônio do Conjunto Esperança.

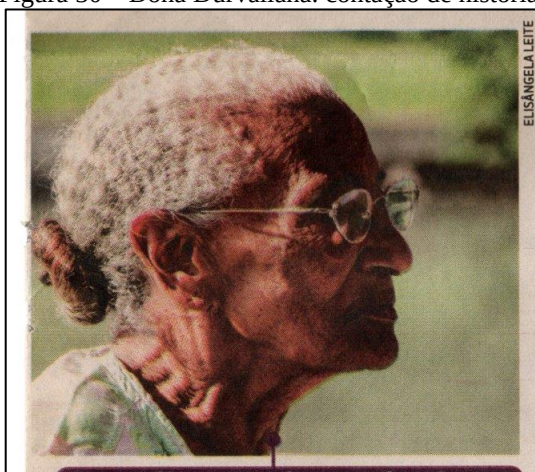
2.6.3 Relato 13: Dona Durvalina: o importante papel dos Griot's

Que a história de implantação e resistência da Maré é de luta, já foi informado e relatado anteriormente. É na importância dessas histórias serem contadas, dos ancestrais para os contemporâneos, que nascem os “griot” da Maré. Griots, são moradores, em sua maioria negros, já na terceira idade, que acumulam a história do território, juntamente com história de suas vidas. No passado, africano, os griots, tal qual os gregos, “eram pessoas responsáveis e

tenham o compromisso de preservar e transmitir histórias contadas, fatos históricos e os conhecimentos de seu povo” (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2019, p.9).

Para a Professora Eumara Maciel dos Santos, doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia – PÓSAFRO/CEAO: Salvador, na passagem do texto “A tradição viva” (2010) que integra um dos volumes pertencentes à coletânea do Projeto, em parceria, da Unesco, MEC, UFSCat, comenta, que na “História Geral da África, Amadou Hampâté Bá retrata os ofícios tradicionais das sociedades segmentárias do oeste-africano, divididas em pastores, tecelões, ferreiros, griots e outras tantas, para as quais a fala exerce uma função singular no cotidiano desses povos da chamada África Negra [...]”. A professora Eumara salienta que “nesses espaços, as cosmogonias têm na palavra a fonte de vida, de cultura e de história, no trato da oralidade com uma estrutura motivacional das consciências individuais e coletivas, suas formas de ver e agir sobre o mundo [...]”. A autora deste artigo, deixa evidente que “na citação de um dos livros de referência para os Estudos Africanos, doa-se, portanto, falar é um modo de viver. O homem é feito de palavras, é de si a matéria da palavra”.

Figura 30 – Dona Durvaliana: contação de histórias



Fonte: Redes da Maré, edição 100, p. 9

Elas e eles ensinavam por meio da fala, as artes, os conhecimentos sobre plantas, tradições, histórias com efeito moral e outras mais espirituosas além de apresentarem conselhos aos jovens ouvintes e até aos príncipes na África.

A Maré também tem os seus Griots: e é na Comunidade de Nova Holanda que se encontram duas delas: Dona Durvalina e Dona Aidê, que carregam a oralidade, som que vem do interior de suas almas mareenses, um dom que traz embutido a responsabilidade de

compartilhar a memória do território. Com certeza, compartilhando memórias é que se fortalecem as lutas.

Dona Durvalina Pacheco de Souza, aos 88 anos, na edição de nº 100, p.9, relata que chegou à Maré em 1979. Ela saiu de Teófilo Otoni, interior de Minas Gerais em direção a Belo Horizonte com os filhos e, depois de 10 anos, veio para o Rio de Janeiro. Ao chegar, foi morar na casa de uma das filhas que já morava na favela da Maré, num casebre pequenino na comunidade de Nova Holanda. Nessa época, segundo a griot, “A Maré não tinha nada, a não ser Deus”; a água era garantida pelo esforço hercúleo das mulheres, já que muitos homens precisavam trabalhar em obras ou fora da Maré e a maioria das mulheres, crianças e jovens é que carregavam litros de água potável com seus rola-rolas e galões de 18 litros d’água para dentro da Maré. Essas pessoas traziam da Avenida Brasil ou da Colônia de Pescadores de Ramos e até mesmo do Porto de Inhaúma, únicos pontos comunitários de onde proviam as torneiras públicas de abastecimento local, em tambores, tipo de armazenamento de vinho e cerveja, com um grande vergalhão em ferro para facilitar sua locomoção, que dá o nome de “rola”, popularmente conhecido como rola-rola. Os “rolas” eram empurrados pela força braçal e cintura na maioria, mulheres e jovens. Dona Durvalina tomava emprestado com vizinhos um desses tambores, “não era qualquer um que tinha, se não tinha água, também não se tinha que ter dinheiro, só garra e a vontade de vencer aquele dia”, afirma.

Figura 31 – Pessoas puxando o “rola” ainda vazio d’água.



Fonte: Acervo Museu da Maré

De certo, as memórias de Dona Durvalina são e serão compartilhadas com aqueles que estiverem dispostos a ouvir. Ela mesma diz que sua vida é contar histórias e, enquanto tiver

saúde, vai seguir compartilhando suas memórias. Ela as conta, por onde circula, ou quando é convidada para um evento, contando para crianças, jovens artistas e acadêmicos em fase de pesquisa e a quem estiver disposto e disponível a fazer essa troca de experiência acompanhada de um bom cafezinho.

Sem dúvida, sua grande família é privilegiada. Só na Maré são 16 (dezesseis) netos, 32 (trinta e dois) bisnetos e 36 (trinta e seis) tataranetos, uma família negra, da qual se orgulha, criados com muita dificuldade, mas sobreviventes.

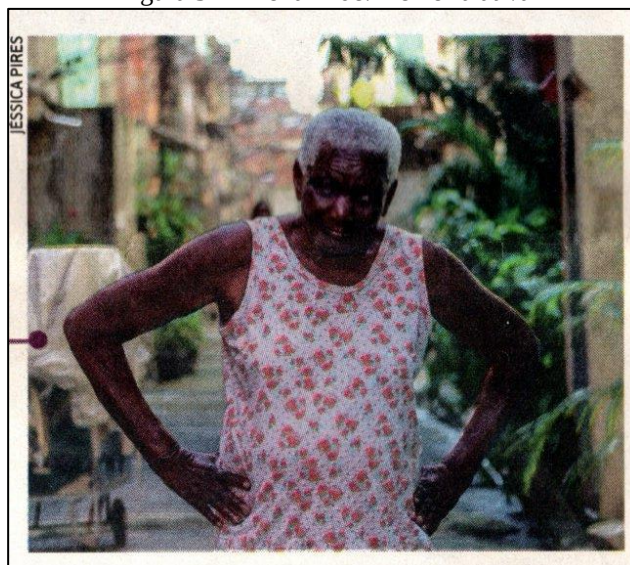
Um ponto, bastante interessante, observado em seu relato, é que a Nova Holanda é ocupada por uma grande população de negra, que se misturou com os migrantes africanos nesta localidade por volta dos anos 2000.

2.6.4 Relato 14: Dona Aidê: resistência e contação de história

Dona Aidê, sinônimo de resistência, resiliência e beleza. Dona Durvalina e Dona Aidê se conheceram quando Dona Durvalina chegou à Maré. Aidê, que, na verdade, se chama Maria Augusta da Conceição, com 87 anos, na época da entrevista ao Maré de Notícias, edição 100, p. 9, informa que conheceu a Maré, ainda de forma mais precária e com muito menos estrutura. Ela chegou ao Rio de Janeiro, oriunda de Minas Gerais, com seus pais e aos 12 anos de idade, e o apelido “Aidê”, que ganhou assim que chegou, tornando-o oficial. O objetivo de seus pais era colocá-la em uma casa de família para trabalhar e ajudar nas despesas. O primeiro destino desta família foi o Morro do Querosene, no bairro do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, muito próximo à rodoviária do centro.

Ela relata, que muitas famílias de lá foram removidas para a região da Nova Holanda na época das grandes obras do governo no Centro. Segundo ela, a favela foi aterrada, planejada e construída pelo poder público, no início da década de 1960. E muitas famílias que vieram a ocupar a região de Nova Holanda vinham de remoções da cidade. Muito pouco se sabe dos aterramentos por parte dos moradores mais novos, somente os mais antigos recordam que um ou outro precisou aterrar seu pedacinho de chão, a fim de acabar com os desagues e as infiltrações que ainda insistiam na localidade.

Figura 32 – Dona Aidê: memória ativa



Fonte: Maré de Notícias, edição 100, p. 9

De acordo com o relato de Dona Aidê, ela acompanhou as maiores transformações da Maré. A Maré que via, assim que chegou, era “água – pura”, “muita lama”. Comenta ela: “Quando chovia, mesmo com os aterramentos feitos pelo governo, as ruas ficavam cheias d’água e tomadas de insetos e muita lama ficava quando as águas baixavam, um atoleiro que só”. “Tinha muito mosquito, baratas e moscas”, conta a griot. Mas foi aqui que ela construiu a sua família com quatro filhos, sendo três homens de bem e uma filha, de que, atualmente, assim como companheira de histórias, se orgulha, a Dona Durvalina do relato anterior.

Para ela, a Nova Holanda e a Maré são lugares de encontros. Encontros de crenças, de trajetórias, de culturas, de partidas, de destinos e de muita luta. É possível valorizar essas histórias como um grande escritor brasileiro que teve a ousadia do olhar fora/dentro penetrar no mais íntimo do olhar dentro/fora a fim de identificar os sentimentos que o levou a retomada de sua ação de jornalista, passando a ser um relator da toponímia / topologia.

Não obstante, Bosi (2003) ressalta que “a memória dos velhos desdobra e alarga de tal maneira os horizontes da cultura que faz crescer junto com ela o pesquisador e a sociedade onde se insere” (BOSI, 2003, p.69).

2.6.5 Relato 15: Lindenberg Cícero – o Bhega: um ator social

Há um outro morador muito interessante, para esta pesquisa. Trata-se do compositor e artista Bhega, ou melhor, de Lindenberg Cícero da Silva, de 62 anos. Bhega nasceu na Rua B, nº 45, na Praia de Ramos, com a ajuda de uma parteira. Seus pais vieram do sertão de Remígio, no interior da Paraíba, em busca de alimento, moradia e trabalho, conforme relata a matéria de maio de 2019, publicada no jornal local Maré de Notícias, edição nº 100, p.12. Bhega, como gosta de ser chamado, é um músico ambientalista e agitador cultural. Morou na Praia de Ramos por 30 anos. Quando se casou, saiu, deixou de ser morador na comunidade por que se mudou, mas continua frequentando a região toda semana. “É o meu lugar no mundo!” é uma referência direta de Tuan quando defende sua tese sobre espaço e lugar.

Figura 33 – Lindenberg Cícero – o Bhega e suas estórias



Fonte: Maré de Notícias, edição 100, p.12

Segundo o relato de Bhega, naquela época, “as pessoas se ajudavam para “subirem” os barracos”. Conforme Bhega vai relatando sua história, percebe-se nitidamente a luta e o sofrimento que gera a garra na figura forte dos nordestinos face às adversidades da vida. E continua: “Minha irmã mais velha conta que, em 1958, aconteceu um incêndio na Praia de Ramos e as pessoas perderam suas casas. Meu pai tinha uma birosquinha²⁵ de madeira e o fogo

²⁵ Birosquinha: também conhecida como tendinha, bar bem simples, boteco somente com uma janela e balcão.

lambeu tudo”. E, conclui, justificando: “Por causa disso, ganhamos uma das casas construídas pelo governo, na obra do Parque Proletário da Maré, se não me engano”.

Uma faceta empregada pelo governo para a edificação dos barracões da Nova Holanda foi este: “os barracos foram construídos em vilas paralelas com ruas denominadas de A a Z e tinham piso tábuas corridas de madeira, foi ali que nós crescemos”, conta.

Na fase da grande carestia, período compreendido de 1965 a 1975, conforme o relato de Bhega, “a Colônia de Pescadores Z-11 doava peixes para todos os moradores da região. Tínhamos que chegar por volta das 4h da madrugada. Eu tinha uns 10 anos de idade, nessa época, por volta do ano de 1969”.

Interessante recordar que não era só a fome que gerava a união dos moradores, também o lazer era uma prática bastante assídua: “na Praia tinha campeonato de futebol de areia e era uma maravilha! Lembro que saíram muitos craques daqui que chegaram a jogar profissionalmente em clubes do Rio de Janeiro e até em São Paulo”. Segundo ele e os registros do Museu da Maré também confirmam, “Existia o Clube de Futebol do Cerfa, time de terceira divisão, que recebeu, na década de 60, o Rei Roberto Carlos, que estava começando sua carreira na Jovem Guarda, para cantar no Clube em um show”.

Outra lembrança de seu passado recente, ainda bem latente que é relatada por Bhega, é que “nos anos de 1987 ou 1988, teve até loteria esportiva do campeonato de areia da Praia de Ramos, os ganhadores, recebiam uma boa grana e os clubes vencedores uma bolada para ajudar nas campanhas e uniformes”. Bhega se refere com carinho a esse momento em sua vida e do lugar toposfílico: “a Praia de Ramos era um dos pontos mais bombados da Zona Norte, imortalizada em canções de Dicró e em filmes que foram gravados por aqui e pela Roquete Pinto”. E, ele não fica só aí, conta que “antigamente, a região era um balneário e, onde hoje é a escola (referindo-se ao Ciep Leonel Brizola, na margem da Avenida Brasil) funcionava um local em que as pessoas alugavam biquínis e se trocavam na praia”.

O historiador João Lira comenta que ali seria um cassino, visto que se tinha uma visão privilegiada de que o ambiente iria crescer. João também conta que o compositor e cantor Pixinguinha tomava banho de mar na Praia de Ramos e que chegavam ônibus (feitos de

madeira) trazendo excursões. No verão, as famílias dormiam na areia da praia por causa do calor. Levavam esteiras de palha e dormiam na beira do mar, sentido o vento gelado das ondas que vinha da baía embalando as folhas dos coqueiros na orla de Ramos. É certo que a maioria das famílias da região não tinha ventilador em 1968.

Bhega faz menção a outra memória histórica do passado e um pouco curiosa:

- Lembro-me da Praia de Maria Angu, antes de se chamar Praia de Ramos. Maria Angu era uma quituteira baiana que fazia seus quitutes e os vendia no local, uma das iguarias mais populares era o angu (tipo polenta de milho) com bofe (ou pulmão) de boi e molho de tomate, popularmente conhecido como angu à baiana”. Ela (a praia) ia do Iate Clube Ramos até a Colônia de Pescadores, na extremidade sul do Canal do Cunha, próximo ao início do manguezal da Ilha do Fundão, caminho que a quituteira percorria com seu tabuleiro com cocadas, bolos e acarajés vendendo aos moradores e fregueses.

Outro relato interessante e criativo é este:

- Lembro-me dos desfiles dos blocos que aconteciam na orla. “Banho de Mar à Fantasia, o último aconteceu por volta de 1976 ou 1977, e foi televisionado. E tinha que entrar no mar com as fantasias produzidas de papel crepom, no final do desfile. Era lindo demais! Não tinha briga, bebedeira nem confusão.

Mas também, da Praia de Ramos guarda suas lembranças muito tristes e que só a força da comunidade unida à toponímia puderam superar suas mazelas: No ano de 2000, teve um acidente de derramamento de óleo proveniente das instalações da Petrobras, na Baía de Guanabara, conseqüentemente, as marés trouxeram muito óleo aos manguezais e a Praia de Ramos sofreu também com este desastre ecológico, segundo Bhega:

- Lembro-me que organizamos um evento chamado “Abraço de Ramos”. Eu, como músico, fui convidado para cantar “SOS Praia de Ramos”, uma composição minha, de cima de um helicóptero, abrindo a cobertura que um jornal estava fazendo. O evento deu mais de 20 mil pessoas. Em 2001, inauguraram o Piscinão de Ramos, mas a ideia do Piscinão surgiu em 1992, de um amigo meu, Vicente Paulo de Araujo.

De uma certa forma, a historiografia, a Geografia, os Estudos Urbanísticos, a Arquitetura e até mesmo a Estatística e as ciências humanas e sociais de modo geral têm se muito interessado pelos estudos das cidades como uma forma específica de organização social. Assim, Barros (2007, p.43), citando Lynch (1960, p.2) irá dizer: Kevin Lynch, “já fazia notar, referindo-se às pessoas que circulam dentro da cidade e que constituem a sua parte humana, que estas não são meros observadores do espetáculo urbano, mas parte dele”. Nesse sentido, Barros (*Op .cit.*) afirma que os pedestres podem até ler o texto urbano, porém estes também o

reescrevem, e de algum modo podem ser mesmo considerados como alguns dos personagens ou caracteres móveis que fazem parte da construção deste texto urbano.

2.6.6 Resistência e a luta, face às complicações promovidas pela Covid-19 na Maré

Além dos agravantes acima relatados, no período de 2020/2021, a população mundial se viu envolvida com uma grave manifestação de uma pandemia provocada pela COVID-19. Por motivos, que vão além das possibilidades e entraves da própria História Politicossocial que, via de regra, proporcionou grandes mudanças no sistema educacional a nível nacional inclusive com medidas sanitárias através de protocolos austeros a fim de evitar o seu contágio, preservando a saúde física e mental de todos os cidadãos, inclusive daqueles classificados com comorbidades.

Visto isto, cabe registrar que a enfermidade denominada COVID-19²⁶, produzida pelo vírus classificado como Coronavírus, cabe aqui uma explicação. Os coronavírus são uma grande família de vírus que podem causar desde resfriados comuns até as doenças respiratórias mais graves e de importância para a Política de Saúde Pública como a Síndrome Respiratória Aguda Grave – SARS e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio – MERS. Assim sendo, o novo Coronavírus descoberto em dezembro de 2019 na China, denominado de SARS-CoV-2, conhecido por coronavírus 2019, é o agente causador da doença, a conhecida e difundida doença intitulada COVID-19. A transmissão ocorre de pessoa a pessoa, de forma grave afetando o sistema cardiorrespiratório, por meio de gotículas respiratórias expelidas pelo nariz, os aerossóis, e/ou pela boca, quando uma pessoa infectada tossir, espirrar ou falar, mesmo quando esta apresentar sintomas leves ou quando não se sentir doente, no caso dos assintomáticos.

Diante de tamanha calamidade, que assolou o mundo inteiro, o bairro da Maré não se viu alheio nem distante disso, também sofreu com as consequências devido a esta transmissão e contágio. O fato mais grave, além das internações geradas no sistema de saúde, dos moradores acometidos da doença de forma grave, foi a falta de transparência por parte do

²⁶ Fonte: CON – Oncologia, Hematologia, Centro de Infusão. Folder: Orientações Cononavírus, 2019.

ente público que ainda insiste em omitir e/ou dar a devida evidência aos fatos que ocorrem no bairro da Maré.

De certo, tal enfermidade não veio apenas para ficar, mas para ensinar a humanidade que é tão vulnerável diante do novo sistema de saúde, e a Maré esteve incluída neste aprendizado e que se estabeleceu num organismo cansado, de uma sociedade debilitada e não-imune as depreciações do tempo. Que sirvam de exemplos as grandes epidemias produzidas ao longo da história de luta e sobrevivência da humanidade. Diante do exposto, observa-se a tabela a seguir que indica o quantitativo de moradores que contrariam a doença e os dados transmitidos pela mídia à população em geral e a mesma tabela com a informação dada pelo Painel Unificador das Favelas nas comunidades próximas à Maré. O que torna o anormal no novo-normal, mais uma vez o bairro da Maré ficou sem receber a devida atenção e visibilidade merecidas.

Um dado alarmante encontra-se no perfil das vítimas acometidas pelas complicações da COVID-19, conforme publicado no jornal local Maré de Notícias, edição 116, p.15. Segundo publicado, o perfil dos invisíveis encontra-se assim mensurado: 69% das pessoas acometidas da enfermidade são pretas ou pardas; e 64% destas são mulheres. No tocante a isso, o perfil das pessoas que vieram a falecer na Maré com suspeitas de COVID-19, contabilizadas pelo programa “De olho no Corona”, de abril a setembro de 2020 é: 58% das pessoas que chegaram a óbito eram pretas ou pardas e destas 63% eram mulheres que morreram.

Em termos numéricos, para cada 100 pessoas acometidas por essa enfermidade, 69 pessoas ficaram doentes e destas 69 pessoas, 44 são mulheres. Em outra razão, de cada 69 pessoas que foram acometidas da enfermidade com a síndrome grave respiratória e chegaram a óbito, fatidicamente, 40 pessoas negras ou pardas faleceram. Nesta conta abrupta e macabra, 25 eram mulheres negras ou pardas contra 75 negros ou pardos. A tabela, a seguir, apresenta esses dados de forma bastante específica:

Tabela 2: Painéis referentes à Covid-19
Painéis da Covid-19 da Prefeitura / Unificador de Favelas
/ Dados gerados pelas UPAs / set.2020

LOCALIDADE	Painel da Prefeitura do Rio		Painel Unificador das Favelas	
	Casos	Óbitos	Casos	Óbitos
Maré	555	92	1.643	126
Manguinhos	249	37	288	49
Jacarezinho	77	13	143	15
Complexo do Alemão	19	4	444	38

Fonte: Maré de Notícias, edição 116, p.13.

Na edição de número 127, o Maré de Notícias divulga uma importante ação no bairro: uma conquista aguardada por inúmeros moradores: a campanha de vacinação contra a Covid-19 Segundo o jornal local, a Maré recebeu vacinação em larga escala. Foram mais de 35 mil pessoas imunizadas com a primeira dose da vacina, em uma parceria entre a ONG Redes da Maré, a Fiocruz e a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Figura 34– Edição 127: Maré vacinada



Fonte: Maré de Notícias, edição 127, p.1

O interessante a ressaltar é que esta iniciativa faz parte de uma pesquisa da Fiocruz sobre a eficácia da vacina em uma população amplamente imunizada e a proteção contra novas variantes. Esse estudo inédito vai acompanhar duas mil famílias moradoras do bairro da Maré durante seis meses para avaliar a efetividade dessa ação, medir a produção de anticorpos dos imunizados, a dinâmica da transmissão do vírus e os possíveis efeitos adversos da vacina. Assertivamente, essa ação engloba a atuação de muitos voluntários que ainda se permitem contagiar, apesar de todas as especificidades negativas que estão presentes no local, ainda há

alguém que pensa no coletivo e mais ainda, sentimento de pertencimento ao local e a topofilia presente.

Figura 35– Voluntários no Programa Maré Vacinada



Fonte: Maré de Notícias, edição 127, p.6

Assim, a partir de movimentos, interações, ações continuadas, investimentos de ordem governamental ou não, o bairro da Maré vai crescendo, se modelando, se recriando, se reinventando, desenvolvendo-se politicossocial e economicamente. E tudo isso, graças aos esforços de seus moradores e benfeitores. Além disso, as experiências que envolvem todos esses atores que fazem da *topofilia/topofobia* sentimentos que promovem a luta, o pertencimento e a busca por um lugar mais sadio e harmonioso para si como para os outros a sua volta.

“Espaço e lugar” são o resultado das inquietações e investigações que Tuan perseguiu ao longo das décadas de 1960 e 1970, em seus estudos da relação homem com o ambiente e vice-versa em busca de uma geografia humanista. Grande parte desse esforço culminou com a publicação sobre a temática intitulada *topofilia/topofobia*, que se trata de um estudo mais abrangente, enquanto seus textos e ensaios anteriores deixam claramente a base para o argumento do “Espaço e lugar: sob a perspectiva humanista”, publicado em 1974 (TUAN, 1974) e “Lugar: a perspectiva da experiência”, publicada em 1975 (TUAN, 1975). Em seus textos, com grande nitidez e a partir de sua experiência. Volta se para a preocupação conceitual. E, a partir daí, Tuan encontra o termo mais completo para exprimir o conceito de topofilia, ou seja, encontra o “onde” ela se realiza; “o lugar”.

E é nesse “espaço conquistado, um lugar abençoado” que as experiências individuais se entrelaçam nos objetivos comuns. Para Tuan (2013, p.17), “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e

constrói a realidade”. De certo modo, essas maneiras variam, segundo Oakeshott (1993, p.10), desde os sentidos mais diretos e passivos como por exemplo olfato, paladar e tato, como a percepção virtual ativa e a maneira indireta de simbolização.

Sentimentos e emoções dão um sentido a mais a toda experiência humana, incluindo-se os níveis mais altos do pensamento. Os matemáticos, por exemplo, afirmam que a expressão de seus teoremas é orientada por critérios estéticos, já as noções de elegância e simplicidade, respondem a uma necessidade humana de explicação. Segundo Tuan, a “experiência está voltada para o mundo exterior [...] ver e pensar claramente vão além do eu. O sentimento é mais ambíguo é uma internalização individual” (TUAN, 2013, p.17). Assim, a experiência é constituída de sentimento e pensamento.

Tuan (2013) afirma que no homem adulto, os sentimentos e as ideias, relacionadas com o espaço e o lugar, são extremamente complexos, já na criança o estar aí é ao passageiro, e o lugar é um espaço enorme segundo sua ótica infantil.

“Se penso, logo existo”, na máxima do filósofo Descartes; então, por conseguinte: se penso, logo experimento, logo sinto, logo posso ter sentimentos e experiências também, pois, experimentar é vencer os obstáculos, nas palavras de Tuan (2013, p.18), “experimentar é vencer os perigos”. De acordo com Gasset (1963, p.158) e Marias (1971, p.40), a palavra “experiência” provém da mesma raiz latina (*per*) de “experimento”, “experto”, “perigoso” uma vez que para experimentar no sentido ativo, e/ou fazer experiência de, é necessário aventurar-se no desconhecido e experimentar o ilusório e o incerto. Corroborando com esta linha de raciocínio, Tuan (2013, p.18) acrescenta: “para se tornar um experto, cumpre arriscar-se a enfrentar os perigos do novo”. A pergunta que fica é: por que alguém se arrisca? Arriscar-se para desbravar o novo, para conquistar, para tomar posse, para descobrir, pela simples razão de ser impulsionado por seus sentimentos de aventura.

Entendido esse processo sociopolítico e cultural, o sentimento da experimentação faz dos homens capazes de enfrentar esse mundo tão difícil, no qual a Maré está inserida, e sobreviver. É, pois, no ambiente físico, que os homens traçam suas histórias, as histórias de um povo antepassado, são trazidas nas memórias de um povo, nos seus sentimentos atribuídos de valores e não em outro lugar. Mesmo porque, é no Meio ambiente em que se constrói, além de

sua própria história de civilidade, a própria vida. É no Meio ambiente natural e construído que ficam as marcas de suas lutas e conquistas. Segundo tais princípios é possível afirmar a partir da figura a seguir, uma relíquia da década de 1970, em que a Maré desde as suas origens firmou-se na sobrevivência, dignidade, solidariedade e trabalho. Todos esses motivados pela topofilia e topofobia.

Um recorte extraído do Jornal do Brasil, sem data de referência, [s/d], retrata muito bem o texto desta tese e serve como fechamento desse Capítulo 2: o lugar, a memória e o trabalho:

Figura 36 – Trabalho Solidário, obras e voluntários: colaboração livre.



Fonte: Acervo Museu da Maré / Jornal do Brasil [s/d]

3 CAPÍTULO III

Meio ambiente e Maré: cores, sabores, saberes, espaço e lugar o ser tão da Maré

Lobachevsky (1792 – 1856) afirma que: “Não há ramo da Matemática, por mais abstrato que seja, que não possa um dia vir a ser aplicado aos fenômenos do mundo real”.

(ANDRINI; VASCONCELLOS, 2012, p.4)

3.1 Prolegômenos

Este último capítulo tem como objetivo, pós tudo o que foi considerado sobre tempo, espaço e lugar, e para além dos sentimentos motivados de topofilia e topofobia, demonstrar também que nesses sentimentos há uma estreita relação da Cultura, do Meio ambiente, e que são desenhados no bairro da Maré, com outros dois sentimentos que serão defendidos neste trabalho: a toponímia e a toponegligência. A partir destas duas colocações, exhibe-se algumas características que são particulares e curiosas desse bairro, muitas delas, relacionada a números. Como na sentença de Pitágoras de Samos: “os números governam o mundo” ou em “tudo é número”, proposta por Euclides, o pai da Matemática, faz-se uma breve explanação sobre a chamada biodiversidade em áreas protegidas como é o caso da Ilha dos Macacos, sua denominação e sua utilização antes da década de 1980, sendo rebatizada a partir do Projeto Rio – “o Favela Bairro”, como Parque Ecológico da Ilha dos Pinheiros. Este capítulo traz também referências a respeito da “Praça do 18”, da “Parada C4”, do antigo “Pavão Dourado” e do bloco “Mataram Meu Gato”, dentre outras instituições que se encontram implantadas no bairro da Maré.

Neste sentido, a Geografia Cultural Humanista vem ressaltando a importância de se estudar as nuances do mundo que vivido é vivido em sua totalidade e perceber que as pessoas é que dão significado ao lugar e à paisagem através de suas percepções e modos de vida. Como ressalta Tuan, os sujeitos percebem a realidade objetiva e/ou subjetiva a partir de seus sentidos que são influenciados pela cultura, podendo modificar e construir uma visão de mundo e

atitudes a partir de sua relação com o ambiente. Ainda segundo esse autor, “o Meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas oferece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais” (TUAN, 2012, p.161).

Com relação à *topofilia* / *topofobia*, objeto deste estudo, verifica-se que de todas as matérias noticiadas no Jornal Redes da Maré, de agosto de 2017 a agosto de 2021, perfazendo o total de 52 (cinquenta e dois) meses de edições sucessivas, das quais somente fizeram parte deste escopo 25 (vinte e cinco) edições, escolhidas aleatoriamente, em um total de 90 (noventa) matérias classificadas como topofilia, topofobia, resistência e resiliência, aponta-se que no território da Maré, segundo essas publicações de jornal local, há 34 matérias que sinalizaram o sentimento de topofilia, isto é, 38,6% dos moradores despertam para o apego, ao pertencimento e a proximidade ao local. Contra apenas 3 matérias, isto é, 3,4% sinalizaram pelo sentimento oposto, ou seja, pela topofobia. Ou seja, esses dois indicativos demonstram conforme estabelecido no objetivo deste trabalho a proposição de que há mais sentimentos de topofilia do que topofobia no bairro da Maré, mesmo assim estes dois sentimentos a partir da experiência do corpo, existem na localidade.

O bairro da Maré também é um espaço de desenvolvimento cultural, esportivo e educacional. Dentre tantas outras atividades que são desenvolvidas na Maré, podem ser citadas as seguintes que apresentam uma realidade diferenciada tanto na parte cultural, quanto esportiva e educacional por terem seus desempenhos voltados tanto para o desenvolvimento local como também, no sentido de exportar para fora dos muros da Maré sua grandeza solidária e humanística. Um destaque especial destinado ao espaço cultural uma vez que a cultura está intimamente interligada à interdisciplinaridade e certamente ao Meio ambiente. Dentre tantos outros destaques que fazem parte do bairro da Maré, que tiveram suas origens ligadas a esse território ou à formação do bairro, intervindo diretamente no desenvolvimento das ações que envolvem tais políticas públicas de infraestrutura e habitacional, deve-se lembrar do envolvimento consciente dos jovens na política de infraestrutura do bairro; outras destacam-se por suas ações solidárias que despertaram tantos moradores, principalmente os jovens. Neste sentido, diversos outros jovens acreditaram que ao fenômeno da natureza conhecido como as marés puderam motivar e propulsionar o desenvolvimento da localidade, os atuais jovens também acreditam em sua formação com melhores oportunidades. E, principalmente, que acreditam em sua formação na “onda de arte” com uma Maré se faz potente a cada dia.

Na Maré, também, encontra-se, dois espaços destinados à proteção de sua biodiversidade a partir da intervenção de seus moradores e sob a chancelaria do Governo do Federal e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. São eles: o Canal do Cunha onde a Baía de Guanabara desemboca suas águas formando os manguezais próximos à Ilha do Fundão e o Parque Ecológico da Ilha dos Pinheiros. O estabelecimento de espaços especialmente protegidos é uma das ferramentas mais utilizadas atualmente para a conservação da natureza. Trata-se de separar algumas porções do território e limitar ali o uso da terra e dos recursos naturais. Não há dúvida de que essa é uma estratégia importante e necessária diante da preocupação desenfreada da terra e do uso predatório dos recursos naturais que a humanidade vem, há tempos, protagonizando. E esse protagonismo não está distante do bairro da Maré. Haja visto que a utilização desenfreada dos lotes de terra a fim de tornar possível as edificações na localidade para melhor atender a um número considerável de habitantes – moradores mareenses – em oposição às reservas de áreas verdes, nas quais o ecossistema da natureza intocada: oxigênio, micro-organismos, plantas de grande porte e pequeno porte, aves, micos, peixes, dentre outros, são a cada dia dizimados da face do planeta e também da região. A implementação de tal ferramenta, entretanto, tem enfrentado inúmeros desafios. Um dos maiores desafios observados nas áreas protegidas, talvez o maior, é a preservação dos processos que geram e mantêm a diversidade biológica que ali se quer conservar, como visto acima. Para preservá-los, no entanto, faz-se necessário, além de incentivos locais, conhecê-los e também reconhecer que esses processos se dão numa escala que transcende aquela da área protegida.

A propósito, Meio ambiente, ecologia, economia e cultura sempre estão interligados, como já afirmado anteriormente, aliás, “tudo está interligado a tudo o mais”, conforme afirma Morin (2002, p.18), sendo assim, nessa perspectiva, faz-se necessário apresentar um encaminhamento pela temática da interdisciplinaridade, epistemologicamente.

3.2 Espaços Culturais: desenvolvimento local e de promoção da vida

O que a Maré ainda tem que ainda não se colocou, de que forma pode expressar culturalmente? Qual seria a relação entre a Maré, a cultura e o Meio ambiente? A Maré desenhada de forma brava, sob o olhar fora/dentro pela mídia e curiosos, se faz mansa para acolher e traficar beleza, arte, cultura e projeção. Por traz das paredes e divisórias invisíveis que

existem por entre as dezessete comunidades há muita vida, geração de emprego e renda e desenvolvimento social, para seus habitantes conquistarem novas oportunidades. Ousadia, força, garra e determinação são ingredientes necessários a este público jovem que se reinventa a cada dia em suas performances. Das dezessete comunidades, algumas desenvolvem atividades locais, reunindo moradores de quase todas as áreas do bairro da Maré, um público diverso que muito se parece com as entrelinhas da canção “Você Tem Fome de Quê?”²⁷, uma música de Sergio Affonso, Marcelo Fromer e Arnaldo Filho, gravada por alguns artistas, tais como: Arnaldo Antunes, Titãs e Os Paralamas do Sucesso, desde 2008. Eis um trecho:

Bebida é água! / Comida é pasto! / Você tem sede de quê? /
Você tem fome de quê?...

A gente não quer só comida / A gente quer comida / Diversão e arte / A gente não quer só comida / A gente quer saída / Para qualquer parte...
/ A gente não quer só comida / A gente quer bebida / Diversão, balé / A gente não quer só comida / A gente quer a vida / Como a vida quer...

Bebida é água! / Comida é pasto! / Você tem sede de quê? /
Você tem fome de quê?...

A gente não quer só comer / A gente quer comer / E quer fazer amor / A gente não quer só comer / A gente quer prazer / Prá aliviar a dor... /
A gente não quer / Só dinheiro / A gente quer dinheiro / E felicidade / A gente não quer / Só dinheiro / A gente quer inteiro / E não pela metade...

Tendo como referência a canção acima, é possível afirmar que a Maré, é um bairro que não só exporta para o mundo cultura e arte, como também dá visibilidade ao desenvolvimento pessoal de crianças e jovens, como também ao coletivo em ações não governamentais. Assim, o Meio ambiente e a cultura se fazem presentes tanto na vida da comunidade como na de seus frequentadores.

Nesse sentido, o Dicionário Houaiss Conciso (2012, p.250) registra que o termo cultura possui alguns significados muito convergentes, muito ligados à ação de tratar; dentre eles tem-se: ação ou efeito de cultivar à terra; um outro significado está voltado à criação de certos animais; este significado refere-se também ao produto de tal cultivo ou tal criação, como por exemplo, a cultura de tratar e trabalhar o couro assim que é extraído dos animais abatidos

²⁷ Fonte: [Musixmatch](https://www.musixmatch.com)

e até mesmo alguns tipos de geleias e doces caseiros produzidos a partir da conserva de frutas típicas da região.

O Dicionário Houaiss (2011) também registra que cultura é o conjunto de padrões de comportamento, crenças, costumes, atividades etc. de um grupo social. Isto tem a ver com a forma ou etapa evolutiva das tradições e dos valores de um lugar ou período específico, e está diretamente ligado a evolução da civilização. Nessa perspectiva, a cultura envolve diversos aspectos físicos, tradicionais e morais, seu emprego também está voltado ao conhecimento, instrução e seu antônimo diz respeito à ignorância.

A cultura é uma das preocupações da contemporaneidade e está bem viva na atualidade. Trata-se de uma preocupação emergente de entender os muitos caminhos que conduziram a sociedade às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. De certo, o desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar de recursos naturais e oportunidades e transformá-los em seu benefício e dos outros e o de enfrentar as especificidades de sua realidade e expressá-la. Santos (2006, p.8) afirma que cultura “diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”. Entendida assim, o estudo e a manifestação cultural contribuem para o combate a preconceitos, oferecendo uma base fundamental e firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas em prol da promoção da vida, da cultura e da arte.

Seguindo a linha de pesquisa de Bosi (1992), começar esta reflexão a partir do significado das palavras talvez não seja em vão, pois as relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem. Desse momo, as palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*.

Colo significou, na língua de Roma, eu moro, eu ocupo a terra, e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo. Um herdeiro antigo de *colo* é *incola*, o habitante; outro é *inquilinus*, aquele que reside em terra alheia. Quanto ao termo *agrícola*, já pertence a um segundo plano semântico vinculado à ideia de trabalho (BOSI, 1992, p.11).

Segundo Saviolli (1981, p.88), o termo *colo* é a matriz do termo *colônia* enquanto espaço que está sendo ocupado, é a terra ou povo que pode ser trabalhado e sujeitar-se. Por isso,

Augusto Magne *apud* Bosi (1992, p.11) irá afirmar que “*colonus* é o que cultiva uma propriedade rural em vez do seu dono; é o feitor no sentido técnico e legal da palavra. Está em Plauto e Catão, como *colônia* [...]; o habitante de colônia, em grego *ápoikos*, que vem estabelecer-se em lugar dos *incolae*”.

Não obstante, a mãe que toma a criança no *colo* para amamentá-lo significa mais do que um direito da mãe amamentadora, um direito legítimo da criança que se estabelece na relação simbiótica entre os dois seres. Estar no *colo* quer dizer que a criança, ou seja aquele que é amamentado, torna-se ocupante de um lugar, está ocupando um espaço que lhe conceberam como inquilino, porque o corpo pertence a mãe que a amamenta, mas o espaço ocupado, o lugar de direito ao amamentado, embora por um curto período de tempo, pertence àquele que está ocupando o lugar que foi conquistado a partir do seu nascimento, e que será seu por um período de tempo entre as primeiras aproximações mamãe-bebê e até o desmame, e não só isso, por todas as vezes, o/a pequeno/a sentir se só, desprotegido, pelo sentimento, aquele lugar será seu. Ela sempre o ocupará com afeto, pois ela não ocupa um lugar vazio.

Recordando Bosi (1992), os termos *colônia*, *culto*, *cultura*, *colonização* sempre estão interligadas, não por acaso, sempre que se quer classificar os tipos de colonização, distinguem-se dois processos: o que se atém ao simples povoamento, e aquele que conduz à exploração do solo. Assim *colo*, está prefigurado em ambos: mora-se, cultiva-se. E, conforme indaga Cunha (2007), a rigor, o que diferencia o habitar e o cultivar no colonizar? A princípio o que os atores sociais fazem em seu percurso na vida para outro, onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio. É nesse sentido que o *incola* que emigra se torna colono, assim como todos os emigrantes que chegaram à Maré em busca de fixação à terra.

Passando agora do presente de *colo*, significado verbal, com toda a sua garra de atividade histórica e do poder imediato que envolve sua riqueza de significados, para as formas nominais do verbo, *cultus* e *cultura*, é preciso um deslocamento para os regimes mediatizados do passado e do futuro, de acordo com o que registra Bosi (1992, p.13) e confirma Santos (2006)):

Para o passado, [...] *cultus* atribuíu-se campo que já fora arroteado e plantado por gerações sucessivas de lavradores. *Cultus* traz em si não só a ação reproposta de *colo*, o cultivar através dos séculos, mas principalmente a qualidade resultante desse trabalho e já incorporada à terra que se lavrou. Quando os camponeses do Lácio chamavam *culta* às suas plantações, queriam

dizer algo do que é cumulativo: o ato em si de cultivar e o efeito de incontáveis tarefas, o que torna o particípio *cultus*, esse nome que é verbo, uma forma significante mais densa e vivida que a simples nomeação do labor presente.

A lavra, o *ager-cultus*, significando o roçado, também uma declinação verbal, junta a denotação de trabalho sistemático à qualidade obtida, e funde-se com esta no sentido de quem fala. O *Cultus* é o sinal de que a sociedade que produziu seu alimento e garantiu seu espaço na terra já tem memória.

Já quanto ao termo *cultus*, significando substantivo, queria significar não só o trato da terra como também o *culto dos mortos*, primeira forma de religião como lembrança perene, chamamento ou esconjuro dos que haviam partido. A Antropologia parece não ter mais dúvidas sobre a precedência do enterro sagrado em relação ao tratamento específico do solo. Encontram-se registros a estes dados apenas do Neolítico e da Revolução Agrícola, a partir de 7.000 a.C, aproximadamente, a inumação dos mortos já se fazia nos tempos do Home de Neanderthal há mais de 8 mil anos.

Convém sistematizar os dois significados desse nome-verbo, *colo*, que mostra o ser humano preso à terra e nela abrindo covas que ora o alimentam, ora para edificar e abrigar, ora abrigam os mortos: o primeiro é o *cultus*; diz-se daquilo que foi trabalhado **sobre** a terra, cultivado; o segundo *cultus*; diz-se respeito daquilo que se trabalha **sob** a terra, culto, enterro, ou seja, o sepultamento dos mortos, um ritual feito em honra dos antepassados.

Deixando a forma expressa no passado, de *cultum*, um derivado de *colo*, deriva-se outro particípio: o futuro *culturus*; ou seja, o que vai trabalhar, o que quer cultivar. Assim explica Bosi (1992, p.16):

O termo na sua forma substantiva, aplica-se tanto às labutas do solo, a agricultura, quanto ao trabalho feito no ser humano desde a infância; [...] O seu significado mais geral conserva-se até os nossos dias. Cultura é o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos, e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A priori, a educação é o momento institucional marcado neste processo. [...] Cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro.

De certa forma, ou de qualquer modo, a cultura encarnada e socializada tem um papel cada vez mais central a desempenhar na construção de um futuro em construção para as comunidades mais pobres.

Retomando a temática já estabelecida sobre identidade nos capítulos anteriores, alguns apontamentos sobre o aspecto da identidade nordestina, seria bom ressaltar, antes dos exemplos reais existentes e promovidos na Maré. O objetivo do artigo proposto por Wonsoski & Domingues (2015) é estudar a concepção de identidade em Zygmunt Bauman, Stuart Hall e Antonio da Costa Ciampa, assim como levantar quais são suas contribuições para a compreensão da ideia de uma identidade nacional, visto que o presente projeto faz parte da pesquisa “Identidade nacional: mitos e estereótipos do ser brasileiro”. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica. Nesta perspectiva, percebe-se, que entre os autores há algumas diferenças e também semelhanças no estudo do conceito de identidade.

Nas três apresentações sobre esses autores, nota-se que há diferenças e semelhanças. Observadas as diferenças destaca-se que Ciampa (2007, 1984) compreende a identidade como metamorfose, isto é, que está em constante transformação, destacando a história pessoal dos sujeitos. Assim, conforme salienta Ciampa, a história está permeada pelo contexto histórico e social. Já Hall (2011) e Bauman (2005b, 2001) se voltam mais para a sociedade e sua história, descrevendo que em outras épocas as identidades eram únicas e coesas e as atuais estão fragmentadas, descentradas (HALL, 2011) e líquidas (BAUMAN, 2005b). E, apesar de formações distintas, Hall e Bauman, sociólogos, e Ciampa, psicólogo; há semelhanças: concebem a identidade como um processo de reformulação e mudança que tem sua base nas influências sociais e históricas.

Nesse sentido, os manifestos de cultura, identidade, memória e lembranças dos que vivem na diáspora nordestina podem ser localizados nos seguintes pontos, a saber:

3.2.1 O Baile Charme no “Pontilhão”

O Baile Charme existe desde o final da década de 1970. Antes era uma organização de rua e se armava ora nas proximidades da rua da Proclamação, ora nos fundos da rua Principal

na comunidade de Nova Holanda. O certo mesmo é que, na maioria das vezes, era realizado por inúmeros jovens e adeptos ao movimento, no lugar conhecido como “Pontilhão” da comunidade da Baixa do Sapateiro.

Figura 37 – – Baile Charme marca presença na Maré



Fonte: Maré de Notícias, edição: 80, p.1

Antes da década de 1990, era um trecho inacabado da Avenida Bento Ribeiro Dantas, atual Linha Amarela. Ali, havia um grande trecho embaixo do viaduto inacabado que servia de abrigo para as manifestações de música e exibição dos seus dançarinos nas noites de sábado. O local era frequentado por adolescentes e por visitantes oriundos de outros pontos da cidade em busca de diversão e comida típica que era oferecida no local.

Figura 38 – Organizadores do baile e apreciadores



Fonte: Maré de Notícias, edição 110, p.14

O bairro da Maré, assim como o amplo, diverso e múltiplo território das periferias, é um impactante ambiente de criação, invenção, reinvenção e superação das condições de vida impostas pelo poder dominante. A Maré é uma grade mar de criatividade e manifestações culturais, artísticas e religiosas, onde se destacam inúmeras intervenções artísticas com nuncias próprias do lugar e com especial lugar de fala. Assim sendo, a arte chega à Maré como uma onda, que faz esse mar de pessoas se movimentar para ampliar a vida em todos os seus aspectos.

3.2.2 Do Bloco “Mataram Meu Gato” à Escola de Samba Gato de Bonsucesso

Segundo os registros do Museu da Maré, a sua história tem início na década de 1960, quando um grande grupo de moradores das comunidades do Esqueleto e do Querosene se mudou para o Complexo da Maré. A nova turma boêmia acabou se unindo aos antigos foliões da comunidade de Nova Holanda, originando o *Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Nova Holanda*. Algum tempo depois, sentindo a necessidade de algo mais descontraído que os rigores exigidos por uma escola de samba, seus integrantes formaram um bloco com os amigos das rodas de samba do lugar, brincando juntos e descompromissados o carnaval, dentro da própria comunidade. A falta de preocupação com as regras era tanta que o bloco sequer possuía nome.

Figura 39– Primeiros desfiles do bloco, 1965



Fonte: Acervo Gato de Bonsucesso

Havia, porém, uma moradora conhecida por Maria Dentão, de acordo com o relato no livro de Contos e Lendas da Maré (2003, p. 57), que não gostava de muita conversa e não dava vida fácil para a garotada da pelada de rua. Sempre que a bola caía em seu quintal, a aborrecida moradora a destruía, cortando-a ao meio. Todo mundo sabia que ela tinha um gatinho de estimação e que vivia de cá para lá com o bichano. Certo dia, os rapazes, que também gostavam de implicar com moradores da comunidade, cansados de terem suas bolas furadas, resolveram se vingar. Caçaram o gato de estimação de Maria Dentão e fizeram um ensopado com ele. Maria não demorou a descobrir o que acontecera com o bichano e foi diretamente ao posto policial dar queixa do acontecido, bradando desesperadamente: *"Mataram meu gato, mataram meu gato"*.

A polícia prendeu três dos rapazes acusados por Maria Dentão e aplicou neles "um corretivo" com uma palmatória. Mas, para se vingar novamente de Dona Maria, os rapazes fizeram tamborins com o couro do gato e foram tarde da noite para a frente da casa da desafeta, batucando e cantando em ritmo de samba: *"Mataram meu gato, mataram meu gato... tiram-lhe o couro e fizeram tamborim..."*. O refrão acabou "pegando" entre os moradores e terminou batizando aquele bloco que até então, estava sem nome: surgiu o *"Bloco Mataram Meu Gato"*. A partir daí, a agremiação cresceu, absorveu o que restava da Escola de Samba Unidos da Nova Holanda e, em 1974, foi registrado na Federação de Blocos de Carnaval do Rio de Janeiro.

25 anos depois, a comunidade sentiu a necessidade de transformar o bloco em escola de samba e, em 16 de fevereiro de 1999, a agremiação foi registrada na Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, com o novo nome de *Grêmio Recreativo Escola de Samba Gato de Bonsucesso*.

Figura 40 – Casal de Mestre-sala e Porta-bandeira da escola, no desfile de 2015



Fonte: Acervo Gato de Bonsucesso

O Grêmio Recreativo Escola de Samba Gato de Bonsucesso²⁸, ou simplesmente “Gato de Bonsucesso”, é uma escola de samba da Zona Norte, sediada no bairro da Maré, precisamente na favela Nova Holanda. Fundada em 16 de fevereiro de 1999. Suas cores são o azul e branco.

Figura 41 – Bandeira Oficial do Gato de Bonsucesso



Fonte: Gato de Bonsucesso

Durante os períodos de manifestações folclóricas ou até mesmo no próprio Carnaval do Rio de Janeiro, o GRESGB recebe outros blocos e agremiações em sua quadra na Maré e desfila por alguns pontos na comunidade.

Figura 42 – Desfiles de Blocos na Nova Holanda parceria com o Gato de Bonsucesso



Fonte: Maré de Notícias, edição: 109, p.8

²⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Gato_de_Bonsucesso

3.2.3 A Casa de Mulheres da Maré na Nova Holanda

A Casa de Mulheres é um espaço dedicado a estimular o protagonismo político de meninas e mulheres, onde são realizadas atividades de qualificação profissional, atendimento sociojurídico e psicológico gratuitos, além de fomento ao ativismo e engajamento nas lutas feministas.

Figura 43 – Apresentação: Casa das Mulheres da Maré



Fonte: Maré de Notícias, edição 94, p.7

A Casa de Mulheres da Maré acaba de completar 2 anos de atividades e com muitos motivos para comemorar: o espaço já realizou cerca de 400 atendimentos tanto nos serviços sociojurídicos, com advogadas, assistentes sociais e psicólogas, como também a inserção nos cursos profissionalizantes de cabeleireiro, com os conceitos “Maré de Belezas” e o de gastronomia, o “Maré de Sabores”. Porém, o mais importante para a Casa no protagonismo no quesito desempenho em empreendedorismo e para muitas mulheres da Maré, uma referência quando se pensa em *um lugar de trocas de experiências*, acolhimento e interação está na “Bela Maré” .

Figura 44 – Reunião em Pauta na Casa de Mulheres da Maré



Fonte: Maré de Notícias, edição 94, p.5

3.2.4 O Centro de Artes da Maré na Nova Holanda

Aberto em 2009, o Centro de Artes da Maré – CAM se encontra num galpão de 1,2 mil m², à rua da Bitencourt Sampaio, em próximo à Avenida Brasil, na comunidade de Nova Holanda. Este Ponto de Cultura é fruto da parceria entre a Lia Rodrigues Companhia de Danças e a Redes da Maré, idealizado para a criação, formação e difusão das artes. O importante para o desenvolvimento do espaço é a afirmação da dificuldade da manutenção de atividade de um espaço cultural sem apoio, bem como da importância das leis de incentivo nesse sentido e do entendimento dos apoiadores na valorização da arte e da cultura local.

Figura 45 – Centro de Artes da Maré: palco de apresentações



Fonte: Maré de Notícias, edição 116, p. 6

O espaço vem se constituindo numa referência genuína para romper com a segmentação existente entre os diferentes territórios da cidade no campo do direito à arte. Além de proporcionar eventos culturais e artísticos, o CAM oferece oficinas.

Figura 46– Palco de apresentações – balé artístico



Fonte: Pixabay.com

Atualmente, são 7 (sete) de dança e 1 (uma) de teatro e atende a todas as faixas etárias. No CAM, há projetos da Escola Livre de Dança da Maré, que funciona desde 2011. Um ano depois, integrou-se ao Teatro em Comunidades, em parceria com a UNIRIO. Trata-se de ações continuadas que são promovidas no espaço. Além disso, há cineclube; shows; musicais; debates; aulas públicas; realizadas com diferentes parceiros locais e externos, como por exemplo o de Lia Rodrigues que realiza sua residência no local e um corpo de bailarinos cria e ensaia trabalhos diariamente.

Figura 47 – Apresentações no CAM, 2017



Fonte: Maré de Notícias, edição 94, p. 12

3.2.5 O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM.

O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM – em conformidade com a apresentação no livro *Contos e Lendas da Maré* (CEASM, 2003) é uma associação civil, sem fins lucrativos, criada em 15 de agosto de 1997. A instituição atua no conjunto de comunidades populares do bairro da Maré. Este Centro de Estudos foi fundado e dirigido por moradores e ex-moradores locais que, em sua grande maioria, conseguiram chegar à Universidade. Os projetos desenvolvidos pela instituição visam superar as condições de pobreza e exclusão social existentes na Maré, bairro apontado como o terceiro de pior Índice de Desenvolvimento Humano da cidade do Rio de Janeiro.

A fim de cumprir o seu papel, este Centro vem atuando no campo da educação, cultura e na geração de trabalho e renda. Iniciou seus trabalhos com um curso de Pré-vestibular comunitário e, atualmente, atinge milhares de moradores com diversos projetos associados. O objetivo principal de suas atividades é estender aos moradores o acesso a novos produtos culturais que permitam a conquista de níveis mais plenos de cidadania entre a população do bairro. Assim sendo, a proposta do CEASM é desenvolver atividades que enalteçam o “Capital Social e Cultural” que possam não apenas ser assimiladas, como também, executadas pelos próprios jovens e os demais moradores da Maré (CEASM, 2003).

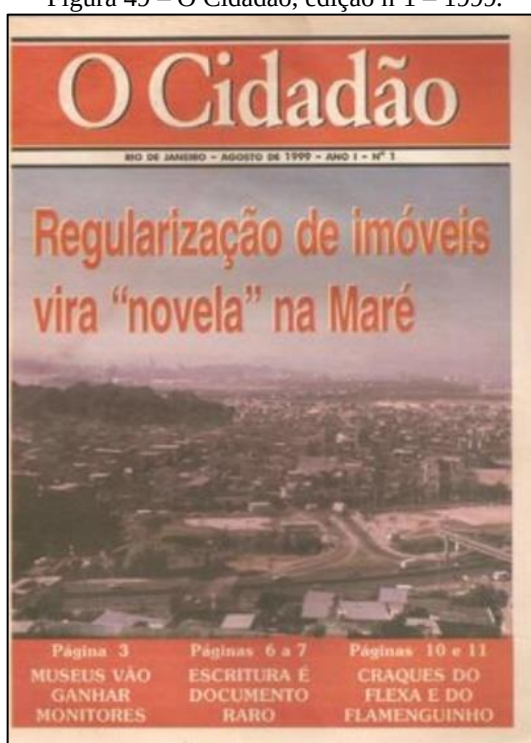
Outro trabalho muito bem-produzido na região foi a publicação de um jornal local denominado “O Cidadão”, editado pela própria instituição em 1999, com edição mensal, que noticiava os costumes de seus moradores e as conquistas locais que eram divulgadas por este instrumento. Este jornal foi o pioneiro nas comunidades da Maré. Uma das matérias mais importantes divulgadas foi a questão das remoções das palafitas e a entrega das titularidades dos imóveis na Maré. As figuras a seguir noticiam bem esta fase nas edições O e 1 de O Cidadão.

Figura 48– O Cidadão, edição nº0 – 1999.



Fonte: Acervo Museu da Maré.

Figura 49 – O Cidadão, edição nº1 – 1999.



Fonte: Acervo Museu da Maré.

3.2.6 O Ciep Brizolão 326 Professor Cesar Pernetta no Parque União

Sua criação e implantação se deu por meio do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, parte 1 – publicado em 02/02/94, páginas 7 e 8: Decreto Nº 19.598 de 01 de fevereiro de 1994 que dispõe sobre a implantação, em caráter experimental, dos Ginásios Públicos nos Centro Integrado de Educação Pública – CIEP, administrados, na oportunidade, pela Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, que à época denominou-se CIEP Nº 326; a fim de ministrar aulas de 1º e 2º Graus²⁹; atualmente na gestão da Secretaria Estadual de Educação – SEEDUC.

Sua denominação se deve ao Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, parte 1 – publicado em 11/10/94, página 8: Decreto Nº 20.706 de 10 de outubro de 1994 onde se atribui denominação à Unidade Escolar, situada no âmbito da Coordenadoria Regional Metropolitana III, no Município do Rio de Janeiro, uma vez que à época ficou denominado: "Ginásio Público Professor César Pernetta", o CIEP Nº 326, situado na Rua Ari Leão, s/nº - Parque União – Bonsucesso – município do Rio de Janeiro.

Figura 50 – O Prédio do CIEP 326 Professo César Pernetta



Fonte: Acervo do CIEP 326

²⁹ Atualmente, a redação oficial da LDB 9.394/96 de 20/12/1996 dispõe que o 1º e 2º Graus passaram a Ensino Fundamental e Ensino Médio, ambos incluídos na formação de Educação Básica.

Como patrono, tomou-se a pessoa do professor e médico, pediatra, César Beltrão Pernetta, nascido no estado do Paraná, aos 11 de novembro de 1906, coincidência ou não, foi exatamente no dia 10 de novembro de 1994, que esta unidade escolar recebeu o seu nome como patrono. Saudoso Médico, Sanitarista, Professor emérito titular do Departamento de Pediatria e Puericultura da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, dentre outras. Foi membro honorário do Conselho Estadual de Saúde e Higiene, título outorgado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1985. Segundo Dr. Dráuzio Varella: “O Professor César Pernetta ensinava tais preceitos; sabia ensinar... e ensinava pelo exemplo de sua conduta”.

Figura 51 – Evento Escolar com a equipe de professores e a direção



Fonte: Acervo do Ciep 326

É mister saber que o Mestre César Pernetta veio a falecer, já muito debilitado em sua saúde, no dia 06 de março de 1993. Atualmente um Posto de Saúde localizado no bairro do Méier, Cidade do Rio de Janeiro, leva também o seu nome. Mais uma grande coincidência, talvez seja o acaso: no ano de 1993 iniciam-se as obras de construção da Linha Vermelha e paralelamente a esta, o prédio do Centro Integrado de Educação Pública – o CIEP, pertencente ao 2º Programa de Educação Popular no Governo Estatual Leonel Brizola, 1993 – 1995, e até o ano de 1996, configurou entre os 400 CIEPs sob a gestão da Fundação de Apoio as Escolas

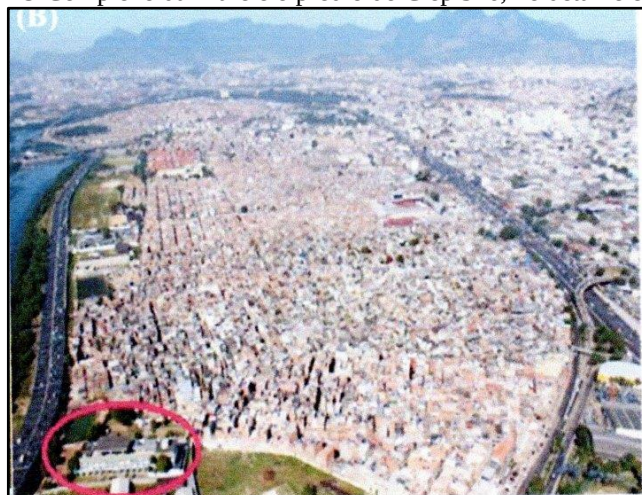
Públicas – a extinta – Fundação de Apoio à Escola Pública - ex-FAEP; cuja presidente designada, na oportunidade, era a titular Professora Tatiana Memória.

O Professor e Doutor César Pernetta teve em sua trajetória de vida voltada ao amor e a saúde das crianças, em particular, as crianças e aos recém-nascidos filhos e filhas de pescadores residente na colônia de pescadores do Canal do Cunha e na Vila Operária do Parque Rubens Vaz e Parque União, na década de 60, onde introduziu a cultura e a administração do soro-caseiro produzido, rudimentarmente, à época, com 0,2 mg (NaCl)+ 0,8 mg (C₆H₁₂O₆) em 500 mL (H₂O)₂; isto é, 2/10 de sal de cozinha acrescentado em 8/10 de açúcar dissolvido em meio litro d'água e oferecido às crianças com gastroenterite aguda e/ou com sintomas de dores abdominais e vômitos. Certamente, foi uma solução rápida, eficaz, econômica e agradável aos moradores, mas não possuía um sabor agradável às crianças em convalescência. Nas célebres palavras do Mestre Cesar Pernetta:

Cada povo tem diante de si o seu futuro, não como uma ideia abstrata, insondável e imprevisível, mas representado por uma realidade concreta que é a criança. Concreta e inteiramente à mercê de cuidados alheios. O futuro de uma comunidade está na estreita dependência do zelo que essa comunidade dispensar à criança. (PERNETTA, 2000, p.8)

A figura 54, a seguir, tem-se uma visão geral do Complexo da Maré, mais precisamente as comunidades do Parque União, Nova Holanda, Nova Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbaú, seguindo pelo lado esquerdo da figura o Canal do Cunha e a Linha Vermelha, do lado esquerdo da figura tem-se a Avenida Brasil. O interessante é notar nessa figura, o detalhe sinalizado em vermelho: é o prédio do Centro Integrado de Educação Pública da Maré – o Ciep Professor César Pernetta do Parque União.

Figura 52 – O Complexo da Maré e o prédio do Ciep 326, no detalhe em destaque.



Fonte: Pixabay.com

Figura 53 – Comemoração dos 25 anos de fundação do CIEP Prof. César Pernetta



Fonte: Maré de Notícias, edição 107, p.1

Figura 54 – Um evento memorável com a participação de alunos e professores



Fonte: Maré de Notícias, edição 107, p. 8

Cabe destacar que esta instituição de ensino passou, no período de sua implantação no ano de 1993 até 2021, por quatro gestões administrativas: primeiramente coube ao professor Hermes Alexandre de Brito e sua equipe pela implementação do programa estadual por 2 (dois) anos; em seguida assumiu interinamente, por oito meses, a professora Maria Tereza Orozimbo, até serem concluídos os trabalhos da eleição, tendo em vista que o professor Hermes declinou

de sua função por motivos particulares. Logo após as autorizações para as primeiras eleições para diretores de escola da rede estadual, coube ao Professor Marcelo Castro e Silva Belfort, sendo o segundo diretor empossado, assumindo a gestão escolar com sua equipe composta de secretária escolar, uma diretora adjunta, um coordenador pedagógico e um coordenador de turno.

Tendo declinado de sua função 1 (um) ano após eleito, assumiu a sua diretora adjunta como diretora geral até seu mandato ser concluído em 1999, tornando Professor João Lanzellotti Neto como seu adjunto como diretor interino. Na segunda eleição, coube ao professor João comandar a gestão escolar, sendo o quarto diretor geral da Unidade Escolar de 1998 até a presente data, ou seja, 28 anos como servidor na mesma escola, sendo 4 anos, como professor regente de Matemática, Desenho Geométrico e Física; 2 anos, no exercício da função de Diretor Adjunto e 22 anos como Diretor Geral, conseqüentemente o diretor que mais tempo permaneceu na função. Infelizmente, por motivos de saúde, o que o levou à internação hospitalar por 45 dias consecutivos, o professor João não pôde estar presente na cerimônia dos 25 anos de aniversário da escola que teve como tema: “CIEP 326, 25 anos servindo à Educação na Maré”.

A nova gestão no Ciep 326, que começou no final do ano de 1997, estendendo se até o ano vigente, interinamente, tendo como gestor o Professor João Lanzellotti Neto. A partir daí, foram 23 anos de muitas limitações, lutas e também de conquistas, sobretudo de vitórias. No início da gestão, coube a equipe realizar a transição, liderada pelo professor João, da antiga Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 5.692/71 para a LDB em vigor, a de nº 9.394/96 no que tange a apresentar o projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, passando a ser obrigatórios o seu planejamento e apresentação à Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, o que antes era apenas uma mera formalidade que ficava no arquivo da escola. Outra obrigatoriedade que a gestão enfrentava era o planejamento bianual deste mesmo projeto, a revisão do Projeto político Pedagógico – PPP. O PPP trouxe inovações, facultando às escolas de um modo geral uma gestão autônoma e com recursos descentralizados. O que antes era obrigatoriedade de a Supervisão Escolar manter o acompanhamento pelos antigos Núcleos de Educação e Controle – NECs e subsidiados financeiramente pelas Agências Escolares, agora, era lei. A escola passava de uma gestão de controle para uma gestão autônoma. Há ainda questione que tipo de autonomia tem-se nas escolas. Outra particularidade era a questão dos

recursos financeiros, que, uma vez sendo descentralizados, a direção da escola passava a ter a obrigatoriedade de gerir tais verbas, cabendo-lhe a devida e transparente prestação de contas primeiramente à comunidade escolar e em seguida aos cofres públicos: à SEEDUC que por sua vez ao Tribunal de Contas do Estado – TCE e ao Ministério Público – MP.

Das muitas oportunidades de melhorias que o Ciep recebeu nesta nova gestão pode se relatar: uma nova secretaria com equipamentos de xerox e telefonia, antes inexistentes; um arquivo permanente, pois o antigo arquivo morto estava deteriorado; um laboratório de informática, já que o antigo, apesar de ser obsoleto, era uma questão de honra reativá-lo; a escola agora passava a ser atendida por um contador profissional e experiente sob o acompanhamento de seu atual diretor.

Outras ações também deram visibilidade e credibilidade a gestão do Prof. João, a Gestão Escolar, e não somente uma Administração Escolar, por meio dos projetos que foram realizados e com parcerias, muitas delas sem fomento. Dentre os muitos projetos que movimentaram a escola durante esses 23 anos de gestão, pode se elencar: de 01/07 a 17/12/1999, certificado pelo Programa Comunidade Solidária com o Projeto “Química Por que Te Quero”, um projeto que capacitou 48 jovens como técnicos de laboratório de análises clínicas, com patrocínio de bolsas de fomento para os alunos e professores.

Outros projetos também completam esse *hall* de investimento acadêmico e pedagógico, dentre eles é possível citar: No ano 2.000, o Programa LIGHT RAL/Maré com iniciativa LIGHT/CEASM/PRONAI; no mesmo ano recebe da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a Moção Honrosa de Congratulações e Aplausos, evidenciando seu justo reconhecimento por sua dedicação e prestação de serviços à sua comunidade; no ano de 2.001, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio em conjunto com o Ministério da Saúde e Fundação Oswaldo Cruz concede a Homenagem por sua atuação no Programa Vocação Científica – Provoc; no ano 2.002, o Programa ADL – Maré concede-lhe o Certificado de Cidadania; Em dezembro de 2.002, o Programa Cidadania Ambiental concede o Certificado de Participação em parceria com a SEEDUC; em novembro de 2.005, o INCA confere o Certificado pela participação, empenho e comprometimento com êxito no movimento mundial por uma vida saudável para os jovens no Programa VIGESCOLA – Vigilância de Tabagismo em Escolares; ainda em 2.005, a SEEDUC confere o Certificado pela ação e participação da

escola na Ação Integrada de Reforço Escolar no Programa Sucesso Escolar / 2005, tendo atingido a marca de 86% de aprovação escolar; No ano de 2.006, a Coordenadoria Regional Metropolitana III confere ao Ciep o Certificado por sua participação no evento “Festa do Interior” com a apresentação do Coral Cesar Pernetta; no ano de 2.010, a Fundação Biblioteca Nacional certifica a escola por sua participação no Projeto Quarta às 4 / Livros Vivos / Histórias Originais com o painel “Território verde e rosa” de Regina Andrade; em dezembro de 2010, o Centro Internacional da Cruz Vermelha Brasileira – CICV confere o Certificado pela participação do Ciep no Programa “Abrindo Espaços Humanitários – AEH” com a organização e realização de oficinas sobre princípios humanitários; no ano de 2.011, a Diretoria Regional Administrativa em parceria com a SEEDUC, concede à Unidade Escolar a Menção Honrosa pelo desempenho no SAERJ 2011, contemplando a Unidade Escolar com quatro notebooks como prêmio pelo desempenho na Avaliação Estadual; no ano de 2.013, o Museu da Geodiversidade (IGEO/CCMN/UFRJ) em parceria com a BG Brasil conferem a escola o CERTIFICADO de participação no Projeto “Herdeiros do Pré-sal” pela realização de oficinas temáticas; no ano de 2.013, a Diretoria Regional Pedagógica da Região Metropolitana III concede CERTIFICADO de participação plena no SAEB 2013 com 85% de participação dos estudantes no IDEB Rio.

Além dos projetos elencados anteriormente, no ano de 2.012 a Unidade Escolar participou do Projeto “Letramentos” em parceria com o Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM com fomento da FAPERJ sob supervisão da Profa. Dra. Ana Maria Pires Novaes, que teve como objetivo “Restaurar e Revigorar a Sala de Leitura, dando aos jovens-adolescentes a oportunidade de ser agentes de letramento e protagonistas nesta ação”, este projeto foi um divisor de águas entre a escola e a diretoria regional pedagógica, pois o secretário de educação quis visitar e acompanhá-lo como um grande marco de incentivo à leitura nas escolas. Nos anos de 2013/14, a escola participou de outro projeto denominado de “AMBENAP”, ou seja, “Implicações do ambiente no processo ensino aprendizagem: estudos sobre escolas públicas localizadas no Complexo do Alemão”, e na Maré, na qual também o CIEP 326, como colaborador também passou a fazer parte do escopo de estudo deste projeto. Este projeto foi muito importante, do qual o professor João foi bolsista da CAPES/OBEDUC, e assim pode cursar o seu Mestrado em Desenvolvimento Local. O objetivo deste projeto era acompanhar a aprendizagem nas escolas do Complexo do Alemão e na Maré com relação às intervenções do ambiente sobre as avaliações externas em larga escala, tal qual o Índice de Desenvolvimento

da Educação Básica – IDEB, em parceria com a UNISUAM, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Geralda de Miranda. Além do Ciep 326, outras cinco escolas pertencentes à Regional Metropolitana III participaram deste projeto, acompanhado pela SEEDUC a partir do segundo semestre da sua implantação, fez com que o Secretário de Educação Wilson Risolia abrisse o semestre letivo do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local com uma brilhante Aula Magna. Já, nos anos letivos de 2013/14, a escola também participou do Projeto “AQUARIOFILIA”, uma viagem pela piscicultura em empreendedorismo no laboratório de Ciências, em parceria com a UNISUAM, sob supervisão da Profa. Silvia Mello e finalmente, mas não em último lugar a escola participou do 1º Encontro Acadêmico Científico Cultural de Escola Pública do Centro Integrado de Escola Pública – Ciep 326, em comemoração dos 450 anos de aniversário de fundação da Cidade do Rio de Janeiro, totalizando 30 horas de efetivo trabalho escolar e comunitário. No ano 2015, sob a supervisão da Profa. Maria Geralda de Miranda, a escola realizou com 28 alunos da turma 1007, 1º ano do Ensino Médio o Projeto “Horizontes” o que proporcionou uma apropriação do Capital Cultural desses jovens adolescentes sobremaneira.

A escola também realiza anualmente outros projetos, com ou sem fomentos, com ou sem parcerias, sendo dois ou três a cada semestre letivo, a saber: o Projeto “Caminho Literário”; o Projeto “Corredor Científico”; Projeto “Matemática 360º”; participações nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP; no laboratório de artes são desenvolvidos projetos de pintura, textura, topiaria e restauração de imagens e o Projeto Étnico-racial: “Africanidades”, dos quais o professor João já participou na implementação das atividades iniciais.

3.2.7 A Feira dos Artigos Nordestinos: artigos, iguarias e danças

Acesso à cultura ainda é privilégio de poucos. Enquanto o Centro do Rio e a Zona Sul da Cidade concentram as mais variadas opções de lazer, a população da periferia tem de usar a criatividade ou enfrentar horas de transporte público deficitário para usufruir do direito à cultura. Resistir é preciso. Para resistir a essa situação desigual, os próprios moradores e instituições da periferia, tais como as associações e organizações sociais destacam-se por motivar e promover a cultura da população.

A única alternativa tem sido os espaços pertencentes à Prefeitura do Rio ou que contam com o apoio financeiro. Apesar das dificuldades, as manifestações artísticas da periferia são ricas e, mesmo sem os espaços físicos oficiais e tradicionais, pessoas engajadas tentam promover transformações sociais pela arte. Uma delas está justamente instalada na rua Dr. Teixeira Ribeiro a partir do nº 59 até o final da rua Principal na comunidade de Nova Holanda. Trata-se da feira de artigos nordestinos. O funcionamento é de domingo a domingo das 9h da manhã até às 02h00 do dia seguinte. Palco com música, danças e algumas apresentações. Na maioria da feira são encontrados objetos produzidos em couro, madeira, pano e palha; utensílios e artigos de cozinha; decoração; roupas típicas; temperos; carnes de frango, peixaria, leitão, porco, cabrito, coelho e boi; iguarias e comidas típicas já prontas para serem servidas.

Não foi só com seu suor e trabalho que os nordestinos ajudaram o Rio de Janeiro a se consolidar como uma das cidades mais bonitas do mundo. Eles trouxeram para cá seus hábitos, vocabulário, estilos e regionalismos, comidas típicas, sabores, ritmos e muito mais. Alguns estão entranhados na cultura carioca, como o simples hábito de usar chapéu de palha, coisa comum de ser vista na feira ou até mesmo saborear uma buchada de bode bem-feita e temperada na hora, coisa que surpreende ao se constatar que eles não surgiram aqui, mas foram trazidos pelos seus ancestrais, irmãos e irmãs nordestinos.

Nessa perspectiva, Ecléa Bosi (2003, p.18) em seu livro *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social*, salienta que “há, portanto, uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimento, ideias, e valores que dão identidade àquela classe”.

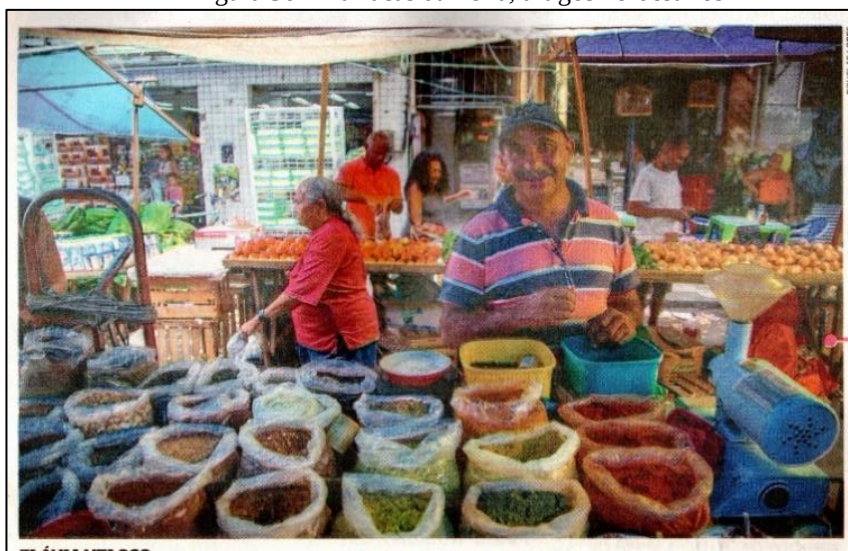
Figura 55 – Loja típica de produtos nordestinos



Fonte: Maré de Notícias, edição 127, p.14

Outra atração que aparece, bem no meio da feira dos nordestinos, é a quantidade de opções de temperos puros, doces, caldos e carnes, legumes, frutas e outros alimentos. Tudo isso oferece uma variedade de cores, cheiros e sabores em diversas barracas expostas a céu aberto, como se fosse um shopping com diversas vitrines arrumadas a atrair seus consumidores e visitantes. Assim também a feira nordestina que já virou atração turística aos finais de semana. E uma das atrações mais procuradas nessa feira é a cachaça feita no alambique local pelos conterrâneos: as que mais chamam a atenção do público são as de sabor de coco, banana, laranja, além da de sabor natural, produzidas pelos próprios cearenses.

Figura 56 – Barracas da Feira, artigos nordestinos



Fonte: Maré de Notícias, edição 109, p.6

3.2.8 O Forró do Parque União

A Canção imortalizada na voz de Luiz Gonzaga, rei do baião, traz consigo muitas referências sobre a identidade nordestina que até sem acompanhamento ouve-se no ar a melodia: *Inté mesmo a asa branca / bateu asas do sertão / Entonce eu disse / adeus Rosinha / guarda contigo / meu coração*. A canção Asa Branca, composta por Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, se transformou em símbolo do êxodo nordestino para o Sudeste. Assim sendo, as favelas ou comunidades cariocas, por assim dizer, são marcadas pela presença desses nordestinos, que começaram a chegar a partir da década de 1950. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, em 2017 revelou a presença de 1,2 milhão de nordestinos, pouco mais de 8% da população fluminense. Na Maré este percentual pode realmente ser verificado, segundo os dados emitidos pelas escolas públicas dessa região ou pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), também implantadas nessa região.

Entretanto, segundo o Maré de Notícias (2021), edição 127, algo diferente acontece na Maré que, segundo o Censo Populacional realizado pela Redes da Maré, na prévia de 2019, tem 25,8% dos seus moradores com raízes no Nordeste. Conforme já informado, os 35.884 nordestinos da Maré representam uma influência Cultural não apenas para si mesmos, como também nas práticas e identidades de seus descendentes. E o forró do Parque União é um exemplo disso: uma praça do nordeste carioca.

Nesse sentido, conforme dados publicados na edição 127 do Maré de Notícias, o conjunto de comunidades da Maré tem duas regiões onde quase a metade dos seus moradores é nascida em algum estado do Nordeste. Só o Parque Rubens Vaz concentra 39,2% de nordestinos natos, enquanto na comunidade do Parque União, vizinha ao Rubens Vaz, eles são no total de 44,2% dos moradores. É nessa região da Maré que se concentra a alma tipicamente musical nordestina do território. Trata-se de um convite para quem deseja mergulhar na cultura dos estados nordestinos através da musicalidade e da culinária.

Na Maré, segundo dados do PNAD/2017, a concentração dos que nasceram na Paraíba é bem expressiva: são 14.597 moradores, quase 10,5% da população total do território. Já os Cearenses são o segundo grupo mais presente na Maré: são 8.849 moradores espalhados na região. Já o povo baiano chega a contagem de 5.457 moradores, sendo 4.628 baianos natos

e os demais, 829 são oriundos do sertão baiano, vindos da seca. Os demais estados do Nordeste, somam 6.981 nordestinos moradores na Maré, assim distribuídos por região: 1.159 Maranhenses; 986 Piauienses; 1.607 Rio Grandenses (Potiguar); 1.210 Pernambucanos; 835 Alagoanos e 1.184 Sergipanos. Certamente, “o território é nordestino, seus moradores carregam o sangue na veia”. Nas palavras do Sr. João Braga, 60 anos, “os nordestinos carregam o Rio de Janeiro nas costas” (MARÉ DE NOTÍCIAS, edição 127, p.15).

Figura 57 – Artigos Nordestinos esculpidos em Madeira



Fonte: Maré de Notícias, edição 127, p.14.

Há pelo menos 35 anos, a Praça do Parque União é uma espécie de segunda casa para essa parcela de mareenses. Com funcionamento de sexta a domingo, inclusive feriados, é movimento certo. O típico Forró do Geraldão popularizou-se pelo Brasil a fora, mas foi na Praça do Parque União, que iniciou com uma banda, organizada pela Associação de Moradores, tocando na calçada da antiga padaria, à noite, quando esta encerrava o expediente, onde atualmente se encontra o restaurante Seriguêla, que oferece a melhor iguaria do Nordeste brasileiro: “o baião de dois”. As coisas foram evoluindo, o show passou a ser no meio da praça, depois abrigou-se em um salão, alugado, no terceiro andar do nº 113, onde está, até hoje, a placa do Forró do Parque União, que dá para ser visto da Avenida Brasil ou por quem chega do aeroporto. Depois foi construído o palco, que agora é um dos locais mais conhecidos do Rio.

Seus frequentadores se sentem entre famílias: conversam, se divertem, encontram e reencontram conterrâneos e amigos, dançam e comem, além de elogiar o lugar. Outro tema que também atrai e encanta seus frequentadores, além do ritmo do forró que é oferecido, é o aspecto gastronômico que lhe dá maior referência nordestina, e é lá onde é encontrado o melhor baião de dois da Maré, além desse prato típico, vem a buchada de bode. O baião, um prato que

é típico do Ceará. Com a seca, vem também a falta de comida; a solução era fazer uma refeição à base de arroz e de feijão de corda, além das sobras da cozinha nordestina, como carne seca, pedaços de queijo coalho, salpicado com especiarias: coentro e orégano desidratado, ingredientes típicos do baião. Logicamente, a comida atrai adeptos, mas o forró é o que mais chama a atenção da juventude do hip-hop ou do funk, que têm seus dias agendados na praça.

Figura 58 – Palco na Praça do Parque União



Fonte: O autor / *in locus*

Segundo o Maré de Notícias, edição 93, p.11, além do forró, que virou “febre” entre os adeptos da musicalidade e a partir dos anos 2000, com a entrada do *Axé-Music*, os ritmos do Nordeste enriqueceram o samba e outros ritmos populares cariocas. A mais recente influência é o *funk-arrocha* que, quando toca nos bailes, não há quem fique de fora, arrancando os gritos e os aplausos dos presentes. A título de curiosidade, o arrocha surgiu como um movimento na Bahia e é uma forma ousada de dançar forró: coladinho, cheio de sensualidade e charme de seus dançarinos.

Figura 59 – Forró do Parque União



Fonte: Pixabay.com

3.2.9 A Lona Cultural da Maré Herbert Vianna

A Lona Cultural Municipal Herbert Vianna, de acordo reportagem do jornal local Maré de Notícias edição 94, páginas 12 e 13 – instalada no centro da Maré, exatamente, na rua conhecida como divisória entre duas facções, o Comando Vermelho – CV e o Terceiro Comando – TC, também registra-se a presença de outras duas menores e coligadas: os Amigos dos Amigos – ADA e o Terceiro Comando Puro – TCP. Cabe destacar que em sua inauguração, este espaço de eventos culturais recebeu o nome de um dos integrantes desta banda, em homenagem à música e a letra que enaltecem a localidade: “Alagados – Favela da Maré”. É certo que o local necessita de investimentos e uma atenção especial por parte da Prefeitura do Rio. Todos os esforços que estão sendo dispensados em prol da manutenção do espaço o tornam um convite à resistência, ao empoderamento cultural.

Figura 60 – Lona Cultural Municipal Herbert Vianna na Maré



Fonte: Maré de Notícias, edição 116, p.7

A Lona Cultural Municipal Herbert Vianna foi aberta em 2005, com um show da banda Paralamas do Sucesso, com a presença de seu homenageado. Em 2009, a Redes da Maré assumiu a cogestão da Lona, em uma parceria com a Secretaria Municipal de Cultura. O equipamento oferece espetáculos artísticos, cursos, oficinas e palestras. Na Lona funciona também a Biblioteca Popular Municipal Jorge Amado. Trata-se de um espaço destinado também às crianças, que podem aprender e, enquanto aprendem, brincam. Além disso, é gratuito. Se este lugar não existisse, as crianças ficariam nas ruas, como antes, inclusive nos períodos longos de férias escolares. É um lugar eclético, com circo, rock, funk, hip-hop, samba e teatro.

Figura 63– Fachada da Instituição



Fonte: Acervo Museu da Maré

A Instituição está localizada na Avenida Guilherme Maxwel, nº 26, Maré. Está Localizado próximo ao entroncamento rodoviário da Avenida Brasil com as linhas Amarela Vermelha. Está aberta para visitação ao público em geral de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h e aos sábados, das 10h às 14h.

Ocupa o prédio de uma antiga fábrica de transportes marítimos, a Companhia Libra de Navegação. O local foi cedido ao CEASM por 10 anos e que após concessão via Secretaria de Estado de Turismo e de muita luta na justiça, passou a possuir seu alvará definitivo. O prédio ocupa uma área de aproximadamente 800 m² e uma área construída de 668m².

Este museu possui sua identidade voltada para as origens do bairro e a perpetuação da memória de seus moradores, tais como as histórias e contos de antigos moradores: pescadores, mestres de obras, sapateiros, guasqueiros (profissionais que trabalham e fabricam artigos com couro de animais), migrantes do campo, do sertão, pessoas que foram empurradas para a aventura urbana, vítimas da desigualdade social do País e que trouxeram em suas bagagens suas tradições e uma forma audaciosa de olhar a realidade à sua volta, ou seja, uma forma própria de encarar a vida, cada vez mais esquecida, na fria lógica do Capital e do Consumo de um mundo globalizado.

De acordo com o site www.museusdorio.com.br³⁰, o Museu da Maré é um museu social, criado por um grupo de jovens moradores integrantes do CEASM, com o objetivo de criar uma autorrepresentação da favela da Maré, fortalecendo uma imagem positiva da favela, bem como a autoestima de seus moradores. O barraco azul, tornou-se um ícone representativo do importante trabalho que é realizado nesse lugar.

Figura 64 – O barraco azul e visitantes



Fonte: Acervo Museu da Maré

O Museu possui uma exposição permanente, dividida em 12 (doze) tempos, sendo concebido a partir de um calendário onde os "tempos" da vida na favela são narrados em 12 módulos: Tempo da Água, Tempo da Casa, Tempo da Migração, Tempo da Resistência, Tempo do Trabalho, Tempo da Festa, Tempo da Feira, Tempo da Fé, Tempo do Cotidiano, Tempo da Criança, Tempo do Medo e Tempo do Futuro.

³⁰ www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=46:museu-da-maré

Figura 65 – A Maré dividida em tempos



Fonte: Acervo Museu da Maré

Os objetos de seu acervo foram reunidos a partir da doação dos moradores e o projeto expo-gráfico foi concebido como em permanente transformação como a própria arquitetura da favela, conhecida pelos urbanistas como lugar dinâmico de alterações e mudanças, no sentido de incluir cada vez mais moradores no seu interior.

O museu pode ser visitado por excursões individuais ou visitas coletivas, tais como visitas escolares, que são guiadas. É um museu singular, único no gênero no sentido de apresentar a história do Rio de Janeiro do ponto de vista da zona norte e das favelas da periferia.

Figura 66 – Museu da Maré – entrada das exposições



Fonte: Acervo Museu da Maré

3.2.11 A ONG Luta pela Paz

ONGs, OSCs e OSCIPs, em meio a tantas e variadas siglas, fica até difícil de compreender o significado e o verdadeiro papel politicossocial de cada uma dessas entidades. Organização Não Governamental (ONG) é um termo adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e significa o mesmo que Organização da Sociedade Civil (OSC), juridicamente no Brasil, termo usado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Já as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) possuem a mesma função, a diferença entre elas é que, para ter o nome as duas últimas letras da sigla, é necessário ter uma certificação específica e o cumprimento de alguns requisitos previstos em lei e normatizados pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, denominada JUCERJ, um órgão que tem como responsabilidade regular e garantir os interesses gerais de quaisquer ações de âmbito comercial e institucional de toda e qualquer organização e sociedade civil. Desta forma, concebe-se que as OSCs e OSCIPs são entidades privadas da sociedade civil, sem fins lucrativos, que oferecem serviços públicos, se autoadministram e são constituídas de forma voluntária.

A Organização Social funciona na Rua Teixeira Ribeiro, nº 900, na Maré. Em 22 de agosto do ano de 2.000, foi fundada a academia Luta Pela Paz (LPP), em um prédio alugado, através de um projeto de mesmo nome coordenado pela ONG Viva Rio, sendo seus fundadores o Mestre Luke Dowdney e a Assistente social Miriam Cavalcante, trabalhando sozinhos com apenas 10 (dez) jovens da região.

Figura 67 – Fachada e equipe: Academia Luta Pela Paz



Fonte: Maré de Notícias, edição 106, p.14

De acordo com o publicado no site <https://lutapelapaz.org/quem-somos>, em 2003, com a publicação do livro “Crianças do Tráfico” que aborda essa triste realidade das favelas cariocas, os fundadores puderam apresentar ao público e à academia seu trabalho investigativo e empreendedor. Já em 2004, Dowdney é premiado com o BEM (Membro do Império Britânico) por “serviços para a prevenção da violência e exploração de crianças” a partir do seu notório trabalho publicado em 2003.

No ano de 2005, Luke é nomeado como líder Ashola, um importante título internacional na hierarquia dos membros de academias. Ano também que se deu a construção de sua própria academia no Complexo da Maré com a implantação da metodologia dos cinco pilares da educação.

Três anos após sua instalação, no ano de 2008, é fundada a Academia Luta Pela Paz com o Programa Novos Caminhos. Mais de 3.000 jovens foram impactados pelo exercício e disciplina da luta pela paz, desde sua fundação inicial, sendo 1.600 crianças e jovens matriculados na rede pública de ensino da Prefeitura do Rio de Janeiro, somente no ano de 2008.

No mesmo ano, a celebração do evento de lançamento da instituição Luta Pela Paz, com sua marca própria, dada como uma organização autônoma e não mais subsidiada como um projeto ligado ao Viva Rio se deu no espaço do Circo Voador no Centro do Rio de Janeiro com a presença de mais de 500 convidados.

Um pouco mais tarde, no ano de 2017, a Organização Não Governamental: Luta Pela Paz é nomeada uma das 100 (cem) melhores ONGs no Brasil pela Revista Época, edição 194, honraria dada pelo Instituto Doar e através do “Programa Campeões na Vida” envia e treina 23 técnicos em Estocolmo, sendo 18 membros moradores da Maré, que passaram pela formação desta academia. E, no ano de 2018, o Luta Pela Paz recebe o prêmio Empreendedor Social, dentro do *hall* das melhores ONGs a atuarem nas favelas cariocas.

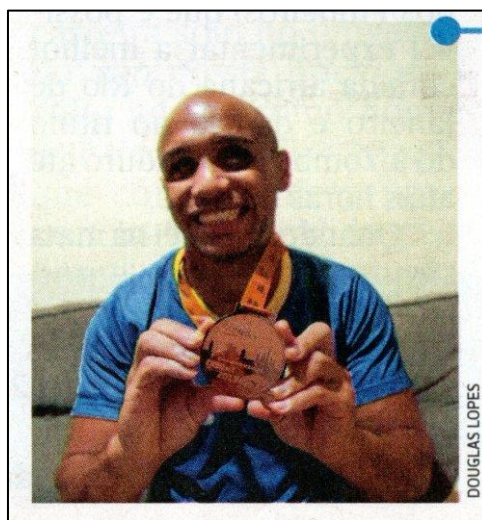
Figura 68 – Equipe do Luta Pela Paz e seu discipulado



Fonte: Maré de Notícias, edição 107, p. 6

Com o lema **esporte é vida**, a ONG desenvolve atividades que favorecem a prática do lazer, a disciplina, o respeito pelo adversário, a educação e a saúde, benefícios estes que o esporte traz para todos que o praticam. “Pelo esporte temos outra vivência e ampliamos novos horizontes. Sou morador da Maré e o esporte me permitiu conhecer quatro continentes, participei das maiores competições do mundo e ganhei todas elas com disciplina e respeito”, conta Felipe Gomes. O jovem atleta com 30 anos é um exemplo de superação, nasceu com glaucoma, teve catarata e descolamento de retina. Com a perda da visão, o menino encontrou no atletismo uma forma de vencer os obstáculos. Suas últimas conquistas foram duas pratas no Parapan, nos 100 e 400 metros e em 2019, o Mundial em Dubai, com dois bronzes: nos 100 e 400 metros.

Figura 69– Felipe Gomes, atletismo



Fonte: Maré de Notícias, edição 107, p. 6

3.2.12 A ONG Redes da Maré

Em se tratando de serviços e aparelhos que se instalaram na área da Maré, uma delas é a ONG Redes da Maré. O que, no seu caso, se encaixa muito bem na classificação OSCIP. Muito embora os serviços públicos sejam dever do Estado, as entidades da sociedade civil desempenham muito bem o papel de tentar sanar as carências e deficiências de atendimento que continuam existindo. Em última análise, os aparelhos do Estado nunca irão chegar a todos os lugares, mesmo nos países mais ricos. Sempre haverá a necessidade de se ter organizações da sociedade civil para ir além ao que o Estado não alcance, como é o exemplo da Redes da Maré.

A Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, ou simplesmente, Redes da Maré, tem sua sede na rua Sargento Silva Nunes, 1.012, instalada na comunidade de Nova Holanda. Foi constituída no ano de 2007. A Redes da Maré é uma organização da sociedade civil que há mais de duas décadas se dedica a tecer as redes necessárias para efetivar os direitos da população; produz conhecimento, elabora projetos e ações para efetivar direitos e políticas públicas que melhorem a vida dos moradores das 17 favelas da Maré.

Figura 70 – Prédio sede da Associação Redes da Maré



Fonte: Maré de Notícias, edição 106, p.14

Sua missão é garantir que os direitos da população que reside no conjunto de favelas sejam efetivados. E, seus principais beneficiários são: crianças e adolescentes; dependentes de drogas ilícitas; estudantes; jovens; mulheres; negros(as); organizações populares e movimentos sociais; população em geral e populações de rua.

De acordo com o divulgado em sua página www.facebook.com/redesdamare a Redes da Maré tem sua origem em um longo processo de lutas, ações e pesquisas desenvolvidas nas comunidades da Maré por um grupo de pessoas que, historicamente, atuam em organizações comunitárias e em outros espaços de mobilização. A trajetória desse coletivo é caracterizada por sua inserção nos diferentes campos das políticas sociais e isso foi determinante na constituição da instituição. A Redes da Maré foi fundada e é composta até os dias atuais por moradores e profissionais engajados nas lutas sociais e oriundos de espaços populares.

O surgimento da instituição está ligado à constatação da necessidade de se criar uma alternativa de mobilização aliada à elaboração de propostas para modificar a condição de vida nas favelas da Maré. É em torno desta premissa que a Redes da Maré se organiza, fortalecendo o potencial profissional e intelectual existente na comunidade, a fim de elaborar um projeto integrado e duradouro de desenvolvimento territorial.

Assim sendo, a Redes da Maré trabalha em quatro eixo considerados estruturantes, a partir dos quais se organiza: Arte, Cultura, Memórias e Identidades; Desenvolvimento Territorial; Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça; Educação.

Como atuação em áreas temáticas os quatro eixos acima estão relacionados a: Arte e cultura; Assistência social; Comunicação; Educação; Fortalecimento de outras ONGs e dos Movimentos populares; Justiça e promoção de direitos; Organização popular e Participação popular; Questões urbanas; Relações de gênero; Segurança pública e o Trabalho e renda.

3.2.13 A Orquestra da Maré do Amanhã

A Orquestra Maré do Amanhã, instalada à rua da Proclamação, bem próximo a Avenida Brasil, na comunidade da Baixa do Sapateiro, é um grupo criado por Carlos Eduardo Prazeres que desde 2010 atua no Complexo de favelas da Maré, ensinando e profissionalizando jovens em música clássica. A Orquestra Sinfônica Maré do Amanhã nasceu do Projeto Estrada Cultural. Criada em 2010, cuja base inicialmente esteve localizada no CIEP Operário Vicente Mariano, na Maré, é formada por crianças e adolescentes de escolas públicas municipais e estaduais do Complexo da Maré e vem sendo patrocinada por várias

empresas comprometidas com a mudança da sociedade. Assim a orquestra busca a profissionalização de seus integrantes, enquanto transforma suas vidas através do poder da música.

Figura 71 – Orquestra Sinfônica Maré do Amanhã



Fonte: Pixabay.com

Uma espera que agradou a todos os seus membros e patrocinadores, depois de oito anos, foi a Orquestra da Maré ter recebido sua própria sede: um prédio sustentável com estúdio, sala de concertos e atendimento social, além das salas de aula individuais e guarda dos instrumentos.

Figura 72– Ensaio com cordas – Maré do Amanhã



Fonte: Pixabay.com

Como foi divulgado por Ancelmo Gois, em sua coluna no GLOBO, o projeto, que nasceu em 2010, iria ganhar, no dia 12, sexta-feira, a sua sede novinha em folha e com pegada sustentável, no número 140 da Rua da Proclamação, na região da Baixa do Sapateiro. No entanto, por causa de operações policiais que estavam acontecendo na região, as obras

precisaram ser momentaneamente interrompidas. Como a sobrevivência da Cultura e da Arte também tem seus percalços, assim, a inauguração teve que ser adiada por mais três dias, ou seja, de fato, para a manhã da segunda-feira, dia 15 de agosto de 2018, com direito a um concerto da orquestra.

Ter uma sede própria para o projeto Orquestra Maré do Amanhã – OMA dentro do Complexo da Maré era algo que soava como música aos ouvidos do maestro Carlos Eduardo Prazeres há pelo menos quatro anos. Naquele mês, o sonho saiu da prancheta para a batuta.

Figura 73– Maestro Carlos Eduardo Prazeres



Fonte: Pixabay.com

Mas, não é só isso, A Orquestra Sinfônica Maré do Amanhã também tem um outro programa: a Orquestra Itinerante da Maré, que apresenta seus espetáculos e performance, além de alguns lugares da Maré, em alguns outros pontos da cidade do Rio de Janeiro e até mesmo internacionalmente. “Desta vez foi a vez de alegrar a orla da Zona Sul do Rio, em plena pandemia! Doze instrumentistas do projeto *Caravana da Esperança* tocaram repertório que foi de Mozart a Roberto Carlos e Queen”. É o que conta a matéria escrita por Carolina Callegari e Pedro Madeira publicada em “O Globo”, Coluna Cultura, de 07.06.2021.

Assim, quem estava nas orlas de Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon, naquele 07 de junho passado, notou a presença incomum para a época do ano, de um trio elétrico musical. Era a “Orquestra Maré do Amanhã”. Com ponto de partida no Posto Seis de Copacabana, a carreta com doze músicos embalou a tarde dos cariocas, com a apresentação de uma hora, dividida em dois sets. Por onde o trio elétrico musical passou, recebeu entusiasmados aplausos do público das calçadas, janelas e praia.

Figura 74 – Orquestra Itinerante da Maré – Apresentação Teatro Municipal RJ



Fonte: Pixabay.com

3.2.14 A Vila Olímpica da Maré

A Vila Olímpica da Maré – VOM é um complexo sócio desportivo, que pode ser considerado um espaço de cidadania. E é o resultado de um grande sonho da comunidade. Com uma localização privilegiada e de fácil acesso, tanto por quem chega pela Linha Amarela e pela Linha Vermelha ou pelas imediações da Avenida Brasil, na altura da passarela nº 9. Em sua Missão, atende aos alunos das escolas do entorno e suas famílias, assim como os moradores de diversos pontos do Complexo da Maré. A atuação da VOM é centrada na educação e no desenvolvimento da cidadania, tendo o esporte como vetor de atração de crianças, jovens e adultos. A União das Associações de Moradores da Maré – UNIMAR, formada por representantes de 16 comunidades do Complexo, elaborou as linhas gerais da Vila Olímpica da Maré inspirada no Projeto Olímpico Mangueira.

Figura 75 – A área verde: sede da Vila Olímpica da Maré



Fonte: Pixabay.com

Em 1999, com o apoio da COPPE/UFRJ, o Projeto Centro de Excelência Sociodesportivo da Vila Olímpica da Maré foi desenvolvido com o objetivo de oferecer alcance social pleno, além das práticas esportivas, para os moradores da comunidade. Os pilares do projeto eram: busca da vanguarda; conquista de parceiros nos campos acadêmicos, empresariais, públicos e do exterior; aperfeiçoamento continuado e atendimento integral do cidadão.

As ações esportivas, educacionais, culturais, ambientais, de saúde e nutrição e também de empreendedorismo do projeto estão registradas em um Livro Conceitual. A iniciativa resultou na Lei Estadual nº 2878, que autorizou a criação e instituição de associação civil para a administração e operação da Vila Olímpica. Assim nasceu a União Esportiva Vila Olímpica da Maré – UEVOM. A lei também autorizou a participação financeira de empresas privadas que aportem somas de recursos mínimos equivalentes aos provenientes do fundo municipal de habitação da Prefeitura. O espaço também serve de acolhimento às novas sedes para associações iniciarem seus trabalhos de fomento, conforme figura 77.

Figura 76 – Associação Especiais da Maré com sede na VOM



Fonte: Maré de Notícias, edição 109, p.4

Dessa forma, a VOM foi a primeira vila olímpica do município do Rio de Janeiro e seu desenvolvimento serviu de base para a construção das demais instituições do modelo na cidade. Hoje, a UEVOM segue se articulando nos desafios de aliar o universo esportivo a projetos também educacionais, ambientais, culturais, de saúde, lazer e empreendedorismo. Projetos de Educação Ambiental também são desenvolvidos nesse espaço.

Figura 77 – Projeto Ambiental na VOM



Fonte: Maré de Notícias, edição 117, p.5

3.3 Maré e Meio ambiente: um binômio nas áreas protegidas e sua biodiversidade

Para refletir e fundamentar este estudo em relação às questões socioambientais, são apontados alguns autores consagrados sobre esta temática: Enrique Leff (2009); Gusmão Pedrini (2011); Leonardo Boff (1999); Edgar Morin (2002) e Reigota (2002). Esses autores são especiais nesta pesquisa pois traduziram em seus trabalhos aquele diálogo interdisciplinar ainda não visto em outros autores, pois é necessária uma Educação Ambiental interdisciplinar, e não somente no âmbito escolar, mas em todos os aspectos e direções da sociedade. De certo modo, no final do século passado chegou-se a dizer que a ecologia estava se transformando em uma “história de tudo e de todos”, segundo afirmação de Lago e Pádua (1984, p.10). O mesmo também, foi dito por Nicholas Georgescu-Roegen (2012), um precursor da interdisciplinaridade dos anos de 1960, ou ainda, um percussor da transdisciplinaridade, com sua Tese: entropia, ecologia e economia. O crescimento pela ecologia versus economia, por outro lado, tem como pano de fundo o dilema da época histórica que a sociedade vivencia.

Nesse sentido, os ecologistas não têm tido a pretensão de apresentar respostas prontas para essas questões, mas o crescimento da sua atuação política tem ajudado a chamar a atenção para duas premissas fundamentais: a primeira delas diz respeito a que a solução para o dilema ambiental atual não poderá ser encontrada por caminhos antigos e já tratados e, sim por meio de uma intervenção de alternativas radicalmente novas e originais, a começar pelas escolas de ensino básico. Já a segunda, refere-se ao fato de que é urgente redescobrir uma força local

que tem sido fortemente relegada pela política tradicional: a atuação dos moradores e de na transformação de suas vidas.

São nestes termos que, embora, a distância não seja grande, a ecologia e o Meio ambiente de forma alguma são antônimos. A primeira, segundo uma definição que remonta a mais de um século, seria a “ciência da morada”, a economia doméstica da natureza, por assim especificar. Seu objeto de estudo estaria voltado para as relações entre o organismo e seu *habitat*

Meio ambiente, por sua vez, ou mais elegantemente, de acordo com o Dicionário Houaiss Conciso (2012, p.624), ecossistema, vem a ser a própria morada, ou seja, tudo estaria conectado a tudo o mais. Na década de 80, surgem as primeiras preocupações com a ecologia, que foram inseridas como tema nas aulas de Ciências Físicas e Biológicas no ensino fundamental da Educação Básica. Já na década de 90, avançam as preocupações sobre as condições do Meio ambiente e a diversidade das espécies; a poluição do ar, do solo, da água e começaram os primeiros sinais do grande volume de resíduos sólidos, o lixo que era descartado, sem a menor preocupação e, consequência disso, nas ruas e depósitos. A coleta seletiva passou a ser alvo de estudo de grande preocupação apontado nos livros de ensino médio em todo o mundo.

A partir do ano de 1998, com o debate acadêmico e a legislação que passou a ter um olhar diferenciado para o planeta, principalmente a partir da publicação da Carta da Terra, iniciou-se uma investida com o objetivo de orientar a chamada Educação ambiental, a partir da crise ambiental já instalada no planeta. O resultado desse movimento é a promulgação da lei federal nº 9.795/99 que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental e em complementação, o Estado do Rio de Janeiro lança a lei estadual nº 3.325/99 17/12/99.

Vale lembrar que desde a década de 1960, estudos e apontamentos, no tocante à ecologia, economia e entropia, estavam interligadas e juntos progressivamente. Estudos à época apontavam que, a maior parte, das indústrias estariam iniciando o desenvolvimento do nível de crescimento do aquecimento global devido ao uso desenfreado de recursos limitados que antes eram tidos como ilimitados. Com isso, as jazidas de minérios estavam sendo aniquiladas, as fontes d'água secando através de poluentes nocivos, além do que, tais poluentes, cada vez mais, sendo dispersos na camada de oxônio.

E não somente isso, a população estaria fadada ao degredo e/ou a extermínio com grande de vítimas humanas e um vasto número de locais, regiões, plantações, florestas, lagoas, lagunas dentre outros pela chamada “seleção natural da natureza, conforme expresso por Darwin”. Para tanto, conhecer a legislação significa saber como aplicá-la no tanto na comunidade a partir do espaço escolar, sem maiores burocracias. E o que vem a ser esta Educação ambiental?

A Educação ambiental é o conjunto de processos pelos quais as pessoas e a coletividade se apropriam dos conhecimentos necessários sobre o espaço em que vivem e sobre os meios para melhorá-lo, desde o presente, preservando-o para as futuras gerações. De acordo com Reigota (2002, p. 79-80):

[...] a tendência da Educação ambiental escolar é tornar-se não só uma prática educativa, ou uma disciplina a mais no currículo, mas sim consolidar-se como uma filosofia de educação, presente em todas as disciplinas existentes e possibilitar uma concepção mais ampla do papel da escola e da sociedade no contexto ecológico local e planetário contemporâneo

Retomando a legislação, verifica-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/97) apontam propostas de conteúdos e estratégias para referenciar os currículos do sistema educacional de todo o Brasil. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96) muito pouco foi implementado nas escolas de ensino fundamental, um pouco menos nas escolas de nível médio, principalmente as que estão localizadas nas encostas dos morros e comunidades, onde o lixo, ou seja, o acúmulo de resíduos sólidos aumenta crescentemente. Além disso, a falta de preocupação com preservação das áreas verdes, nesses locais assim como a criação de espaços verdes na própria região. Outra situação preocupante que se estabelece a fim de minimizar as ondas de calor é a “selva de pedra que se espalha e cresce verticalmente, e não mais barracos feitos em madeira, mas de alvenaria e que avançam o continente em uma grandiosa especulação imobiliária irregular, sem precedentes no interior destas comunidades.

Nos PCN/97, conforme citados, o conjunto de temas chamados transversais incluem: ética, pluralidade cultural, Meio ambiente, saúde e orientação sexual. Estas temáticas foram escolhidas por envolverem diferentes aspectos relacionados “à construção da cidadania e da democracia”, atingindo “diferentes dimensões da vida social” (Brasil, 1997, p.30). É o que

salienta Leff (2009), de forma que “a qualidade de vida está entrelaçada, assim, com a qualidade do ambiente e com a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos” (LEFF, 2009, p.293). E, não somente isso. A economia ecológica contribui com uma importante crítica aos fundamentos da economia e avança com propostas para a regulamentação ecológica da economia e com a desmaterialização da produção. Para Leff (2009, p.194) “a economia ecológica contribui para desmascarar a pretensão da economia dominante de valorizar a natureza como capital”.

Para esse autor: os custos ambientais e o valor da natureza estão sendo dispostos lado a lado, assim como todo o progresso industrial está sendo colocado em *check* em relação à qualidade de vida que a sociedade assumiu como confortável e aplausível desde a primeira revolução industrial. Assim, declara Leff (2009, p.191),

[...] a sobre-exploração dos recursos e a degradação do ambiente são resultado da racionalidade econômica que deslocou a natureza do campo da produção. Neste sentido, a acumulação de capital vem destruindo as bases ecológicas da produção e demonstra agora a propósito de internalizar os valores e potencialidades na natureza, para gerar um processo de desenvolvimento sustentável.

O grande desafio será: cultivar novos valores; conscientizar, preservar e conservar o espaço, dando ao lugar novas formas de utilidade e significativa de existência a fim de promover de fato uma Educação ambiental, quer seja na escola, na família, na comunidade e/ou em outros segmentos na sociedade. Talvez, motivar a escola localizada em uma das áreas da Maré para que os resultados de pesquisa acadêmica cheguem até ela, e não apenas fiquem arrumadas em uma prateleira da Universidade, para assim, contribuir verdadeiramente com a melhoria da Educação Básica, seria também uma proposta. Nesse sentido, Morin (2002, p.47) salienta:

[...] a educação do futuro deverá ser o ensino universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Eles devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano.

Como proposta para esta inserção, Lück (2003, p.89) coloca-se da seguinte forma:

[...] a interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e o engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global

do mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos da realidade atual.

Em seu artigo: “Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental”, Enrique Leff (2000), desenvolve a temática sobre interdisciplinaridade atrelando-a a duas outras temáticas tão emergentes quanto as experiências imbricadas à Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. Este assunto não é novidade e requer atenção e muito esforço para compreendê-lo e colocá-lo para além das quatro paredes das Universidades, uma vez que o saber ambiental está transitando, do desafio da interdisciplinaridade para a abertura de um diálogo de saberes, tal qual ressalta Enrique Leff (2000). A interdisciplinaridade que coloca a complexidade ambiental não é aquela de um simples somatório e combinado dos paradigmas de conhecimento que construíram os compartimentos das academias universitárias. A interdisciplinaridade ambiental estabelece a transformação dos paradigmas estabelecidos do conhecimento para internalizar um saber ambiental. Leff alega que, na verdade, “esse saber ambiental ficou excluído num processo de extermínio dos saberes “não-científicos” (saberes errantes, ciganos, nômades) no campo de concentração das externalidades do sistema econômico-político e científico-tecnológico dominante (LEFF, 2000, p.30).

Seguindo esta linha de raciocínio de formação interdisciplinar, a qual também defendo, apoiado em Ricardo Leis (2011), salienta-se que a interdisciplinaridade se apresenta como uma questão central de todo trabalho científico contemporâneo, apesar de a interdisciplinaridade ter começado a ser largamente estabelecida em algumas das inúmeras questões vinculadas do encontro das ciências físicas e naturais com a tecnologia apenas na década de 1940. Mesmo que para esse autor, junto deste reconhecimento mais retórico que real, dando surgimento a um uso excessivo do termo, apontando uma banalização conceitual, o que não deixa de lhe dar em sua essência certo prestígio.

Por seu turno, Olga Pombo (2008, p.4) enfatiza que por mais banalizada, gasta e abusada tenha ficado o termo interdisciplinar, ninguém sabe de fato, o que vem a ser interdisciplinaridade, “nem as pessoas que a praticam, nem as que a teorizam, nem aquelas que a procuram definir”. A bem da verdade, é que, segundo essa autora, não há nenhuma estabilidade relativa a esse conceito.

No entanto, Frigotto (2008), em seu ensaio intitulado: *interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais*, apresenta razões bem definidas com o objetivo de demarcar aspectos, em relação a atuação e ao termo interdisciplinaridade, que as análises não têm enfatizado suficientemente ao abordar a questão do interdisciplinar. Trata-se, pois, de apreender que a interdisciplinaridade como uma necessidade e não como problema. Para esse autor, a questão da interdisciplinaridade, ao contrário do que se tem enfatizado, especialmente no campo educacional, não é, sobretudo, uma questão de metodologia enfaticamente neste plano. Já, a questão da interdisciplinaridade se impõe ora como necessidade, ora como problema fundamentalmente no campo material histórico-cultural, além do campo epistemológico.

Frigotto admite que a necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento fundamenta-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, única e diversa e de natureza intersubjetiva de sua apreensão. Nas palavras de Frigotto (2008, p.44), delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou até mesmo, limitá-lo, arbitrariamente, uma vez que, o processo de produção do conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema, e isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É justamente, a partir daí, que no exercício de responder a esta necessidade que a pesquisa interdisciplinar se apresenta como um problema.

A percepção de Frigotto (2008, p.48) também aponta para a temática que encara a interdisciplinaridade como problema. E onde se situa este problema? Primeira e fundamentalmente ele se situa no plano ontológico, ou seja, na forma histórica concreta mediante a qual os seres humanos estabelecem suas relações sociais de produção do conhecimento e de acordo com suas necessidades. Em um segundo plano e concomitantemente este problema se manifesta no plano especificamente epistemológico, teórico e na práxis, visto que, segundo esse autor, a interdisciplinaridade se apresenta como problema pelos limites do sujeito que busca construir o conhecimento de uma determinada realidade e de outro pela complexidade desta realidade e de seu caráter histórico. Todavia, “esta dificuldade é potencializada pela forma específica que os homens produzem a vida de forma cindida, alienada no interior da sociedade” (FRIGOTTO, 2008, p.47). De certa forma o que Frigotto defende é que o trabalho interdisciplinar na produção do conhecimento social é visto no plano material-histórico e cultural como problema.

Mesmo considerando as afirmações das por Frigotto, que parecem importantes neste estudo, é que ao concordar com Japiassu (1976), estabelece-se um paralelo sistêmico, ainda que seus apontamentos tenham sido estabelecidos há cinco décadas, não se configuram ultrapassadas, mesmo por quê, segundo ele, quanto ao termo interdisciplinar, a academia deve reconhecer que não possui um sentido epistemológico único e estável. Trata-se, pois, de um neologismo cuja significação nem sempre é a mesma, sobre a qual formada a nova palavra por aglutinação ou justaposição a partir daquelas que lhe deram origem, cujo papel tampouco é compreendido da mesma forma. De certo modo, ao concordar com Japiassu (1976, p.74), reafirmo que “a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa”.

Nesta direção, além das interpretações dadas nos apontamentos acima, Pires (1998) faz uma análise da realidade para este estudo, uma vez que se aproxima das concepções que tornaram o homem moderno bem próximo do que se diz do conhecimento que é produzido nas escolas. De acordo com Marília Pires, o ensino que é veiculado nas instituições de ensino vem sendo organizado de forma tão estancada e fragmentada, tal como a organização do trabalho industrial, que colocou o indivíduo como um objeto de ação parcial, obrigando-o a construir-se em um homem-novo, só que desta vez, mais dividido, alienado, desumanizado. Tanto o é que, a atual reorganização mundial do capitalismo, apresentando características pós-guerras, pós-modernidade, pós-industrial, da nova revolução industrial, da revolução internacional, da *cybercultura*, da nanotecnologia e dos corpos-sem-alma, todos esses conceitos polêmicos que não seria conveniente discuti-los aqui, pois sobrecarregando o texto principal, ofuscaria o objetivo desta narrativa interdisciplinar uma vez que trazem modificações tanto para o ensino como também para o mundo do trabalho de acordo com Antunes (1995). E, como não poderia ser diferente, na organização elementar na formação do cidadão.

Ao considerar estas contribuições, constata-se que o conhecimento produzido em qualquer área, por mais amplo que seja, representa, apenas de modo parcial e limitado, a realidade. A consciência construída da parcialidade do nosso conhecimento sobre a realidade supõe a necessidade de ir além dos limites impostos pela visão do disciplinado, rompendo fronteiras.

Nesse sentido, ao considerar estes fatores, tudo está relacionado: sejam elas, causas, efeitos, fatos, eventos, conflitos, problemas, soluções e tudo o mais estão totalmente interligados em um grande continuum, como em um grande fio da história. Na visão de Schuré (1986, p.72), existe um complexo binário onde, “tudo é duplo, contudo, tem polos; tudo tem o seu oposto”: igual e desigual, tudo ou nada, esperança e desesperança, são a mesma coisa; os opostos são idênticos em natureza, mas em diferentes graus; onde os extremos se tocam; todas as verdades são meias-verdades, não necessitando apenas das evidências, mas de suas versões, “onde todos os paradoxos podem ser reconciliados”.

Nessa perspectiva, também é o pensamento de Berger & Luckmann (2004, p.31), uma vez que “o conhecimento se encontra socialmente distribuído e o mecanismo desta distribuição pode tornar-se objeto de uma disciplina sociológica”. Na verdade, tem-se uma chamada sociologia do conhecimento, que não sendo prioridade exclusiva de nenhuma disciplina. No entanto, Berger e Luckmann constatarem que a disciplina, assim incorretamente denominada, abordou o problema da distribuição social do conhecimento. Para esses autores, a abordagem se deu meramente “pelo ângulo da fundamentação ideológica da verdade em sua dependência das condições sociais e especialmente econômicas, ou do ângulo das implicações sociais da educação e ainda do ponto de vista do papel social do homem de conhecimento”. E, justificam sua análise, uma vez que não foram apenas os sociólogos, mas os pensadores, os filósofos, os pedagogos e os economistas que estudaram alguns dos numerosos outros aspectos teóricos desse problema.

Por seu turno, Pombo (2008) e, conseqüentemente, Pires (1998), asseguram que apesar da amplitude da extrapolação da palavra, seu conceito, conforme concordam, é algo que ultrapassa a dimensão do paralelismo e até de forma semelhante contribuem para fins de superação das problemáticas criadas de fragmentação e desarticulação, tanto na formatação dos currículos escolares como na formação à vida. Mesmo que o sistema disciplinar impulse a formação na segmentação de disciplinas, “esse caráter fragmentado e desarticulado tem origem na exigência material de formação dos indivíduos que a sociedade moderna, com suas formas de organização social, impôs às instituições educacionais, inclusive nas escolas de todos os níveis” (PIRES, 2008, p.174). Particularmente, Pires (1998, p.178) corroborando, com esse raciocínio, orienta que “é possível viabilizar a construção de um ensino interdisciplinar nas

escolas”, visto que a interdisciplinaridade que se defende é uma conceituação comum “orgânica”, entre várias disciplinas. Trata-se, conseqüentemente, conforme Fazenda (2006, p.43), que, de acordo com as concepções pedagógicas, deduz que a “interdisciplinaridade é uma exigência natural e interna de todas as ciências, no sentido de uma melhor compreensão da realidade que estas fazem o homem conhecer. Impõe-se tanto à formação do homem quanto às necessidades de ação”.

Fazenda (2003, p.42) coloca em suas reflexões sobre esta temática que a interdisciplinaridade se constitui numa resposta a uma demanda da sociedade “em que o número de especialistas para resolver seus problemas de ordem social, política, econômica, etc. é limitado, e que estes nada mais possuem do que um conhecimento cada vez mais extenso relativo a um domínio cada vez mais restrito”.

E, do muito que se ouve falar, a ideia mais discutida no geral tende a multidisciplinaridade, de acordo com Japiassu (1976, p.74). Logo, esta formação multifacetada deve fazer parte de todo ser humano. Esta apresentação recorda que “se a fragmentação das disciplinas é um fato, ela é também a expressão de um desmembramento da realidade humana”, pois, o autor esclarece que “uma ciência em migalhas reflete uma consciência esmigalhada, uma esquizofrenia intelectual que obsta um conhecimento integral ou totalizante do mundo”.

Esse autor considera, assim como Fazenda (2003), que a interdisciplinaridade das ciências é como uma urgente imposição para a formação do homem e como resposta às necessidades de sua atuação na sociedade, sabendo que o desafio ultrapassa o simples domínio da epistemologia, uma vez que o problema do interdisciplinar conduz à tentativa de formulação de uma interpretação global da existência do ser humano, sobre o sentido de sua presença no mundo. Assim sendo, sob esse ponto de vista, Japiassu (1976, p.11) coloca: “o crescimento das técnicas, no sentido de uma especialização cada vez mais avançada, parece realizar-se segundo a ordem de uma progressão geométrica, multiplicando sem parar as necessidades e os meios de satisfação dessas necessidades”.

Não se trata, portanto, de eliminar a disciplinaridade, embora se critique, como “patológica”, tal qual é ressaltado por Morin (1987) e amplamente criticada em Japiassu (1976), a disjunção e fragmentação dos conhecimentos, pois é ela mesma que oferece os elementos, as

informações, as ideias que são utilizadas para construir um metaconhecimento, isto é, “o conhecimento do conhecimento”.

Na concepção de Japiassu (1976) e Fazenda (2006), ambos percursores primários de trabalhos contemplando a interdisciplinaridade no Brasil, ressaltam que a interdisciplinaridade exige uma reflexão profunda e inovadora sobre o conhecimento, que demonstra a insatisfação com o saber fragmentado que está posto. Para tal, a interdisciplinaridade propõe um avanço em relação ao ensino tradicional, com base na reflexão crítica sobre a própria estrutura do conhecimento, com o intuito de superar o isolamento entre as disciplinas e repensar o próprio papel dos professores na formação dos alunos para o contexto atual na qual a sociedade está inserida. No prefácio da obra de Japiassu (1976, p. 27), o filósofo e epistemólogo francês Georges Gusdorf ressaltava que a “exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições das outras disciplinas”. E, acrescenta-se à defesa de Japiassu: isto impõe-se tanto à formação do homem quanto às suas necessidades.

Para Sommerman (2008, p.33), a interdisciplinaridade apresenta-se “(na) cooperação entre várias disciplinas provoca intercâmbios reais”. O que, certamente, vai ao encontro com os dizeres de Fazenda (2006, p.43) “a interdisciplinaridade leva todo especialista a reconhecer os limites de seu saber para acolher as contribuições de outras disciplinas”. Sob este aspecto, Leis (2011, p.107) sustenta que “a interdisciplinaridade começou a ser vinculada a alguns problemas derivados do encontro das ciências físicas e naturais com a tecnologia apenas na década de 1940”. Dessa forma, Leis (2003) recordando o que Klein (1990) já havia preconizado, recomenda que “a interdisciplinaridade (seja) percebida em uma integração de visões disciplinares diversas, construindo assim uma perspectiva mais abrangente”.

Philippi Jr. (2000) ressaltava que o desenvolvimento da sociedade no seu Meio ambiente e as interações são processos naturalmente interdisciplinares. O homem, todavia, na sua simplicidade de raciocínio, transformou esse complexo conjunto de interações em apontamentos disciplinares para melhor entender e buscar resolver cenários conflitantes. Em seu texto é apresentada uma visão histórica e conceitual da preocupação interdisciplinar com relação às Ciências Ambientais no Brasil e o caminhar do Saber Ambiental que é gerado a partir das propostas formuladas pelo governo, pois tanto a Ciência quanto a Sociedade reclamam uma

compressão e intervenção integradas. Nesse sentido, a perspectiva e a prática interdisciplinares já se tornaram uma condição *sine qua non* do avanço da Ciência Nacional e “desse processo resultou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia com seus subprogramas” (PHILIPPI JR., 2000, p.13).

A interdisciplinaridade, por sua vez, será a inserção entre a Educação, Sociedade e a Educação ambiental, na ótica de Edgar Morin que afirma: “o problema não está em que cada disciplina perca a sua competência. Está na maneira como desenvolva o suficiente para articular-se com as outras competências tanto disciplinas como de conhecimentos”. (MORIN, 1985, p.33). No entanto, Pedrini (2011, p.55) coloca-se da seguinte forma: “será que, além dos educadores, o cidadão brasileiro, está cômico de que a Educação Ambiental é o instrumento de política para a qualidade ambiental?” Sob este ponto de vista, Pedrini entende que as ONGs já exerçam papel fundamental e importante no exercício dessa liderança e no cuidado ao disseminarem seus projetos na área de Educação Ambiental. O cuidado, segundo Boff (1999), é na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o *ethos* fundamental do humano. Isto quer dizer: “no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir” (BOFF, 1999, p.12).

De acordo com Boff (1999), não é à toa que o ser humano possui imanência e por isso se encontra situado num planeta, enraizado num local e plasmado dentro das possibilidades do espaço-tempo. “Ele tem algo da Tellus/Terra dentro de si; é feito de húmus, onde se deriva a palavra homem.

3.3.1 Consciência Ecológica necessária à comunidade: escapismo e soluções

Tuan (1983) também apresenta um conceito associado à sua obra: Espaço e Lugar, o Escapismo e suas soluções, Tuan (1963). Ou seja, Escapismo seria a capacidade, segundo esse autor, de se desvencilhar, ou seja, do ser humano criar estratégias para escapar de diversificadas situações que o colocariam em apuros, dificuldades, “maus-lençóis”. Assim sendo, observa-se na Maré, situações comprovadamente conflituosas e de extremado teor de dificuldades que levam os seus moradores a refletirem por instalarem comissões para estudar a

situação, elaborar projetos e apresentar propostas com soluções viáveis para a localidade. Tal como foi a comissão que estudou o caso da falta de água na localidade e conseguiu, a partir da união e da luta das mulheres, levar a Companhia Estadual de Distribuição de Águas e Esgoto – CEDAE para se instalar na Maré.

Segundo Pádua (2013b, p.123) “o termo escapismo foi utilizado pela primeira vez por Tuan em 1967, ao comentar sobre a tendência observada no século XIX de diversos intelectuais e cientistas saírem das cidades para visitar ilhas tropicais, visitas como pequenos Edens”. Este termo, então, passou a ser utilizado em outras ocasiões referindo-se aos subúrbios norte-americanos, como escapismo das áreas centrais e até da cultura como forma de escapar da natureza (TUAN, 1975b *apud* PÁDUA, 2013b, p.123). Desta forma, o termo passou a ser utilizado, desde 1998, com vigor a partir do debate homem-natureza e/ou homem-meio ambiente, sempre observando a relação do homem em comum convivência nestes espaços lúgubres, sem saneamento básico, sem a presença ou ação do poder público por mais mínima que fosse.

Um dos projetos ligados ao conceito de escapismo na Maré tem a ver com a Baía de Guanabara, a poluição do Canal do Cunha e o Meio ambiente, figura 80. Temas estes que se aproximam do escapismo de Tuan (1983) a partir de soluções planejadas e criativas, debates e organizações populares em prol do Meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida de seus moradores e do cotidiano dos seus bairros e localidades que são realizados continuamente na Maré, face à articulação com suas lideranças locais. Com este intuito, os moradores juntamente com outras instituições reúnem-se para discutir ações ligadas ao reflorestamento do Canal do Cunha, a despoluição da Baía de Guanabara, a revitalização dos manguezais litorâneos próximos às dezessete comunidades do bairro da Maré, a coleta seletiva que está sendo implantada em algumas comunidades da Maré e a limpeza e o desassoreamento que é realizado sistematicamente pela Cooperativa Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB nos canais “a céu aberto” que ligam as comunidades ao Canal do Cunha conforme figuras 79, 80 e 81 que seguem.

Figura 78 – Fórum itinerante da Maré



Fonte: Maré de Notícias, edição 80, p.10

Um breve levantamento sobre o acesso ao serviço de coleta de esgoto e lixo, oferecido pela Concessionária Companhia Estadual de Distribuição de Águas e Esgoto – CEDAE-Maré, conforme publicado no jornal local Maré de Notícias, edição 116, p.9, até 2006, somente 58,1% da população era atendida, a partir de 2016, tragicamente, o serviço comunitário declinou e somente 57% da população é atendida, provocando acúmulo desenfreado, geração de vetores como ratos, ratazanas, mosquitos e atraindo cachorros vadios para a localidade.

Figura 79 – Desassoreamento dos Canais a céu aberto na Maré



Fonte: Maré de Notícias, edição 119, p.4

Figura 80 – Coleta seletiva e Coleta de Lixo diariamente



Fonte: Maré de Notícias, edição 119, p.1

Figura 81 – Canal a céu aberto – falta de limpeza e assoreamento



Fonte: Maré de Notícias, edição 116, p. 1

3.3.2 Maré e Meio ambiente: o canal do Cunha e o Programa Favela-bairro.

No ano de 1979, conforme já foi relatado no Capítulo 2, na seção 4.2, o Ministério do Interior idealizou o Projeto Rio – conhecido popularmente como Pró-Morar, que foi posto em prática pelo Banco Nacional da Habitação – BNH. Seu objetivo era remover palafitas, aterrar aquela parte da Baía de Guanabara, tornando-a mais “moderna e civilizada”; expulsando a população que há décadas residia na região, diga-se de passagem, sem infraestrutura básica e

serviços de assistência pública, somente com a união e a colaboração de seus moradores para garantir melhores condições de vida. Assim sendo, o Canal do Cunha daria a região uma visibilidade mais limpa e ampliada da Baía de Guanabara. De acordo com o site www.rioonwhatch.org.br, um relato das favelas cariocas, os conselhos de moradores mantidos pelas associações de moradores à época resistiram à ofensiva. O governo recuou e permitiu que os moradores permanecessem em alguns locais demarcados, que não fossem classificados com alta periculosidade. As palafitas, no entanto, foram removidas e seus moradores realocados em complexos habitacionais construídos em aterros próximos às instalações no Canal do Cunha e nas redondezas da Ilha dos Macacos como era conhecida. Assim, surgiram os conjuntos habitacionais Vila do João, Vila do Pinheiro e o Conjunto Esperança conforme já foi mencionado.

Figura 82 – Vila do João, Pinheiros e Esperança unidas em uma praça pública



Fonte: Pixabay.com

Outras iniciativas que envolvem criatividade e o cuidado com o local estão muito relacionadas ao Meio ambiente em relação à proteção e preservação do verde no bairro. Dentre todas estas ações é possível destacar: as pinturas dos muros com mensagens e colorido vivo que transmitirem limpeza e ordem ao local, além de canteiros cultivados por moradores diariamente e/ou por pessoal da COMLURB; outra iniciativa é a criação de uma composteira para atendimento à localidade; para além da visão de educação ambiental escolar, tem-se a visão da direção com a iniciativa dos canteiros verdes e dos jardins comunitários suspensos; mais uma iniciativa é a de muitos moradores com o cultivo de jardins com latinhas e canteiros feitos de galões de tinta de 18L. Mas, uma das maiores contribuições está na iniciativa do Sr. João com

técnicas agrícolas e de jardinagem para o tratamento dos jardins da Maré, conforme seguem as figuras 85, 86 e 87. É por isso que o Planeta Azul precisa de muitas árvores e muito verde para continuar existindo vida nele. Há um provérbio Chinês que diz o seguinte: “a melhor hora para se plantar uma árvore, é há vinte anos. A segunda melhor hora é agora”. Se respiramos é porque há plantas, árvores, verde... sem essa troca não existiríamos.

A ideia de conservar a natureza nem sempre esteve presente no cotidiano das pessoas e porque também não deixar de dizer no cotidiano do mareense. Tal ideia, resultante do contínuo questionamento da humanidade de acerca de suas relações com a Terra, foi se desenvolvendo e se transformando desde a Antiguidade, culminando, no Ocidente, em relações de domínio e desprezo pela natureza e ultraconfiança na tecnologia como solução para todos os problemas ambientais. A ideia de posse e de tudo posso com o Meio ambiente gerou e tem gerado inúmeras catástrofes, na Maré não é diferente, desde enchentes após as grandes chuvas, rios e canais assoreados até de terrenos baldios sucateados e servindo de depósito de esgoto a céu aberto. (BENSUSAN, 2006, p.11).

Glacken (1967) afirma que desde a Antiguidade até o final do século XVIII, os conceitos sobre as relações entre a cultura humana e o ambiente natural, no pensamento ocidental, foram norteados por três perguntas que a humanidade persistentemente se fez: seria a Terra uma criação proposital, uma vez que seu ambiente é claramente apropriado para a vida humana? As características da Terra, seus climas, seu relevo, a configuração de seus continentes, teriam influenciado a natureza social e moral dos indivíduos e teriam moldado o caráter e a natureza da cultura humana? De que forma os seres humanos transformaram a Terra em comparação com a hipotética condição prístina?

A terceira pergunta, de acordo com as pesquisas de Bensusan (2006), já assumida por Glacken (1967), uma vez que a humanidade como agente transformador da paisagem, ainda não foi bem formulada na Antiguidade, como as outras duas e só encontrou sua expressão completa a partir do século XVIII. Desde então, sua importância tem crescido a ponto de a humanidade, reconhecendo seu impacto sobre a Terra, conceber a ideia de reservar determinados espaços onde o planeta preserve “sua hipotética condição prístina”.

Figura 83 – Pintura dos muros e canteiros, conservação das ruas



Fonte: Maré de Notícias, edição 109, p.3

Figura 84 – Áreas verdes e vendedoras em casas de plantas – empreendedorismo verde



Fonte: Maré de Notícias, edição 117, p.4

Figura 85 – Iniciativa escolar: jardim comunitário



Fonte: Maré de Notícias, edição 119, p.6

Figura 86 – Composteira no espaço da Comlurb



Fonte: Maré de Notícias, edição 106, p.3

Figura 87– Seu João: técnicas de agricultura para cultivar os jardins da Maré



Fonte: Maré de Notícias, edição 100, p.3

3.4 Toponímia e a Maré

Figura 88 – A Toponímia estampada em jornal local



Fonte: Maré de Notícias, edição 106, p.1

Como a toponímia é importante e faz referência para a sociedade, seria produtivo apresentar algumas considerações a seu respeito, relacionando-a ao fenômeno também produzido pela memória. Segundo Verena Alberti (2004, p.24), algumas perguntas sobre o cotidiano são relevantes e interessantes, para poder situar o entrevistado e seu passado. Já perguntas exaustivas e muito detalhadas, no entanto, somente deveriam ser colocadas se realmente fossem interessantes para o estudo que está sendo realizado. Em Thompson (1992, p.367 – 378), sugestões de perguntas sobre o cotidiano podem ser encontradas no apêndice do livro *A voz do Passado*, de Paul Thompson, que abrange diversos assuntos sobre a casa, a família, rotina doméstica, refeições, relação com os pais, lazer, escola e a vida profissional, dentre outros.

Para Thompson (1992), o valor histórico do passado lembrado apoia-se em três pontos fortes. Primeiro, ele pode proporcionar, e de fato proporciona, informação significativa e, por vezes, única sobre o passado. Em segundo lugar, pode também, transmitir a consciência individual e coletiva que é parte integrante desse mesmo passado. E, mais do que isso, “a humanidade viva das fontes orais atribui-lhes uma terceira força que é excepcional”, pois,

“estamos lhe dando com fontes vivas que, exatamente por serem vivas, são capazes, à diferença das pedras com inscrições e das pilhas de papel, de trabalhar conosco num processo bidirecional”. Nessa direção, tem-se a terceira proposição: “que se concentra sobre aquilo que podemos aprender com elas. Mas a narração de sua história pode também ter um impacto sobre elas” (THOMPSON, 1992, p.195-6).

Michael Pollak, em seu artigo *Memória, esquecimento, silêncio* diz que a ideia de memória coletiva tal como defendida por Maurice Halbwachs sofre uma espécie de inversão. Se para Halbwachs, a memória coletiva era um fato social a ser tomado como coisa, na medida em que fundamentava e reforçava os sentimentos de pertencimento ao grupo, agora, como diz Pollak, trata-se de investigar, antes de mais nada, como os fatos sociais se tornam coisas. Isto é, antes de a memória coletiva ser positivamente dada, cumpre verificar como ela se tornou fato positivo, em suas palavras:

não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p.4)

Conforme Halbwachs, portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. Não obstante, conforme participa de uma ou de outra, ele adotaria duas atitudes muito diferentes e opostas. Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de vida pessoal, as mesmas que lhes são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue dos outros. Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. (HALBWACHS, 2003, p.71).

É claro que na visão desse autor, “a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação

será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas”. (HALBWACHS, 2003, p.29)

Neste sentido, a toponímia, um desdobramento a partir da topofilia, já que essa exprime apego e sentimento de pertencimento ao lugar. Por sua vez, a toponímia irá apontar que esse apego e esse pertencimento geram nomes, classificação, reforço da memória-histórica local que denomina estes espaços tais quais ruas, praças, monumentos, instituições. Trata-se, pois, de uma referência local o do porquê tem aquela denominação em relação ao Meio-ambiente conquistado. As pessoas dão nome aos lugares para externar sua afeição e o seu comprometimento com este, para ter uma referência. A rua, a praça, o bairro, a comunidade recebem nome devido ao grau de topofilia recebido. É o sentimento de pertencimento ao local que gera o nome à sua identificação. Curiosamente, o jornal Maré de Notícias, da página 10 a 11, edição 106, dedicou uma matéria inteira a refletir sobre este capítulo denominado toponímia, ou seja, a importância e a história de seus nomes.

A partir dessas duas colocações, exibe-se algumas características que são particulares e curiosas desse bairro, muitas delas, relacionada a números. A exemplo disso tem-se como ilustração quatro locais cujos nomes de assentamento são bastante curiosos, a saber:

- a) O porquê denomina-se Ilha dos Macacos que passou a ser denominado Parque Ecológico da Ilha dos Pinheiros a partir da década de 1990;
- b) O porquê denomina-se Praça do 18, na Baixa do Sapateiro;
- c) O porquê denomina-se parada C4, ponto de ônibus C4, na Vila do Pinheiro;
- d) O porquê denomina-se loja Pavão Dourado, na comunidade de Nova Holanda.

3.4.1 A antiga Ilha dos Macacos:

De acordo com os arquivos mantidos no Museu da Maré – RJ, aponta-se que bem próximo ao Canal da Cunha, em um trecho entre a colônia de pescadores, situado na comunidade do Parque União e a comunidade da Vila dos Pinheiros, havia um conjunto de 17 ilhotas que foram assoreadas, compactadas industrialmente. Esse aterro foi feito com as sobras e entulhos das obras provenientes das construções da Vila dos Pinheiros, Vila do João e

Conjunto Esperança. Na década de 1960, o Instituto Oswaldo Cruz serviu-se do local para pesquisas endêmicas e instalou em uma dessas ilhotas um laboratório controlado, com espécies de cobaias, tais como hamsters e micos. Na década de 1990, o local foi abandonado pelo Instituto e com a chegada das obras do Projeto Favela Bairro, a população passou a ter acesso fácil e, ao frequentá-lo, também passou a depredar o local. Com as obras da Vila dos Pinheiros concluídas e seus moradores assentados devidamente, a Prefeitura do Rio se viu na obrigação de apresentar um projeto ecológico para o local devido a tudo o que foi vivenciado e destituído ecologicamente. O local ficou à época conhecido como a Ilha dos Macacos, como memória às dezessete ilhotas que havia no local e que foram aterradas. O nº 17 (dezessete) no “jogo do bicho” representa o macaco, portanto, dezessete dentro d’água, deu significado a Ilha dos Macacos, sendo que um dos representantes dos símios que viviam ou eram levados para aquele local específico da ilha eram os micos do laboratório. A antiga Ilha dos Macacos passou a ser denominada a partir dos anos 1995 de Parque Ecológico da Vila dos Pinheiros, área de lazer, área verde protegida e grande reserva ambiental.

3.4.2 A atual Praça do 18 (dezoito):

Conforme os apontamentos registrados de posse do Museu da Maré – RJ, o local já existia desde o final da década de 1960 e era conhecido popularmente por alguns como a praça do grande baile, um grande forró. Funcionava também ao seu lado, um grande criadouro de porcos e leitões. Cujos donos frequentavam esses bailes, no final do sábado, tanto festejar como também para comemorar o saldo das vendas do final de semana. Nas bancadas eram colocados à venda as carnes dos leitões e porcos que eram limpos e expostos em pedaços para o consumo. Segundo a matéria publicada pelo Jornal Extra, no caderno Cidade, no dia 7 de novembro de 2021, na página 13, esta praça oficialmente ficou denominada de Luiz Gonzaga, mas infelizmente, na atualidade nada ali lembra o rei do baião. Com as obras concluídas do Projeto Rio ou Favela Bairro, na década de 1990, e o grande terreirão sendo destruído, a Prefeitura, então, se viu inclinada a projetar uma grande praça para abrigar as atividades esportivas e de lazer para a comunidade que acabara de passar por uma reforma e com novos assentamentos de moradores. Foi aí que foi edificada a grande Praça do 18 como é conhecida. O número 18 (dezoito) no “jogo do bicho” representa o porco, portanto, Praça do 18 é uma memória ao que no passado havia na localidade, um grande terreiro, sobre uma imensa palafita, de criação de

porcos onde os moradores se reuniam, não somente, para festejar as vendas, mas essa reunião era para comemorar a vida, a alegria, o comércio, a amizade. Praça do 18, mais um número, destinado à memória afetiva e popular.

3.4.3 A antiga Parada C-4:

Conforme os registros arquivados na Associação dos Moradores de Bento Ribeiro Dantas, o último ponto da localizado na Avenida Bento Ribeiro Dantas, no sentido Ilha do Fundão, antes de subir o viaduto, atualmente é o último acesso à Cidade Universitária pela Linha Amarela, há um ponto de ônibus, último ponto de ônibus que marca a chegada da Cidade Universitária, que é denominado “Parada C-4”. Esta se refere a primeira rua asfaltada, com as primeiras casas de moradores assentados de quem entra na comunidade da Vila dos Pinheiros. No início da década de 1960, o local era bastante ermo, inóspito, descampado e servia para pastagens dos cavalos dos moradores que deixavam seus animais atrelados antes de pegar as barcaças e adentrar à baía na certeza de retorno com cestos cheios de peixes e camarões oriundos da colônia de pescadores. Pois bem, esse local onde os cavalos ficavam amarrados era o ponto onde se denomina “Parada C-4”, ou simplesmente a C-4, por mais curioso que se pareça a semelhança o número onde ficava a estaca sinalizando a entrada das primeiras casas da Vila dos Pinheiros e onde os cavalos ficavam amarrados é o número 44. A quadra formada por 41-42-43-44 no “jogo do bicho”, representa o cavalo de nº 11 na tabela do jogo, pois 4 vezes 11 é igual a 44. Assim os demais números adjacentes que pertencem ao grupo do cavalo são, em ordem decrescente, o 41-42-43 e o 44 inclusive. Inconsciente ou não, a começar pelo número 44, na rua C-4, são as primeiras das casas da Vila dos Pinheiros que foram assentadas nesse local. Como não há mais o poste onde os cavalos ficavam amarrados e devido ao grande desenvolvimento do local com uma assombrosa exploração imobiliária o ponto de ônibus serve para a parada dos ônibus que levam trabalhadores e alunos à Cidade Universitária e/ou à UFRJ.

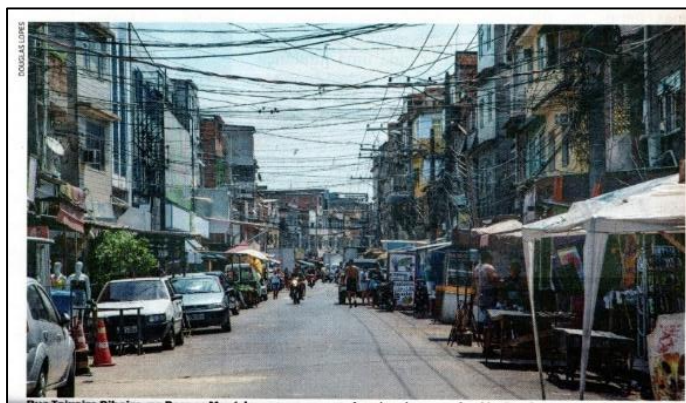
3.4.4 O antigo aviário “Pavão Dourado”:

O Maré de Notícias, na edição 130, em comemoração aos aniversariantes mais antigos localizados na rua Doutor Teixeira Ribeiro, (que se estivesse aberta completaria seu

centésimo aniversário), lembrou antigo aviário denominado “Pavão Dourado”, estabelecimento que funcionava naquela rua, no número 175. Um antigo morador, Sr. Durval, resolveu abrir uma loja, investindo seu empreendimento em um aviário. Primeiro e único no local de venda com esse tipo de artigo. Esse aviário oferecia aos seus consumidores todas as espécies de carnes de animais quer das mais simples às mais exóticas. Desde pombos bancos até os pavões brancos, da carne de coelho até a carne de paca. Tudo da mais alta qualidade e higiene. Ali, somente não se negociava carne vermelha de açougue. Certo dia, lá pela década de 1970, com o negócio prosperando bem, uma ave exótica, grande e “que miava”, veio voando de lá dos lados da Cidade Universitária entrou pela loja, derrubando e empurrando o que via pela frente, provocando o susto de quem se encontrava no local. Não havia água com açúcar que pudesse se oferecer para acalmar o povo, que atordoado com o ocorrido, saía da loja sob berros e tremedeira, outros ficaram acuados. Tratava-se de um pavão branco, cujo dono, não se sabe, ninguém viu. O certo é que a loja que pertencia ao Sr. Durval, passou a ser denominada de Pavão Dourado em homenagem à novela que era transmitida pela TV Globo à época, chamada de “Saramandaia” que tinha um personagem bem exótico que dizia que se transformava em um pavão misterioso e ao final transformou-se na última cena da novela em Pavão dourado misterioso que subiu aos céus. Coincidência ou não, o nome veio bem a calhar, sendo branco ou dourado, não importa; pois a centena 175, representa o pavão, quando observado o “jogo do bicho”, pois tomando-se a dezena 75 e colocando-a no grupo dos divisores do número 4, acha-se o 76, pois 76 é divisível por 4. Então, dividindo-se por 4 o número 76, tem-se o número 19, e o nº 19 é pavão. Os demais números adjacentes pertencentes ao grupo do pavão serão o 75-74-73.

3.4.5 Exemplos de toponímia:

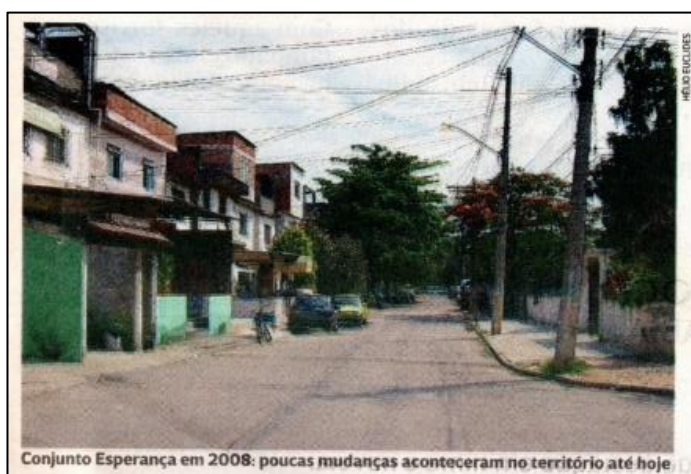
Figura 89 – A Rua Doutor Teixeira Ribeiro na Comunidade de Nova Holanda



Fonte: Maré de Notícias, edição 106, p.10

O nome é de uma das ruas mais famosas da Maré é dedicada a um médico (figura 89), líder comunitário que muito investiu na localidade, principalmente, na época da implantação da comunidade de Nova Holanda. Tratava-se de um funcionário da Prefeitura que era locatário da região. Já a figura 90 refere-se ao Conjunto Esperança, uma das novas comunidades implantadas na década de 1985, com o programa Pró-Morar da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Seu nome: Esperança em dias melhores depois das remoções ocorridas.

Figura 90 – O Conjunto Esperança



Fonte: Maré de Notícias, edição 100, p.13.

3.5 Toponegligência e a Maré

Se sentimento de toponegligência provocado é o avesso da toponímia, também é o oposto da topofilia, a topofobia. A toponegligência, apontada por Tuan, faz menção ao não cuidado com o local, as irregularidades com o zelo em relação ao Meio-ambiente físico, natural construído. A falta de cuidado e o não tratamento de áreas afetadas pelo descompromisso com a terra e/ou com a localidade em questão é que fazem da toponegligência ser um estudo de caso. Apontar os principais problemas de um lugar e, em razão disso, quais as situações que emergem dessa negligência e do descaso ou descuido com a saúde, o favorecimento de doenças, proliferação de vetores transmissores de doenças, o que torna as construções inabitáveis, sombrias e ermas. A exemplo desses aspectos sobre a toponegligência tem-se os casos das figuras a seguir:

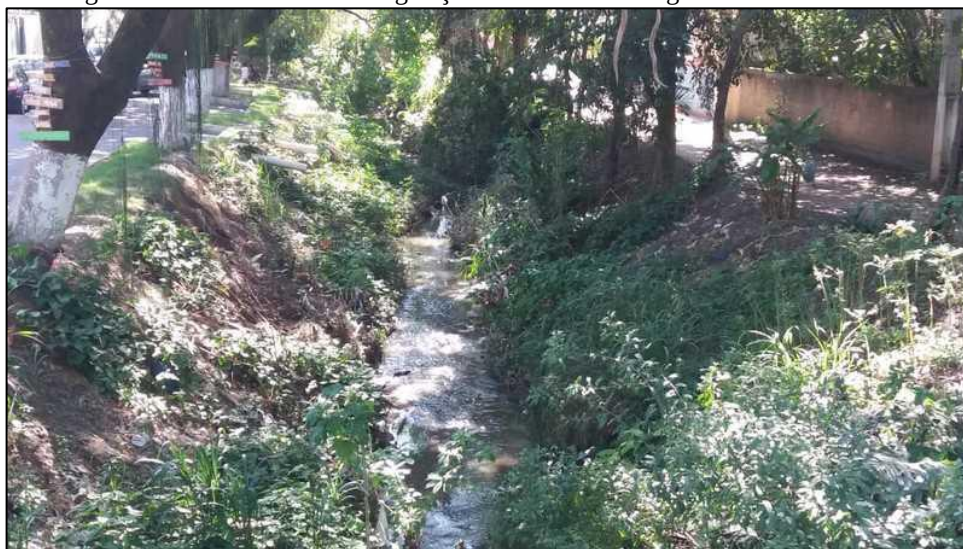
O meio ambiente degradado e abandonado, esquecido tanto pelo poder público como também sucateado e negligenciado por seus moradores do entorno:

Figura 91 – Terreno baldio – proliferação de vetores e mosquitos na Maré



Fonte: O autor / *in locus*

Figura 92 – Rio assoreado – vegetação crescendo às margens ciliares da encosta



Fonte: O autor / *in locus*

Moradores vivendo na precariedade, literalmente embaixo da ponte, sem saneamento básico e assistência governamental:

Figura 93 – Moradores de rua vivendo embaixo da Linha Amarela.



Fonte: O autor / *in locus*

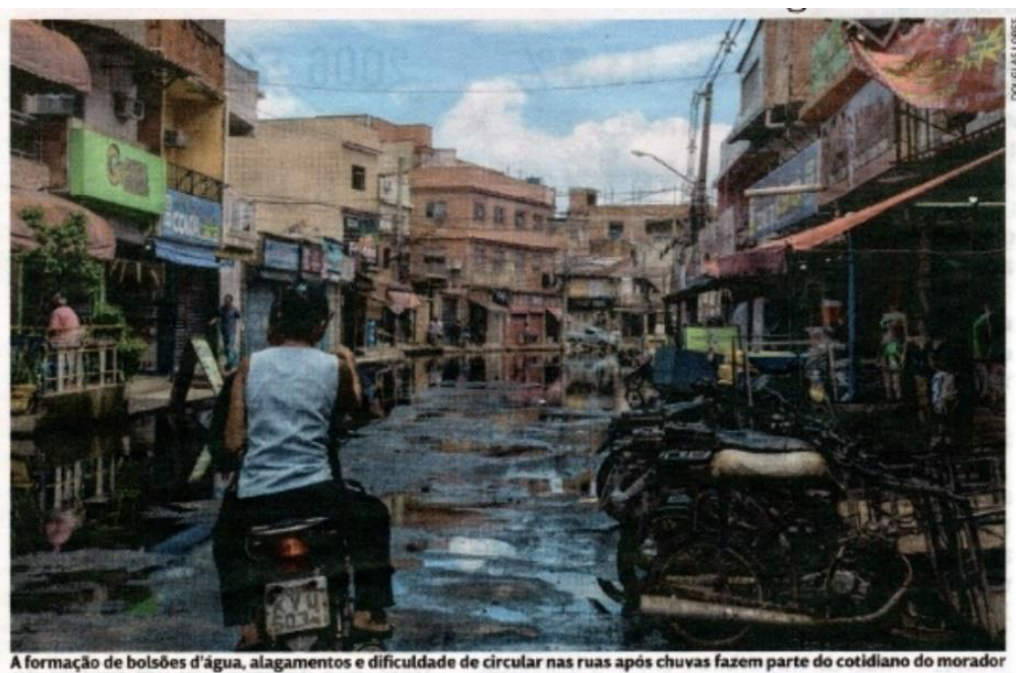
Figura 94 – Morador de rua vivendo embaixo da linha Vermelha.



Fonte: O autor / *in locus*

O período grandes chuvas, além de trazer a recordação da canção eternizada na voz de Elis Regina, “Águas de Março”, traz também consigo grandes desespero e desmotivação para os moradores da Maré:

Figura 95 – Após as chuvas, os grandes alagamentos nas principais ruas da Maré.



A formação de bolsões d'água, alagamentos e dificuldade de circular nas ruas após chuvas fazem parte do cotidiano do morador

Fonte: Maré de Notícias, edição 116, p.10

Figura 96 – Grandes chuvas, antigos problemas na Maré.



Fonte: Maré de Notícias, edição 87, p.5

Outro problema enfrentado pelos moradores da Maré é a grande parcela de bom senso por parte dos outros moradores, que se dizem “donos do pedaço”. A exemplo disso, tem-se a grande maioria das praças públicas onde existia uma pracinha ou um parquinho de crianças, muitas das vezes por estacionamento ou depósito de ferro velho ou carros abandonados. Agora a fotografia a seguir traz tristeza, descaso, abandono:

Figura 97 – A Praça Pública e Parquinho Infantil abandonados



Fonte: Maré de Notícias, edição 126, p.7

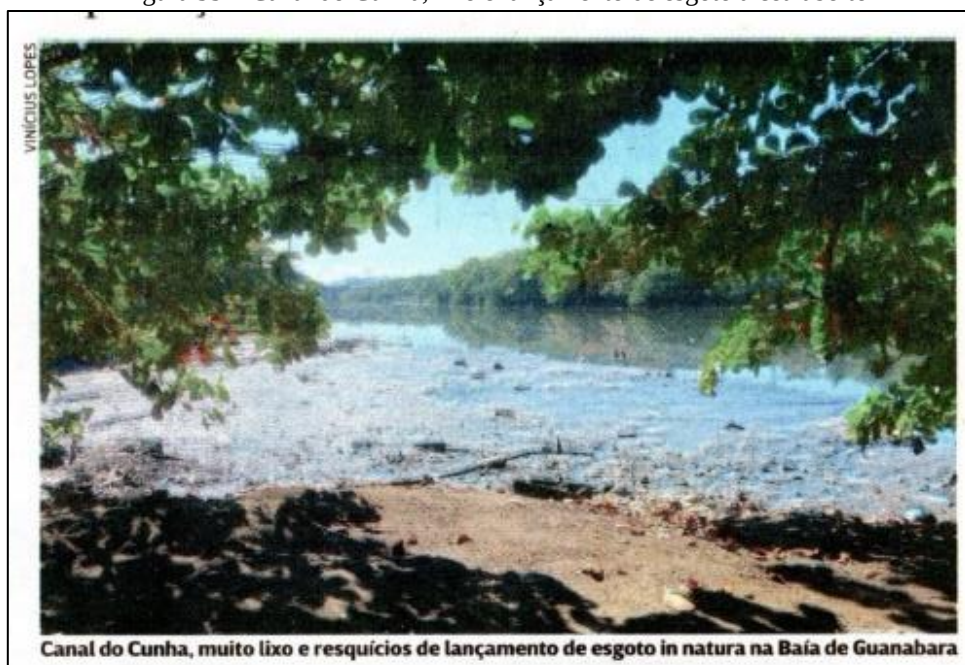
Figura 98 – Parquinho Infantil sucateado e abandonado.



Fonte: Maré de Notícias, edição 126, p.6

A seguir, as mesmas problemáticas, da toponegligência, ainda aparecem por todo o território da Maré, inclusive em áreas que deveriam ser resguardadas, pois pertencem à política de acervo imaterial e de áreas protegidas segundo a CF/88

Figura 99 – Canal do Cunha, lixo e lançamento de esgoto a céu aberto



Fonte: Maré de Notícias, edição 127, p.7

Figura 100 – Após as grandes chuvas, objetos são utilizados para sinalização de buracos.



Fonte: Maré de Notícias, edição 116, p.10

Figura 101 – Um quintal de esgoto, um descaso produzido pelo próprio morador



Fonte: Maré de Notícias, edição 116, p.9

Figura 102 – Sistema de abastecimento de água e saneamento básico



Fonte: Maré de Notícias, edição 116, p.8

Em pauta: “ah, se essa rua fosse minha...”; o que é possível fazer para conscientizar tantos moradores? De forma que a toponegligência se transformasse cada vez mais em topofilia e assim cada pessoa, quer seja morador ou somente visitante ou trabalhador no território da Maré poder-se-ia dizer e sentir o ser tão da Maré! Uma delas seriaa implementação deembaixadores da Maré, onde “quatro jovens moradores da Maré protagonizam a busca por melhorias do saneamento básico” (MARÉ DE NOTÍCIAS, edição 130, p.6)

Figura 103 – Rua Flávia Farnese, uma nova comunidade se formando



Fonte: Maré de Notícias, edição 127, p.3

Figura 104 – Rua Tatajuba: poluição visual e sinalização de perigo



Fonte: Maré de Notícias, edição 118, p.1

Evento marcante por toda a Maré, como por exemplo: na Nova Holanda, onde a rede elétrica se encontra em um emaranhado de nós e ninhos dentre outras amarrações, sinal de perigo constante. A respeito da toponegligência que é vivenciada dia após dia neste território, é um aspecto também negativo da região. Ao invés de toponímia, o sentimento que é gerado é a toponímia, conforme já fora mencionado, sob esse ponto de vista, Pedrini (2011) entende que as ONGs já exercem papel fundamental e importante em liderança e no cuidado ao disseminarem seus projetos na área de Educação Ambiental. O cuidado, segundo Boff (1999), é, na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o *ethos* fundamental do humano. Isto quer dizer: “no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir” (BOFF, 1999, p.12).

De acordo com Boff (1999, p.14), não é à toa que o ser humano possui imanência e por isso se encontra situado num planeta, enraizado num local e plasmado dentro das possibilidades do espaço-tempo. “Ele tem algo da Tellus/Terra dentro de si”; é feito de húmus, onde se deriva a palavra homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Objetivo Geral para estudo foi estabelecer uma conexão identitária entre *Os Sertões*, os mareenses em relação à diáspora nordestina e, nesse contexto, a origem e a existência do lugar estabelecido como bairro da Maré, a partir das memórias, histórias e relatos de seus moradores. Por conseguinte, o presente estudo tem por objetivo, também, apresentar o olhar humanista de cunho documental e bibliográfico reflexivo sobre o Complexo da Maré, que antes da década de 1994 era denominada de favela da Maré.

Assim sendo, esse objetivo, também, perpassou basicamente pelos apontamentos estabelecidos por Yi-Fu Tuan. Em primeiro lugar, quando fala de “Espaço e Lugar: a perspectiva a partir da experiência do corpo” (TUAN, 1983), depois, quando ressalta sobre a temática da “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio ambiente” (TUAN, 2012) que a partir dos dados coletados nos relatos dos moradores estão presentes na proporcionalidade de 20%, ou seja, 3 para 15, isto é, dos 15 relatos apresentados nesta Tese, apenas três expressam nitidamente sua aversão ao lugar, como um lugar temeroso, inóspito, aproximando-se do sentimento da topofobia.

Cabe evidenciar, conforme um dos estudiosos a quem é atribuído a origem do termo, Tuan (1976, p.143), “a Geografia Humanista” “procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar [...]”. São os sentimentos, portanto, voltados ao meio, que definem a existência de mais dois termos pertencentes ao campo da geografia humanista, ambos levantados por seu criador: topofilia que diz respeito a familiaridade, apego ao lugar; e topofobia, que, representa o inverso, tendo em vista que o radical fobia remete à aversão.

Dessa forma, a relevância deste estudo, apresentada na releitura das características configuradas na memória do cotidiano dos mareenses, ainda ocupa o imaginário da sociedade externa, e mesmo situado como um suposto “não-lugar” (AUGÉ, 2012), esta Tese aponta, conforme o reforço dado nos relatos dos 15 entrevistados, segundo as matérias do Maré de Notícias, de que a Maré é um lugar, bom de se viver, de trabalhar, de relações, de completude, de interesses múltiplos. Por isso, também, os objetivos específicos propostos foram atendidos,

na medida em que na apresentação de cada capítulo, este estudo se propôs a: construir um histórico da chegada e instalação de moradores e de suas famílias no Complexo da Maré; descrever o perfil sociodemográfico dos moradores instalados nas comunidades que compõem o antigo “Complexo da Maré” que foi transformada em bairro; demonstrar que o termo “favela da maré” caiu em desuso e a configuração denominada “Complexo da Maré” não está de acordo com as normas do IBGE, tampouco com o Decreto Municipal que o estabeleceu como bairro a partir de 1994. Na seção 2.3 do Capítulo 2, onde apresenta o homem e a mulher mareenses, pôde apontar as condições de vida, resistência e resiliência dos moradores e de suas famílias assentadas nas localidades que compõem este bairro, devido a sua densidade demográfica e estado populacional, pautado em aspectos tais como: a infraestrutura local, o acesso aos serviços essenciais, tais como o saneamento básico, a água encanada, a energia elétrica, a presença de escolas, a existência de unidades de saúde, a geração de emprego e renda que movimentam a economia local e a violência urbana, respondendo à pergunta inquietante desta Tese: Se a Maré constituía, efetivamente, como um mero espaço, ou poderia ser entendida como um lugar, um lar, como o preconizou Tuan (1983, 2012)?

Nesse contexto, esta Tese se baseou na hipótese de que, mais que um mero espaço, político-geográfico, a Maré é um lugar bom de se viver, conviver e trabalhar, de acordo com o que foi apontado anteriormente, na seção 2.3, com suas memórias e identidades, sempre relacionadas com seus aspectos geossociais, inerentes ao Meio ambiente, e que não existe apenas uma Maré, a Maré da violência e da subalternidade, mas outras Marés: a da cultura, da solidariedade, da educação, da arte e de muitas outras coisas. Assim a comprovação da hipótese trabalhada por meio dos indícios apresentados pelos moradores e/ou ex-moradores da Maré e verificados a partir da obra *Os Sertões*, a de que ao menos encontrados dois desses indícios de Topofilia apontados por Euclides da Cunha; seria possível também haver, pelo menos dois ou mais desses mesmos indícios na Maré. A evidência a esses apontamentos responderia e atenderia tanto a hipótese como a pergunta fomentada.

Não é à toa que as expressões, como nos exemplos a seguir, percorrem todo o texto desta Tese: “Sair daqui só se for para minha terrinha” (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2018, p.12). Há de se notar que, conforme a narrativa de Dona Raimunda, a Maré “é um pedacinho do céu”: cores, sabores, hábitos, costumes, música, dança e maneiras de falar fazem da Maré um “pedacinho” do Nordeste brasileiro cravado na Cidade Maravilhosa”. Já em outra passagem,

“Eu amo minha rua”, de acordo com a edição 130, página 10, deixa evidente que a valorização do local onde o individual e o coletivo se encontram. Assim como esta fala dá margem a uma antiga canção que referencia o local: “nasci na Rua da Praia / que de praia não tem nada / é chão de terra batida / e muito menos calçada. / Era barraco de madeira / vala / palafita a minha morada”. Esse é o refrão da música que retrata a infância de Roberto Felinto, conhecido como Pacol, compositor e cantor, morador da Vila dos Pinheiros. Ao escrever a letra de *Rua da Praia*, o autor presta uma homenagem à rua na qual deu seus primeiros passos, aprendeu a brincar e depois, a lidar com as dificuldades. Esse pertencimento ao lugar onde se nasceu e cresceu é a característica de muitos mareenses que não esquecem o lugar de onde vieram ao mundo e lutam por ele. Para estes e tantos outros a expressão: “eu amo minha rua” (MARÉ de NOTÍCIAS, edição 130, p.10); em relação a valorização do local onde o individual e o coletivo se encontram é a máxima para uma boa reflexão de conjunto sobre o tema da *topofobia*.

Reportando-nos à Euclides da Cunha, no entanto, não demonstrou apenas suas impressões com relação ao lugar que avistara, em Canudos, ele também traçou relações entre esse espaço e os sujeitos que nele vive, como por exemplo nos trechos: Cunha (2009, p.30 e p.51). A terra ignota, era um lugar desconhecido que o jornalista passava a vislumbrar.

Já a metodologia adotada para esta pesquisa foi estabelecer os parâmetros necessários que dão lugar de fala aos estudos topológicos expressados pelos sentimentos na forma de topofilia e a topofobia, a partir da análise dos relatos dos moradores, suas impressões sobre espaço e lugar e das ilustrações que foram publicados no jornal comunitário intitulado “Maré de Notícias”, de agosto de 2017 a agosto de 2021, perfazendo o total de 52 publicações. Assim sendo, dos elementos da amostra foram pinçados aleatoriamente 25 fascículos, dos quais foram encontrados mais do que 20 relatos de moradores e/ou trabalhadores na Maré, sendo selecionados para este estudo, apenas 15.

A pesquisa documental e bibliográfica na qual se baseia este estudo, mostra que, além dos fascículos publicados pelo “Maré de Notícias”, foram necessários, para fins de estatísticos, coletar os dados, pertinentes ao bairro da Maré, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao Censo Demográfico do ano de 2010; e atualizados pelos dados gerados pelo Censo Maré do ano de 2012; além dos dados gerados a partir da prévia do Censo Demográfico de 2020 produzido pela Redes Maré, ONG instalada no

campus Maré, no ano de 2019 com este propósito, sob a chancelaria da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Também por meio do Guia dado pelo Censo de Empreendedorismo da Maré, publicado em 2014 pela ONG Redes de Desenvolvimento da Maré em parceria com o Observatório de Favelas.

Como revisão de literatura pode-se afirmar que dos trabalhos publicados sobre a Maré entre Seminários, Simpósios, trabalhos de Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado e/ou Monografias, do ano de 2003 a 2016, dez pertencem a autores, cuja origem está na Maré. São ex-moradores e/ou professores que trabalharam ou ainda trabalham na região. Posto isto, vale ressaltar que há um *looping* de 17 anos, de 1986 a 2003, sendo Valla (1986) o último trabalho publicado sobre a Maré, retornando com Souza e Silva (2003), professor de geografia com sua Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense – UFF, cuja temática é a Educação na Maré no tocante ao estudo universitário de jovens. Em apenas dois trabalhos há uma mínima referência sobre Meio ambiente (o construído e o conquistado), os demais falam sobre aspectos ligados a escolarização, moradia, gênero e a violência urbana. Quanto ao método utilizado, a natureza da pesquisa é caracterizada por uma revisão bibliográfica, exploratória e descritiva de abordagem qualitativa. A base para o desenvolvimento teórico, conforme dito anteriormente, foram trabalhos acadêmicos encontrados na plataforma digital. Foram encontrados 186 trabalhos, desses apenas 10 foram utilizados. O levantamento dos dados, para esta revisão, foi realizado por meio de pesquisas exploratória na plataforma digital: Google Acadêmico e SciElo, onde as palavras-chave utilizadas foram: “Maré”. “Complexo da Maré”. “Bairro Maré”; “Meio ambiente”, simultaneamente.

Para fins de fundamentação teórica a respeito das temáticas que fundamentam esta Tese sobre narrativas e relatos foram utilizados os apontamentos de Verena Alberti (2004) e Paul Thompson (1992); sobre Identidade: Zygmunt Bauman (2005 a) e Stuart Hall (2019); sobre a situação da Diáspora nordestina: Silva; Frazão & Lima (2013); Costa (1997); sobre “Vidas desperdiçadas”: Zygmunt Bauman (2005 b); “Modernidade líquida”: Zygmunt Bauman (2003); sobre o trabalho que é desenvolvido na Maré e/ou nas comunidades das favelas cariocas: Mike Davis (2006) com sua obra *Planeta Favela* e Joel Rufino dos Santos (2004) em *Épuras do Social: como podem os intelectuais trabalhar pelos pobres*.

A respeito das temáticas: Cultura e Diversidade cultural, foram utilizados os estudos de: Alfredo Bosi (1992) e José Luiz dos Santos (2006) e sobre as temáticas da biodiversidade e do Meio ambiente: Enrique Leff (2009); Gusmão Pedrini (2011); Leonardo Boff (1999); Edgar Morin (2002) e Reigota (2002). Como o texto apresenta cunho bastante interdisciplinar foi necessário recorrer aos estudos de Morin (1995), Lago e Pádua (1984), Lück (2003), Pombo (2008), Frigoto (2008), Pires (1998), Fazenda (2003), Japiassu (1976), Sommerman (2008), Leis (2011), e Philippi Jr. (2000), pois ambos, para além do campo interdisciplinar, também, envolvem a temática sobre o Meio ambiente.

Em 1986, de acordo com o que apresentam Lago e Pádua (1984), o biólogo alemão Ernest Haeckel propôs a criação de uma disciplina científica, ligada à biologia, que teria por função estudar as relações entre as espécies animais e o seu ambiente, tanto orgânico quanto inorgânico. Entra com todo o vigor, a palavra grega *oikos*, que significa casa, sendo utilizada para nomear essa ciência emergente, classificada como ecologia, ou, ciência da casa. Sabe-se que o termo, atualmente, é utilizado para além do campo biológico. Eis a atenção e a atuação do interdisciplinar. Fala-se muito em ecologia natural ou ambiental, mais próxima dos conceitos haekelianos, como também em ecologia profunda, ecologia social e ecologia mental ou das subjetividades, sendo essas duas últimas defendidas por Félix Guattari (2005).

Sobre os resultados da pesquisa, ressalta-se que a maioria dos dados foram extraídos dos 25 fascículos do Jornal Local “Maré de Notícias”, publicados pela ONG Redes da Maré selecionados, aleatoriamente, de agosto/2017 até agosto/2021, ainda em circulação. Alguns dados, complementares, foram extraídos do Jornal Local “O Cidadão” – fora de circulação desde o ano de 2010, de publicação da Rede de Memória sob a supervisão do Museu da Maré e da ONG CEASM.

Nos 800 mil m², que a Maré ocupa, estão distribuídos em relação: População nordestina moradora no lugar: página 142; efetivo de empregados x desempregados, profissionais e profissões: página 138 a 140; Escolarização: página 138; Etnia e cor da pele: página 141 e aspectos ligados à resiliência e resistência: página 197. A respeito da violência urbana e, as condições de vida, em relação às operações policiais, os indicadores encontram-se nos dados registrados na página 197 e apresentam os impactos das operações policiais na localidade com uso de helicópteros, no gráfico 1 e no gráfico 2, os dados relativos às operações

policiais na Maré; os dias sem aulas e o registro de escolas fechadas sem atividades nos dias de operação policial; o quantitativo de feridos por projétil e o quantitativo de óbitos por projéteis após operações.

À guisa de conclusão para este capítulo, é possível afirmar que o morador da Maré é antes de tudo um forte! Não é um morador comum, é um participante da diáspora nordestina. É antes de tudo um nordestino, na maioria das vezes nato, de outras, a nata da sociedade: é um participante da sociedade que ama, se relaciona, produz, constrói relações, edifica e colabora com a sociedade e a Cidade. Ele não apenas está no lugar, não só ocupa o espaço, ele pertence ao lugar. “Canudos não se rendeu, exemplo único em toda a história, resistiu” (CUNHA, 2009a, p.449), assim também a Maré resiste, porque seus moradores resistem, não se *recônditam*, pois sua memória afetiva também é resistência.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4.ed. Rio de Janeiro: IPLAN – Rio / J.Z.E., (2006) 2010³¹.
- ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004
- ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lucia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício T. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- ALVES, Iulo Almeida.; OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de. **As “histórias únicas” e Seus Impactos Políticos na Construção de Representações e de Identidades**. Mulemba. Rio de Janeiro: UFRJ, V.1, n. 11, pp. 46- 59, jul./dez. 2014. ISSN: 2176-381X. disponível em <http://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/download/5010/16124>
- ANDRINI, A.; VASCONCELLOS, M.J. **Praticando matemática**. 3.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2012. (Coleção Praticando Matemática - 6º ao 9º ano)
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (Org.). **Escravidão e luta pela liberdade no Rio de Janeiro**: história, arquivos e patrimônio. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2020.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de.; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa.; AGOSTINHO, Carlos Gilberto Werneck.; ROEDEL, Hiran. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ARENDT, Hannah. **Coleção filosofia**: passo a passo. n.73. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- ARROYO, Monica. A trama de um pensamento complexo. Espaço banal, lugar e cotidiano. p.55-62. In: CARLOS, A.F. A. (Org.). **Ensaio de Geografia contemporânea**: Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **História moderna e contemporânea**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1975.
- ARRUDA, Silvio Ferraz de. **Frases célebres notáveis**. p.159. Barueri, SP: NBL Editora, 1973.

³¹ O indicativo do ano de publicação da primeira edição aparece entre parênteses e o indicativo da publicação atual ou de uma nova reimpressão aparece logo em seguida.

ASSARÉ, Patativa do. **Digo e não peço segredo**. São Paulo: Escrituras, 2001.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9.ed. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas. SP: Papyrus, (1992) 2012.

_____. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9.ed. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas. SP: Papyrus, 2005a.

_____. **Para que vivemos?** Lisboa: 90 Graus, 2006.

_____. **Para que vivemos?** Lisboa: 90 Graus, 2005b.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Adaptação de Fabio pinto. Porto Alegre: L&M, 2009. (Coleção é só o Começo).

_____. **O cortiço**: romance em quadrinhos. São Paulo: Escala Educacional, 2007.

BANDONI, Felipe. **Qual deve ser o limite da interdisciplinaridade?** Revista Nova Escola. Ano 30, nº 286, outubro de 2015.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005a.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005b.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Desntzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENTANCUR... *et al.* **Triste fim de policarpo quaresma**. In: Lima Barreto, Afonso Henriques de. Adaptação: Bentancur... *et al.* Porto Alegre: L&M, 2009. (Col. É só o Começo).

BENTO XVI, papa. Encíclica *spe salve*. Vaticano.Va, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. 10.ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

BOYER, C. B., **História da matemática**. Tradução: Elza F. Gomide. São Paulo: Edgard Blücher, 1985.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4.ed. 4São Paulo: Companhia das Letras, (1992) 2013.

BOSI, Ecléa. **O Tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado de Piere Bourdieu. In: NOGUEIRA, Maria Alice. & NOGUEIRA, Claudio M. Martins. **Bourdieu e a Educação**. São Paulo: Autêntica, 2010.

BRUM, M. **A urbanização de favelas como política de estado e seus impactos no movimento comunitário das favelas cariocas (1980 – 1990)**. Ano 2014. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais/ARQUIVOS/GT3-82-49-20140630134551.pdf> acesso em janeiro de 2021.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva Jurídico, 2001.

CALDEIRA, Jorge. **História do brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.

CARDOSO, A.L. Contextualização / caracterização. In: **Brasil, política habitacional e integração urbana de assentamentos precários**: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Ministério das Cidades, 2008. p.13 – 45.

CARDOSO, Fernando Henrique. **FHC**. Folha de São Paulo, 28.jan.1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Ensaio de geografia contemporânea**: Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVALHO, José Murilo de. **Cidadania no brasil**. O longo caminho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, J.A; MORAES, J.; COSTA, R. **Urbanização das favelas na periferia de uma instituição de ensino e pesquisa e a saúde pública urbana**. Apresentado no I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, em São Bernardo do Campo – SP, 2014. Disp. em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais/ARQUIVOS/GT3-88-52-20140630151621.pdf> acesso em janeiro de 2021.

CEASM. **Centro de estudos e ações solidárias da maré**. Praça dos Caetés, 7 – Morro do Timbau, Maré, Rio de Janeiro. CEP 21042-050. Tel. (21) 3868 – 6748. Censo Maré (2003): Quem somos? Disponível em contato@ceasm.org.br e <http://www.ceasm.org.br/abertura/05redes/05observ/censo.htm>.

CENSO de EMPREENDEDORISMO da MARÉ. **Centro de empreendedorismo da Maré**. Redes de Desenvolvimento da Maré, 2014.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do severino e a história de severina**. 9ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Identidade**. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850 – 1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

CONTOS e LENDAS. **Livro de contos e lendas da maré**. Arquivo Rede Memória. Rio de Janeiro: Maré das Letras, CEASM, 2003.

CORRÊA, Marcos Sá. **Jornal do brasil**. 13.jan.2002. p.20.

COSTA, F.R. **O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey**: uma primeira aproximação. *Revista Percurso – NEMO Maringá*, v.6, n.1, p.63-79, 2014.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões (Campanha de Canudos)**. 3.ed. São Paulo: Ediouro, 2009a.

_____. **Os Sertões (Campanha de Canudos)**. 2.reimpressão. São Paulo, SP: Martin Claret, 2009b.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAWBOR, Ladislau. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, (2008) 2010.

DE CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien: arts de faire**. Paris: Union Général d'Editions, 1980.

DE MASI, Domênico. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução: Yadyr A. Figueiredo. 10.ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2010.

DE PAULA, Juarez. **Territórios, redes e desenvolvimento**. Brasília: SEBRAE, 2003.

DINIZ, André. **Almanaque do samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: IBPEX, 2009. (Metodologia do Ensino de História e Geografia, Cap. 6), p. 164-165.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O enigma da nação. In: ABREU, Regina. **O enigma de os sertões**. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998, p.10-17.

FARA, Patrícia. **Uma breve história da ciência**. São Paulo, SP: Fundamento, 2014.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade**. São Paulo: Papirus Editora. Edição do Kindle, 2017.

_____. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** 2.ed. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Interdisciplinaridade**, um projeto em parceria. São Paulo: Ed. Loyola, 7.ed., 2003

FERREIRA, Álvaro. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales** (Série documental de Geo Crítica) Universidad de Barcelona ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B.21.742-98 Vol. XIV, nº 828, 25 de junio de 2009.

FERREIRA, Genovan Pessoa de Moraes. O papel do lugar na reflexão e de um cidadão no mundo. p. 275-284. In: CARLOS, A.F.A. (Org). **Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIGUEIRA, J.M. **A produção de materiais didáticos pelo MEC**. (2013)
Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. “Espaços Outros”. **Revista de comunicação e linguagens**. Lisboa: Relógio d’Água, n.34/35, junho, 2005.

FRANCISCO, papa. Encíclica **laudato si**. Vaticano. VA, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (2000).

_____. **Pedagogia do oprimido**. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. Revista do Centro de Educação e Letras. UNIOESTE Campus: Foz do Iguaçu. V.10, n,1, p.41-62. 1º semestre de 2008.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Uma visão panorâmica da história do Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Sulina, 1983.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Almanaque histórico: Oswaldo Cruz – o médico do Brasil**. Projeto Memória. Rio de Janeiro: Pancrom, 2003.

GANDON, Odile. O que é pobreza. In: _____. **Para entender o mundo: os grandes desafios de hoje e de amanhã**. São Paulo: Edições SM, 2007.

- GASSET, José Ortega y. **Man and people**. New York: Mentor Book, 1958 (1963)
- GATTARI, Félix. **As três ecologias**. São Paulo: Papiros, 2005.
- GENTILI, Pablo. ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GEORGESKUN-ROEGEN, Nicholas, **O decrescimento: entropia, ecologia e economia**. São Paulo: SENAC, 2012.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. 5.ed. São Paulo: ed. Atlas, 2010.
- GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, Benedito. **A conquista da matemática – Teoria e aplicação**. (5ª. série do ensino fundamental). São Paulo: FTD, 1985.
- GLACKEN, C.J. **Traces on the rhodian shore**. Berkeley: University of California Press, 1967.
- GUIMARÃES, Paula. **Esperança, cadê você?** o que fazer para não entrar em desespero. Cachoeira Paulista, SP: Editora Canção Nova, 2018.
- GUIA DE RUAS DA MARÉ. **Guia de ruas da maré**. redes de desenvolvimento da maré, 2012
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2.ed. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2.ed. Tradução: Adelaide La Guardia Resende, et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- _____. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006. In: COSTA, F.R. **O conceito do espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação**. Revista Percurso – NEMO Maringá, v.6, n.1, p.63 – 79, 2014.
- _____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992
- HEBREUS. Bíblia Sagrada. 78.ed. São Paulo: Ave Maria. Carta aos **Hebreus 6,9**. (1991)
- _____. Bíblia Sagrada. 78.ed. São Paulo: Ave Maria. Carta aos **Hebreus 6, 19**. (1991)
- HERMIDA, Antônio José Borges. **Compêndio de história geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966a.
- _____. **Compêndio de história do brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966b.
- HOLZER, Werther. **O lugar na geografia humanística**. Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, julho/dez., p.67-78, 1999.

_____. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *In: Território*. N. 03, p.77-85. Rio de Janeiro: Garamond – LAT/UFRJ, 1997.

HOUAISS CONCISO, **Dicionário**. Instituto Antônio Houaiss, organizador. São Paulo: Moderna, 2011 (2012).

JAPIASSU, Hilton. **Introdução à epistemologia da psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOSÉ, Elias. **Memória, cultura e literatura**: o prazer de ler e recriar o mundo. São Paulo: Paulus, 2012. (Col. Apoio Pedagógico).

JUVENAL. **Against the City of Rome**. *In: _____*. **Satires**. Tradução Rolfe Humphries. Bloomington: Indiana University Press, 1958.

KLEIN, J. T. **Interdisciplinarity: history, theory and practice**. Detroit: Wayne State University Press, 1990.

LAKATTOS, Eva Maria. Sociologia Geral. Colaboração de Marina de Andrade Marconi. 3.ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1979.

LAGO, Antonio; PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984 (1996).

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, (1974) 2000.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

_____. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. p.19-48. *In: Philippi Jr, A; Tucci, Carlos E. Moreli; Hogan, Daniel Joseph; Navegantes, Raul (editores)*. **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

LEIS, Héctor Ricardo. Especialidades e desafios: da interdisciplinaridade nas ciências humanas. p. 106 – 121. *In: PHILIPPI Jr., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J.* **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011.

_____. **Sobre o conceito de interdisciplinaridade**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, n.73, p.2-23, agosto / 2003.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**, a construção de Os Sertões. São Paulo, editora: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **A aguarrás do tempo**. Estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUCCI, Elian Alabi. **Trabalho Dirigido de Organização Social e Política do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1977.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARÉ DE NOTÍCIAS. **Jornal local**. Edições n.80 a n.130. Redes de Desenvolvimento da Maré, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021.

MARIAS, Julián. **Metaphysical Anthropology**: the emprirical structure of human life. Univesity Park, Pennylvania State: University Press, 1971.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. Coleção “**Os Pensadores**”, 1v. São Paulo: Abril, 1987.

MOREIRA, Igor Antônio Gomes. **O espaço geográfico**: geografia geral e do Brasil. 13.ed. (revisada e atualizada). São Paulo: Ática, 1978.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. **Revista Formação**, nº 24, v.2, p. 48-60, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 6.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

_____. **Ciência com Consciência**. Edição revista e modificada pelo autor. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. **O método III: o conhecimento do conhecimento**. Lisboa, Europa-América, 1987.

_____. **O Problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1985.

MUSEU DA MARÉ. Telefone: 21 3868 – 6748. Contato: www.museudamare@ceasm.org.br , 2008

NASCIMENTO, D.S; BRITO, V.S.; GADELHA, R.L.. **A Maré e seus Complexos: um estudo sobre a inserção de crianças e jovens da comunidade Nova Maré em diferentes projetos do bairro**. Apresentado no I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas em São Bernardo do Campo, SP, 2014.

OAKESSHOT, Michael. Experience and Its Modes. Cambridge: University Press, 1933.

O CIDADÃO. **Jornal local**. edição 0, Ano I, junho/99. Rio de Janeiro: CEASM, 1999a.

O CIDADÃO. **Jornal local**. edição 1, Ano I, junho/99. Rio de Janeiro: CEASM, 1999b.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). **Qual o espaço do lugar?:** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. p.3-16. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. (Org.). **Cidade: História e Desafios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PÁDUA, Letícia Carolina Teixeira. **A Geografia de Yi-Fu Tuan: essências e persistências.** Tese de Doutorado. PPG em Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, 2013a.

_____. **Geograficidade.** Um convite à busca com Yi-Fu Tuan. V.3, n.1, p.79-83, verão, 2013b.

PASSOS, Francisco Pereira *et al.* **Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro.** In: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Ministro João Alfredo Correia de Oliveira. Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1875. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

PETRAGLIA, Izabel. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber.** 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). **Educação ambiental:** reflexões e práticas contemporâneas. 8.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. (Col. Educação Ambiental)

PHILIPPI JR. Arlindo. A interdisciplinaridade como atributo da ciência e tecnologia. In: PHILIPPI JR. Arlindo; *et al.* **Interdisciplinaridade em ciências ambientais.** São Paulo: Signus Editora, 2000.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino.** Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação. P.173 – 181. Fevereiro, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, p.3-15, 1989. disponível em www.cpdoc.fgv.br

POCHMANN, Marcio. **Economia Global e Nova Divisão Internacional do Trabalho.** Centro de Estudos de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas – Brasil, São Paulo: UNICAMP, 2010. Acesso em 10/10/2020.
Disponível em <<http://decon.edu.uv/network/panamá/POCHMANN.PDF>>

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: PIMENTA, Carlos. **Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade.** Porto: Campo das Letras, 2008.

PORTMANN, A. Die **Ontogenese des Menschen als Problem der Evolutionsforschung.** Suíça: Verhandlung der schweizerischen naturforschenden Gesellschaft, 1945, p.44-53.

POTER, Philip W. LUKERMANN, Fred E. The Geography of Utopia. In: LOWENTHAL, David; BOWDEN, Martyn (Eds.). **Geographies of the Mind**. New York: Oxford University Pres, 1976. Cap.8, p. 197 – 223.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RABELLO, Sylvio. **Euclides da Cunha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 2002.

REDES-MARÉ Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/?cat=28>> Acesso em: 10/09/2019.

RIO DE JANEIRO. **Rio de Janeiro: histórias concisas de uma cidade de 450 anos**. Secretaria Municipal de Educação. Rio de Janeiro: SME, 2015.

ROMANOS. Bíblia Sagrada. 78.ed. São Paulo: Ave Maria. Carta aos **Romanos 5, 3-5** (1991).

_____. Bíblia Sagrada. 78.ed. São Paulo: Ave Maria. Carta aos **Romanos 5, 5** (1991).

ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da história oral**. p.93-101. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ROSENDALL, Zeny. **Tempo e temporalidade, espaço e espacialidade**: a temporalização do espaço sagrado. Espaço e Cultura, UERJ, RJ n.35, p. 9 – 25, jan. – jun, 2014. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacocultura/>

RYFF, Luiz Antonio. **Folha de São Paulo**. 7.jan.2001. p.CI-2.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.26, n.2, p.209 – 229, novembro de 2014.

SANTOS, Eumara Maciel. **Amadou Hampâté Bá e a epistemologia Griot**. PósAfro/CEAO: Salvador, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/475834138/AMADOU-HAMPATE-BA-E-A-EPISTEMOLOGIA-GRIOT>. Acesso em 14 de dez de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** 16.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006. (Col. Primeiros Passos – n.110)

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3ed. São Paulo: Hicitec, 1994

SANTOS, Joel Rufino dos. *Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Editora Global, 2004.

SARTRE, Jean Paul. *L'être et le néant (O Ser e o Nada)*, tratado filosófico, 1945. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Ser_e_o_Nada

SCHAWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHURÉ, Edouard. **Hermes**. São Paulo: Martins Claret, 1986.

SILVEIRA, Caio. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. p.41 - 64. *In*: DAWBOR, Ladislau. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, (2008) 2010.

FERNANDES, F. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SÊNECA, Lúcio Anneo. **Da vida retirada; Da tranquilidade da alma; Da felicidade**. Tradução de Lucia Sá Ribeiro e Ellen Itanajara Neves Vrana. Porto Alegre – RS: L&PM, 2009. (vol. 789).

SENNETT, Richard. Street and office: two sources of identity. *In*: HUTTON, Will & GIDDES, Anthony. **On the edge living with global capitalismo**. Londres, Jonathon Cape, 2000. p. 175 – 190.

SERRA, My; SERRA, Maria Teresa. **Guia Natural de História Natural do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Estado de Cultura, maio, 2012.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego.: diagnóstico e alternativas**. 8.ed. São Paulo: Contexto, (2012) 2013.

SILVA, José Severino. **Diáspora nordestina: a literatura de cordel como marca identitária**. São Paulo: Autografia, 2018.

SILVA, Roberta Lemos Gadelha da. **A Maré e seus complexos: desvelando o microterritório da Favela MacLaren com destaque para as condições de vida e saúde de seus moradores**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

SILVA, José Severino; FRAZÃO FÉLIX, Idemburgo Pereira; LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. A Terra Prometida: uma metáfora deslocada. **Cadernos do CNLF**, Vol. XVIII, n.2, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

SILVA, Eliana Sousa. **O Contexto das Práticas Policiais nas Favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

SILVA, Claudia Rose Ribeiro da Silva. **Maré: a invenção de um bairro**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2006a.

SILVA, Rosana Cristina Ferreira. **A Dialética do Prazer na Profissão Docente**. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Educação – defendida em 28/abr/2006. Três Corações: UNINCOR, 2006b.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A Poética e a Política do Currículo como Representação**. Trabalho apresentado no GT Currículo na 21ª Reunião Anual da ANPED, 1998.

SIQUEIRA, Maria Aparecida dos Santos. **Letramentos formal e não formal: ferramentas de inclusão social na inter-ação família, escola e aluno**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UNISUAM, 2013.

SPINELLI, Evandro. **Folha de São Paulo**. 14.jul.2007. p.C-6.

SOARES, Aline Mendes. “Precisa-se de um pequeno”: negociação, conflito e estratégia de vida da mão de obra infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888 – 1927). In: ABREU, Martha & PEREIRA, Matheus Serva. (Org.). **Caminhos da Liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. PPGHistória- UFF. Niterói, 2011.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade?** 2.ed. São Paulo: Paulus, 2008.

SOUZA e SILVA, Jaílson de; BARBOSA, Jorge Luiz; Biteti, Mariane de Oliveira; Fernandes, Fernando Lannes. (Org.). **O que é a favela afinal?** Rio de Janeiro. Observatório de Favelas, 2009.

_____. Tese de Doutorado: **Por que uns, sim, outros, não?** Rio de Janeiro: UFF, 2003.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. **História Concisa do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Global, 2000.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **O mito no pensamento de Lèvi-Strauss**. Cadernos de Educação, v.7, n.1, p.61-86, 1999.

TEIXEIRA, jornalista (1993) In: LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**, a construção de Os Sertões. São Paulo, editora: Civilização Brasileira, 1997.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. 2.ed. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

THIESEN, J. da S. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino -aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, p. 545-554, 2008.

VALLA, Victor Vicent (Org.). **Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940 – 1985**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). **O fenômeno urbano**. 3.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Sociais – Zahar, 1976.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. **Do engenho à favela, do mar ao chão, memórias da construção do espaço da Maré**. Dissertação de Mestrado Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008.

REFERÊNCIAS DE YI-FU TUAN:

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 2013.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio ambiente**. São Paulo: Difel, 2012.

_____. **Espaço, Tempo, Lugar: um arcabouço humanista**. Tradução Werther Holzer. Geograficidade, v.1, n.1, p.8-19, Inverno 2011.

_____. **Paisagens do medo**. São Paulo: Unesp, 2005.

_____. **Escapism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980 (1ª edição).

_____. Landscapes of Sherlock Holmes. **Journal of Geography**. v.84, n.2, p.56-60, 1985a.

_____. Immigrant Artist: A Conceptual Framework. p. 23-25. In: **Contemporary Immigrant Artist: The American Experience**. Philadelphia: Blach Institute of Ethnic Studies, 1985b.

_____. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **A Geografia Humanística**. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **Place: an experiential perspective**. Geography Review, v.65, n.2, p.151-175, 1975a.

_____. **Environment and the quality of life**. aIn: HAMMOND, Kenneth; MACINKO, Geoge; FAIRCHILD, Wilma (Eds.). Sourcebook on the Environment: a guide to the Literature. Washington: Associatin of American Geographers, p. 21-40, 1975b.

_____. **Space and Place: Humanistic Perspective**. v.6, p. 211-252. In: BOARD, C.; CHORLEY, R.J.; HAGGETT, P.; STODDART, D.R. (Ed.) Progress in Geography. London: E. Arnold, 1974.

_____. **Environment and World**. Professional Geographer. Vol. 17, nº 5, p. 6-8, sept/oct, 1965.

_____. Architechure and Human Nature. **Landscape**. v.13, p.16-19. Fall 1963.

_____. **Topophilia: or Sudden Encounter with Landscape**. Lansdcape, v.11, p. 29-32, Outono, 1961.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS:

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que versa sobre a condição de existência e sobrevivência da vida humana, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei Federal nº 9.795/99** que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **Lei nº 9.394/1996**. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2004 (1996).

_____. Fundação Nacional do Material Escolar – FENAME, criada por meio da **Lei Delegada nº 5.327, em 1967**, em substituição à Campanha Nacional de Materiais de Ensino, estava responsável pela produção de manuais escolares que seriam distribuídos aos estudantes carentes.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, criada pela **Lei Delegada nº 06 de 26 de setembro de 1962**, constituída também pela Lei Delegada nº 07 de 26 de setembro de 1962. A partir de 1990, por força de uma nova Lei Federal, Lei nº 8029 de 12 de abril de 1990.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **CF/1988**. Senado Federal. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** – DUDH. Publicada pela Organização das Nações Unidas – ONU de 1948.

RIO DE JANEIRO. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Documento obtido no site <http://www.alerj.rj.gov.br> . Atualizada até a Emenda Constitucional nº 53, de 26.06.2012. Atualizada em 28.08.2012.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei Estadual **nº 3.325/99 de 17/12/1999**. Em complementação a lei de Política Nacional de Educação Ambiental.

_____. Município do Rio de Janeiro. Decreto Municipal **nº. 7.980, de 12 de agosto de 1998**. Que a Prefeitura do Rio de Janeiro desmembrou dos bairros de Ramos e Bonsucesso, criando-se o novo bairro: o bairro do Complexo do Alemão.

_____. Câmara dos deputados. **Decreto Nº 19.598 de 01 de fevereiro de 1994** que dispõe sobre a implantação, em caráter experimental, dos Ginásios Públicos nos Centro Integrado de Educação Pública – CIEP

_____. Câmara dos deputados. **Decreto N° 20.706 de 10 de outubro de 1994** onde atribui denominação à Unidade Escolar, situada no âmbito da Coordenadoria Regional Metropolitana III, no Município do Rio de Janeiro, uma vez que à época ficou denominado: "Ginásio Público Professor César Pernetta", o CIEP N° 326, situado na Rua Ari Leão, s/n° - Parque União – Bonsucesso – município do Rio de Janeiro.

_____. Secretaria do Meio ambiente. Código Florestal. **Decreto nº 98.914/1996.**

_____. Secretaria do Meio ambiente. **Decreto nº 1.922/96.** Garantias de sobrevivência das grandes áreas verdes no interior dos territórios, das cidades e bairros.

_____. Município do Rio de Janeiro. **Lei nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994.** Criação delimitação e codificação do bairro Maré na zona norte da Cidade do Rio de Janeiro.

_____. Município do Rio de Janeiro. Lei Municipal nº. **2.055, de 9 de dezembro de 1993,** que delimitou a Região Administrativa da Zona Norte, desmembrando da antiga X RA uma nova agência com seus logradouros, incluindo a nova RA, denominada XXX RA na Cidade do Rio de Janeiro.

_____. Município do Rio de Janeiro. Decreto Municipal nº. **5.280, de 23 de agosto de 1985.** Apresentou alterações a Lei nº 3.153, de 23 de julho de 1981 para fins de denominação, delimitação e codificação do Bairro de Bonsucesso.

_____. Município do Rio de Janeiro. Decreto Municipal nº. **3.153, de 23 de julho de 1981.** Denominação, delimitação e codificação do Bairro de Bonsucesso.

APÊNDICE

LEVANTAMENTO DOS DADOS DE PESQUISA JORNAL LOCAL “MARÉ DE NOTÍCIAS” (Período de agosto 2017 a agosto de 2021)				
EDIÇÃO	MÊS / ANO	LEAD / MATÉRIAS	TEMÁTICA	PÁGINAS
80	Ago/2017	Luta e resistência	Topofilia e Resistência	4
		A união de moradores salva CIEP do fogo.	Topofilia	6,7
		A Baía de Guanabara em debate na Maré.	Topofilia e Toponegligência	10
		Diversão por toda parte: os bailes funks.	Resistência	11,12,13
		Produção e artes	Resistencia e resiliência	
		A baía de Guanabara	Resitencia topofilia e Meio ambiente	12
87	Abr/2018	Águas de março fechando o verão...	Toponegligência	5
		Intervenção Federal: o tempo passa e a tensão aumenta.	Resistência	6
92	Set/2018	Mau estado de conservação das passarelas preocupa.	Toponegligência	6,7

		Mobilidade urbana: o ir e vir, tornou-se uma batalha diária.	Resistência	8,9
		Driblando a crise com criatividade.	Resiliência	10, 11
		Mais um dia de medo e tensão na Maré.	Resistência	12, 13
		A Maré que queremos.	Topofilia	16
93	Out/2018	Uma Maré cheia de “crespinhos”.	Resistência	3
		Ao mestre, com carinho.	Topofilia	8,9
		Um pedacinho do Nordeste.	Topofilia	10, 11
		Uma praga chamada agrotóxico: por uma horta mais verde	Toponegligência Meio ambiente e topofilia	12, 13
94	Nov/2018	Um festival de mulheres para eles e para elas. Resistência é preciso	Resistência.	4,5
		Casa das mulheres da Maré completa dois anos	Topofilia.	6,7
		Quando um jogador não pendura a chuteira.	Topofilia.	9
		A Maré tem drywall: profissionais qualificados na técnica.	Resiliência.	10, 11
		Resistir é preciso.	Resistência.	12, 13
		Galpão leiloado na Marcílio Dias	Topofilia e Resistência	16

100	Maio/2019	Um lugar para ser feliz	Topofilia	7
		Organização e luta para conquistar direitos.	Resistência	8
		Compartilhando memórias que fortalecem a luta.	Topofilia	9
		Personagens e suas comunidades.	Toponímia	10, 11
		Meu lugar no mundo.	Topofilia e Toponegligência	12
		O nome é Esperança, mas poderia ser resistência. D. Elcyr	Topofilia e Resistência	13
		A mais perfeita tradução do termo comunidade.	Topofilia e Toponímia.	14
102	Jul/2019	Existência e resistência.	Resistência.	5
		Um bairro chamado Maré	Topofilia. Toponímia, Toponegligência.	10, 11
		Por uma segurança que preserve vidas.	Resistência e Resiliência	12, 13
		Saneamento em pauta.	Toponegligência.	14
103	Ago/2019	É lixo? Nem sempre.	Toponegligência	6,7
		“Geração sem-sem”	Resistência e Resiliência	8,9
		O pão nosso de cada dia.	Topofilia	10, 11
		Uma infância de lutas	Topofilia	14, 15

104	Set/2019	Segurança Pública: basta!	Resistência e Resiliência	6,7
		“A “bala achada” antes de chegar no corpo de um cidadão, sai de uma caneta com tinta”.	Resistência e Resiliência	8
		Dezesseis favelas, uma só voz: mobilização	Resistência e Resiliência	9
		Escrita que tem cor: escritores negros	Resistência e Resiliência	10, 11
		Boletim: Direito à Segurança Pública n.3	Resistência	1,2,3,4
105	Out/2019	O teatro resiste	Resistência	3
		Maré em dados – prévia do Censo de 2020.	Topofilia e Topofobia	8, 9
		É Limpeza! A função social dos garis	Resistência, Topofobia e Toponegligência	12, 13
106	Nov/2019	Um sentido para a vida. Mundo mais verde	Topofilia e Meio ambiente	3
		Comportamento: homem chora	Resiliência e Resistência	4,5
		Educação infantil: Sementes do amanhã	Topofilia, Resistência e Resiliência	6, 7
		A estrutura do racismo	Resistência e Resiliência.	8, 9
		Becos, rua e vielas: o nome das ruas - cidadania e história	Topofilia e Toponímia.	10, 11

		Quem levanta a Maré: a profissão de pedreiros	Topofilia	12, 13
		A serviço da Maré: as ONGs	Resistência.	14.
107	Dez/2019	Maré a céu aberto	Topofilia e Resistência.	3
		Brasil e Angola, no palco da Maré – hoje não saio daqui.	Topofilia e Resistência.	5
		Bodas de Prata e muitas histórias	Topofilia e Resistência.	8, 9, 10, 11, 16
		Catador, com muita honra	Topofilia e Toponegligência.	12, 13
		Apagão, não! Os blecautes	Resistência e Resiliência	14.
109	Fev/2020	Por uma favela mais verde	Topofilia Meio ambiente e Toponegligência.	3
		Mobilização em prol da inclusão Vila olímpica da Maré	Resistência e Resiliência	4, 5
		Tempero e Sabor: a feira dos nordestinos	Topofilia e Meio ambiente Resistência	6
		Agenda de Carnaval / blocos	Resistência e resiliência	8
		A arte da preservação. Costureiras	Resistência e Resiliência	12, 13

		Nunca é tarde para um sonho.	Topofilia, Resistência e Resiliência.	14.
110	Mar/2020	Os sintomas da imobilidade urbana	Resistência e Toponegligência	4, 5.
		2019: maior letalidade em Operações Policiais	Resistência e Resiliência.	6
		Da Maré para o mundo	Topofilia	7
		Mulheres em luta	Resistência e Resiliência.	8, 9
		“Me ensinaram que éramos insuficientes. Discordei.	Resistência e Resiliência.	11
		Um Charme do baile na Maré	Resistência e Resiliência.	14
		Boletim: Direito à Segurança Pública n.4	Resistência	1,2,3,4
116	Set/2020	Problema a céu aberto – águas de verão	Toponegligência e resistência	1
		Pelo direito à vida nas favelas	Resistência e Resiliência.	3
		Brechós da Maré movimentam economia local	Resiliência.	4,5
		Cultura e resistência social: Centro de Artes da Maré	Resistência e Resiliência.	6, 7
		A pandemia expõe a precariedade do saneamento básico	Toponegligência	8, 9

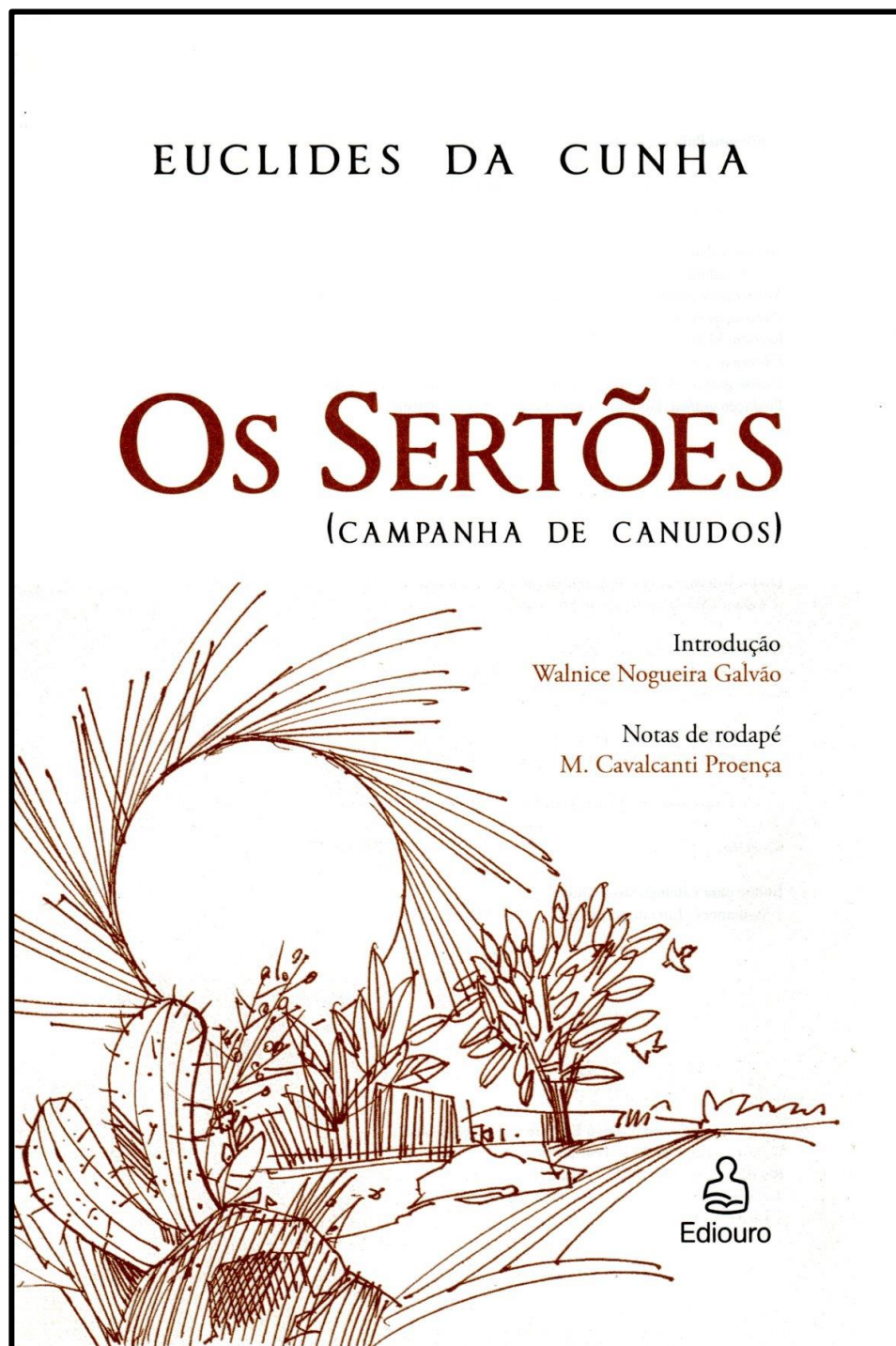
		Depois da chuva, vem o buraco	Topofobia e Toponegligência	10
		Registro sobre a Covid-19	Topofilia	11 e 12
		A luta contra a covid-19 na Maré e o direito a ser evidenciado na mídia	Resistência e resiliência	13
117	Out/2020	Professoras que têm como lema o amor à profissão no local.	Topofilia	3
		O Meio ambiente pede socorro	Toponegligência	4, 5
		O direito à água potável foi uma luta feminina	Topofilia, Resistência e Resiliência.	12, 13
118	Nov/2020	Água não é mercadoria – luta	Toponegligência, Resistência e Resiliência.	4, 5
		Meio ambiente	Topofilia	4
		Projeto Paisagístico na Vila Olímpica da Maré	Topofilia e Resistência	5
		“Eles vieram para matar”	Resistência e Resiliência.	13
		Um Parque chamado União: uma antes e um depois	Topofilia, Resistência e Resiliência.	15
		Se essa rua fosse minha: Rua da Maré pode ganhar nome de Marielle Franco	Topofilia, Toponímia, Resistência e Resiliência.	16

119	Dez/2020	Para onde vai o nosso lixo?	Toponegligência	1, 4 e 5
		Jardim comunitário	Topofilia	
		Aqui se doa talento, trabalho e tempo	Topofilia, Resistência e Resiliência.	6, 7
		Como o Rio Guandu chega na Maré	Toponegligência	8, 9
		O samba é cultura popular	Resistência e Resiliência.	10, 11
		Talco – as memórias de Cazé	Topofilia, Resistência e Resiliência.	15
120	Jan/2021	Qual é a sua Maré?	Resistência e Resiliência.	7
		Viver como direito.	Resistência e Resiliência.	8, 9
		Linguagem neutra: mais inclusão e diversidade para todos.	Resistência e Resiliência.	10,11
122	Mar/2021	Como meninas e mulheres se relacionam com as mudanças climáticas?	Resiliência	3
		A (In)segurança pública que mata.	Resistência e Resiliência.	4, 5, 6
		Sou uma árvore bonita	Resistência e Resiliência.	7

		Basta de violência doméstica.	Resistência e Resiliência.	12, 13
		A união delas faz a força	Resistência e Resiliência.	14, 15
126	Julho / 2021	20 anos de piscinão de Ramos	Topofilia e toponegligência	1, 8 e 9
		O papel vital das vacinas para conter epidemias	Luta e resistência	4 e 5
		O direito de brincar na Maré e a importância dos espaços de lazer	Topofilia e toponegligência	6 e 7
		Maré é um celeiro de escritores	Luta e resiliência	12
127	Agosto / 2021	Maré vacinada	Luta e resistência	1 e 6
		Em situação de rua	Toponegligência	3
		Obras dos canais da Maré vão pelo ralo: do Fundão e do Cunha	Toponegligência e topofilia	7
		Um pedacinho da cultura nordestina.	Topofilia e resiliência	14 e 15
		Casa Preta da Maré.	Luta e resistência	12 e 13
130	Nov/2021	Memória Afetiva é resistência. “Ah, se essa rua fosse minha!”	Resiliência, resistência e Toponímia	p.1 e 13

ANEXO:

Os Sertões, edição comemorativa dos 120 anos de sua 1ª publicação.



(Fonte: Cunha, 2009a, p.2)